



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES – CH
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA - UAHIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
LINHA DE PESQUISA II: CULTURA, PODER E IDENTIDADES

JAÍNE CHIANCA DA SILVA

**VAI TER *CHANACOMCHANA*, SIM!:: CONSTRUÇÃO DE UM GRUPO
LESBIANO FEMINISTA EM SÃO PAULO NA DÉCADA DE 1980**

CAMPINA GRANDE-PB

Setembro/2021

JAÍNE CHIANCA DA SILVA

**VAI TER *CHANACOMCHANA*, SIM!:: CONSTRUÇÃO DE UM GRUPO
LESBIANO FEMINISTA EM SÃO PAULO NA DÉCADA DE 1980**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande-PB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em História, na Linha de Pesquisa Cultura, Poder e Identidades, da área de concentração em História, Cultura e Sociedade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Michelly Pereira de Sousa Cordão.

CAMPINA GRANDE-PB

Setembro/2021

S586v

Silva, Jaíne Chianca da.

Vai ter ChanacomChana, sim!: construção de um grupo lesbiano feminista em São Paulo na década de 1980 / Jaíne Chianca da Silva. – Campina Grande, 2021.

175 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2021.

“Orientação: Profa. Dra. Michelly Pereira de Sousa Cordão”.

Referências.

1. Lesbiandade. 2. História – Movimento Lesbiano. 3. Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF). 4. Periódico *ChanacomChana*. I. Cordão, Michelly Pereira de Sousa. II. Título.

CDU 305-055.34-055.2(091)(043)

JAÍNE CHIANCA DA SILVA

**VAI TER *CHANACOMCHANA*, SIM!:: CONSTRUÇÃO DE UM GRUPO
LESBIANO FEMINISTA EM SÃO PAULO NA DÉCADA DE 1980**

Aprovada em: 21/9/2021

BANCA EXAMINADORA:

Michelly P. de Sousa Cordão

**Prof.^a Dr.^a: Michelly Pereira de Sousa Cordão (PPGH/UFCG)
(Orientadora)**


Examinadora/Externa
Marcos Antonio da Silva

**Prof. Dr.: Marcos Antônio da Silva (PPGH/UFCG-USP)
(Examinador interno)**

m. oliveira

**Prof.^a Dr.^a: Marta Gouveia de Oliveira Rovai (UNIFAL)
(Examinadora externa)**

CAMPINA GRANDE-PB

Setembro/2021

AGRADECIMENTOS

A gratidão é um sentimento cujo ato não é estabelecido somente por palavras automatizadas, ela vai além. Deste modo, quero agradecer primeiramente ao meu pai, João Batista e a minha mãe, Maria Ilza. Além deles, ao meu irmão Jádson e a minha tia Ana Maria, vocês são minha base familiar mais saudável e me deram mais do que uma boa educação, me deram amor, muito amor. Não tenho palavras suficientes para agradecê-las/os.

Quero agradecer também as minhas amigas (Ana, Aline, Draenne, Alíbia, Silvinha e Letícia) pelas trocas acadêmicas e tantas outras “não-acadêmicas”. Obrigada pelo apoio, pela amizade, pelo “estar presente” diário. Em especial, meu muito obrigada à Mariana, que leu, releu e opinou sobre boa parte do texto, isso foi de extrema importância para mim.

Às minhas professoras e meus professores do CERES-UFRN, que me ensinaram no curso de História e para além dele. Em destaque, quero agradecer à professora Juciene B. F. Andrade, que foi minha orientadora na graduação. Além de orientar, ela foi uma amiga-responsável-companheira, que me instigou a colocar mais de mim na escrita e mais de mim no mundo. Meu muito obrigada!

Quero agradecer também ao grupo do PIBID, pois foi nesse projeto que minhas leituras sobre gênero e feminismo tornaram-se mais frequentes. Em especial à amiga e professora Maria de Lourdes, mais conhecida por Lourdinha, que foi a supervisora do grupo do qual eu fazia parte e me apoiou/apoia de todas as formas possíveis. Lourdinha, sua energia é encantadora.

À minha orientadora do mestrado Michelly Pereira de Sousa Cordão, meu muito obrigada. Obrigada por fazer jus à orientação e obrigada por ir além. Foi quem me ajudou em alguns momentos difíceis desta escrita solitária e autodidata e quem me indicou caminhos. Ser sua orientanda tornou as coisas melhores e mais leves.

À Marta Rovai e Marcos Silva, que estiveram na banca de qualificação e de defesa. As colaborações de vocês somaram muito a este trabalho e sou muito grata.

Obrigada as pessoas que saíram da minha vida antes da solidificação deste projeto, vocês também me ajudaram muito; e obrigada aquelas que permaneceram e que chegaram. Em especial, obrigada à Laura, meu ponto de paz e companheirismo.

Gratidão à CAPES e a Universidade Federal de Campina Grande-PB. Para a primeira, obrigada pela bolsa de pesquisa que me ajudou a prosseguir com o mestrado em

outra cidade e bancar custos acadêmicos e pessoais (as/os/es pesquisadores e a Educação precisam de mais apoio e investimento do Estado); para a segunda, obrigada pelo acolhimento e aprendizados.

EPÍGRAFE

28¹. Não, teu falo não decide
se falo ou se calo.
Direito negado,
maldito legado.
Meu corpo SA[n]GRA[n]DO,
sacrificado,
para que o nome de alguém seja honrado.
As “rainhas de copas”
com suas cabeças cortadas
estão espalhadas,
como mercadoria, tratada
ou pior ainda, como escravizadas.
Não, seu falo não decide,
se falo ou se calo.

¹ O título do poema é o número 28. Sou poeta e intitulo minha poesia enumerando-a. Isso se dá, porque não consigo encontrar títulos que remetam ao poema, deste modo, enumero todos e o número que recebem é o próprio título. A escolha do número não é aleatória. O poema 28, por exemplo, recebeu esse número porque foi o 28º (vigésimo oitavo) poema escrito e salvo.

RESUMO

A problemática envolvendo a lesbiandade na História está marcadamente vinculada à sua violenta invisibilidade, essa característica provoca consequências sociais, políticas e historiográficas. As discussões acerca da homossexualidade feminina, por ter bases racistas, sexistas e classistas, são muito silenciadas, mas vale destacar que nunca silenciosas. Deste modo, procuramos entender a trajetória do movimento lésbico brasileiro, utilizando a história do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF 1981-1988), de São Paulo, e as treze edições do Jornal e Boletim *ChanacomChana* (1981-1987), arquivo fonte desta pesquisa. O periódico foi um espaço e agente de resistência, que questionava a dominação sexista patriarcal, os padrões binários de feminino e masculino, marcadamente heterossexuais, como também, criticava o movimento feminista branco e heterossexista, além de ter discutido sobre saúde e sexualidade feminina e lesbiana. O objetivo geral da nossa pesquisa é refletir como as lésbicas do GALF, ao assumirem-se politicamente enquanto lésbicas, inscreveram em seus discursos, mapeados principalmente pelo *ChanacomChana*, um significado de identidade lesbiana diferente da visão estigmatizada que ligava essas identidades à crime ou doença. Além deste, construímos três objetivos específicos, que articulados, guiaram nossa produção dissertativa. São eles: Compreender o início do movimento lésbico e feminista; Discutir a relação entre o movimento feminista e homossexual com o movimento lésbico, pontuando os atritos e as semelhanças e; Problematizar acerca da sexualidade e saúde lesbiana. Adotamos a metodologia da análise do discurso, a partir das reflexões de Michel Foucault acerca do conceito de discurso, para a análise de todas as edições do *ChanacomChana*, como também dos outros periódicos que foram utilizados. Para a operacionalização da pesquisa, utilizamos diálogos teóricos e metodológicos fornecidos por Stuart Hall (2006), Patrícia Lessa (2007), Tânia Navarro-Swain (2004), Monique Wittig (1980; 2006), Adrienne Rich (2010), Michel Foucault (1996; 1978; 1987; 1999), Kimberlé Crenshaw (2002), Audre Lorde (2020), dentre tantos outros autores e autoras que serviram para embasar este trabalho.

Palavras-chave: Lesbiandade. GALF. Periódico *ChanacomChana*.

ABSTRACT

The problematic involving the lesbianity in History is markedly linked to its violent invisibility, this characteristic causing social, political and historiographic consequences. Discussions about female homosexuality, for having racist, sexist and classist bases, are very silent, but it is worth noting that they are never silent. In this way, we seek to understand the trajectory of the Brazilian lesbian movement, using the history of Feminist Lesbian Action Group (FLAG 1981-1988), from São Paulo, and the thirteen editions of Newspaper and Bulletin *ChanacomChana* (1981-1987), main file for this research. The periodical was a space and agent of resistance, which questioned patriarchal sexist domination, the binary patterns of female and male, markedly heterosexual, as well as criticizing the white and heterosexist feminist movement, besides having discussed female and lesbian health and sexuality. The general objective of our research is to reflect how the lesbians of the FLAG, when they assumed themselves politically as lesbians, inscribed in their speeches, mainly mapped by *ChanacomChana*, a meaning of lesbian identity different from the stigmatized view that linked these identities to crime or disease. In addition to this, we built three specific objectives, which articulated, guided our dissertation production. They are: Understanding the beginning of the lesbian and feminist movement; Discuss the relationship between the feminist and homosexual movement with the lesbian movement, pointing out the frictions and similarities; Discussing lesbian sexuality and health. We adopted the methodology of discourse analysis, based on Michel Foucault reflections on the concept of discourse, for the analysis of all editions of *ChanacomChana*, as well as other periodicals that were used. For the operationalization of the research, we used theoretical and methodological dialogues provided by Stuart Hall (2006), Patrícia Lessa (2007), Tânia Navarro-Swain (2004), Monique Wittig (1980; 2006), Adrienne Rich (2010), Michel Foucault (1996; 1978; 1987; 1999), Kimberlé Crenshaw (2002), Audre Lorde (2020), among many other authors who served to base this research.

Keywords: Lesbianity. FLAG. Periodical *ChanacomChana*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I: MOVIMENTO FEMINISTA E MOVIMENTO LESBIANO NO BRASIL: UM PANORAMA HISTÓRICO	21
CAPÍTULO II: RELAÇÃO ENTRE O MOVIMENTO FEMINISTA E O MOVIMENTO LESBIANO NO BRASIL: (DES)ENTENDIMENTOS	78
CAPÍTULO III: SEXUALIDADE LESBIANA: UMA QUESTÃO POLÍTICA .	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
REFERÊNCIAS	168

INTRODUÇÃO

[...] Nessa luta em constante movimento e transformação, as lésbicas têm um papel importante a desempenhar. Desde Sapho – poeta grega que fêz [sic] alguns dos mais lindos versos de amor pelas mulheres e que, vivendo na ilha de Lesbos, deu origem à palavra com a qual orgulhosamente nos denominamos – as lésbicas não tiveram voz e foram oprimidas. O resgate dessa História, dos versos perdidos em livros mal-ditos [sic], dos beijos que nunca puderam ser dados à luz do dia, do amor que nunca pode ser declarado à amiga com medo de perdê-la para sempre. Tudo isso e muito mais faz hoje nossa alegria de viver e de lutar².

A citação acima faz parte de uma das tantas que me encantaram no periódico *ChanacomChana* (1981-1987), arquivo fonte desta pesquisa. Dentre todas as histórias presentes, tanto na única edição do jornal *ChanacomChana*, como nas doze edições do boletim de mesmo nome, ela com certeza traz sentimentos fortes de luta, amor, garra e vontade de mudança.

O trecho ressalta duas importantes características presentes ao longo de todas as treze edições do periódico: a primeira, diz respeito a responsabilidade que as lésbicas do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF 1981-1988) – grupo que produziu o *ChanacomChana* – tiveram ao assumirem-se em uma sociedade onde a heteronormatividade³ era a regra geral; a segunda, refere-se a luta para serem e amarem quem quisessem. Ambas as características, somadas às inquietações pessoais despertaram o interesse em trabalhar com o periódico *ChanacomChana*, pois possibilitou unir a teoria ao meu afeto e prática cotidiana.

Na minha graduação, iniciada em 2015 no Centro Regional de Ensino Superior do Seridó (CERES-UFRN), acabei me inserindo em algumas discussões com colegas da faculdade envolvendo feminismo, gênero e isso foi despertando cada vez mais meu interesse em ler sobre esses assuntos, principalmente pelo fato de ser mulher e lesbiana⁴.

² Boletim *ChanacomChana*, n. 4, 1983, p. 3.

³ Entende-se o heteronormativo ou a heteronormatividade como um conjunto de regras a serem seguidas para validar o sexo e a reprodução e que criam um sistema de controle social e institucional que até as pessoas que se relacionam com outras do sexo oposto estão inseridas. Vale salientar que esse sistema é baseado na opressão e apropriação das mulheres pelos homens e o mesmo é responsável por criar uma rede de doutrinas entre os sexos para justificar o poder de opressão que possui. Ver: WITTIG, Monique. **O Pensamento Hétero**. 1980. Disponível em: https://we.riseup.net/assets/162603/Wittig,%20Monique%20O%20pensamento%20Hetero_pdf.pdf. Acesso em: 17 jul. 2020.

⁴ Utilizamos as palavras “lesbiana” e “lesbiandade” amparadas no conceito de Patrícia Lessa. Ver: LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento: a criação de subjetividade (Brasil, 1979 – 2006)**. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília. Programa de pós-graduação em História, Brasília, 2007. A autora substitui as

Nessas conversas, para além das vivências externas, eu podia colocar minhas próprias experiências: os desafios, o medo de me assumir para a família, amigos, como também, o acolhimento.

Paralelo a isso, algumas disciplinas da graduação despertaram muito meu interesse em comparação a outras. Logo no primeiro período fiquei encantada com a disciplina de História Antiga I, as aulas do professor Dr. Rafael Scopacasa sempre vinham cheias de novidades para mim. Já no segundo período, as aulas de História da África e dos afro-brasileiros, ministrada pelo professor Dr. Lourival Andrade Júnior me deixavam boquiaberta e mais uma temática tornava-se de meu interesse. Até que com meu ingresso no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), a temática de gênero chamou muito minha atenção e pensei que se fosse fazer mestrado, faria sobre algo relacionado a este assunto.

Ingressei no PIBID em 2016 e fiquei até 2018.1. Com a supervisão da professora e amiga Maria de Lourdes Medeiros, mais conhecida por Lourdinha, meu grupo decidiu que as aulas teriam uma nova abordagem, procurando trabalhar gênero em sala de aula. Nesses dois anos de PIBID tive acesso a algumas leituras de autoras como Daniela Auad, Berenice Bento, Judith Butler, Guacira Lopes Louro, dentre outras, e isto me fez perceber que havia possibilidade de trabalhar gênero em aulas de História, mais que isso, que podia escrever trabalhos unindo essas duas áreas.

Sabendo disto, apresentei trabalhos em alguns eventos como a Semana de Ciência, Tecnologia e Cultura (CIENTEC), na cidade de Natal-RN, no ano de 2017, com o trabalho intitulado “Trabalhando gênero na Escola Estadual Professor Antônio Alladim, experiência do PIBID de História CERES-Caicó”; ainda em 2017, houve o 3º Seminário Internacional Desfazendo Gênero, na cidade de Campina Grande-PB, em que apresentei, juntamente com a Ma. Rafaela Costa, o trabalho de título “A tatuagem colocada em fôrma: uma reflexão sobre a binariedade [imposta] na arte que deveria pintar subjetividades”; para finalizar o ano de 2017, participei do VII Colóquio Nacional História, Cultura e Sensibilidades – Corpo, educação e sociedade, na cidade de Caicó-RN, e apresentei o trabalho “Gênero na sala de aula! Uma experiência do PIBID de História CERES-Caicó”. Por fim, no ano de 2018 apresentei o trabalho “Vai ter

palavras lésbica e lesbianismo por lesbiana e lesbiandade, respectivamente, pois, segundo ela, as duas primeiras estão ligadas ao discurso científico do século XIX, que classifica as práticas de lesbiandade como patologia, perversões sexuais, crime. Renomear, ressignificar, neste caso, é uma tentativa de transformar os sentidos e dar oportunidade que essas personagens sociais – lesbianas – tenham oportunidade de criar outros imaginários na sociedade.

ChanacomChana, sim!: Construção de uma classe lesbiana feminista na década de 1980 em São Paulo”, no VIII Colóquio Nacional de História Cultural e Sensibilidades – Sertões: fronteiras, identidades, diversidades, que ocorreu na cidade de Caicó.

Sobre o *ChanacomChana*, minha trajetória com ele iniciou-se no ano de 2018, quando estava concluindo a graduação. A partir da minha orientadora, Dr.^a Juciene F. B. Andrade, tive acesso a três edições do boletim. E foram com essas três edições, as de número 3 (1983), 4 (1983) e 12 (1987) que foi escrito o projeto para ser submetido ao mestrado da Universidade Federal de Campina Grande-PB.

Na tabela abaixo, organizamos as edições de acordo com os anos de publicação e nomes das responsáveis:

Número de edição	Data de publicação	Integrantes do LF ou GALF que colaboraram com a edição
0	Janeiro de 1981	Fanny, Maria Serrath, Teca, Cristina e Silvana
1	Dezembro de 1982	Míriam Martinho, Rosely Roth, Célia, Zaza, Helena e Maria Serrath
2	Fevereiro de 1983	Míriam Martinho, Rosely Roth, Regina, Helena e Marisa
3	Maio de 1983	Míriam Martinho, Rosely Roth, Vanda, Célia e Naná V.
4	Setembro de 1983	Célia, Elisete, Liete, Maria Luiza, Míriam Martinho, Rosely Roth e Vanda
5	Maio de 1984	Informação indisponível ⁵
6	Novembro a janeiro de 1984/1985	Maria Luisa, Míriam Martinho, Rosely Roth, Leda e Rute
7	Abril de 1985	Informação indisponível
8	Agosto de 1985	Informação indisponível
9	Dezembro a fevereiro de 1985/1986	Informação indisponível
10	Junho a setembro de 1986	Informação indisponível
11	Outubro a janeiro de 1986/1987	Informação indisponível
12	Fevereiro a maio de 1987	Informação indisponível

⁵ Nas edições 5, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 do *ChanacomChana* não têm os nomes das colaboradoras.

Como podemos perceber, Míriam Martinho e Rosely Roth são as integrantes que estiveram presentes em praticamente todas as edições do *ChanacomChana*. A partir da edição número 7 não havia mais a informação sobre as colaboradoras, como também, explicação sobre o porquê da decisão.

Segundo Bernardo Kucinski⁶, durante o período da ditadura militar brasileira nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como semelhança principal a oposição intransigente ao regime militar, esses ficaram conhecidos como imprensa alternativa ou imprensa nanica.

Deste modo, delimitamos a imprensa alternativa de acordo com o que Bernardo Kucinski afirma abaixo:

A palavra *nanica*, inspirada no formato tablóide [sic] adotado pela maioria dos jornais alternativos, foi disseminada principalmente por publicitários, num curto período em que eles se deixaram cativar por esses jornais. [...] Já o radical de *alternativa* contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam⁷.

Pela tabela da página anterior, podemos perceber que as edições não tinham uma periodicidade padrão, devido principalmente a problemas internos e falta de dinheiro que serão expostos mais a frente, de todo modo, o *ChanacomChana* fez parte da imprensa alternativa da época.

O jornal apareceu com quatro páginas, contendo na matéria de capa uma entrevista com a cantora Angela RoRo, intitulada: *Não me envolvam, eu me envolvo*. Em seguida, um texto produzido por Maria Carneiro da Cunha, chamado “Quem tem medo de Virgínia Woolf?” e, por fim, o editorial escrito por Míriam Martinho.

Já o boletim *ChanacomChana* foi sendo moldado com o passar dos anos, sem tantas seções fixas em suas edições, porém não fugindo de uma organização contendo entrevistas, debates abordando a lesbiandade, preconceito contra lesbianas, gays, transexuais, travestis, ecologistas; política, dicas de leitura, poesia, depoimentos, informes e telefones para contatos, cartas, eventos que aconteciam envolvendo lesbianas e feministas no Brasil e em outros países, dentre outras discussões.

⁶ KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. 2ª ed. São Paulo : EDUSP, 2001, p. 5.

⁷ Id.

Quanto ao projeto gráfico de formato tabloide, o periódico trazia algumas charges, histórias em quadrinhos (HQ), mas sem nenhuma novidade gráfica. O GALF não possuía recursos suficientes para bancar impressões com alta qualidade, porém, isso não diminuiu sua importância para toda a comunidade lesbiana (principalmente a paulistana), dentre outros grupos oprimidos do período – alguns citados no *ChanacomChana*, como mulheres, gays, travestis, transexuais e ecologistas⁸ – como também, não diminuiu a luta dessas mulheres contra o preconceito, a opressão, o machismo e demais tipos de violência.

Apesar de não possuir seções fixas, nem um projeto gráfico inovador, as integrantes do GALF tinham valores revolucionários que eram expressos em seus objetivos e utilizaram o periódico *ChanacomChana* para colocá-los em prática:

OBJETIVOS: a) informar e conscientizar as mulheres lésbicas de seus direitos e da importância de apoiar e criar organizações que defendam nossos interesses; b) desenvolver uma rede de contatos entre organizações e mulheres lésbicas, no Brasil e no exterior, com o propósito de quebrar o isolamento a que muitas de nós estão sujeitas e obter apoio emocional e político; c) promover debates sobre lesbianidade e feminismo bem como exibir filmes, vídeos, etc.. com a mesma temática; d) desenvolver a biblioteca do GALF para colocá-la a disposição de todas as pessoas interessadas; e) obter uma sede para o GALF desenvolver suas atividades⁹.

As militantes do GALF queriam o reconhecimento de seus direitos sociais, políticos e individuais, ao passo que denunciavam também as injustiças sofridas por aquelas lesbianas que se isolavam/eram isoladas e não recebiam apoio. A filósofa estadunidense Nancy Fraser, professora de Ciência Política e Social na New School de Nova Iorque, contribui com o debate envolvendo a problemática da justiça em um mundo globalizado. Em sua obra *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era “pós-socialista”* (2006), a autora procura compreender as demandas dos movimentos sociais por justiça em um cenário de crise do modelo de Estado de bem-estar social, descrédito das ideias socialistas e fortalecimento do neoliberalismo.

⁸ Apesar de encontrarmos algumas edições do *ChanacomChana* referindo-se a gays, travestis, transexuais e ecologistas, o GALF visava exclusivamente discussões envolvendo identidades lesbianas e suas integrantes identificavam-se como lésbicas e mulheres cisgênero, este último não abertamente, considerando que o termo passou a ser usado a partir da década de 1990, mas pelas leituras no periódico consegue-se interpretar isso.

⁹ Boletim *ChanacomChana*, n. 8, 1985, pp. 4-5.

A ‘luta por reconhecimento’ está rapidamente se tornando a forma paradigmática de conflito político no final do século XX. Demandas por ‘reconhecimento da diferença’ dão combustível às lutas de grupos mobilizados sob bandeiras da nacionalidade, etnicidade, ‘raça’, gênero e sexualidade. Nestes conflitos ‘pós-socialistas’, a identidade de grupo suplanta o interesse de classe como o meio principal da mobilização política¹⁰.

As sexualidades dissidentes ainda são vistas por grupos conservadores da sociedade atual, como diferentes, no sentido de desviantes, tendo suas singularidades apagadas, ao invés de reconhecidas. Dentre as integrantes do GALF, havia desde empregada doméstica, até programadora de software¹¹. Algumas dessas mulheres eram vítimas de injustiças econômicas, como a privação de um padrão de vida material adequado e a marginalização econômica. Já outras, apesar de terem *status* socioeconômico mais elevado, sofriam com a injustiça cultural ou simbólica. A exemplos deste tipo de injustiça, podemos dialogar com Nancy Fraser¹² quando escreve que existe a dominação cultural, o ocultamento (no sentido de tornar-se invisível por efeito das práticas comunicativas) e o desrespeito. Para o tipo de injustiça econômica, Fraser defende que o melhor remédio seria a “redistribuição”, já para a injustiça cultural e simbólica, seria o “reconhecimento” e a valorização positiva da diversidade cultural.

A autora afirma que quando estamos lidando com coletividades que se aproximam do tipo ideal de classe trabalhadora explorada, precisamos investir em “remédios” redistributivos. Quando lidamos com coletividades que se aproximam do tipo ideal de sexualidade desprezada, precisamos de “remédios” de reconhecimento. O GALF possuiu uma luta por reconhecimento, ao passo que também lutava por outros direitos, como igualdade salarial, equidade educacional independente do gênero, dentre outros. Oprimidas ou subordinadas, sofreram injustiças que remontavam simultaneamente à economia, política e à cultura.

Nancy Fraser¹³ escreve que gênero e “raça” são paradigmas de coletividades bivalentes, em que implicam, tanto na redistribuição, quanto no reconhecimento. O gênero não é somente uma diferenciação econômico-política, mas também uma diferenciação de valoração cultural, além disso, sofre com o androcentrismo, permitindo

¹⁰ FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era “pós-socialista”. Tradução: Julio Assis Simões. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 231, 2006.

¹¹ FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. In. GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (orgs). **História do Movimento LGBT no Brasil**. – 1 ed. – São Paulo: Alameda, 2018, p. 94.

¹² FRASER, *ibid.*, p. 232.

¹³ *Ibid.*, p. 233.

também enquadrá-lo na problemática do reconhecimento. Essas faces em que o gênero se insere:

entrelaçam para se reforçarem entre si dialeticamente porque as normas culturais sexistas e androcêntricas estão institucionalizadas no Estado e na economia e a desvantagem econômica das mulheres restringe a ‘voz’ das mulheres, impedindo a participação igualitária na formação da cultura, nas esferas públicas e na vida cotidiana. O resultado é um círculo vicioso de subordinação cultural e econômica¹⁴.

São injustiças institucionalizadas e arraigadas estruturalmente na sociedade, que causam danos físicos, mentais e psicológicos, sendo muito opressoras. Deste modo, o problema central levantado por Nancy Fraser seria: como conciliar demandas socioeconômicas e socioculturais de forma igualitária, sem que para isso ocorra o enfraquecimento de uma por causa da outra? Para ilustrar uma possível solução, a autora¹⁵ utiliza expressões como “remédios afirmativos” e “remédios transformativos”. Para “remédios afirmativos” ou medidas afirmativas, podemos pensar em medidas mais superficiais na sociedade, enquanto os “remédios transformativos” ou medidas transformativas são mais estruturais e promovem mudanças mais profundas. A autora utiliza o exemplo da sexualidade desprezada. Remédios afirmativos para a homofobia e o heterossexismo visam a revalorização da identidade *gay* e lesbiana. Remédios transformativos são associados à política *queer*, que dentre suas propostas têm a de desconstruir a dicotomia homo-héterossexual. Tratar a homossexualidade como uma positividade cultural, assume que ela subsiste em si e de si mesma, precisando de reconhecimento adicional. A questão é reconhecer um campo sexual de diferenças múltiplas, não-binárias, fluidas, sempre em movimento. Os remédios afirmativos para a injustiça econômica estão associados historicamente ao Estado de bem-estar liberal. Eles buscam compensar a má distribuição “enquanto deixam intacta a maior parte da estrutura econômica-política subjacente. Assim, eles aumentariam a parte de consumo dos grupos economicamente desprivilegiados, sem reestruturar o sistema de produção”¹⁶.

Essas reflexões leva-nos a pensar na luta do GALF e demais grupos como feministas, movimento negro, dentre outros, que estavam/estão comprometidos em romper com estruturas pseudoinevitáveis que regiam/regem a sociedade e utilizarmos o que Audre Lorde¹⁷ chamou de raiva enquanto linguagem de ação para mudar as coisas.

¹⁴ FRASER, op. cit., p. 234.

¹⁵ Ibid., p. 237.

¹⁶ Id.

¹⁷ LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Tradução: Stephanie Borges. – 1. ed. Belo Horizonte : Autêntica, 2020, p. 147.

Sobre o processo que envolveu a produção desta dissertação, ressaltamos que, por motivos conceituais, houve alterações em seu título. Quando o projeto foi enviado para ser submetido ao mestrado, estava intitulado “Vai ter *ChanacomChana*, sim!: Construção de uma classe lesbiana feminista na década de 1980, em São Paulo”, porém, o título atual é: “Vai ter *ChanacomChana*, sim!: Construção de um grupo lesbiano feminista em São Paulo na década de 1980”. Isto se deu porque, antes estávamos utilizando o conceito de classe amparadas em Edward P. Thompson (2012), porém, percebemos que Stuart Hall (2006), com as discussões sobre identidade enquanto um processo em constante mudança e hibridismo identitário, cabiam mais ao que era proposto na pesquisa.

Outra questão que vale chamar a atenção diz respeito ao uso da palavra lésbica, que é utilizada somente quando estamos falando com e através do periódico *ChanacomChana*, já que era o termo utilizado na época. Segundo o qual ela:

[...] deriva de Lesbos, ilha grega, onde viveu uma das maiores poetisas da Antiguidade, Safo, cuja obra sobreviveu ao tempo e a repressão da misoginia cristã, embora fragmentariamente, mas que simbolizou e, ainda simboliza, não só o amor entre mulheres, mas, também, e principalmente, a revolta contra a opressão masculina que sempre deu às mulheres o papel de escravas e meros aparelhos de reprodução. [...] Para nós, portanto, nos autodenominarmos lésbicas [...] significa uma postura política de recusa ao papel submisso e dependente atribuído às mulheres e uma proposta de desobediência e autonomia na busca de novas formas de ver o mundo. Através dela, identificamos nossa luta contra o preconceito e passamos a existir política, social e culturalmente, rasgando o manto da invisibilidade que tanto interessa ao sistema¹⁸.

Podemos perceber que as integrantes do GALF sentiam-se assumindo uma postura política ao se identificarem enquanto lésbicas. Mais que isso, elas reconheciam a leveza de ser lésbica, ligando ao amor presente nas poesias de Safo, como também, a dificuldade de existir em uma sociedade misógina, opressora e heteronormativa.

Para além dos argumentos acadêmico-pessoais já citados nas páginas anteriores, é importante ressaltar que na historiografia brasileira, a temática acerca das mulheres lesbianas ainda é escassa – apesar de que atualmente as produções estão crescendo consideravelmente. Isso porque falar sobre lesbianas é falar sobre o quão essas relações ainda são invisíveis nos discursos sociais. São mulheres que continuam lutando, não se deixando calar apesar dos momentos em que foram violentadas, apagadas, oprimidas pela

¹⁸ Boletim *ChanacomChana*, n. 3, 1983, p. 1.

Igreja, por médicos, por toda uma sociedade que foi e ainda é estruturalmente machista e LGBTTQIA+fóbica¹⁹.

Segundo Cláudia Freitas de Oliveira²⁰, o legado da cultura misógina permanece na contemporaneidade e a mulher foi secundarizada pela narrativa acadêmica tradicional. Para as lesbianas, estigmatizadas enquanto mulher-macho, paraíbas, criminosas, doentes, dentre outros termos, o quadro é pior e a reconstituição de sua historicidade é um grande desafio.

Além disso, as produções sobre a história das homossexualidades no Brasil eram muito limitadas. James N. Green²¹ reforça isto quando coloca que “[...] Homossexualidade era ‘coisa de viados’, e não um assunto para historiadores sérios. [...] Dentro de departamento de história, há uma resistência para levar a sério pesquisas sobre a homossexualidade que não aquelas de uma época distante”.

A maioria do material produzido no Brasil é focado principalmente na homossexualidade masculina, sendo rara a descrição da trajetória das lesbianas enquanto movimento. Deste modo, a construção da problemática desta pesquisa concretizou-se aos poucos, à medida em que foi-se percebendo que as produções sobre a temática lesbiana eram escassas²², principalmente no período delimitado neste trabalho: a década de 1980.

Tânia Navarro-Swain²³ problematiza a historicidade das mulheres lesbianas, questionando: “Se as mulheres começaram a surgir na História a partir do feminismo, onde se escondem as lésbicas, em que nichos de obscuridade e silêncio se pode encontrá-las?”.

O que restou dos fragmentos das relações entre as mulheres é muito pouco, isto pode ser explicado pelo fato de que os relacionamentos homoafetivos entre mulheres fogem do padrão, causam desordem ao modelo ideal defendido pela sociedade: a

¹⁹ A sigla refere-se a Lesbianas, *Gays*, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queers*, Intersexo, Assexuais. Utilizamos o sinal de “+” correspondente as demais possibilidades de sexualidade e/ou identidade de gênero.

²⁰ OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. **A Homossexualidade feminina na História do Brasil: Do esforço de construção de um objeto histórico ao desdobramento na construção da cidadania**. Les Online, [Lisboa], v. 7, n. 2, 2015, p. 3.

²¹ GREEN, James N. **Homossexualidades e a história: recuperando e entendendo o passado**. Niterói, v.12, n.2, 2012, p. 66.

²² Foi feito um levantamento de dados sobre as dissertações que tratassem de temas e práticas lesbianas nos Programas de Pós Graduação em História – PPGH da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Universidade do Ceará – UFC, Universidade Federal do Amazonas – UFAM e Universidade de São Paulo – USP e só encontramos trabalhos que citassem essa temática na UFCG e na USP, o que nos mostra a escassez de produções sobre a lesbiandade nos PPGHs e o quanto esse quadro precisa ser mudado.

²³ NAVARRO-SWAIN, Tânia. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção primeiros passos ; 313), p. 13.

heterossexualidade. E, por consequência, são relegadas ao plano do obscuro, do crime, do doentio, sendo abstraídas no discurso social.

A delimitação espacial deste trabalho é o eixo São Paulo-Rio de Janeiro, embora haja citações e referências a grupos organizados em outras cidades como, por exemplo, Bahia. Isso se deu porque o periódico *ChanacomChana* foi produzido na cidade de São Paulo e os documentos que remontam ao surgimento do primeiro grupo de homossexuais organizados, o Grupo Somos de Afirmação Homossexual (SOMOS/SP), como dos primeiros indícios do movimento feminista, giram em torno desse eixo espacial.

Do ponto de vista temporal, a pesquisa tem como foco a década de 1980. Vale ressaltar que apesar desse período ter sido o marco para delimitar o projeto, em alguns momentos há menções a eventos que aconteceram, ora antes, ora depois desta década.

Assim, foi sendo moldada a pesquisa, cuja discussão tem a intenção de provocar reflexão sobre como as lesbianas do GALF, ao assumirem-se politicamente enquanto lésbicas, na década de 1980, inscreveram em seus discursos, utilizando principalmente o *ChanacomChana*, um significado de identidade lesbiana diferente da visão estigmatizada que ligava essas identidades à doença ou crime.

Entendemos os materiais produzidos pelo GALF como discursos e formas de linguagem em ação²⁴ no sentido de produzirem efeitos ao construírem uma autoimagem de lesbiana, que se autorrepresenta, narrando suas lutas, anseios, conquistas e desejos.

Além do exposto, objetiva-se entender o início dos movimentos lesbiano e feminista, os atritos entre ambos, suas semelhanças e diferenças, como também, refletir sobre a sexualidade lesbiana, a saúde da mulher lesbiana e como a trajetória do GALF foi importante para criar uma rede de apoio e informação entre suas integrantes e demais pessoas que liam o *ChanacomChana*, de forma a colaborar para a construção de uma narrativa que some e faça jus a toda força que as mulheres lesbianas tiveram ao longo de suas existências.

No que refere-se a autores e autoras com os/as quais dialogamos, utilizamos Stuart Hall (2006) para trabalhar com o conceito de identidade e hibridismo identitário; Patrícia Lessa (2007), Tânia Navarro-Swain (2004), dentre outras para embasar as questões sobre

²⁴ MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução: Freda Indursky. Campinas, SP : Pontes : Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997, pp. 24-25. O autor explica que a linguagem é considerada como uma forma de ação, inseparável da instituição que este ato pressupõe. Deste modo, ele exemplifica afirmando que ao dar uma ordem, àquele que ordena coloca-se numa posição de quem está habilitado para tal ato e coloca o interlocutor na posição daquele que deve obedecer. Pensando nas ações e discursos do GALF, podemos afirmar que ao ter se colocado numa posição que defendia os direitos do sujeito lesbiano, o grupo criou linguagens em ação no sentido de criarem uma autoimagem lesbiana normal, com autonomia para se representarem.

lesbiandade; Monique Wittig (1980; 2006) e Adrienne Rich (2010) com os conceitos de heteronormatividade e heterossexualidade compulsória, respectivamente; Michel Foucault (1996; 1978; 1987; 1999) com os conceitos de discurso, biopoder, corpos dóceis e sexualidade; Félix Guattari e Suely Rolnik (1996) com micropolítica; Bernardo Kucinski (2001) e Elizabeth da Penha Cardoso (2004) com imprensa alternativa; Aida Novelino (1998) com o conceito de feminilidade; Fernando B. Botton (2007) com masculinidade, Kimberlé Crenshaw (2002) e Audre Lorde (2020) com o conceito de interseccionalidade, dentre tantos outros autores e autoras que serviram para embasar este trabalho.

Além do jornal e boletim *ChanacomChana*, nossa fonte principal, foram utilizados os jornais *Brasil Mulher* (1975-1980), *Nós Mulheres* (1976-1978), *Mulherio* (1981-1988), *Lampião da Esquina* (1978-1981), e o boletim do *Grupo Gay da Bahia* (1981-2005). São periódicos que existiram paralelo ao *ChanacomChana*, ou em um período próximo e que serviram para entender as diferentes temáticas abordadas naqueles e nesse, somando à esta pesquisa.

Nesse sentido, a dissertação foi organizada em três capítulos. No capítulo I, intitulado: *Movimento feminista e movimento lésbico no Brasil: um panorama histórico* trabalhamos as narrativas fundadoras do movimento feminista, a relação desses movimentos com o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o início do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) e da imprensa alternativa, os primeiros grupos homossexuais, os primeiros jornais homossexuais, o surgimento do Grupo Lésbico Feminista (LF), que posteriormente tornou-se o GALF e iniciamos a discussão envolvendo a relação do movimento feminista e do movimento lésbico.

No capítulo II, intitulado: *Relação entre o movimento feminista e o movimento lésbico no Brasil: (des)entendimentos* procuramos discutir o cenário em que a classe média brasileira estava inserida no início dos movimentos feminista e lésbico, no Brasil, isto porque foram as mulheres deste grupo que protagonizaram o debate que foi proposto. Passado este primeiro momento, continuamos a discussão iniciada no primeiro capítulo sobre a relação dos movimentos entre si, o medo das feministas de serem tachadas como lésbicas, a exclusão das pautas lésbicas dentro do movimento feminista, os atritos envolvendo os grupos partidários de esquerda com as lésbicas e feministas, e também, como ambos os movimentos foram se aproximando com o passar dos anos e somando suas pautas, para fortalecerem-se.

Por fim, o capítulo III, intitulado: *Sexualidade lesbiana: uma questão política*. Neste último capítulo discutimos como as integrantes do GALF, através dos discursos presentes no *ChanacomChana*, enxergavam-se enquanto lésbicas e qual o impacto dessa postura em suas vidas. Foi pautado também como os discursos conservadores europeus, principalmente dos séculos XVI ao XIX, que tratavam as lesbianas como criminosas e, posteriormente, como doentes, foram consolidando-se com o passar dos séculos. Discursos estes que continuam sendo reproduzidos por muitas pessoas na sociedade brasileira atual, carregados de ódio e preconceito. Abordamos a vitória do MHB, em meados da década de 1980, contra o código 302.0, que rotulava a homossexualidade como “desvio e transtorno sexual”. Discutimos sobre saúde e sexualidade lesbiana, um assunto que merece mais produções por ser de suma importância e ainda escasso. Para além disso, desenvolvemos um debate sobre a ideia que estava intrínseca na sociedade brasileira da década de 1980 de que para ser uma “mulher completa”, esta tinha que ser mãe e heterossexual e, pelo fato das lesbianas se relacionarem com outras mulheres, muitas vezes eram enxergadas como um 3º sexo. Por fim, concluímos que a construção do conceito de lésbica difundido pelo GALF serviu como uma alternativa, um chamado para ressignificar o amor e o sexo lésbico.

Deste modo, percebemos a necessidade de escrever uma história que traga outros horizontes, com protagonistas mulheres e lesbianas, visando uma narrativa diferente daquela prescrita e naturalizada nos discursos homofóbicos, urdidos ao longo do tempo. A participação ativa das lesbianas no cenário social e político do Brasil agora é uma questão pautada, que isto torne-se mais frequente nas demais produções historiográficas brasileiras. Então, cara leitora, leitor, leitore, desejamos uma deliciosa mudança de foco.

CAPÍTULO I: MOVIMENTO FEMINISTA E MOVIMENTO LESBIANO NO BRASIL: UM PANORAMA HISTÓRICO

O adjetivo lésbica feminista foi escolhido como resultado do processo de conscientização de nossa dupla opressão, primeiramente enquanto mulheres e depois enquanto mulheres que se relacionam sexual e afetivamente com outras mulheres²⁵.

O processo de conscientização de dupla opressão – enquanto mulheres e lésbicas – aproximou as lesbianas do movimento feminista, porém, na edição número 3 do boletim *ChanacomChana*²⁶, o GALF já destacava sobre a dificuldade e os atritos envolvendo o movimento lesbiano e o movimento feminista. Dessa forma, a princípio, se faz necessário entender como se deram as construções de ambos, no Brasil.

O cenário em que os movimentos lesbiano e feminista do Brasil estavam inseridos foi permeado por uma série de acontecimentos. Em nível macro, entre as décadas de 1960 e 1970 foi notória a intensificação do feminismo na Europa e na América, que estava acompanhada dos processos de luta por direitos civis e democráticos. Essa mudança de perspectiva alterou noções de família, trabalho, direitos, divisão do trabalho doméstico, sexualidade, dentre outras que já estavam consolidadas historicamente.

A primeira geração europeia do feminismo²⁷ foi muito representada pela atuação das *suffragettes* na Inglaterra, que incluiu uma série de manifestações e greves de fome em defesa da igualdade entre homens e mulheres quanto aos direitos políticos. Suas pautas apresentavam reivindicações pela conquista do voto e a representação de alguns interesses nos parlamentos; e também por melhores condições de trabalho, como o salário e a redução da jornada.

No Brasil, questões fundamentais como a educação feminina, por exemplo, tiveram repercussões ainda no século XIX. Segundo Carla Christina Passos²⁸, a tradução

²⁵ Boletim *ChanacomChana*, n. 8, 1985, p. 2

²⁶ Ver Boletim *ChanacomChana*, n. 3, 1983, p. 2.

²⁷ A primeira geração europeia do feminismo ocorreu durante o século XIX e início do século XX. Para entender melhor sobre o assunto ver: NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set/dez. 2006; PASSOS, Carla Christina. A primeira geração do feminismo: um diálogo crítico com o pensamento neoliberal. **Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. 2010. Segundo as autoras, a primeira geração do feminismo nasceu como movimento liberal de luta das mulheres pelo direito a voz, ao voto, a conscientização das liberdades políticas. Inscreve-se nesta primeira fase o reconhecimento dos arquétipos femininos como sendo produções sociais que limitam as escolhas individuais e têm base nas relações hierárquicas de poder, que perpetuam a sujeição feminina à masculina, ou seja, a opressão à mulher imposta pelo patriarcado.

²⁸ PASSOS, *ibid.*, p. 4.

livre do livro de Mary Wollstonecraft²⁹ por Dionísia Gonçalves Pinto³⁰, mais conhecida como Nísia Floresta, foi de suma importância para iniciar debates sobre o direito das mulheres. O livro afirmava que a educação era a causa principal das diferenças entre homens e mulheres, questionando a razão da autoridade masculina sobre a feminina.

Os debates foram intensificando-se, recebendo grande influência europeia e começaram a ser exigidos direitos políticos e trabalhistas nas primeiras décadas do século XX. As *suffragettes* brasileiras, digamos assim, lideradas pela bióloga Bertha Lutz, conquistaram o direito ao voto em 1932. Nesse mesmo contexto, operárias de ideologia anarquista se organizaram também para ampliar os direitos das trabalhadoras de indústrias têxteis brasileiras.

Nota-se que essa primeira geração estava mais empenhada em questões políticas e trabalhistas. Foi com a publicação da obra *O Segundo Sexo*, de Simone Beauvoir, em 1949, que novas pautas e demandas foram surgindo para serem inseridas dentro do movimento feminista brasileiro.

Segundo Maria Lygia Quartim de Moraes³¹, em *O Segundo Sexo* “[...] Simone Beauvoir ressaltava que o sexo feminino era pensado como ‘o outro’, sem identidade própria, pois as mulheres estavam presas à armadilha da domesticidade e da maternidade apresentadas como ‘naturais’ quando na verdade eram imposições sociais”.

De fato, a obra trouxe diversas reflexões e problematizações sobre a construção de ser mulher, como também, o fato de que, mesmo quando se amplia a visibilidade das mulheres na esfera pública, com a conquista de direitos políticos e sociais – pautas defendidas pela primeira geração do feminismo – o homem ainda permanece como medida de todas as coisas, detentor do poder, mantendo-se como categoria universal.

Esse novo cenário político, cultural e social no qual esses movimentos ganharam maior visibilidade ocorreu paralelamente a construção da categoria de “gênero”. No artigo intitulado *Gender: a useful category of historical analysis*³², 1986, da historiadora

²⁹ Autora inglesa que tornou-se um dos principais nomes em defesa dos direitos das mulheres no século XIX. O livro de sua autoria chama-se **A vindication of the Rights of Women**. Publicado em 1792.

³⁰ O livro de autoria de Nísia Floresta chama-se **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. A data da primeira publicação é de 1832.

³¹ MORAIS, Maria Lygia Quartim de. **Vinte anos de feminismo**. Tese (Livre-docência) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 1996, p. 29.

³² Este artigo foi publicado pelo *The American Historical Review*, em dezembro de 1986. No Brasil, o texto foi traduzido e publicado pela primeira vez em 1990, na Revista Educação & Realidade, vol. 15, nº2, por Guacira Lopes Louro. A versão utilizada neste trabalho é de 1995, a qual foi publicada também pela mesma revista. (**Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99).

estadunidense Joan W. Scott³³, a autora argumenta que “as feministas começaram a utilizar a palavra ‘gênero’ mais seriamente, num sentido mais literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos”.

Essa nova categoria transformou o conceito universal de “mulher” e abriu espaço para que outros movimentos³⁴ discutissem sobre. Além disso, possibilitou que as construções em torno do binarismo biológico pudessem ser revistas e, em muitos casos, rompidas.

Os estudos sobre gênero repercutiram na construção de feminino e masculino e apagaram a noção de essência que designava à mulheres e homens papéis sociais segundo sua “natureza”. Por conseguinte, essa descentralização do sujeito universal³⁵ foi decorrente de novas formas de hibridismo identitário³⁶, mobilizadas por diferentes movimentos como, por exemplo, o homossexual, o feminismo e os movimentos de grupos pretos.

Foi na segunda metade do século XX que houve o surgimento da segunda geração do feminismo brasileiro. O movimento incorporou pautas culturais relacionadas ao questionamento dos padrões sociais que atribuíam aos homens e mulheres papéis específicos nas relações afetivas, na vida política, no trabalho, na instituição familiar, sendo base da preservação das desigualdades.

É importante lembrarmos que o movimento de mulheres no Brasil se distingue entre o movimento de mulheres e o movimento feminista. Segundo Céli Regina Jardim

³³ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez, 1995, p. 72.

³⁴ Por exemplo o movimento de mulheres pretas, movimento de mulheres transexuais, movimento de travestis. Ou seja, a categoria gênero abriu espaço para que outros grupos pudessem debater sobre as definições normativas de feminilidade.

³⁵ Para entender melhor sobre o termo ver: HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2006. O autor discute a questão da identidade cultural na chamada modernidade tardia, entendendo que a fragmentação das sociedades modernas implica na descentralização do sujeito universal que por tanto tempo foi encarado como unificado pelas velhas identidades, agora em declínio. Desta forma, ele desconstrói a concepção de cultura nacional unificada justificando que a maioria das nações foram unificadas depois de passarem por um processo de conquista violento, que exerceu uma hegemonia cultural sobre os colonizados. Stuart Hall enxerga as nações como sendo compostas por diferentes classes sociais, grupos étnicos, religiosos e de gênero e que estas transformações também mudam nossas identidades pessoais, abalando a ideia de nos enxergarmos como sujeitos integrados.

³⁶ No capítulo 6 da obra *A identidade Cultural na pós-modernidade*, o autor amplia a compreensão que se tem de hibridismo, afirmando que as identidades culturais são híbridas, ou seja, transformadas, cheias de encontros e desencontros. Dessa forma, alega que não é possível afirmar que temos uma identidade homogênea, mas que somos compostos por uma identificação, passível de mudança e transformação. *Ibid.*, pp. 91-98.

Pinto³⁷ e Cynthia Andersen Sarti³⁸ o feminismo se construiu com marcas sociais precisas, formado por mulheres de classe média, com educação universitária, moradoras de centros urbanos, que eram associadas ao exílio político, daí suas referências do feminismo europeu e estadunidense. Recursos de ordem simbólica e material que não eram acessíveis a todas as mulheres brasileiras. Já o movimento de mulheres era formado a partir da organização de mulheres vindas de classes populares, que lutavam pela melhoria das condições de vida. Estavam vinculadas a movimentos populares, como organizações de bairro e pastorais da Igreja Católica, instituição esta que foi um importante foco de oposição ao regime militar. Espaços em que discussões envolvendo aborto, sexualidade, planejamento familiar permaneciam no âmbito das discussões privadas.

O movimento feminista atribuiu uma dimensão política ao problema da opressão feminina. Com o *slogan* de “o pessoal é político” que foi sintetizado pelas feministas da década de 1960, a sexualidade perdeu seu domínio privado e passou a ser compreendida como uma relação de poder entre os sexos, ou seja, a sexualidade assumiu um significado político, sendo constitutiva da ordem patriarcal. Logo, esta começou a sair do espaço privado, íntimo e passou a ser um assunto político.

A contribuição das feministas em relação a sexualidade se deu enquanto o assunto permanecia no campo do poder do homem sobre a mulher. A autora Grada Kilomba reforça isso quando afirma que “Feministas *brancas* estavam interessadas em refletir sobre opressão como membras subordinadas do patriarcado, mas não sobre suas posições como *brancas* em uma sociedade supremacista *branca*”³⁹, acrescentamos ainda o heteronormativo enquanto constitutivo dessa mesma sociedade.

De acordo com Lélia Gonzalez⁴⁰, apesar das contribuições do feminismo para a discussão envolvendo a sexualidade, o mesmo não aconteceu com outros tipos de discriminação sofrida pela mulher como, por exemplo, a de caráter racial. A autora questiona-se sobre o porquê do “esquecimento” do racismo por parte do feminismo e responde dizendo ser pelo que cientistas sociais “caracterizam como racismo por omissão

³⁷ PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, pp. 56-57.

³⁸ SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos de 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, maio-agosto/2004, p. 39.

³⁹ KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução: Jess Oliveira. 1ª ed. – Rio de Janeiro : Cobogó, 2019, p. 104.

⁴⁰ GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*. **Caderno de formação política do Círculo Palmarino: Batalha de ideias**. 2011, p. 13. Disponível em: https://www.academia.edu/44883062/L%C3%A9lia_Gonzalez_Por_um_feminismo_afro_latino_america no. Acesso em: 11 mai. 2021.

e cujas raízes, dizemos nós, se encontram em uma visão de mundo eurocêntrica e neo-colonialista [sic] da realidade”⁴¹.

Por tudo isso, o feminismo latino-americano perde muito da sua força ao abstrair um dado da realidade que é de grande importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades dessa região. Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial, é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco. Falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não ser [sic] brancas⁴².

É válido ressaltar que a defesa por parte do feminismo liberal de que todas as mulheres sofrem uma opressão comum que é a do patriarcado, é uma farsa. Há uma desconstrução disso ao mostrarmos que é um patriarcado especificamente no que diz respeito a uma disputa de classe, uma disputa econômica, localizada no norte global. Então o que vemos é que o feminismo hegemônico foi/é marcado por uma perspectiva classista, racista, capacitista e que considera as necessidades plurais das mulheres em contextos sociais e culturais, como se fossem as mesmas.

Lélia Gonzalez falou sobre o feminismo latino-americano, criticando veementemente as opressões, a exploração econômica e os estereótipos sobre mulheres pretas e indígenas construídos pela cultura hegemônica, denunciando a falta de apoio do feminismo brasileiro da década de 1960.

Nesta perspectiva, a autora reconhece o papel importante do Movimento Negro (MN) brasileiro que ao terem articulado as categorias de raça, classe, sexo e poder, desmascararam as estruturas de dominação de uma sociedade e de um Estado que ainda naturaliza o fato de que “quatro quintos da força de trabalho negra sejam mantidas e aprisionadas em uma espécie de cinturão socioeconômico que lhes oferece e [sic] oportunidade de trabalho manual e não qualificado⁴³”.

Falar sobre gênero, raça e feminismo, principalmente no ano de 2021, sem falar sobre a exploração que as mulheres pretas e indígenas sofreram e ainda sofrem não faz sentido. A formação social, econômica, política e cultural do Brasil produziu relações raciais profundamente hierarquizadas e estruturadas, a partir da própria peculiaridade da

⁴¹ GONZALEZ, op. cit., p. 13.

⁴² Ibid., p. 14.

⁴³ Ibid., p. 18.

formação do capitalismo brasileiro, que utilizou do trabalho compulsório da população indígena e preta para a acumulação primitiva do capital. É importante termos em mente a influência do movimento de mulheres pretas e indígenas, com pautas específicas, que lutaram para inseri-las dentro do movimento feminista brasileiro e a recepção por parte deste para com elas.

Maria Lygia Quartim de Moraes⁴⁴ expõe onde estava o foco das feministas dos anos de 1970 quando pontua que as leituras feitas pelas militantes estavam voltadas para uma vertente marxista, com autores como Karl Marx, Friedrich Engels, Alexandra Kollontai, Simone de Beauvoir e Juliet Mitchell.

A autora continua afirmando que essas preferências literárias das feministas da década de 1970 revelavam preocupações centrais para as quais o marxismo oferecia um modelo explicativo. A defesa da instituição familiar deveria ser combatida, pois limitava a mulher somente ao papel de mãe e esposa. Dessa forma, teses de Marx e Engels⁴⁵ sobre as origens históricas da família e da propriedade privada forneciam uma base para a formulação da “teoria da opressão”.

Percebemos na fala de Maria Lygia Quartim de Moraes que parte das feministas tinham um olhar voltado para a questão da classe, deixando as demais pautas de sexualidade, raça e gênero como secundárias.

Sobre o feminismo brasileiro da década de 1970, a autora Joana Maria Pedro⁴⁶ afirma que existem narrativas de sua “origem”. Segundo ela, estas narrativas foram resultado de disputas de poder entre diversos grupos feministas, envolvendo dicotomias entre as *lutas gerais* e as *lutas específicas* e quais eram os grupos considerados feministas e os não-feministas.

A autora continua dizendo que uma dessas narrativas informava que o feminismo no Brasil se deu a partir de um evento que aconteceu em Julho de 1975, patrocinado pelo Centro de Informação da Organização das Nações Unidas. A ONU havia definido o ano de 1975 como Ano Internacional da Mulher e como início da Década da Mulher. A partir disso, aconteceu no Brasil o ressurgimento de um movimento feminista organizado que foi inaugurado com um evento intitulado *O papel e o comportamento da mulher na*

⁴⁴ MORAIS, op. cit., pp. 12-13.

⁴⁵ ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Escala, 1995.

⁴⁶ PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 52, 2006, p. 250.

realidade brasileira, ocorrido na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro.

Essa narrativa destaca que esse evento ocorrido em 1975 representou para diversos partidos e grupos políticos, ainda clandestinos, uma possibilidade e, ao mesmo tempo, uma ameaça, visto que, por um lado, tinha havido uma abertura maior para reuniões e atuações sob a proteção da ONU em meio à repressão da ditadura civil-militar e, por outro, o Ano Internacional da Mulher foi visto como ameaça ao projeto político de alguns grupos, pois havia possibilidade de dispersão daquilo que consideravam uma luta prioritária. Ou seja, alguns grupos tinham receio de que as pautas feministas ganhassem mais força que as pautas de classe e partidárias.

Após o evento, ocorrido em julho de 1975, as integrantes presentes se reuniram e decidiram criar o Centro da Mulher Brasileira (CMB), sediado no Rio de Janeiro, e o Centro da Mulher Brasileira de São Paulo, como meio de permanecerem discutindo coletivamente maneiras de expandir os movimentos feministas.

Tanto os grupos feministas, quanto alguns partidos de esquerda como o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) estavam preocupados com a situação do regime ditatorial que vigorava no Brasil. Dessa forma, Joana Maria Pedro⁴⁷ diz que “[...] A retomada do feminismo no Brasil sob a proteção da ONU foi, então, pensada como uma possibilidade de ‘realizar’ essa conscientização das camadas populares.”

Dada a iniciativa do movimento feminista organizado no Brasil, segundo esta primeira narrativa fundadora, começaram a acontecer eventos e criações de outros grupos voltados para a questão do feminismo como, por exemplo, o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista, em outubro de 1975, e o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, em novembro do mesmo ano, ambos em São Paulo.

Passada essa primeira narrativa, que defendia que o início do feminismo no Brasil se deu com o evento de julho de 1975, na ABI, temos outra narrativa fundadora do feminismo da segunda geração, que contesta esta anterior.

Joana Maria Pedro⁴⁸ afirma que algumas mulheres já se identificavam com o feminismo anos antes de 1975 como é o caso de Rose Marie Muraro e da advogada Romy Medeiros, que em 1949 criou o Conselho Nacional de Mulheres e em 1972 realizou um congresso promovido pelo Conselho Nacional da Mulher.

⁴⁷ PEDRO, op. cit., p. 253.

⁴⁸ Ibid., p. 257.

Romy Medeiros possuía um histórico relacionado ao feminismo que era anterior ao ano de 1975. Entretanto, Joana Maria Pedro diz que talvez o evento realizado por Romy não foi considerado um marco do feminismo da segunda geração por não ter sido promovido pelos grupos de esquerda.

O feminismo ao qual Romy Medeiros, Rose Marie Muraro, dentre tantas outras como Heleith Saffioti e Carmem da Silva eram vinculadas estava ligado à vertente estadunidense, com práticas de grupos de reflexão. Sem colocar em questão as escolhas partidárias de cada integrante, focando mais em debates em torno do papel imposto a mulher na sociedade patriarcal, como também, em textos feministas para serem discutidos.

Branca Moreira Alves e Jaqueline Pitanguy analisam os “grupos de reflexão” ou “grupos de auto-consciência”:

[...] grupos pequenos e informais, constituídos unicamente por mulheres. Esta tática desenvolveu-se espontaneamente. Surgiu pela necessidade de se romper o isolamento em que vive a maior parte das mulheres nas sociedades ocidentais, nuclearizadas em suas tarefas domésticas, em suas experiências individuais vividas solitariamente. A mulher constituiu assim um espaço próprio para expressar-se através de sua voz e da voz de suas companheiras. [...] A descoberta dessa experiência comum, a transformação do *individual em coletivo*, forma a base do movimento feminista⁴⁹.

Os grupos de reflexão foram de grande importância para a criação de uma base sólida do feminismo, uma vez que além do apoio coletivo havia, através das leituras e discussões, uma conscientização e transformação social e individual dessas mulheres.

Já sobre o feminismo de esquerda, Maria do Espírito Santo, conhecida como Santinha, integrante do CMB do Rio de Janeiro, em uma entrevista⁵⁰ falou sobre a relação do Partido Comunista Brasileiro com o movimento feminista.

‘Te organiza, mulher, tem espaço para vocês se organizarem’. E aí, quando eu fui, quando eu comecei o Centro da Mulher Brasileira – eu coloco isso até hoje –, fui com a cabeça de ‘partidão’: ‘eu vou para ganhar a cabeça das pessoas para entrarem no Partido Comunista’. Aí, o que se estava discutindo nos grupos ganhou minha cabeça ... discutindo as linhas, o cotidiano. Esse cotidiano que era meu, cheio de dificuldades... Isso foi me ganhando. E a tarefa que me levou para lá, eu coloquei em uma reunião do ‘partidão’: ‘essa tarefa eu não quero

⁴⁹ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982, pp. 66-67.

⁵⁰ Entrevista concedida por Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos, citada por PEDRO, op. cit.

mais' ... Trazer mulheres para o Partido Comunista. Essa tarefa eu não quero⁵¹.

A própria Santinha apontou a tentativa de aparelhamento do movimento feminista pelo Partido Comunista Brasileiro, chamado de “partidão”. Ela deixou explícito que havia entrado no movimento para conseguir integrantes para o PCB. Vale lembrar que enquanto no Rio de Janeiro os feminismos do CMB tinham influência do PCB, em São Paulo, o CMB tinha influência do PC do B.

A utilização do movimento feminista pelos dois partidos pode ser uma prova de como a esquerda enxergava as pautas feministas, priorizando o problema das classes, da luta contra a ditadura, do restabelecimento das liberdades democráticas e deixando à margem questões consideradas específicas do feminismo, como controle de natalidade, liberdade sexual e do corpo, aborto, dentre outras.

No próprio jornal *ChanacomChana*, encontramos uma crítica às esquerdas:

Querer reduzir tudo à luta de classes é não querer enxergar a realidade, numa simplificação que faria Marx corar de vergonha, se vivesse hoje. É negar que o sexo e a raça são elementos tão ou mais importantes para definir o lugar das pessoas dentro da sociedade. Basta fazer o seguinte teste: quando uma pessoa entra numa sala, a primeira coisa que se observa é se é homem ou mulher, a segunda se é preto ou branco (ou qualquer outra raça identificável) e a terceira é a forma como as vestes e outras características que nos informam sobre sua classe⁵².

É pouco provável que na sociedade brasileira da época os marcadores que indicavam o lugar socioeconômico do sujeito estavam em terceiro lugar como foi apresentado acima, porém, é importante percebermos que reduzi-los somente à luta de classes, desconsiderando questões de raça e de gênero, também não é uma alternativa que contemple todos os problemas sociais.

O racismo estrutural brasileiro estrutura a divisão desproporcional dentro do mercado de trabalho remunerado. Nesta perspectiva, segundo Nancy Fraser⁵³, a divisão racial contemporânea do trabalho remunerado faz parte do legado deixado pelo colonialismo e escravidão. Além destes pontos, um aspecto central do racismo é o eurocentrismo: que privilegia traços associados com o “ser branco”. Essas depreciações

⁵¹ PEDRO, op. cit., p. 262.

⁵² Jornal *ChanacomChana*, n. 0, 1981, p. 3.

⁵³ FRASER, op. cit., p. 235.

expressam-se numa variedade de danos sofridos por pessoas pretas, que contribuem para mantê-las em desvantagem.

Stuart Hall⁵⁴ nos fala que “a classe não pode servir como um dispositivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades possam ser reconciliadas e representadas”. Desta forma, outros hibridismos identitários, como as sexualidades, as raças e etnias, que ainda não recebiam tanto valor como marcadores de diferenças sociais começaram a ganhar visibilidade.

De acordo com Lélia Gonzalez⁵⁵, a desigualdade sexual entre mulheres “amefricanas” e “ameríndias” torna-se de duplo caráter pelo fato da sua condição biológica – “racial e sexual”, isto faz com que elas sejam as mais oprimidas e exploradas numa região de capitalismo “patriarcal-racista” dependente.

Deste modo, o sistema patriarcal racista, colocado pela autora, insere as amefricanas e ameríndias numa teia de discriminação tripla, por serem mulheres, por serem “não-brancas” e pela posição socioeconômica, uma vez que, na grande maioria das vezes, elas fazem parte do proletariado afrolatinoamericano.

Portanto, as estruturas que geram a opressão não são independentes, não podem ser consideradas de maneira isolada. Como afirma Avtar Brah, as “estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constitutiva pela outra e é constitutiva dela”⁵⁶.

Grada Kilomba revela que raça e gênero são inseparáveis, justificando que construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa. “O mito da mulher *negra* disponível, o homem *negro* infantilizado, a mulher muçulmana oprimida, [...] bem como o mito da mulher branca emancipada ou do homem branco liberal são exemplos de como as construções de gênero e ‘raça’ interagem”⁵⁷.

Deste modo, podemos perceber que a interseccionalidade⁵⁸ nos permite entender como raça, gênero, classe e sexualidade interagem constituindo múltiplas experiências

⁵⁴ HALL, op. cit., pp. 20-21.

⁵⁵ GONZALEZ, op. cit., p. 17.

⁵⁶ BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In. **Cadernos Pagu**, n. 26, janeiro-junho de 2016, p. 351.

⁵⁷ KILOMBA, op. cit., p. 94.

⁵⁸ Entendemos por interseccionalidade o que afirma Kimberlé Crenshaw. A autora coloca que a interseccionalidade conceitua a captura das consequências estruturais e dinâmicas da interação entre eixos da subordinação. Ela trata da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios são responsáveis por criar desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade também mostra como ações políticas específicas geram as opressões destes eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos

dos sujeitos, deixando exposto os grupos beneficiados pelos modelos normativos e os que estão vulneráveis e são colocados à margem.

Sobre o feminismo brasileiro, as divergências de opiniões entre integrantes de alguns grupos feministas em relação as questões importantes a serem discutidas acabou dividindo o CMB do Rio de Janeiro. As diferentes visões de feminismo, seja aquela mais voltada para causas das mulheres – aborto, emancipação feminina – seja um feminismo mais voltado para causas gerais – o trabalho, classe, política partidária – romperam com grupos feministas do Rio de Janeiro e São Paulo.

Rachel Soihet⁵⁹ aponta que a segunda geração do movimento feminista no Brasil teve características peculiares, pois tinha, de um lado, a oposição do governo ditatorial, que olhava com desconfiança para qualquer forma de organização da sociedade e, do outro, grupos de esquerda que colocavam as pautas contra o governo autoritário e a desigualdade de classes vigentes acima de qualquer outra. Com isso, essa segunda geração lutava tanto contra o governo autoritário, ditador, quanto contra esses grupos de esquerda que não aceitavam pautas tangentes as que eles defendiam, considerando-as divisionistas da luta geral.

Considerando o que foi exposto, percebemos que o feminismo no Brasil da segunda metade do século XX travou grandes enfrentamentos em meio a muitas tensões e disputas de poder sobre qual narrativa fundadora era a mais verídica, como também, quais pautas deveriam ser priorizadas, somando-se a isso o período de ditadura civil e militar que durou mais de duas décadas.

Ao passo em que esses movimentos feministas estavam crescendo e se consolidando, a imprensa feminista também se expandia no extenso universo da imprensa alternativa, principalmente pelo seu engajamento social e político.

Segundo Elizabeth da Penha Cardoso⁶⁰, a imprensa feminista pós-1974 pode ser dividida em duas fases, sendo a primeira (1974 a 1980) mais preocupada com questões de classes e diferenças sociais e a segunda (a partir de 1981) orientada pela questão de gênero, com linha editorial priorizando temas específicos da mulher.

do desempoderamento. Ver: CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, 2002, p. 177.

⁵⁹ SOIHET, Raquel. **Encontros e desencontros no centro da mulher brasileira (CMB) anos 1970-1980**. Niterói, v. 7, n. 2, p. 237-254, 1. Sem. 2007, p. 238.

⁶⁰ CARDOSO, Elizabeth da P. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004, p. 4.

A autora trabalha com a hipótese de que o endurecimento do regime militar nos primeiros anos da década de 1970 incentivou as mulheres politizadas a lutarem pelo fim da ditadura e pela justiça social e, por conseguinte, isto teria deixado o feminismo em segundo plano. Ou seja, a ditadura civil-militar fez com que as feministas se aproximassem das alas de esquerda, que conclamavam as mulheres a reforçarem a luta por uma sociedade melhor para todos, o que só seria possível com o fim da ditadura e, após essa conquista, as reivindicações feministas, com pautas mais específicas voltariam a ser prioridade dentro dos movimentos.

Elizabeth da Penha Cardoso⁶¹ coloca que a primeira geração da imprensa feminista foi marcada pelo debate entre questões específicas e questões gerais, feminismo liberal *versus* feminismo marxista ortodoxo, pelo combate à ditadura e pela autonomia partidária. Já a segunda geração incorporou o conceito de gênero, tratando sobre questões à época consideradas específicas do feminismo – sexualidade, planejamento familiar, violência contra a mulher.

A exemplos de imprensa feminista, tivemos os jornais *Brasil Mulher*, *Nós mulheres* e *Mulherio*. Em 9 de Outubro de 1975 foi lançada a edição número 0 do *Jornal Brasil Mulher* (1975-1980). O jornal utilizou pela primeira vez a palavra “feminismo” na edição 2, publicada no início de 1976. O periódico estava ligado mais a luta pela anistia e contra a ditadura militar do que às pautas feministas, inclusive muitas de suas editoras eram ligadas ao PC do B. Ele possuiu um projeto editorial quase fixo em todas as suas 20 edições (17 edições e 3 extras), sendo composto por:

- 1) editorial: uma matéria com conteúdo opinativo sobre a questão da mulher vinculada com outros temas políticos; 2) Anistia: entrevistas, reportagens, textos e notícias sobre a anistia; 3) Os Fatos Estão Aí – geral, uma entrevista sobre os fatos conjunturais de interesse das mulheres, ou pequenas notas sobre o movimento das mulheres; 4) Arte Comunicação; Educação; Rosa dos Ventos – matéria e notícias sobre acontecimentos internacionais de interesse das mulheres; Ciência e o Brasil Correio⁶².

Com esta estrutura editorial, percebemos que o *Brasil Mulher* surgiu com a intenção de unir as lutas político-partidárias ao feminismo, inclusive Maria Amélia de Almeida Teles e Rosalina Santa Cruz Leite utilizavam o jornal como ferramenta para

⁶¹CARDOSO, op. cit., p. 68.

⁶² TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-2980)**. São Paulo: Intermeios, 2013 (Coleção Entregêneros), pp. 61-62.

discuti-las, como forma de garantir que o conteúdo fosse realmente problematizado e inserido nas casas de suas consumidoras.

Maria Amélia de Almeida Teles⁶³ comprova isto quando diz que “[...] O *Brasil Mulher* se propunha principalmente a defender a anistia a todos os presos e perseguidos políticos. E com isso ele rapidamente se afirma frente às forças políticas de oposição ao regime militar”.

Rosalina Santa Cruz Leite e Amelinha Teles⁶⁴ afirmam que “[...] O Brasil Mulher defendia, também, a dupla militância ou seja, a filiação partidária ou sindical e a feminista. O feminismo não deveria se isolar das propostas políticas societárias amplas, evitando o risco de uma prática pontual, isolada e, conseqüentemente, inócua.” As falas de ambas estavam presentes em vários discursos político-partidários da época. Esses discursos defendiam que, caso houvesse lutas feministas, estas tinham que estar entrelaçadas às lutas político-partidárias.

Os grupos partidários de esquerda não abriam espaços para movimentos que não estivessem engajados em consonância com suas pautas. Tanto é que, como já citado, alguns partidos políticos tinham medo de que os feminismos desviassem a militância da luta prioritária, que era a luta de classes, para a luta feminista.

Vale ressaltar que a duração de cinco anos do jornal *Brasil Mulher* é muito significativa considerando que paralelo ao seu período de circulação houve a repressão do Estado à liberdade e à justiça, a destruição das organizações sindicais e políticas das classes trabalhadoras, bem como a destruição de qualquer grupo político revolucionário que tivesse potencial para desestabilizar a base e o poder do sistema político ditatorial.

Outro destaque, mas agora em 1976, foi o surgimento do Jornal *Nós Mulheres* (1976-1978). Este periódico privilegiava mais a questão do feminismo e já possuía em sua primeira tiragem editoras que se proclamavam feministas abertamente, diferentemente do *Brasil Mulher*, que dava mais ênfase à anistia.

Na edição número 1 do jornal⁶⁵, de junho de 1976, as editoras publicaram:

[...] NÓS MULHERES queremos, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar. E, por isto não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação. NÓS MULHERES

⁶³ TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 89.

⁶⁴ TELES; LEITE, op. cit., p. 61.

⁶⁵ Jornal *Nós Mulheres*, n. 1, 1976, p. 1.

decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E, também, para pensarmos juntas nas soluções.

Nas oito edições do jornal, encontramos temas relacionados a maternidade, ao abandono paterno, creche, voto, prostitutas, racismo, ao salário, ao prazer no sexo que também deve ser desfrutado pelas mulheres, dentre outras questões de cunho feminista. Visavam o público de trabalhadoras que tinham condições socioeconômicas baixas e médias.

“Inês Castilho, jornalista que fez parte do primeiro grupo do *Nós Mulheres*, explica que o núcleo do jornal se contrapõe ao *BM [Brasil Mulher]* porque este estava atrelado às legendas de esquerda”⁶⁶. Para as editoras do *Nós Mulheres*, era necessário haver uma conscientização e emancipação feminina para que, assim, as mulheres se libertassem da opressão patriarcal.

Na edição número 3 do jornal *Nós Mulheres*, numa matéria chamada *Um momento de nossa história*, elas falaram que “[...] O feminismo no Brasil não é como querem muitos, uma coisa de agora, influenciada por ‘forças obscuras’, estranhas à nossa realidade. A memória feminista se perdeu como tantas outras em nosso país. Porém, cabe a nós restituí-la”⁶⁷. Nesta matéria as editoras explicaram que o feminismo não é uma luta ideológica que foi importada, seja dos Estados Unidos, seja dos países europeus ou de outro lugar. Pelo contrário, segundo elas, os feminismos brasileiros têm um histórico desde o começo do século XX⁶⁸, baseado nas múltiplas necessidades que as mulheres brasileiras tiveram em cada época.

Por fim, o *Jornal Mulherio*⁶⁹. Este foi editado por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas que eram envolvidas com o estudo da condição feminina no Brasil, circulou de 1981 a 1988 e foi produzido na cidade do Rio de Janeiro. No início, a proposta era criar um boletim que sistematizasse informações sobre o assunto e que fizesse o intercâmbio entre diversas instituições e pesquisadores sobre o feminismo.

O *Mulherio* acabou por ser lançado como jornal e possuiu 40 edições, sendo considerado um dos jornais feministas com maior número de publicações. Nos seus números encontramos pautas relacionadas à violência contra a mulher, aborto, liberdade

⁶⁶ TELES; LEITE, op. cit., p. 83.

⁶⁷ *Jornal Nós Mulheres*, n. 3, 1976, p. 6.

⁶⁸ Id. A matéria apresenta exemplos de lutas e de mulheres que lutavam pelos seus direitos desde 1907.

⁶⁹ Ver edição n. 0, 1981, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=459488&pesq=>. Acesso em: 16 jan. 2020.

do corpo feminino, trabalho doméstico, maternidade, empoderamento feminino, entre outros temas específicos das lutas feministas.

Os periódicos *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio* fizeram parte de uma imprensa feminista ampla, que queria divulgar e debater suas ideias. Tinham como característica a especialidade, tanto nas questões de esquerda, quanto nas questões do feminismo. Aliando a teoria política feminista, a história do movimento feminista no Brasil e as mobilizações político-partidárias e sociais em favor da volta da democracia.

Além dessas pautas feministas e a partir do encaminhamento das discussões trazidas nesses periódicos, nas décadas de 1970 e 1980 foram expressivas as criações de coletivos⁷⁰ homossexuais no Brasil, que buscavam estender visibilidade às suas pautas políticas como, por exemplo, o Somos de Afirmação Homossexual (SOMOS), o GALF e o Triângulo Rosa, de São Paulo; o Grupo Gay da Bahia e o coletivo lésbico Iamuricumã, do Rio de Janeiro. Muitos destes grupos mantiveram contato com outros grupos latino-americanos e norte-americanos, criando uma rede de apoio e de debates sobre a homossexualidade.

Uma parcela desses grupos criaram jornais e/ou boletins abordando a sexualidade, como também, problematizando os lugares impostos como naturais as mulheres. Como exemplos temos o Jornal *Lampião da Esquina*⁷¹ (1978-1981) e o Jornal (1981) e Boletim *ChanacomChana* (1982-1987).

O jornal *Lampião da Esquina* possuiu 41 edições – sendo que destas, três foram extras. Foi produzido na cidade do Rio de Janeiro e atuava numa perspectiva política mais ligada a pautas dos homens homossexuais, como a aids, considerada socialmente uma doença *gay*, a violência contra os grupos *gays*, travestis, temas raciais, dentre outros.

Todo o conselho editorial do jornal era composto por homens, o que vem corroborar o que o movimento de lesbianas denunciava sobre a tendência à invisibilidade lesbiana como expressão também da invisibilidade social das mulheres de forma estrutural.

Já o *ChanacomChana* também trazia matérias que discutiam sobre partidos políticos de esquerda, sobre violência de gênero⁷², contra grupos vistos como minoritários

⁷⁰A respeito do movimento lésbico no Brasil ver: LESSA, op. cit. 2007; ZANATTA, Elaine Marques. Documento e identidade: O Movimento Homossexual no Brasil na década de 80. *Cadernos AEL*, n. 5/6, 1996/1997.

⁷¹ Contava com um conselho editorial composto por: João Silvério Trevisan, João Antônio Mascarenhas, Peter Fry, Adão Costa, Aguinaldo Silva, Antonio Chrysóstimo, Clóvis Marques, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernardet.

⁷² Para fins de esclarecimento, o *ChanacomChana* tinha a discussão sobre gênero, mas não trabalhou com o conceito.

– que na realidade não são minoritários, mas sim oprimidos –, emancipação feminina, mas tinha como discussão principal a homossexualidade feminina: saúde da mulher lesbiana, feminismo lésbico, direitos dos grupos marginalizados, eventos envolvendo pautas lésbicas, dentre outros.

Foi o primeiro periódico com temática exclusivamente lésbica⁷³ que circulou no Brasil durante o regime militar. Destacando-se por seu agenciamento nas questões lésbicas, foi de grande importância para a sociedade paulista e brasileira, focando nas mulheres, nas suas sexualidades, prazeres, sem a necessidade de inserir narrativas masculinas.

O jornal *ChanacomChana* foi produzido pelo Grupo Lésbico-Feminista (LF)⁷⁴, que surgiu em 1979 e perdurou até meados de 1981. O boletim *ChanacomChana* foi produzido pelo Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF), que existiu de outubro de 1981 a 1988. Porém, para entender como se deu a criação desse grupo, precisamos falar primeiramente do Grupo Somos de Afirmação Homossexual (SOMOS/SP)⁷⁵.

O Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, posteriormente, Somos de Afirmação Homossexual (SOMOS), surgiu em abril de 1978, em São Paulo. Segundo Elaine Marques Zanatta⁷⁶, o grupo foi concebido a partir da vontade e necessidade de possibilitar o encontro de homens e mulheres homossexuais fora dos locais habituais, a fim de construir uma conscientização individual e coletiva da questão sexual. O SOMOS desde o início procurou inspirar a criação de outros grupos homossexuais de militância e reflexão.

Na edição número 22 do *Lampião da Esquina*, de 1980, na chamada para o primeiro encontro brasileiro de homossexuais, o jornal anunciou uma lista com os grupos formados até aquele momento. A lista intitulada “Escolha aqui sua turma”⁷⁷ contava com os seguintes grupos: Somos/RJ, Somos/SP, Auê/RJ, Somos/Sorocaba, Beijo Livre/Brasília-DF, Eros/SP, Facção Lésbico-Feminista/SP, Libertos/Guarulhos, Grupo de Atuação e Afirmação Gay/RJ.

⁷³ MARTINHO, Míriam. **Agosto com orgulho: os primórdios da organização lésbica no Brasil**. 2012. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2012/08/agosto-com-orgulho-os-primordios-da.html>. Acesso em: 16 jan. 2020.

⁷⁴ A diferença do LF para o GALF é mais a mudança do nome e as pessoas que integraram ambos os grupos. Após o rompimento com o SOMOS, as remanescentes do LF fundaram o GALF e algumas das antigas integrantes preferiram não fazer parte do novo grupo. Ver boletim *ChanacomChana*, n.3, 1983.

⁷⁵ Para conhecer mais sobre o SOMOS/SP ver: GREEN, James N. O grupo SOMOS, a esquerda e a resistência à ditadura. In: _____; QUINALHA, Renan (org). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos : EdUFSCar, 2019, pp. 177-200.

⁷⁶ ZANATTA, op. cit., p. 197.

⁷⁷ Jornal *Lampião da Esquina*, ano 2, n. 22. Rio de Janeiro, mar. 1980, p. 3.

Já na edição número 33 do jornal *Lampião da Esquina*, de 1981, na coluna “Escolha seu grupo”⁷⁸ havia os seguintes grupos: Lampião/RJ, Bando de Cá/RJ, Somos/RJ, Auê/RJ, Libertos/Guarulhos, Somos/Sorocaba, GOLS/ABC, Lésbica-Feminista/SP, Eros/SP, Somos/SP, Coletivo Alegria, Alegria/SP, Terra Maria: Opção Lésbica/SP, Fração Homossexual da Convergência Socialista/SP, Coligay/Porto Alegre, Terceiro Ato/BH, Beijo Livre/DF, Grupo Gay da Bahia/BA, Gatho – Grupo de Atuação Homossexual/PE, Auê/Recife, Nós Também/PB. Ou seja, de abril de 1978 a fevereiro de 1981 havia mais de 20 grupos⁷⁹ de militância homossexual, no Brasil.

Esses vários grupos homossexuais espalhados pelo Brasil estavam ligados através do jornal *Lampião da Esquina*. Quando a publicação desse jornal foi interrompida, em meados de 1981, a maioria dos grupos acabou ficando desarticulada e desapareceu.

Entre 1984-1988 o MHB viveu sua pior crise demográfica, pois de 22 grupos existentes em 1980, reduziram-se a apenas 4 em 1985 (GGB, Adé-Dudu, Triângulo Rosa e GALF), 3 em inícios de 1986 – sendo que a partir de meados de 1986, felizmente, sangue novo reanimou o MHB [...] Em outubro de 1986 existiam 12 grupos, 8 em maio de 1988⁸⁰.

Dentre os grupos citados pelo jornal *Lampião da Esquina*, encontrava-se o Lésbica-feminista, um subgrupo⁸¹ formado somente por lesbianas, que surgiu em fevereiro de 1979, dentro do grupo SOMOS/SP. Este grupo, desde seu surgimento possuiu vários nomes, como: facção lésbica-feminista, Grupo Lésbico-Feminista (LF), Grupo de Atuação Lésbico-Feminista, Grupo de Ação Lésbico-Feminista e, por fim, Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF).

O LF fazia parte do SOMOS/SP quando escreveu pela primeira vez na edição número 12 do jornal *Lampião da Esquina*. Foi uma edição comemorativa de 1 ano do jornal, de maio de 1979.

Como você sabe, depois de um ano de existência do jornal, é a primeira vez que viemos dar nossa contribuição. [...] Nós estamos atrasadas

⁷⁸ Jornal *Lampião da Esquina*, ano 3, n. 33. Rio de Janeiro, fev. 1981, p. 17.

⁷⁹ Além dos grupos citados na edição número 33 do jornal *Lampião da Esquina*, temos: Grupo de Santo André/SP e Grupo Outra Coisa - Ação Homossexualista/SP

⁸⁰ Boletim *Grupo Gay da Bahia*, ano 13, n. 27, 1993, p. 479.

⁸¹ Segundo Edward Macrae, no começo de 1979 muitas mulheres lésbicas começaram a participar das reuniões do SOMOS/SP, tanto é que, dos vinte e cinco integrantes do grupo, dez eram mulheres. Para lidar com esse aumento significativo de pessoas, decidiram formar três grupos menores, possibilitando a participação efetiva das lesbianas em todos os grupos. Porém, o que aconteceu foi que as mulheres que já eram minoria dentro do SOMOS, foram dispersadas, perdendo força na tomada de decisões. Ver: MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 309.

porque existimos, mas sempre abdicamos de existir. Existimos nos cochichos, nos bochichos, em algum barzinho, em algumas boates, n'alguma cama com algum corpo, nas fantasias e sonhações [sic] que, na maioria das vezes, arquivamos desde sempre. Sabemos e conhecemos a existência da repressão. E não falamos apenas daquela do camburão, do cassetete, da bomba de gás. Falamos daquela que está presente nas nossas relações na família, no emprego, com os amigos, na escola. [...] O fato de sermos mulheres homossexuais duplica a repressão. [...] Pela primeira vez na história deste país, um grupo de mulheres se reúne para falar e escrever acerca de sua homossexualidade. Aquelas mulheres sempre esquecidas, negadas e renegadas, exatamente por não se submeterem aos papéis [sic] naturais. [...] É a primeira vez, sim senhora. Pode procurar em toda a sua memória, pode consultar o que e a quem você quiser⁸².

É perceptível a vontade pela possibilidade de vivência livre do grupo LF. Fica bastante evidente que as integrantes buscavam ter voz dentro do movimento homossexual, queriam contar suas vivências sem que fossem reprimidas ou culpadas por isso. Além disso, o grupo colocou que foi a primeira vez na História do país que as mulheres se reuniram para falar de sua sexualidade, ou seja, quaisquer outras publicações que tenham havido não as contemplavam e não retratavam sua realidade. Ao falarem dos papéis naturais impostos pela sociedade machista, elas demonstraram um caráter marcadamente influenciado pelas ideias dos movimentos feministas, tanto é que o grupo optou por usar também o termo feminista no nome.

Porém, o LF não passou muito tempo no SOMOS. Nos dias 4, 5 e 6 de abril de 1980, em São Paulo, um mês antes da separação com o grupo SOMOS, ocorreu o I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), concomitantemente ao I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO). As pessoas presentes neste evento dividiram-se em subgrupos que discutiram sobre:

[...] a questão lésbica, a repressão homofóbica, os michês e travestis, a solidão do homossexual e a intolerância da Igreja Católica. Algumas conclusões e recomendações: incentivar a legalização dos grupos homossexuais e maior intercâmbio; ampliar estudos e conferências sobre a homossexualidade; lutar pela aprovação de leis anti-discriminatórias [sic], inclusive a extinção do [parágrafo] 302.0 que rotulava o homossexualismo como desvio sexual; denunciar todas as expressões de preconceito anti-homossexual [sic]⁸³.

⁸² Ver jornal *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 12, mai. 1979, p. 7.

⁸³ Boletim *Grupo Gay da Bahia*, ano 13, n. 27, 1993, p. 476.

O EGHO, particularmente, aconteceu nos dias 4 e 5 de abril, sendo que deste só puderam participar os integrantes de grupos homossexuais organizados de todo o país. O EBHO, no último dia, foi aberto ao público em geral, desde que tivessem feito a inscrição previamente. Esse controle foi feito através de uma forte segurança para barrar pessoas que pudessem causar desordem ou utilizar a imagem de algum/a participante de modo a prejudicar esta pessoa.

O evento foi organizado por três grupos, o SOMOS/SP, EROS/SP e LIBERTOS/SP e foi realizado no Centro Acadêmico Oswaldo Cruz da Faculdade de Medicina da USP. A atriz e empresária Ruth Escobar cedeu o teatro Ruth Escobar para que fosse realizada a parte do evento que era aberta ao público em geral.

Os grupos presentes: SOMOS (SP), Ação Lésbico-Feminista (SP), EROS (SP), LIBERTOS (Guarulhos), AUÊ (RJ), SOMOS (RJ), SOMOS (Sorocaba) e BEIJO LIVRE (Brasília). Havia também representantes das cidades de Belo Horizonte, Vitória, Goiânia e Curitiba. Cerca de 200 pessoas. [...] Aliás, o Iº EBHO contou com a presença de representantes gays de vários grupos políticos como o PT, o PC e a Convergência Socialista⁸⁴.

Na edição número 3⁸⁵ do boletim *ChanacomChana*, as integrantes comentaram que entraram no I EGHO com o intuito de estimular a criação de novos grupos exclusivamente femininos, como também, na tentativa de combater o machismo. O jornal *Lampião da Esquina*, em uma de suas matérias, escreveu sobre a repercussão que a articulação das lesbianas do LF teve quando inseriram pautas lesbianas dentro do evento.

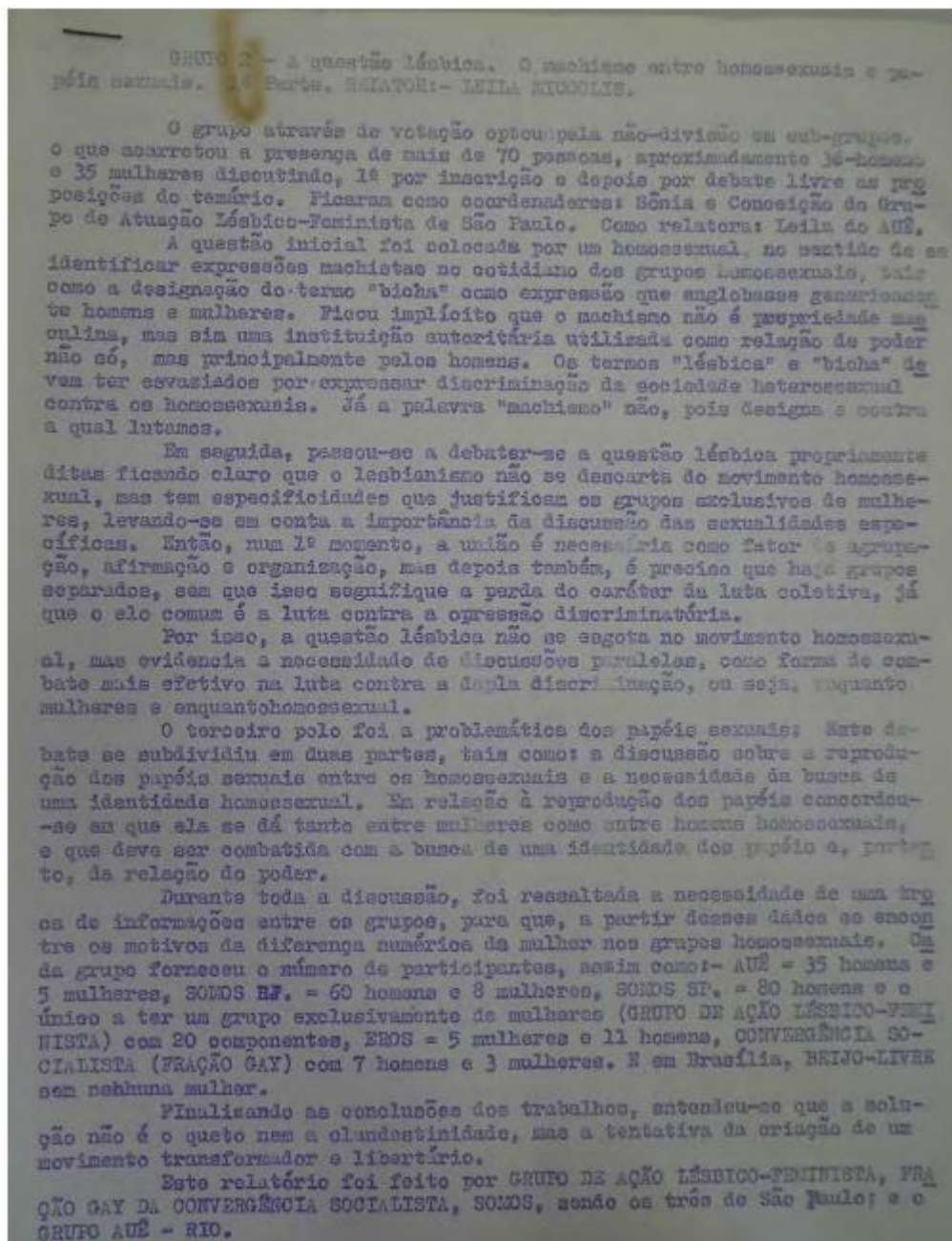
O debate que atraiu mais participantes foi ‘A questão lésbica. O machismo entre homossexuais e papéis [sic] sexuais’. Cerca de 70 pessoas permaneceram reunidas durante duas horas e meia em acasas discussões, sem, no entanto, conseguir chegar a um entendimento. Não se pode deixar de dar destaque ao mais coeso, mais treinado para falar, mais articulado e mais coerente dos grupos presentes ao encontro, que é a Ação Lésbico-Feminista, do SOMOS/SP⁸⁶.

Neste evento foi produzido um relatório, como podemos ver abaixo, resumindo as discussões que foram pautadas de acordo com as temáticas supracitadas.

⁸⁴ Jornal *Lampião da Esquina*, ano 2, n. 24. Rio de Janeiro, mai. 1980, p. 4.

⁸⁵ Ver boletim *ChanacomChana*, n. 3, 1983, p. 2.

⁸⁶ Jornal *Lampião da Esquina*, ano 2, n. 24. Rio de Janeiro, mai. 1980, p. 4.



Fonte: PINAFI, Tânia. **Militante... Já viu, né? A homofobia nos processos de subjetivação dos militantes do movimento LGBT**. 2011, p. 179. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

Segundo o documento, Leila, do grupo Auê, foi a relatora. A primeira questão referia-se ao “machismo entre homossexuais”, os grupos defenderam que o machismo não era uma propriedade somente masculina, mas uma instituição autoritária usada, principalmente, pelos homens. A segunda, em relação “a questão lésbica” em que debateram que a lesbianidade não descartava o movimento homossexual, mas tinha pautas específicas, o que justificava os grupos exclusivamente de mulheres. Por fim, a terceira

questão falava sobre “os papéis sexuais”, tirando como conclusão que a reprodução dos papéis sexuais dava-se, tanto pelos homens, quanto pelas mulheres e que devia ser combatida.

O relatório, apesar de ser pequeno, trouxe informações importantes, como a quantidade de pessoas presentes no evento, fazendo a separação entre homens e mulheres, como também, o que foi colocado em cada debate.

Tomando como base as fontes apresentadas sobre o I EGHO, podemos afirmar que desde quando faziam parte do SOMOS, o subgrupo Lésbico-Feminista já atuava politicamente e pautava nos eventos questões envolvendo vivência das lesbianas, machismo, papéis sexuais e sociais, dentre outras.

Ao passo que o LF ganhava mais visibilidade enquanto subgrupo, os atritos deste com o SOMOS aumentavam consideravelmente. Marisa Fernandes⁸⁷ vem nos falar que as mulheres do SOMOS tinham uma identidade muito politizada e queriam ser chamadas de *lésbicas* justamente para tentarem esvaziar o conteúdo violento da palavra, porém, os *gays* do grupo utilizavam termos como “racha” ou “rachadas” para referirem-se à elas, rótulos que eram considerados inadmissíveis pelas lesbianas.

A autora ainda afirma que dentro do SOMOS algumas lesbianas faziam parte dos grupos de identificação, de atuação e de estudos. Os homens do SOMOS eram em maior número e as lesbianas ficavam diluídas nesses subgrupos. “Desta forma, elas mal conseguiam falar e, quando lhes davam a oportunidade, era sempre para facilitar que os *gays* superassem os preconceitos que tinham contra as *lésbicas*”⁸⁸.

O que temos nesse momento é o início de uma interpelação da universalidade com que as mulheres e suas pautas eram tratadas no interior do movimento homossexual o que resultava na subordinação e invisibilidade das lesbianas, tanto dentro do movimento homossexual, quanto dentro do movimento feminista.

Na edição número 3 do boletim *ChanacomChana* as integrantes do GALF⁸⁹ explicaram um dos motivos que levaram ao afastamento do grupo SOMOS. Segundo elas:

⁸⁷ FERNANDES, op. cit., p. 93.

⁸⁸ Id.

⁸⁹ Estamos utilizando a sigla GALF para falar sobre um episódio que aconteceu com o grupo LF, porque a edição número 3 do boletim *ChanacomChana* é de 1983 e o grupo começou a se denominar de GALF a partir de outubro de 1981. Ver: MARTINHO, Míriam. *Lésbicas brasileiras: saúde, educação, trabalho, família, questão legal, política e religiosa*. In. **Rede de Informação Um Outro Olhar**. São Paulo, 1995, p. 7. Disponível em: https://disciplinas.usp.br/pluginfile.php/4283261/mod_resource/content/1/Breve%20Hist%C3%B3rico%20sobre%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20L%C3%A9sbica%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 16 jul. 2020.

[...] Nossa separação dos homens, naquela época em que se suponha poder haver uma igualdade no encaminhamento das questões das lésbicas e dos bichas, foi considerada separatista, divisionista e radical. [...] Mas, acontece que já naquele ano, percebíamos a grande diferença entre ser uma mulher lésbica em nossa sociedade falocêntrica e ser um homem bicha nesta mesma instituição⁹⁰.

As militantes do LF foram hostilizadas e consideradas divisionistas dentro do grupo considerado pioneiro do movimento LGBT brasileiro. Sobre o SOMOS, James N. Green⁹¹ afirma que apesar de toda situação envolvendo *gays* e lésbicas, alguns deste primeiro grupo apoiavam as lesbianas e se consideravam, se não feministas, pelo menos muito influenciados pelas ideias do movimento.

Apesar disso, as lesbianas do SOMOS enfrentavam constantemente uma predominância masculina nos discursos das reuniões gerais do grupo. Isto as levou a organizarem reuniões de “identificação” só para as lésbicas e, em maio de 1980, decidiram formar uma organização autônoma.

As militantes do SOMOS se conscientizaram que o sistema desigual baseado em uma normativa de gênero as submetiam a um sistema sexista onde suas pautas eram tratadas como inferiores e as mulheres como auxiliares da ação, permanecendo atrás das cortinas da luta, o que acarretou nessa ruptura com o SOMOS e o nascimento de um grupo lésbico.

A partir da criação do LF e do GALF percebemos que algumas lesbianas feministas estavam iniciando uma organização interna, com debates sobre o pessoal e o político, o corpo, a sexualidade e os direitos sexuais que se converteram em bandeiras de luta.

Ainda sobre a separação do SOMOS, na edição número 25 do jornal *Lampião da Esquina*, na matéria intitulada *O racha no SOMOS/SP*, o LF⁹² divulgou a seguinte nota:

São Paulo, 19 de maio de 1980. Ao Movimento Homossexual: Em reunião geral no Mistura Fina, dia 17 de maio, o grupo Lésbico-Feminista separou-se do grupo SOMOS. [...] 1) a participação de lésbicas em grupos mistos tem impedido o desenvolvimento de uma consciência [sic] feminista, essencial, a nosso ver, para o próprio M.H. [Movimento Homossexual]. Dada a especificidade da discriminação que sofremos, enquanto mulheres homossexuais, consideramos o processo de afirmação somente possível em reuniões separadas das dos

⁹⁰ Boletim *ChanacomChana*, n. 3, 1983, p. 2.

⁹¹ GREEN; QUINHALHA, op. cit., p. 192.

⁹² Por motivos já explicados, utilizaremos a sigla LF para eventos que se deram antes de outubro de 1981.

homens. As mulheres não podem descobrir o que têm em comum a não ser em grupos só de mulheres: 2) é falsa a ideia de que um grupo homossexual precise de lésbicas para levar a questão feminista. [...] Aachamos que a conscientização, embora em níveis diferentes para homens e mulheres, se dá da mesma forma, isto é, por meio de leituras, pesquisas e da reflexão contínua sobre a reprodução dos papéis heterossexuais de masculinidade e feminilidade. [...] 3) os grupos formados exclusivamente por lésbicas ou bichas não dividem o M.H., pelo contrário, podem enriquecê-lo, apontando novas propostas na direção de um verdadeiro crescimento da consciência homossexual⁹³.

O Grupo Lésbico-Feminista manifestou-se publicamente dizendo que a atuação separada dos grupos não representava uma perda e não prejudicava o Movimento Homossexual Brasileiro, pelo contrário, podia enriquecê-lo ao passo que novas propostas surgiam a partir de uma consciência homossexual mais sólida.

Buscando explicar os novos rumos que resolveram tomar, na edição número 27 do jornal *Lampião da Esquina*, na matéria chamada *A posição do Galf*, elas comunicaram que:

A autonomia do GALF [ou LF] em relação ao SOMOS/SP era anterior à divisão do grupo [SOMOS]. Foi então mera ‘coincidência histórica’ ela ter acontecido no mesmo dia em que algumas pessoas saíram para fundar outro grupo [o Grupo Outra Coisa: Ação Homossexualista]. [...] não cabíamos no Somos enquanto mulheres, já que, como explicado anteriormente em nossa carta, temos que nos organizar separadamente para atender às nossas especificidades, o que não era absolutamente o caso das bichas. O que fizemos foi apenas tornar pública uma situação que já havia de fato: a nossa independência. Isso não significa, porém, que estamos fora do movimento ou que agora sejamos apenas um grupo feminista. Ao efetuarmos um trabalho junto às feministas, estamos buscando atender à outra faceta prioritária de nosso movimento, uma vez que somos um grupo de mulheres. Buscamos, também, ampliar o universo de atuação dos grupos homossexuais, através deste novo espaço conquistado. Em suma, trouxemos para o movimento homossexual o cunho revolucionário do movimento feminista – a busca de uma nova práxis, transformadora da realidade social. Queremos frisar que continuamos a ser um grupo lésbico e que o feminismo apenas nos acrescentou novas frentes de luta⁹⁴.

Apesar de negarem a prioridade do Movimento Feminista sobre o Movimento Homossexual, na prática o posicionamento das militantes do LF seguia uma oscilação pendular, em que ora enfatizava a luta feminista, ora a luta homossexual.

⁹³ Jornal *Lampião da Esquina*, ano 3, n. 25. Rio de Janeiro, jun. 1980, p. 8.

⁹⁴ Jornal *Lampião da Esquina*, ano 3, n. 27. Rio de Janeiro, ago. 1980, p. 5.

O LF tornou-se autônomo no dia 17 de maio de 1980. De acordo com Míriam Martinho⁹⁵, ele foi o pioneiro no tratamento das questões dos homossexuais dentro do movimento feminista e da questão das mulheres dentro do movimento homossexual. Também foi a primeira entidade lesbiana inteiramente desvinculada de quaisquer outras organizações e que tinha como objetivo principal o trabalho voltado para a questão da homossexualidade feminina.

Segundo Marisa Fernandes⁹⁶, o LF chegou a ter mais de 30 lesbianas que subdividiam-se em grupos de reconhecimento – visavam a afirmação da homossexualidade; de reflexão, voltado para debates sobre temas relacionados a feminismo e homossexualidade; e de agitação e/ou atuação, relacionado a debates públicos. Em 1980 formou-se até um núcleo de criação de fotografia e audiovisual, o LF Artes.

As lesbianas feministas do LF, após a saída do SOMOS, começaram a pautar a questão da lesbiandade dentro dos movimentos feministas, provocando-os a fim de desconstruir a invisibilidade lesbiana e enfrentar a lesbofobia⁹⁷, presente não apenas na sociedade em geral, mas também dentro do próprio movimento.

A autora Vanilda Maria de Oliveira⁹⁸ alerta para o fato de que a crescente visibilização política das lesbianas pretas trouxe à tona denúncias de que o feminismo também estava sendo cúmplice de práticas opressoras como a lesbofobia e o racismo. Desse modo, no movimento feminista as mulheres pretas lesbianas se deparavam com o racismo e no movimento negro com o machismo.

Como afirma Tayane Rogéria Lino⁹⁹, o medo das feministas de serem tachadas pejorativamente como lesbianas resultou no que as feministas lesbianas chamaram de

⁹⁵ MARTINHO, op. cit., 2012, p. 1.

⁹⁶ FERNANDES, op. cit., p. 94.

⁹⁷ Em linhas gerais, a lesbofobia seria o medo e preconceito voltados às lesbianas, o que pode gerar sérias atitudes violentas para com os corpos femininos. O lugar da sexualidade da mulher é historicamente construído de uma maneira completamente diferente do lugar da sexualidade do homem, isto ocorre principalmente devido aos processos de invisibilidade ao qual as lesbianas geralmente estão submetidas na sociedade. Então, a lesbofobia é diferente da homofobia dos casos masculinos. A ideia aqui não é comparar qual o tipo de opressão é a pior, pois toda e qualquer opressão causa muitas consequências negativas aos sujeitos que as sofrem. Queremos colocar que, o fato da mulher ser um sujeito visto historicamente como inferior, que é para reprodução, ter determinada estética, faz com que a lesbofobia seja um vetor carregado de muitas cobranças e ódio ao corpo feminino e sua homossexualidade. Ver: LEONEL, Vange. *Lesbofobia*. In: VENTURI, Gustavo, BOKANY, Vilma. (orgs). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

⁹⁸ OLIVEIRA, Vanilda Maria de. Identidades interseccionais e militâncias políticas. In: GROSSI, Miriam; UZIEL, Ana Paula; MELLO, Luiz (orgs). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. – Rio de Janeiro : Garamond, 2007, p. 385.

⁹⁹ LINO, Tayane Rogéria. Nas fissuras da história: o movimento lésbico no Brasil. **Revista Movimentação**, Dourados, MS, v.5, n.10, jan./jun. 2019, p. 15.

hierarquização das bandeiras políticas dentro do movimento feminista. Dessa forma, as questões ligadas especificamente às lesbiandades nunca foram postas como pauta, em termos de reivindicações de direitos. Essa conjuntura teve como fim a busca por um espaço exclusivo das mulheres lésbicas e a construção de pautas que atendiam suas demandas e especificidades.

Nos dias 21 e 22 de junho de 1980, um mês após a separação do LF com o SOMOS, ocorreu o Encontro de Valinhos. Neste encontro houve a presença de vários grupos feministas. As integrantes do LF compareceram colocando a questão da sexualidade e da identidade feminina. Segundo a edição número 3¹⁰⁰ do boletim *ChanacomChana*, desse encontro de Valinhos surgiu uma forte bandeira para o Movimento Feminista, que foi a bandeira da luta contra a violência que, posteriormente, deu origem ao grupo SOS Mulher – de outubro de 1980.

O encontro também deflagrou uma crise interna do LF, que impactou as estruturas do grupo meses após o evento. As divergências envolvendo questões ideológicas e erótico-políticas influenciaram no seu rompimento, fazendo com que a maior parte de suas integrantes se afastassem. Segundo Heloisa Pontes:

Esse processo de segmentação foi acompanhado pela eclosão de conflitos pessoais. Naquele período Z. estava rompendo uma ligação amorosa de dois anos com L., militante lésbica. Esta última, por sua vez, estava namorando M, que também era integrante do grupo. Esse triângulo amoroso foi vivido de uma maneira extremamente conturbada tanto pelas suas protagonistas como pelas demais militantes lésbicas. Algumas, revoltadas com o comportamento e com a forma de condução do novo romance, aliaram-se a Z.; outras a M. Em ambos os casos, as alianças e dissidências apareceram revestidas por concepções políticas distintas, relativas a maneiras divergentes de qualificar as preferências sexuais. [...] As que romperam com Z. aglutinaram-se em torno de M. e se desvincularam do SOS. Para elas, o lesbianismo não se constituía apenas em uma opção sexual, sendo tratado, antes de tudo, como um problema de identidade social e política. [...] Ao contrário, as que se aliaram a Z. retiraram-se do LF e passaram a recusar a identidade lésbica enquanto uma identidade política¹⁰¹.

Dentro do LF havia diferenças de opiniões. De um lado tinha as lésbicas que se denominavam como “entendidas” e reproduziam nos seus relacionamentos amorosos as relações de gênero heterossexuais, do outro lado havia as lésbicas chamadas de

¹⁰⁰ Boletim *ChanacomChana*, n. 3, 1983, p. 2.

¹⁰¹ PONTES, Heloisa André. **Do palco aos bastidores: o SOS-Mulher (SP) e as Práticas Feministas Contemporâneas**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1986, p. 118.

“veteranas”, que usavam um linguajar militante. As “entendidas” sentiam que as “veteranas” se achavam superiores em relação a elas. Já as “veteranas” não conseguiam entender e nem aceitar a reprodução de papéis heterossexuais dentro de relações lesbianas.

Marisa Fernandes¹⁰² reforça isto quando coloca que quando o amor romântico era pautado dentro das reuniões do LF, o assunto tocava num ponto fraco dos casais lesbianos, isto porque algumas entendiam que os abusos suportados dentro das relações não eram entendidos como violência, mas sim como provas de amor. A desigualdade de linguagens e necessidades tornavam as convivências conflituosa e difíceis dentro do grupo.

Na edição número 3 do boletim *ChanacomChana*, na matéria intitulada *GALF: 4 anos de atuação*¹⁰³, elas debateram que esses processos de crises internas ocorreram em função das tensões entre as integrantes do LF em relação às pautas a serem defendidas. Por exemplo, uma das questões defendidas pelo grupo foi a campanha contra os modelos monogâmicos que eram enxergados como herança da sociedade heterossexual machista, porém, paralelo à esta defesa, as discussões acabaram tocando em assuntos envolvendo posse, ciúme, relações interpessoais, fidelidade, monopolização da palavra, inversão de papéis binários (homem, mulher) que, somados a um clima de competição pela direção no encaminhamento das atividades que eram realizadas, gerou uma enorme desconfiança entre as integrantes e, conseqüentemente, uma descrença quase que geral no próprio trabalho que elas faziam.

Os desentendimentos se davam também em torno das reflexões da identidade homossexual, no sentido de colocar o próprio LF para refletir sobre como se entendiam enquanto mulheres homossexuais. Isto trouxe à tona questionamentos sobre ser ou estar lesbiana e quais as conseqüências de tratar a homossexualidade enquanto uma opção, escolha. Essa crise se desdobrou na cisão do grupo e no afastamento de muitas integrantes. Algumas foram para o SOS Mulher e outras formaram o Terra Maria Opção Lésbica, uma espécie de ramificação do LF, que não durou muito tempo.

Passado esse segundo semestre de 1980, em janeiro de 1981 foi publicado o jornal *ChanacomChana*. Ele possuiu edição única e foi iniciativa do LF. O jornal teve uma estrutura de quatro folhas e contou com um conselho editorial composto por Fanny, Maria

¹⁰² FERNANDES, op. cit., p. 94.

¹⁰³ Ver boletim *ChanacomChana*, n. 3, 1983, pp. 2 a 5.

Serrath e Teca e teve a colaboração de Maria Carneiro da Cunha, Nair Benedito e Cristina, esta última ficou responsável pela fotografia.

Na capa aparecia a frase *não me envolvam, eu me envolvo* e logo abaixo a foto da cantora Ângela Maria Diniz Gonsalvez, vulgo Ângela RoRo e uma entrevista com ela, que terminava na página seguinte. Na página 3 tinha uma matéria assinada pela feminista heterossexual Maria Carneiro da Cunha intitulada: *Quem tem medo de Virginia Woolf?* e, por fim, na página 4, uma matéria de Míriam Martinho chamada *Exercício de liberdade*.

Em seu Editorial, as integrantes do LF já anunciavam suas intenções provocativas, transgressoras:

CHANACOMCHANA foi um pulo do conformismo para a participação. Nosso jornal é nossa ponte. A palavra CHANA não pode ser sumariamente definida como ‘órgão sexual feminino’. É algo tão mais amplo, quanto os contrapontos de existir. Que a palavra CHANA soe para uns como ‘CHANCE’; para alguns como ‘CHANCA’ (pé grande – sapatão?), e para outros como ‘CHAMA’. O importante é isentar-se de conotações. [...] Voltando ao nosso papel com tinta, sabemos que CHANACOMCHANA é um sopro, mas há horas em que um sopro pode representar tudo, inclusive a vida. E a vida é negra, é prostituta, é homossexual, e mulher, e amamos todas estas suas facetas politicamente minoritárias¹⁰⁴.

Pela citação, podemos destacar que o GALF, já nos anos de 1980, estava pondo em debate questões interseccionais que eram problematizadas, naquele mesmo contexto, por estudiosas pretas como, Lélia Gonzalez e Audre Lorde, por exemplo. Notamos ainda que elas construíram um projeto discursivo que brincava com a palavra “chana”, trazendo outros horizontes de visões e significados, não sendo somente uma genitália feminina ou uma sexualidade desvalorizada, mas uma chance para que as lésbicas pudessem se expressar como quisessem. Uma chama, que queimava, aquecia e incendiava.

Esse papel revolucionário expresso nos sentidos da palavra “chana” implicava uma provocação social e política, que expunha a vontade e a exigência de se fazer ouvir em um espaço que as rejeitava. A participação era essencial, com uma inserção de representações plurais, para que as chamadas “minorias” ocupassem espaços dentro da sociedade.

¹⁰⁴ Jornal *ChanacomChana*, n. 0, 1981, p. 4.

Pensando nessas minorias, ou melhor, identidades oprimidas (já que juntas fazem parte de uma grande parcela da população) podemos dialogar com Audre Lorde¹⁰⁵ quando ela escreve que geralmente se percebe como parte de algum grupo definido como outro, desviante, inferior ou simplesmente errado. É tradição na sociedade americana esperar que os grupos oprimidos e objetificados se desdobrem para superar a distância entre as realidades de suas vidas e a consciência do opressor. Apesar do GALF ter dito que amava todas as facetas politicamente minoritárias, os grupos opressores na sociedade em geral tinham/têm um pensamento contrário quando se tratava/trata de corpos pretos, prostitutas, lesbianos, travestis, mulheres, transexuais, dentre tantos outros.

Na entrevista com Ângela RoRo percebemos a coragem da cantora em responder algumas questões sobre sua sexualidade considerando que, como o grupo mesmo falou “o homossexualismo ainda é um assunto obscuro, digo maldito, para a maioria das pessoas. Ele encontra-se situado no cruzamento do pecado com o preconceito”¹⁰⁶.

Com o título *não me envolvam, eu me envolvo*, Ângela colocou que não precisava que os movimentos lésbicos falassem por ela, ela se envolvia e tomava uma postura diante das situações. Podemos ver isso explícito quando o grupo LF perguntou sobre assumir-se como lésbica publicamente e a cantora respondeu:

[...] eu não me disse lésbica hora nenhuma. Não me envolvam, eu me envolvo. Não é preconceito, sabe, com esta palavra. Eu acho que vocês têm uma motivação para estarem usando o termo. Mas acho esta motivação fraca porque é vulnerável. [...] Mas ser lésbica, ou ser bicha, ou ser negro, ou ser judeu é detalhe da pessoa humana, você recebe um carimbo e aceita? Isto é dar continuidade a discriminação¹⁰⁷.

A separação que a cantora fez entre ela e o grupo LF expressou a demarcação de lugares de fala na cena discursiva. Ela não aceitava ser enquadrada em um termo, que para ela era muito limitante, como também, não sentia necessidade de participar da militância lesbiana. Para a cantora, o rótulo imposto pelo olhar de outrem para lhe classificar era recusado, sobretudo porque este rótulo expressava uma diferença que, diante da sociedade, trazia consigo uma discriminação, uma inferioridade.

O pensamento da cantora em relação ao rótulo, colocando-o como algo negativo nos lembra a discussão sobre o porquê assumir-se ou não lesbiana. A questão de assumir-se está ligada a ideia de representatividade política, de presença, mais que isso, ela cria a

¹⁰⁵ LORDE, op. cit., p. 141.

¹⁰⁶ Jornal *ChanacomChana*, n. 0, 1981, p. 1.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 2.

perspectiva de que a diferença não é algo ruim, mas sim, real e válido. Como Audre Lorde afirma “[...] não desenvolvemos ferramentas para usar a diferença humana como um trampolim que nos impulse para a mudança criativa em nossa vida. Não falamos de diferenças humanas, mas de humanos desviantes.”¹⁰⁸ Deste modo, o assumir-se enquanto lesbiana, principalmente para a figura pública de Ângela RoRo seria a demonstração da diferença real, que existem outras sexualidades para além do heterossexual, do *gay*, da/o bissexual. Mais que isso, que a lesbiana não é um ser desviante, mas um ser diferente do heterossexual, com suas múltiplas características singularidades.

Já a matéria assinada por Maria Carneiro da Cunha trazia discussões muito interessantes sobre feministas e lesbianas, ela colocava que:

As feministas já foram chamadas de histéricas, mal-amadas, divisionistas, burguesas, pequeno-burguesas alienadas (epítetos curiosamente lançados por outros burgueses e pequeno-burgueses que agem como se fossem os cães de guarda de um proletariado ao qual não pertencem). Mas uma das confusões mais comuns é chamar as feministas genericamente de lésbicas, de anti-homem [...] Mas o que há ainda por trás dessa generalização é um preconceito ainda muito mais terrível contra as lésbicas, uma espécie de anátema, utilizado por tabela para desacreditar o feminismo¹⁰⁹.

A aproximação das feministas com as lesbianas no discurso social, como esse ser anti-homem só nos mostra a inquietação patriarcal em manter a apropriação social das mulheres, uma vez que as feministas também tomaram consciência do sistema patriarcal em que estavam inseridas, expunham o processo de diferenciação sociossexual e tentaram desconstruir o processo de naturalização dos discursos dominantes.

Além disso, Maria Carneiro da Cunha fez uma crítica forte às esquerdas que recusavam-se a reconhecer as lutas, à época, consideradas específicas e se voltavam somente para a luta de classes, como motor de todas as desigualdades. Então, a proposta da autora era ir além da luta de classes e enxergar que tudo estava profundamente interligado.

A matéria de Miriam Martinho, intitulada *Exercício de Liberdade* trazia, mesmo que em poucas palavras, alguns ganhos para o grupo de lésbicas. Segundo ela:

Mas já temos conseguido alguma coisa. Conseguimos, com certeza, através da análise de nossa problemática, alterar um pouco ou muito, a vida de cada elemento do grupo. Conseguimos obter um espaço para as

¹⁰⁸ LORDE, op. cit., p. 143.

¹⁰⁹ Jornal *ChanacomChana*, n. 0, 1981, p. 3.

lésbicas no Movimento feminista brasileiro e, também no mesmo, enfatizar a questão da sexualidade sempre tão esquecida. Conseguimos estimular a discussão sobre o feminismo no Movimento Homossexual, demonstrando estar a opressão do homossexual inteiramente ligada a dominação da mulher pelo homem. Conseguimos em suma, pela primeira vez, dar condições para as mulheres homossexuais possam falar publicamente da marginalização a que são submetidas¹¹⁰.

Miriam Martinho expunha que as lésbicas estavam adquirindo voz e conquistando espaços através do diálogo com outros grupos, com outros movimentos, neste caso específico, com os movimentos feministas e de homossexuais masculinos. A autora, na mesma página, também falou que a vivência do LF trouxe muitas constatações e questionamentos e que o grupo tinha “consciência que a concretização de tudo isso é um caminho longo e árduo”¹¹¹.

Esse processo de conscientização enquanto grupo e indivíduo e os questionamentos levantados a partir das experiências do LF/GALF criou possibilidades de fazer-se conhecer, fazer-se ver, que é contrário aos pressupostos de um discurso e de um conhecimento moldado no senso comum e que fortalece o preconceito.

A matriz principal seria a transformação, conquistada e vivida de forma coletiva e igual. A sexualidade que também era trazida à discussão remetia a uma crítica à heterossexualidade vista como natural, numa tentativa de problematizar modelos aceitos socialmente e tidos como inquestionáveis.

O jornal *ChanacomChana* foi produzido estando inserido em um clima de tensões internas que vinham acontecendo desde junho de 1980. Por volta de fevereiro/março de 1981 chegaram novas integrantes que trouxeram mais ânimo para todas, porém o mal-estar ocasionado pela cisão do grupo ainda fazia parte do coletivo.

O clima tenso perdurou até por volta do ano de 1982 quando, segundo as militantes do GALF¹¹², houve um aumento significativo das atividades realizadas, tanto internamente, quanto externamente. Além disso, o GALF assumiu uma postura mais combativa na defesa de suas ideias sobre homossexualidade feminina.

Para exemplificar o aumento dessas atividades, elas narraram que articularam um grupo de estudos paralelamente às reuniões de reflexão dos sábados e, através dele, com a ajuda de textos sobre feminismo e lesbiandade, aprofundaram a análise sobre a situação das mulheres, em geral, e das lesbianas especificamente.

¹¹⁰ Jornal *ChanacomChana*, n. 0, 1981, p. 4.

¹¹¹ Id.

¹¹² Ver boletim *ChanacomChana*, n. 3, 1983, p. 4.

Além disso, intensificaram contatos com grupos congêneres do exterior, resultando o recebimento gratuito de muito material lesbiano-feminista o que fez com que organizassem mais metodicamente a biblioteca do grupo. Externamente, participaram do debate sobre violência contra a mulher, realizado no auditório do Sindicato dos Jornalistas, ao final de abril de 1982. Em maio do mesmo ano, organizaram, juntamente com o SOMOS e o grupo Outra Coisa, a comemoração dos 4 anos do Movimento Homossexual, numa semana chamada “Viva a Homossexualidade”, em que houve debates e filmes discutindo sobre a temática.

Em dezembro de 1982 foi publicada a primeira edição do boletim *ChanacomChana*, produzido pelo GALF. Este atravessou os anos 80, com um total de 12 publicações, marcando a presença lesbiana no cenário da imprensa alternativa de São Paulo.

Após a edição número 0 do jornal *ChanacomChana*, a ideia de dar continuidade foi abandonada, tanto por falta de dinheiro, quanto pelas incertezas de definição no que se referia a linha de publicação a ser seguida. Por isso que a edição 0 do jornal é de janeiro de 1981 e a edição número 1 do boletim é de dezembro de 1982. As edições seguintes do boletim tiveram menos interrupções, mas ainda com intervalos de tempo instáveis de uma publicação para a outra.

Em dezembro de 1982, nós do Galf retomamos a ideia do ‘ChanacomChana’ e passamos a editá-lo como boletim. Desde então temos mantido sua publicação sem interrupções, embora ainda não com a periodicidade desejada devido basicamente a instabilidades financeiras. Entretanto, apesar das dificuldades, podemos afirmar que o Chana vem se tornando um sucesso¹¹³.

Vale ressaltar que, apesar da instabilidade da periodicidade do boletim *ChanacomChana*, que variava entre trimestral e quadrimestral, Elizabeth da Penha Cardoso¹¹⁴ afirma que a tiragem era de 200 exemplares por edição.

Apesar do *ChanacomChana* ser produzido na cidade de São Paulo, na seção de “Cartas”, presente em várias de suas edições, encontramos depoimentos de pessoas de várias cidades do Brasil. A exemplo: “Amigas, o boletim ChanacomChana está excelente. Pena que não posso comentá-lo pormenorizadamente porque o emprestei a uma colega de trabalho. [...] Um beijo carinhoso, Naná. Recife”¹¹⁵.

¹¹³ CARDOSO, op. cit., p. 98.

¹¹⁴ Ibid., p. 99.

¹¹⁵ Boletim *ChanacomChana*, n. 2, 1983, p. 12.

Na edição número 3 há o seguinte depoimento:

Primeiramente quero agradecê-la por ter-me enviado o jornal ChanacomChana. Foi o melhor presente que recebi nos últimos tempos. Como descrever, senão com emoção o que senti ao acabar de devorar todas as palavras. Pra [sic] mim não é um simples jornal, é uma manifestação já muito desejada por todas as mulheres, inclusive as homossexuais. Quero fazer parte desta luta, primeiro me libertando dos meus próprios preconceitos e aceitar minha homossexualidade perante a sociedade, e, em seguida tomar uma posição de combate a esta sociedade. O que existe de mais importante em mim é o amor que sinto por mim mesma, por uma mulher e por todas as mulheres. (Ana, Cx.P. 818, São José do Rio Preto, SP, Cep 15.100)¹¹⁶.

Já na edição número 6 temos:

É com grande satisfação e alegria que lhes escrevo está com a intenção de parabenizá-las por ter recebido o meu primeiro boletim ChanacomChana do qual fiz a assinatura. Tenho a acrescentar também que esse boletim é ótimo como meio de transmissão para nós lésbicas aqui do interior que não temos a oportunidade de ler tais assuntos. Através dele fiquei sabendo do que está acontecendo no mundo sobre nós lésbicas, o que antes desconhecia. (Vânia, Três Lagoas, Mato Grosso do Sul)¹¹⁷.

Percebemos a importância do boletim *ChanacomChana* na vida dessas mulheres que escreviam para opinar sobre a edição que haviam recebido. Servindo como uma ferramenta de informação, apoio, acolhimento, prazer. Além dos lugares citados acima, havia cartas de cidades dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e da cidade de Salvador-BA, mostrando a amplitude da rede de circulação do periódico.

Para além da seção de “Cartas”, a partir da edição 7 surgiu a seção “Troca-cartas”.

¹¹⁶ Boletim *ChanacomChana*, n. 3, 1983, p. 14.

¹¹⁷ Boletim *ChanacomChana*, n. 6, 1984/5, p. 13.

CHANACOMCHANA

TROCA CARTAS

PARA UM PAPO, UMA AMIZADE, UMA
TRANSA, ESCRVA P A R A :

. Alberta Mendes
Caixa Postal 3184
São Paulo SP
cep 01000

. Aparecida Freitas de Souza
Rua General Fagundes de Azevedo,
704, Jardim Tres Marias, Vila Rô
São Paulo, SP, cep 03676

. Cris
Rua Godofredo Fraga, 202 f
José Menino, Santos, SP
cep 11.100

. Elizabeth Lozano
Al. Agentado Aereo 31399
Bogotá O.E. - Colombia

. Heloisa
Caixa Postal 421
Campos do Jordão, SP
cep 14.260

. Leila Cristina Carvalho
Rua da Filosofia 05C 18
São Luis MA
cep 65.000

. Luzia Acácio
Caixa Postal 116
Pindamonhangaba SP
cep 12.400

. Marisa Soares Gomes
Fazenda do Botafogo
Silveirania, MG
cep 34.105

. Marlene de Souza
Caixa Postal 1087
Carpicuíba, SP
cep 06.300

. M. Kitooka
Rua São Francisco, nº 234
Capela do Alto
cep 18.157

. Neusa
Caixa Postal 3349
São Paulo, SP
cep 01051

. Regina Nacido
Rua Anália Franco 2/ apto 32
Santos SP

. Roxane
Caixa Postal 1236
Marimã PE
cep 87100

continua

OS ENDEREÇOS ACIMA TRANSCRITOS SÃO
DE PESSOAS QUE NOS ESCREVERAM SOLICI-
TANDO CORRESPONDÊNCIA ESCRVA TAMBEM

* ANÚNCIOS



FERRO'S BAR

RESTAURANTE - PIZZARIA

R. Martim Prado, 80 - S.P.

Tele. 257-9903 - 258-0004



"um pedacinho
do seu mundo"
das 18:00 até.....
de 30 à domingo

L. Santa Helena, 823 - Tel. 255-0402
Av. 25 de Março - Bixi Lata - São Paulo

O GOLF ESTÁ OFERTANDO, PARA XÉROX, OS
SEGUINTE LIVROS SOBRE A VIVÊNCIA LES-
BICA:

- SAPHIRO WAS A RIGHT-ON WOMAN (sobre a
vivência lesbica norte-americana);
- LESBIAN MOTHERS: A CHALLENGE IN FA-
MILY LIVING (sobre mães lesbicas);
- SAPPHISTRY, THE BOOK OF LESBIAN SEX-
UALITY (sobre sexualidade lesbica)

►► atenção ►► SE VOCE
DESEJA SE CORRESPONDER E QUER TAMBEM
PUBLICAR SEUS DADOS PESSUAIS, ALÉM DE
NOME E ENDEREÇO, CONTE AS LETRAS DO
SEU ANÚNCIO E O LIVRE PARA NÓS, OS
ANÚNCIOS QUE CONTIVEREM ATÉ 150 LET-
RAS CUSTARÃO R\$ 500,00. PARA OBTER
INFORMAÇÕES SOBRE ANÚNCIOS COM MAIS
DE 150 LETRAS, ESCRVA PARA O GOLF.

. Aulécia Diniz
Av. 12, Rua 18, Casa 12, Cohab
Anil III, São Luis MA
cep 65.000

. Ivani Maia
Rua da Liberdade, 175
Vila Sto Bertoldo, Ribeirão Pires, SP
cep 09400

Rosmeire Venâncio de Barros
Rua Coronel Bento Sicudo, 989
São Paulo, SP
cep 02912

. Vânia Garcia
Rua José Ribeiro de Sá Carvalho, 295
Eplanada N.O.8, Três Lagoas, MS
cep 79.600

TROCA-CARTAS

PARA UM PRÉO, DIA ANIZADO, SER TAMBÉM SA. ESCREVA PARA :

ANA CELIA
Sr. José Alves Silva 243
Boia Férrea, 29, cep 17300
Aracaju, 21 anos, solteira, 1,62, 65 Kg, Universitária
Passatempo preferido: esporte, VI de teatro
Quer se corresponder com todos as mulheres que curtam sua homossexualidade. Anísio

ANA ENZIA INACIEN
Av. Rio Branco, 1564, São Paulo, SP, cep 01300
branca, 20 anos, 1,50, 47 kg, solteira, rs, Brasileira
Passatempo preferido: pintura; quer se corresponder, para amizade, com pessoas de nível cultural médio

ANA MARIA
E. Professor Sílvio M. Machado, 327
R. Cacoatiara ou Caixa Postal 090
40, São Paulo, SP, cep 1001
branca, 22 anos, 1,61, 60 kg, solteira, Catequista Industrial
Passatempo preferido: cinema, música, cinema, praia
Quer se corresponder para amizade

ANA ENZIA
Caixa Postal 317, Av. Central, Rio de Janeiro, RJ, cep 20001
25 anos, desdentada, jornalista, poeta e socióloga urbana
Passatempo preferido: cinema, música, leitura, exposição de arte, de rapagem em barra...
Quer se corresponder, para amizade, com pessoas de interesses afins, in dependentes de cinema social, com as instruções, que não sejam vulgares ou obcessivamente despojadais, etc.

RENY
Caixa Postal 1524, São Paulo, SP, cep 03000
mulhera branca, 28 anos, 1,60, 55 Kg, Esportista de Futebol
Passatempo preferido: música, 12 de 13, dança; quer se corresponder para amizade

CARMEN LÚCIA
Av. Brasil, nº 11283, Nucleo Siguel, Rio de Janeiro, RJ, cep 21300
branca, 30 anos, casada, 1,47, 65 Kg
Estudante de Psicologia
Passatempo preferido: ler, estudar, ouvir música, amar...
Quer se corresponder com pessoas que me ela, com carência afetiva e sem preconceitos com as gostosuras

CLÁUDIA
Caixa Postal 1800, Salvador, BA, cep 40000
branca, 24 anos, solteira, Manequim
Quer se corresponder, para amizade ou algo mais, com mulheres bonitas ou bonitas, no faixa das 17 a 34 anos, que possam falar claro.

OLIVE
Rua Santo do Rio, apto 204, Bloco 3
Cidade São Luís, COMAR, cep 03000
Sorocaba, SP
solteira, 36 anos, 1,30, 45 kg, Caixa Registradora; quer se corresponder com uma pessoa inteligente

RENISE SILVA
E. Venâncio Brum, nº 178, São Paulo, SP, cep 01018
negra, 1,60, 50 kg, 28 anos, solteira, rs, Auxiliar de escritório

Passatempo preferido: música, ping-pong, cinema, viagens, etc...; quer se corresponder para amizade

SILVINE COSTA
Caixa Postal 10743, São Paulo, SP, cep 03007
20 anos, nível superior, executivo, [modo feminista e conduta] Quer trocar idéias sobre assuntos referentes a nosso sentimento e a nós mesmas

LENA H.D. DEANI
Praça Sena de Azevedo, 206, 26º and. dos. GAN-SP, São Paulo, cep 00049
22 anos, casada, Secretária

ELIZABETH ALVES
Rua Herculano 71, São Paulo, SP, cep 03171
branca, 1,70, 60 kg, 28 anos, solteira, rs, Telefonista
Passatempo preferido: ouvir música, quer se corresponder para amizade

DESE
E. Pres. Sereno Fomes, 64, J. São João, Suzano, São Paulo, cep 08600
oriental, 1,60, 50 kg, 25 anos, Comerciária (Passatempo preferido: teatro, música, leitura, pintura e música; quer se corresponder, para amizade ou compartilhando sua mulheraria de.

EU CECILY SOARES DE AIGREVO
E. Benedito Nicolau, 624, Salvo Vi
Mons. Ilhéus, RJ, cep 28.300
branca, 19 anos, 1,34, 42 Kg, solteira, Kardecista
Passatempo preferido: ir ao clube e jogar vôleibol no final de semana. Curta cinema e revistas.
Quer se corresponder, para amizade, com pessoas que estejam de bem com a vida. Não tem tipo físico determi nada com que deseje se corresponder

ELZA
Caixa Postal 209, Apucarana, Paraná cep 08000
branca - 24 anos, 1,49, 56 Kg, solteira
Passatempo preferido: ouvir música, ler boas livros feministas
Quer se corresponder, para amizade ou compartilhando sua mulheraria de preferências feministas

ELAINE MICHELLE CARVALHO
Caixa Postal 5.973, Jaguaré, SP, cep 05308
branca, 20 anos, 1,55, 60 Kg, solteira, rs, bancária
Passatempo preferido: ler, passear e muitas outras coisas
Quer se corresponder, para amizade ou troca, com mulheres brancas ou solteiras, inteligentes, solteiras

JOSÉFA FERREIRA CICHARITO
E. Felicidade Mariana, 123, Selém, SP cep 02085
branca, 42 anos, 1,60, 60 Kg, solteira, rs, secretária
Passatempo preferido: viajar, ler

JUREKA SANTO DE SOUZA
Caixa Postal 481, Santa André, SP, cep 08001
branca, 26 anos, 1,47, 48 Kg, solteira, professora
Passatempo preferido: passear, ler conversar, dançar
Quer se corresponder para amizade

SÉLIA DE SOUZA CARREIRO
E. Aracelis de Oliveira Ferrato, 800
Presidente Altino, Osasco, SP, cep 02018

Quando nós nos vimos pela 10 vez, eu avisei a som de violinos tocando



BRUNDA, 16 anos, 1,70, 60 Kg, solteira, rs, estudante
Passatempo preferido: teatro e cinema
Quer se corresponder, para amizade, trocando em compartilhando com mulheres de mais ou menos 1,60, 65 Kg, branca

EMILIE GILLAS
Ponta Estante Agência Central, Terceiro and. Paul, cep 04000
18 anos, solteira, estudante
Kiko
R. Manoel José Ferreira, 220, Vila Sagão - Sorocaba, SP, cep 08600
oriental, 29 anos, 1,62, 55 Kg, solteira, modelista de escritório
Passatempo preferido: ouvir música em um tempo, ler revistas, curtir a natureza
Quer se corresponder para amizade

LÍCIA LOPES
Caixa Postal 471, Santa André, SP, cep 08001
negra, 24 anos, 1,60, 57 Kg, solteira, Kardecista
Quer se corresponder para amizade, com pessoas solteiras

LEO E RÊ
Caixa Postal 8835, Curitiba, PR, cep 80000
branca, 26 e 28 anos, 1,52 e 1,60, 52 e 50 Kg, solteiras, professora e reposteira
Passatempo preferido: jogos, música, leitura, cinema, etc...
Querem se corresponder para amizade

LÚCIA cep 10004
Caixa Postal 828, Rio de Janeiro, RJ
solteira, 29 anos, 1,60, 54 Kg, solteira, rs, auxiliar de departamento pessoal
Passatempo preferido: dançar, teatro, cinema, leitura
Quer se corresponder, para amizade ou troca, com uma artista sem problemas, agradável, que queira se voltar

LÚCIA MARQUES
Av. São Rafael, Condomínio Iherádas do Campo, Rua A, Bloco 152 B, apto 303, Cotacema VIII, Salvador, BA, cep 40000
branca, 27 anos, 1,65, 58 Kg, desajustada, técnica em contabilidade
Passatempo preferido: praia, teatro...
Quer se corresponder, para amizade.

Fonte: Boletim Chana.comChana, n. 11, 1986/7, p. 30.

que mulheres de 25 a 30 anos, latido
graves, adquire

LEONILDA BRAGA FERREZ
R. 7 de setembro, nº 1140, EVI, Cam-
po Grande, PE, cep 70100
cinza, 22 anos, 1,65, 50 Kg, sol-
teira, estudante de psicologia
Passatempos preferidos: viajar, ler e
em pouco mais de tudo que tenha
Quero se corresponder para amizade e/
ou transa

MARIA APARECIDA CARVALHO
R. Sônia Alves, s/n, São José do
Lagoa, MG, cep 30140
moreno clara, 1,60, 74 Kg, solteira,
professora
Passatempos preferidos: música/pesca-
ria e artesanato, viajar, jogar, a-
campar
Quero se corresponder, para amizade,
com mulheres que tenham mais ou me-
nos a minha idade e as minhas prefê-
rências

LU
Rua 04, nº 1000, setor sul,
Cachoeira, Goiás, cep 74000
moreno clara, 18 anos, 1,60, 53 Kg,
solteira, auxiliar de escritório
Passatempos preferidos: jogar, dançar,
cuidar animais, conversar, etc...
Quero se corresponder, para amizade
ou compromisso, com alguém com que
"conversar" que goste de esportes e seja
mais alta que eu (altura necessariamente
18)

MARIA ROSI RODRIGUES
R. Rio Grande do Sul, 306, Edifício
Bocáinópolis, São Caetano do Sul, SP,
cep 06500
branca, 1,66, 48 Kg, 24 anos, solteira,
78, 44/40/100
Passatempos preferidos: música, ler e
ir a praia
Quero se corresponder, para amizade,
transa ou compromisso, com pessoas de
cor branca, brasileira, bom caráter, com
mais ou menos de 20 a 40 anos

MARLENE ANTUNES MACIEL
R. Bartira Fontes, 203, Sorocaba, SP,
cep 13100
branca, 1,58, 40 Kg, casada, bailarina
Passatempos preferidos: ouvir música,
ler, dançar e dar aulas
Quero se corresponder, para amizade

MARCIA APARECIDA DE PAULA SILVA
Avenida Sallun, nº 527, São Carlos,
SP, cep 13500
branca, 1,57, 55 Kg, solteira, baila-
rina
Passatempos preferidos: sair com um
amigo(a) lugar não importa)

MARLINA GOMES
R. José Francisco Baffar, 77, Parque
Continental, SP, cep 04327
branca, 1,60, 50 Kg, 26 anos, solteira,
78, estudante
Quero se corresponder, para amizade
ou transa, com idade ou acima, 1,60
a 1,80 Kg
Passatempos preferidos: cinema, tag
luc, bolões, esportes e viagens

MARINA
Rua Artur Gomes Leite, 100, Salva-
dore, BA, cep 40000
branca, 22 anos, 1,67, 70 Kg, sol-
teira, funcionária pública
Passatempos preferidos: praia, ci-
nema, sociologia, ecologia, coretas
romanas
Quero se corresponder, para amizade,
com mulheres brasileiras, amigas, es-
tudares

MARISA COSTA MENDES
Rua Andrade Neves, 137, casa 3, Cem-
itério, Miraflores, RJ, cep 21100
branca, 22 anos, 1,55, 41 Kg, sol-
teira, funcionária pública
Passatempos preferidos: conversar,
ir ao teatro, cinema, praia, ler e
dançar
Quero se corresponder, para amizade,
em qualquer tipo de transa, desde
que tenha alguma afinidade com suas
preferências

MARISA DE OLIVEIRA RODRIGUES
Rua Imeldinda Correa Bastara, 20,
Caxias, R. de Faria, SP, cep 05000
branca, 18 anos, 1,60, 50 Kg, sol-
teira, estudante
Passatempos preferidos: passeios ao
ar livre, baile popular
Quero se corresponder, para amizade
ou compromisso, com idade de 18 a
28 anos, branca

MARISE FRANÇA DOS SANTOS
R. Presidente Tanup, 07, Curitiba,
PR, cep 80000
branca, 20 anos, 1,55, 57 Kg, sepa-
rada, doméstica
Passatempos preferidos: música, dan-
çar, sair a passeio
Quero se corresponder para amizade
romântica

**Av. Pe Artêmio Vieira, nº 1000/14
São Paulo, SP, cep 04000**
branca, 21 anos, 1,60, 50 Kg, sol-
teira, médica
Passatempos preferidos: jazz, música
e cinema
Quero se corresponder, para amizade,
transa ou compromisso, com alguma
heterossexual

HELENE CARVALHO
R. Nova América da Colina, 300, Jua-
reiros, SP, Avenida Brasil, cep 04000
branca, 20 anos, 1,65, 55 Kg, solteira,
78, estudante
Passatempos preferidos: esportes, ir
praia, teatro, viajar
Quero se corresponder, para transa ou
compromisso, com mulheres brasileiras

HELENE MARIA ALVES
Rua Aviação de Jema, 54 Jema, BA
cep 44070
oriental, 28 anos, 1,55, 40 Kg, sol-
teira, balconista
Passatempos preferidos: passeios
curucas, etc.
Quero se corresponder, para comco-
mício, com mulheres de todo o Brasil

HÉLENE
Caixa Postal 406, Salvador, BA, cep
40000
médica, 30 anos, solteira, auxiliar
de administração, 1,60, 50 Kg
Passatempos preferidos: cinema, ba-
rões, música, praia e passeios
Quero se corresponder para amizade

ROBERTA COSTA
Caixa Postal 137, Vila Velha, ES,
cep 29000
branca, 25 anos, 1,50, 45 Kg, solteira,
78, funcionária pública
Passatempos preferidos: esportes
e jogos
Quero se corresponder, para amizade
ou transa, com pessoas discretas e
simples

ROBERTA CRISTINA DE SILVA
R. Rio Grande do Sul, São Caetano
do Sul, SP, cep 06500
médica, 1,65, 57 Kg, 18 anos, sol-
teira, cobelista
Passatempos preferidos: viajar, ou-
vir música, jogar handball
Quero se corresponder para amizade,
transa, compromisso

ROSELIANE SOUSA DE NEGREIROS
Rua São Eriberto, nº 27, Vila Mar-
ta, Gravataí, RS, cep 94500
branca, 1,60, 57 Kg, 24 anos, sol-
teira, secretária
Passatempos preferidos: cinema, mú-
sica, passeio ao ar livre
Quero se corresponder, para transa
ou compromisso, com mulher brasileira
e livre entre 20 e 30 anos

ROSELIANE T. SOARES
Caixa Postal 703, Ribeirão Preto, SP
cep 14001
branca, 24 anos, 1,65, 52 Kg, sepa-
rada, técnica em telecomunicações
Passatempos preferidos: literatura, mú-
sica, ginástica
Quero se corresponder, para amizade
ou transa, com garota de mente abor-
ta para, apesar de casada, é também
literada

ROSINA DELINO DE SILVA
R. Antenor, nº 190, Barra Funda
SP, cep 01100
branca, 1,60, 55, solteira, estudante
de
Passatempos preferidos: música, lei-
tura, cinema
Quero se corresponder para amizade
ou compromisso

SIMILENE DE ARAÚJO SOARES
Rua 28, nº 125, 4/5, apartamento Bruch-
ler, Santa Cruz, RJ, cep 22000
branca, 21 anos, 1,57, 48Kg, solteira,
78, professora
Passatempos preferidos: ir a praia,
jogar tênis, conversar, ouvir música,
fazer um drink com os amigos
Quero se corresponder, para amizade,
com mulheres de idade igual ou mais
jovem a dela

SILVIA
Caixa Postal 4797, SP, cep 04001
branca, 1,62, 57 Kg, 25 anos, solteira,
78, estudante
Passatempos preferidos: cinema, tag
luc, sol...
Quero se corresponder, para compro-
misso, com pessoas de nível médio
cultural

SILVIA CRISTINA
Rua Guaranês, nº 490, J. Guarani
C. Limpo, São Paulo, cep 04704
branca, 25 anos, 1,60, 54kg, solteira,
78, bancária
Passatempos preferidos: teatro, ci-
nema, jogar vôlei, viajar, etc...
Quero se corresponder, para amizade
ou compromisso, com mulheres de 1,60
a 1,80 de altura, no máximo 54 Kg,
que goste de passear, até 30 anos,
branca

SILVIA MARIA FERREIRA
Rua Santa Inês, 10, Vila Mariana,
SP, cep 04127
médica, 25 anos, 1,70, 70 Kg, funcioná-
ria pública
Quero se corresponder para amizade
ou transa

SOLDA DE ARAÚJO
Avenida B, nº 88, Centro, São Ciar-
ra, SP, cep 13.500
branca, 28 anos, 1,70, solteira, 78
casada
Quero se corresponder, para amizade
ou transa, com mulheres de 25 a 40 anos

SOL
Caixa Postal 14000, SP, cep 04100
branca, 1,67, 50 Kg, 28 anos, casada
doméstica
Quero se corresponder, para amizade
ou transa, com mulher branca

SUZENE SILVA
Caixa Postal 3003, Bela Vista, PE
moreno clara, estudante e escritora

Fonte: Boletim ChanaomChana, n. 11, 1986/7, p. 31.

Parasitamos preferidos: teatro, mas passava e estar só com alguém que não se deixa assustar que antes só

Quer se corresponder, para amizade, com alguém que seja goste o estilo esta para ainda crescer em uma amiga!

SUELY MARTINI
R. Pa Afonso Senege, 15-B Providência, Belo Horizonte, MG
brasão, 22 anos, 1,60, 45 kg, solteira, estudante universitária
Parasitamos preferidos: teatro, cinema, música
Quer se corresponder, para compromisso, com alguém com boa grau de instrução e acima de 20 anos

TÉCIA MARTINI
CASA Postal 2098, Cidade Alta, São Yadar, SP, cep 18490
brasão, 1,80, 63kg, solteira, estudante
Parasitamos preferidos: esporte, música, cinema
Quer se corresponder, para amizade, com garotas de todo o Brasil, principalmente da Bahia

FÉRCIOLA C PEREIRA
R. Hércules Batista de Souza, 536, Jardim Siqueira, Osasco, SP, cep 08000
brasão, 20 anos, 1,58, 50 kg, solteira, estudante
Parasitamos preferidos: literatura e música
Quer se corresponder, para amizade, com mulheres inteligentes, acadêmicas e de preferência alta, entre 25 a 30 anos

EDINEIDE DE OLIVEIRA
RUA Lúcia dos Santos 58
Rua Sereia, nº 53, Casa Verde Alta, cep 01240, SP
solteira, 1,60, 47 kg, 21 anos, solteira, estudante
Parasitamos preferidos: literatura, teatro, música
Quer se corresponder, de preferência, com mulheres de São Paulo, capital.

ROSELI LINDENBERG
R. Comary, 499, R. Siguel Paulista, cep 05000, São Paulo, SP
solteira, 30 anos, 1,53, 43 kg, solteira, jornalista
Parasitamos preferidos: teatro, música, dança, leitura, etc...
Quer se corresponder, para compromisso, com pessoas cultas, inteligentes, católicas, religiosas que tenham muito amor para dar.

TATIANA
501 North Dodge
Iowa City, Iowa City 52242, USA
* Tatiana fala português
OS INTERESSES SEMA TRANSCRITOS SÃO DE RESPONSABILIDADE DOS RESPONSÁVEIS. EXCETO VOCÊ TAMBÉM!!!

** ANDE SUA CASA POSTAL PARA RECEBER SUA CORRESPONDÊNCIA. BASTA DIRIGIR-SE AO CORREIO MAIS PRÓXIMO DE SUA CASA, FICAR UMA FOLHA EM TELA ANUAL E PRECISAR UMA FIDELIDADE E NÃO PERDENDO, EVITA PROBLEMAS COM FAMILIA OU SEJA QUEM FOR E COSTA BARATO.



simbolo da mulher feito com as mãos



**CONVEGNO DI
DONNE LESBICHE**
20-22-23 SETEMBRO '86
CASA DA LÉSBICA - LULA
CORREIO ANUAL LÉSBICA/1986/1987

**TIRE A MÁSCARA!!
ASSOCIE-SE AO GALF**

Agora, com apenas Cz\$20,00 por mês, você pode associar-se ao GALF e colaborar com o nosso trabalho. Associando-se você passa a:

- 1) integrar a nossa lista de correspondentes (com endereços de mulheres de todo o Brasil) que é publicada no ChanacomChana a cada edição;
- 2) obter informações sobre pontos de encontro (bares, boates, hotéis) e sobre entidades lésbicas, feministas e homossexuais do Brasil e do exterior;
- 3) receber o histórico do GALF e indicações de livros sobre feminismo, lesbianismo e homossexualidade. (Também xerocamos livros nacionais e importados a pedidos);
- 4) receber informes sobre as atividades públicas que o GALF pretende realizar e a contar com o nosso apoio psicológico e afetivo quando precisar.

* Envie cheque ou vale postal para o GALF (só a sigla), CAIXA POSTAL 62.618, CEP 01214, SÃO PAULO.

Fonte: Boletim *ChanacomChana*, n. 11, 1986/7, p. 32.

Podemos perceber uma diferença significativa na quantidade de páginas destinadas para a seção “troca-cartas”, da edição 7 para a 11, o que nos mostra uma maior circulação do boletim *ChanacomChana* do ano de 1985 para o final do ano de 1986 e começo de 1987. Eram pessoas que assinavam de várias partes do Brasil e de outros países. Nessas duas edições, encontramos registros de Estados como Amazonas, São Paulo, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Rio

Grande do Sul, Piauí, Goiás, Espírito Santo, Brasília, Pernambuco, Iowa-EUA e Bogotá, na Colômbia. Pessoas que procuravam “um papo, uma amizade, uma transa” como era exposto na própria seção.

Elizabeth da Penha Cardoso¹¹⁸ afirma que, tanto o jornal *ChanacomChana*, quanto o boletim, possuíram as principais características da segunda geração da imprensa feminista pós-1974.

Ou seja, essa publicação apresenta a especificidade conquistada pelos veículos de comunicação voltados para o feminismo e o grau de necessidade de as mulheres proclamarem a diferença e a independência do gênero masculino. O *ChanacomChana* poderia ser classificado como ícone da reivindicação das especificidades do movimento feminista [...] Sem mencionar o salto advindo da existência de um jornal especializado num tema (o lesbianismo) tratado de forma tímida pela primeira geração da imprensa feminista¹¹⁹.

A primeira edição do boletim *ChanacomChana*, possuiu 11 páginas. Apresentou-se como matéria de capa: *Mulher de chuteira*, *Festival tem Mulher no palco* e *A questão homossexual*. Ao centro da capa, o desenho de uma mulher nua, com as duas mãos na virilha, de onde saíam várias borboletas. Como podemos ver abaixo:

¹¹⁸ CARDOSO, op. cit., p. 97.

¹¹⁹ Id.



Fonte: Boletim *ChanacomChana*, n. 1, 1982, p. 1.

A imagem ao centro da capa mostra uma menina/mulher com as duas mãos na virilha, de onde saem várias borboletas. As borboletas podem significar o renascimento, a imortalidade, a transformação e são também um símbolo da libertação. A menina/mulher está sorrindo, aparentando estar tranquila com essa liberdade, com o fato de estar nua. A libertação, nesse caso, marcou a mobilização lesbiana. O movimento construiu seu espaço de luta e saiu detrás das cortinas dos grupos feminista e homossexuais masculinos, porém, sem perder sua verdade, sem esconder-se, simplesmente nu/a.

As integrantes do GALF estavam em consonância com as condições de produção da época, marcada pela transgressão e pela vontade de serem porta-vozes de um grupo, utilizando o boletim como ferramenta para tal.

A matriz do amor estava inscrita em seu editorial quando elas escreveram: “[...] Ele é produto de nosso trabalho que, embora, às vezes, difícil e árduo, tem sempre muito amor e paixão, a mesma paixão que esperamos ver transbordar de todos os nossos textos”¹²⁰.

Já na página seguinte nesta primeira edição havia uma história em quadrinhos (HQ), que falava um pouco sobre a discriminação social:



Fonte: Boletim *ChanacomChana*, n. 1, 1982, p. 2.

A narrativa presente no quadrinho colocava uma questão muito importante: seriam as lesbianas mulheres? O que nos leva a retomar o que Monique Wittig¹²¹ problematizou em seu trabalho sobre a ideia de “mulher” estar diretamente associada à ideia de ser heterossexual. Além disso, deixava em evidência a rejeição das lesbianas dentro dos movimentos de apoio às mulheres. A atendente, no quadrinho, ficou ruborizada diante de um grito uníssono de afirmação: “Somos lésbicas!”.

¹²⁰ CARDOSO, op. cit., p. 97.

¹²¹ WITTIG, op. cit., 1980, p. 6.

Na HQ, as lésbicas faziam parte de um grupo que não estava inserido nos grupos organizados por mulheres. No cartaz pendurado presente no primeiro quadrinho, encontra-se a frase: “Não sofra calada: denuncie aqui seu caso de discriminação”. Quando as três mulheres lésbicas denunciaram sua demissão, expulsão de casa e da escola, por discriminação, a atendente falou: “É sim, mas, a tarde, nós só atendemos as mulheres”. Tendo suas reivindicações negadas, as lésbicas foram tomadas como desviantes, estranhas ao sujeito feminino.

Erving Goffman afirma que:

sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. [...] Baseando-nos nessas pré-concepções, nós as transformamos em expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso¹²².

A HQ denunciou a força do pensamento heteronormativo nas instituições e como os organismos de denúncias não estavam preparados para enfrentar situações envolvendo lesbianas. Habitando entre a discriminação e a luta pela visibilidade, encontram-se os movimentos lesbianos. A discussão presente na matéria *O lesbianismo é um barato*, da edição número 1 do boletim *ChanacomChana*, afirmava que:

O lesbianismo é um barato. Caro é o preço que a gente paga pra curtir esse barato. Toda mulher lésbica que já se viu forçada a sentir vergonha por amar outra mulher sabe bem disso. A sociedade falocrata não nos perdoa e vive nos empurrando para os guetos da vida. Os guetos da vida são os lugares que o mundo instalou dentro e fora de nós onde se reproduzem todos os opressores estereótipos de masculinidade e feminilidade¹²³.

Neste trecho percebemos que as autoras brincaram com o duplo sentido da palavra “barato” – contrário de caro e gíria usada para algo legal, descolado. Houve também a exposição e recusa ao lugar reservado às lesbianas.

Havia uma crítica à construção social das margens, apontando para a subjetivação que incorpora imagens negativas às lesbianas e, por isso, a vontade de coloca-las à

¹²² GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 2004. Disponível em: <http://www.aberta.senad.gov.br/medias/original/201702/20170214-114707-001.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020, p. 5.

¹²³ Ver boletim *ChanacomChana*, n. 1, 1982, p. 2.

margem da sociedade, nos guetos. Além disso, as autoras utilizaram a posição do amor ao invés da sexualidade para se autorrepresentarem.

Ainda na edição número 1 do boletim *ChanacomChana*, a matéria *Mulher de Chuteira*¹²⁴ contou com uma entrevista realizada pelo GALF, na boate *Moustache*, com duas integrantes do Café Futebol Clube (time da boate), que fizeram parte da Seleção Paulista.

O jogo do qual as entrevistadas falaram aconteceu no dia 12 de setembro de 1982, às 15 horas, no estádio do Morumbi, entre as seleções femininas de São Paulo e do Rio de Janeiro, o resultado foi 4x0 para São Paulo. “[...] Foi a primeira vez na história do Brasil que as mulheres entraram no Morumbi para jogar futebol”¹²⁵. Esta matéria falou um pouco sobre como a participação de mulheres no futebol era uma forma de luta contra a discriminação e o preconceito.

Segundo Patrícia Lessa¹²⁶, o Conselho Nacional de Desportos (CND) em 1941 criou o Decreto Lei nº 3.199, que vigorou até 1979, no artigo nº 54 dizia:

[...] as mulheres não poderiam praticar esportes ‘incompatíveis com sua natureza’. Em 1965 com a deliberação nº 7 definiram-se regras para a participação das mulheres nos esportes, não sendo permitida às mulheres a prática do futebol, do futsal, do futebol de praia, do pólo, do halterofilismo, do baseball e das lutas de qualquer natureza.

Com a participação social restringida, as mulheres precisavam encontrar outras formas para “driblar” esses preconceitos. O jogo no Morumbi antecedeu a partida de futebol masculino entre São Paulo e Corinthians e foi “[...] transmitido pela televisão: Globo Espetacular, Fantástico. O Brasil inteiro ficou sabendo que entramos em campo”¹²⁷. Uma das entrevistadas colocou que:

[...] O preconceito existe por causa das cabeças atrasadas que não acompanham os tempos. Uma parte desse preconceito é porque se associa as jogadoras de futebol ao homossexualismo. A outra parte deste preconceito é porque as mulheres poderiam competir com os homens no futebol, o qual é considerado a única modalidade esportiva que o homem brasileiro domina¹²⁸.

¹²⁴ Boletim *ChanacomChana*, n. 1, 1982, pp. 3-5.

¹²⁵ Ver boletim *ChanacomChana*, n. 1, 1982, p. 3.

¹²⁶ Ver: LESSA, Patrícia. Mulheres, corpo e esportes em uma perspectiva feminista. *Motrivivência*. Florianópolis: Editora da UFSC, n. 24, ano XVII, p. 157-172, jun. 2005, p. 165.

¹²⁷ Boletim *ChanacomChana*, n.1, 1982, p. 4.

¹²⁸ Id.

Ficou exposto o pensamento pejorativo atribuído às lesbianas para desqualificar as jogadoras. O trecho mostrou o preconceito que estava arraigado na tradição desportiva nacional e que procurava controlar o corpo e o comportamento das mulheres. No imaginário coletivo tinha-se – e ainda tem – que a passividade, o sacrifício, a maternidade, a submissão são características intrínsecas à mulher e que esses dons não combinavam com a performance exigida pelas práticas de esportes.

Patrícia Lessa¹²⁹ também afirma que durante muitos anos os esportes envolvendo força física foram condenados para as mulheres, que eram vistas como frágeis e vulneráveis, preconceito ligado à sua capacidade reprodutora. Porém, atualmente, pela história das mulheres atletas que foi escrita com muita resistência e luta e com os avanços da ciência, encontramos um número cada vez maior de mulheres que buscam modalidades desportivas e que desmistificam essa falácia envolvendo o feminino.

Segundo Silvana Vilodre Goellner:

No Brasil dos anos 30 as de [sic] imagens de feminilidade estão relacionadas com a construção da representação da mulher-mãe. Ou seja, aquela que tem na maternidade a sua mais nobre missão. No contexto da valorização da família, da higienização dos corpos e do fortalecimento da raça, ser feminina é ser, também, saudável e bela para cumprir os desígnios de seu sexo: casamento e procriação. Além disso, a mulher sem par (por opção ou por não conseguir marido) ameaça a representação dominante de feminilidade e, também, a ordem social, uma vez que para garantir sua existência, concorre com os homens no mercado de empregos. Concorrência esta que, não raras as vezes, aparece permeada por insinuações e preconceitos quando, por exemplo, a estas mulheres são coladas representações que combinam elementos presentes nas estereotípias da lésbica, da solteirona feiosa e da feminista histórica¹³⁰.

A crítica presente na entrevista realizada com as integrantes do Café Futebol Clube expunha o quão a representação da atleta perturbava a ordem do mundo, assim como a lesbiana, à qual foi assimilada. As representações das mulheres como solteironas, feiosas, feministas históricas, lesbianas funcionam como resposta do sistema heteronormativo para colocar os corpos de mulheres que fogem do padrão “mulher-mãe” como doentios e, assim, um exemplo a não ser seguido pelas demais.

¹²⁹ LESSA, op. cit., 2005, p. 168.

¹³⁰ GOELLNER, Silvana Vilodre. A educação física e a construção de imagens de feminilidade no Brasil dos anos 30 e 40. **Movimento**, ano VII, n. 13, 2000/2. Disponível em: file:///C:/Users/Ja%C3%ADne%20Chianca/Downloads/A_educacao_fisica_e_a_construcao_de_imagens_de_fem.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020, pp. 61-62.

Além desse debate, encontramos na primeira edição do *ChanacomChana*, o texto intitulado *Carta por Sandra Mara*¹³¹ discutindo sobre Anderson Herzer (1962-1982), que ficou conhecido pelo apelido de “Bigode”. Anderson nasceu em Rolândia-PR, foi um escritor e poeta transexual¹³², que construiu a maior parte de sua obra quando estava aprisionado em uma unidade feminina de uma das principais instituições de controle e opressão da ditadura militar brasileira: a Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM), na unidade da Vila Maria-SP. Ele teve uma trajetória de vida envolvendo abandono e negligência familiar, violência institucional, encarceramento e transfobia, suicidou-se no dia 9 de agosto de 1982, atirando-se de um viaduto sobre a avenida 23 de maio, em São Paulo. Seu único livro chamado *A queda para o Alto*, foi publicado postumamente pela editora Vozes e contém sua autobiografia e toda sua obra poética. Tornou-se um *best-seller* e inspirou o premiado filme *Vera*, escrito e dirigido por Sérgio Toledo, em 1987¹³³.

A carta elaborada pelas integrantes do GALF para Anderson Herzer¹³⁴ foi distribuída como forma de protesto durante o lançamento de seu livro, que aconteceu na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Segundo a carta:

Esta carta é dirigida a todos que repudiam a violência do preconceito. Queremos, através dela, dizer a todas as Sandras Maras que o mundo mulher é lindo e que continuaremos aqui lutando pelo direito de retirar nossas máscaras e amar a quem quisermos e como quisermos. Continuaremos aqui lutando pelo direito a felicidade, como companheiras solidárias que somos e devemos ser, contra todo tipo de preconceito, porque o preconceito também mata¹³⁵.

O fragmento aponta para a luta contra o preconceito, denunciando que as relações plurais, “desviantes” são coagidas pelos mecanismos presentes no dispositivo da sexualidade que tentam reacomodar o múltiplo, o plural, para uma sexualidade centrada

¹³¹ Ver boletim *ChanacomChana*, n.1, 1982, p. 5.

¹³² Sua identidade de gênero pode ser entendida na atualidade como de um transexual, já que não se identificava com a norma cisgênera heteronormativa de sua época. Ver: CHAVES, Aparecida Leocádia. *A queda para o alto: a experiência de Anderson Herzer na construção de seu corpo, de seu gênero, de sua sexualidade*. *Letras Escreve*, Macapá, v. 7, n. 4, 2007.

¹³³ Ver: **Centro de Documentação de Literatura de Autoria Feminina Paranaense**. Universidade Estadual de Maringá, 2020. Disponível em: <http://sites.uem.br/cedoc-lafep/indice-de-escritoras/letras/sandra-mara-herzer>. Acesso em: 1 nov. 2021.

¹³⁴ Adotaremos o nome Anderson Herzer para nos referirmos a Sandra Mara, pois foi o nome que ele escolheu para ser chamado durante os últimos anos de sua vida e acreditamos que devemos, no mínimo, respeitar sua escolha.

¹³⁵ Boletim *ChanacomChana*, n.1, 1982, p. 6.

na reprodução, no masculino como referencial central. Além disso, o trecho denunciou as mortes cotidianas, mortes simbólicas, de tantos indivíduos que se sentiam oprimidos e acuados pelo medo social, pelo estigma e pelo preconceito.

Apesar de todas as denúncias, o GALF, ao falar de Anderson, usou seu nome de berço, que era Sandra Mara, o que nos faz afirmar que muito provavelmente enxergavam-no como lesbiana. Podemos reforçar isso em outro trecho do boletim *ChanacomChana*.

A gente percebe que muitas feministas falam de vários tipos de discriminação [...] mas da lésbica normalmente se omite. Acabou virando a nossa “especialidade” falar da mulher homossexual, o que nós não queremos que seja uma especialidade nossa [...] E fica estanke, de repente tudo que se refere ao homossexualismo fica só com a gente do GALF, ninguém mais assume, é uma coisa muito esquisita. Por exemplo: a Sandra Mara se suicidou em 9/8/82 e nenhum grupo que se diz feminista, a não ser nós e o SOMOS (grupo homossexual de São Paulo) fomos as únicas entidades que nos pronunciamos.¹³⁶

Na citação percebemos a incompreensão da identidade transexual de Anderson Herzer, ele não apareceu com sua própria voz no *ChanacomChana*, mas narrado pelas militantes do GALF e enxergado como uma lesbiana. Isso nos diz muito sobre o próprio silenciamento de discursos de transexuais no boletim.

Nesse sentido, destacamos que Herzer ao vivenciar sua transição, contrária a norma cisgênera e heteronormativa, que compulsoriamente o vinculava ao gênero feminino em função de sua genitália, contrariou a norma pela auto-evidência de sua identidade e à revelia dos múltiplos silenciamentos a ele imposto e avocou para si uma nova identidade, ainda que estigmatizado como sujeito desviante.

Destacamos os assuntos acima como debates de referência nas edições 0 e 1 do periódico. Preferimos dar bastante atenção a essas duas edições para que pudéssemos ter uma ideia de como estavam organizados estruturalmente o jornal e o boletim.

Outra discussão que permeou todas as edições do *ChanacomChana* foi sobre a palavra “lésbica”. As militantes do GALF utilizavam-na porque “[...] Através dela, identificamos nossa luta contra o preconceito e passamos a existir política, social e culturalmente, rasgando o mando da invisibilidade que tanto interessa ao sistema”¹³⁷.

Ser lesbiana era antes de qualquer coisa ser contrária ao patriarcado, assumir uma postura política de recusa ao sistema de dominação das mulheres. As lesbianas do GALF

¹³⁶ Boletim *ChanacomChana*, n. 2, 1983, p. 7.

¹³⁷ Boletim *ChanacomChana*, n. 3, 1983, p. 1.

inseriram-se nessa discussão ao tomarem consciência de uma identidade como uma bandeira de luta pelos seus direitos.

Após a saída do grupo SOMOS, as lesbianas começaram a pautar com mais frequência a lesbiandade no feminismo, tornando-a como pressuposto teórico e prático desde o início dos anos 1980. Sua autorrepresentação como lesbianas, dentro e fora dos movimentos feministas, contribuiu para:

[...] reoxigenar a radicalidade peculiar ao movimento. Radicalidade no sentido do questionamento da ordem patriarcal e ao mesmo tempo provocar o movimento feminista quanto à relevância do posicionamento público da defesa da livre orientação e expressão sexual. Afinal, a bandeira da legalização e descriminalização do aborto não é defendida apenas por feministas que já praticaram o abortamento. A defesa da livre orientação e expressão sexual precisa ser incorporada efetivamente na agenda política do movimento feminista de toda a América Latina e no Caribe. E este desafio não é privativo das mulheres que se relacionam afetivo-sexualmente com mulheres¹³⁸.

Suas lutas e suas ações conjuntas com as feministas, principalmente na participação em eventos, eram contra uma sociedade dominada pelo masculino, porém, além disso, as lesbianas não aceitavam um modelo único de ser feminino, nem uma sexualidade única, elas queriam que suas experiências lesbianas mostrassem que o “ser mulher” era plural.

Ainda na edição número 3 do boletim *ChanacomChana*, a seção *Olha eu aqui a fim de te conhecer* era dedicada a recados de lesbianas que procuravam namoros, amizades, trocas de correspondências. “[...] 4. Procuo alguém a fim de alguém. Tenho 26 anos, 1.73 (Cristina Bosetti, Cx. Postal 58099, cep 01000, SP)”¹³⁹.

Na citação acima não encontramos a preocupação centrada no sexo, sua identificação foi marcada principalmente pelo nome, idade e altura. O “alguém a fim de alguém” pode ser entendido como uma possibilidade aberta a trocas, diálogos, amizades. O boletim também representou para essas depoentes e leitoras uma porta aberta ao novo, sendo uma ferramenta que ligava lesbianas de diferentes lugares do Brasil, com diferentes interesses e vivências.

¹³⁸ MESQUITA, Marylucia. Lesbianidades e feminismos: diálogos e confrontos no 10º Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho. **Centro Feminista de Estudos e Assessoria**. 2007. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/index.php/colecao-femea-e-publicacoes/colecao-femea/131-numero-147-agostosembro-de-2005/1154-lesbianidades-e-feminismos-dialogos-e-confrontos-no-10-encontro-feminista-latino-americano-e-caribenho>. Acesso em: 21 jul. 2020, p. 1.

¹³⁹ Boletim *ChanacomChana*, n. 3, 1983, p. 15.

A edição número 4 do boletim *ChanacomChana* trazia a narrativa¹⁴⁰ de um exemplo de grande destaque dentro da História dos movimentos lesbianos brasileiros. Ocorreu no dia 19 de Agosto de 1983, no Ferro's Bar, que ficava na Rua Martinho Prado, nas proximidades da Rua Augusta, na cidade de São Paulo. O bar era frequentado por muitas lesbianas e um espaço adequado para a venda do boletim *ChanacomChana*, porém, no dia 23 de julho de 1983, um dos donos do bar juntamente com alguns seguranças e o porteiro quiseram expulsar o GALF utilizando a força física. Enquanto estes puxavam-nas para fora do bar, parte das lesbianas que também estavam presentes, tentavam segurá-las dentro.

O dono do bar alegava que elas estavam fazendo arruaça dentro do ambiente, chamaram a polícia e, por incrível que pareça, esta se colocou como imparcial, afirmando que os direitos eram para todos os brasileiros. Nesta noite do dia 23 puderam permanecer no bar, porém, com medo de que a situação continuasse se repetindo e que a polícia não pudesse mais ajudar. Abaixo, temos uma cópia digitalizada do panfleto distribuído pelo GALF para as/os/ frequentadoras/es do Ferro's, informando sobre a proibição da venda do *ChanacomChana* no estabelecimento.

¹⁴⁰ Ver a narrativa completa no boletim *ChanacomChana*, n. 4, 1983, pp. 1-3.

PRA VOCÊ QUE FREQUENTA O FERRO'S

BEM, GENTE, ACHO QUE CHEGOU A HORA DE FALARMOS ABERTAMENTE. CHEGA DE SUBTERFÚGIOS. E VOCÊ QUE É UMA PESSOA INTELIGENTE HÁ DE CONVIR COMIGO QUE TEMOS QUE NOS UNIR, POIS SÓ A UNIÃO FAZ A FORÇA. NÃO QUEREMOS QUE VOCÊ EMPUNHE A BANDEIRA DE HOMOSSEXUAL CONTRA A SUA VONTADE, MAS GOSTARÍAMOS QUE VOCÊ OLHASSE PARA DENTRO DE VOCÊ E VISSE O QUANTO GENTE VOCÊ É, QUE SER HUMANO MARAVILHOSO SE ESCONDE ATRÁS DE UMA MÁSCARA, BRINCANDO DE FAZ DE CONTA.

FAZ DE CONTA QUE SOU TRATADA IGUALMENTE COMO TODAS AS PESSOAS.

FAZ DE CONTA QUE O RESTAURANTE QUE EU FREQUENTO ME RESPEITA COMO EU MEREÇO.

FAZ DE CONTA QUE A SOCIEDADE ME ENCARA SEM PRECONCEITO.

FAZ DE CONTA ATÉ QUANDO?

VOCÊ SABIA QUE COLEGAS SUAS, SERES HUMANOS COMO VOCÊ, SÃO POSTAS PARA FORA DE NOSSO MEIO COMO SERES LEPROSOS? VEJA, POR EXEMPLO, O QUE ACONTECEU NA NOITE DO SÁBADO PASSADO, DIA 23 DE JULHO, SÓ PORQUE UMAS MENINAS ESTAVAM VENDENDO SEU BOLETIM O CHANACOMCHANA, NUM CERTO BAR QUE CONHECEMOS, O DONO DO BAR E OS SEGURANÇAS QUERIAM EXPULSÁ-LAS À FORÇA SÓ PORQUE O BOLETIM FALA DAS NOSSAS VIDAS CLARAMENTE, SEM VERGONHA OU MEDO E ATÉ COM MUITO ORGULHO. E É SÓ POR ISSO MESMO, JÁ QUE, NO MESMO DIA, O EXÉRCITO DA SALVAÇÃO ESTAVA VENDENDO SEU JORNAL PARA NOS LIVRAR DO "PECADO" E NINGUÉM O INCOMODOU. NESSA NOITE, QUISERAM EXPULSAR AS COLEGAS, MAS NÓS NÃO DEIXAMOS E ELAS FICARAM, JANTARAM E PAGARAM A CONTA COMO SEMPRE COSTUMAM FAZER, POIS, PRA UNS E OUTROS, EMBORA NÃO PASSEMOS DE CÃES SARNENTOS, NOSSO DINHEIRO NÃO TRANSMITE NOSSA DOENÇA. E ELES SABEM FAZER BOM USO DELE, NA COMPRA DO CARRO ZERO KW, NO ESTUDO DO FILHO NO EXTERIOR, ETC.

6

141

¹⁴¹ Continua na página seguinte.

QUEREMOS TER OS MESMOS DIREITOS DAS OUTRAS PESSOAS, NÃO SÓ SEUS DEVERES. E PRECISAMOS COMEÇAR A BATALHAR POR ISSO A PARTIR DOS LUGARES QUE FREQUENTAMOS E SUSTENTAMOS. OU NÓS NOS UNIMOS OU CENAS COMO A DO SÁBADO PASSADO CONTINUARÃO A OCORRER E PODERÁ SER COM QUALQUER UMA DE NÓS POR QUALQUER MOTIVO. NOSSAS COLEGAS ESTÃO PROIBIDAS DE ENTRAR NO FERRO'S PORQUE QUEREM VENDER UM BOLETIM QUE TAMBÉM É NOSSO E PORQUE QUEREM CONVERSAR CONOSCO. VAMOS ADMITIR ESSA PROIBIÇÃO?

GUARDE E PENSE COM CALMA. EM CASA. REFLITA, FAÇA UMA AUTO-ANÁLISE, SE POSSÍVEL RELEIA ESTE TEXTO COM BASTANTE ATENÇÃO E, SE VOCÊ NÃO SE IMPORTA CONSIGO MESMA, JOGUE FORA E FAÇA DE CONTA QUE NADA LEU. CASO CONTRÁRIO NOS PROCURE. NOSSO ENDEREÇO É RUA AURORA, 738, APTO 10, E DEIXE O SEU RECADO. CASO CONTRÁRIO, PROTESTE CONTRA A PROIBIÇÃO DE NOSSA ENTRADA COM O DONO DO BAR. E, CASO CONTRÁRIO, NOS APOIE QUANDO FORMOS VENDER O BOLETIM CHANACOMCHANA.

PARTICIPE NA LUTA CONTRA O PRECONCEITO QUE NOS DISCRIMINA, POIS TODA MANEIRA DE AMOR VALE A PENA.

GRUPO AÇÃO LÉSBICA FEMINISTA
CX.POSTAL 62,618, CEP 01000, SP
JULHO DE 1983

(texto digitalizado do folheto original distribuído no Ferro's Bar- acervo Rede de Informação Um Outro Olhar)

Fonte: MARTINHO, Míriam. 19 de Agosto dia do Orgulho das lésbicas no Brasil. *In. Um outro olhar on-line*. São Paulo, 2009, pp. 6-7.

O documento mostrava a indignação das militantes do GALF e pedia apoio das pessoas que frequentavam o bar para não permitirem que as ações repressivas dos donos do estabelecimento continuassem. Além de sua distribuição, o GALF também estava organizando-se internamente para se manifestar a respeito. Deste modo, articularam-se e no dia 19 de agosto de 1983, no Ferro's Bar, as lesbianas juntamente com alguns companheiros do Outra Coisa Ação Homossexualista, da deputada Ruth Escobar (PMDB), da vereadora Ireda Cardoso (PT), de algumas feministas, da advogada Zulaie Cobra Ribeiro – representante da Ordem dos Advogados (OAB) e da Comissão de Direitos Humanos – dentre outros políticos, advogados, fotógrafos, fizeram acontecer o “*happening político*”, como as autoras falaram.

O episódio foi divulgado pelo jornal *Mulherio*, que em sua edição número 15 comentou sobre o acontecido no Ferro's Bar.

[...] O Galf queria acabar de vez com esses problemas e mostrar às lésbicas não-militantes que também podem lutar por seus direitos de liberdade de expressão. Organizou então a manifestação do dia 19 [...] Graças ao apoio recebido pelo grupo e à presença da imprensa, ela terminou com a liberação da venda do boletim no Ferro's e com o fortalecimento do Galf entre as lésbicas. Para as integrantes do Galf, essa conquista abriu o espaço para levarem suas idéias [sic]: o combate à heterossexualidade institucionalizada, a defesa do lesbianismo enquanto postura política e não simples opção sexual, e a difusão da perspectiva feminista de transformação da sociedade, sobretudo dentro do movimento homossexual masculino¹⁴².

Trouxemos o trecho acima para percebermos a repercussão que o evento causou na sociedade paulista. O “*happening político*” tinha o intuito de denunciar as várias agressões físicas e verbais que o GALF vinha sofrendo dentro do bar, como também, a liberdade de vender as edições do *ChanacomChana* livremente.

No relato, o GALF falou que foi um evento muito conturbado, com empurrões, gritarias, *flashes* dos fotógrafos presente, enfim, precisou-se de um motim para que o dono do bar aprovasse a presença delas no local e deixasse que o *ChanacomChana* fosse vendido. Como elas mesmas falaram, foi uma vitória contra o preconceito.

Abaixo, vemos o *print* de outro panfleto do GALF que foi distribuído no Ferro's em agradecimento a todas as pessoas que colaboraram com o sucesso da manifestação, com o “*happening político*”, logo em seguida, a moção de repúdio aos donos do bar pelas ações discriminatórias.

¹⁴² Jornal *Mulherio*, n. 15, 1983, p. 7.

A DEMOCRACIA DEPENDE DE NÓS

COMO FOI AMPLAMENTE DIVULGADO PELOS JORNAIS (FOLHA DE PAULO E NOTÍCIAS POPULARES), NÓS, MULHERES HOMOSSEXUAIS, QUE SUSTENTAMOS O FERRO'S BAR, TIVEMOS QUE INVADI-LO, JÁ QUE ESTÁVAMOS PROIBIDAS DE ENTRAR SÓ PORQUE DIVULGAMOS O BOLETIM CHANACOMCHANA. ESTE BOLETIM É FEITO POR NÓS MESMAS E FALA, SEM PRECONCEITOS, SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE FEMININA.

NA NOITE DE SEXTA-FEIRA, DIA 19 DE AGOSTO, QUANDO OCORREU A INVASÃO. ESTIVERAM PRESENTES, PRESTANDO SUA SOLIDARIEDADE, ENTIDADES E PESSOAS FEMINISTAS E HOMOSSEXUAIS, REPRESENTANTES DA COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS, A IMPRENSA, DEPUTADOS E VEREADORES. CABE AQUI UMA MENÇÃO ESPECIAL À VEREADORA IREDE CARDOSO QUE, MESMO DOENTE, ESTEVE PRESENTE NA OCASIÃO,

QUEREMOS AGRADECER A TODAS ESSAS PESSOAS QUE, NA NOITE DE SEXTA-FEIRA, ESTIVERAM AO NOSSO LADO COMBATENDO A FALTA DE DEMOCRACIA DE UM LUGAR QUE DEPENDE DE NÓS PARA SOBREVIVER.

FOI TALVEZ A PRIMEIRA VEZ QUE LÉSBICAS SÃO NOTÍCIA NOS JORNAIS E REVISTAS (VISÃO) NÃO POR MATAREM OUTRA, MAS POR REIVINDICAREM UM DIREITO LEGÍTIMO: O DE DIVULGAREM SEU BOLETIM PARA OUTRAS LÉSBICAS. ANÍBAL, UM DOS DONOS DO FERRO'S, SE COMPROMETEU, PERANTE NÓS E A IMPRENSA, A NÃO NOS IMPEDIR MAIS DE ENTRAR NO LOCAL E DE DIVULGAR NOSSO BOLETIM.

FOI UMA VITÓRIA NOSSA! UNIDAS E SOLIDÁRIAS PODEREMOS COMBATER O PRECONCEITO E AS DISCRIMINAÇÕES QUE NÓS, MULHERES HOMOSSEXUAIS, SOFREMOS.

FIÇOU CLARO QUE A DEMOCRACIA DEPENDE DE NÓS MESMAS! CADA UMA DE NÓS PODE TENTAR CONSTRUIR UM MUNDO MELHOR. JUNTAS ENTÃO, A FORÇA SERÁ MAIOR.


Cópia digitalizada. Acervo Rede de Informação Um Outro Olhar



Câmara Municipal de São Paulo

Moção nº 248/83

== = = copia autêntica. "Manifesta repúdio aos proprietários do Ferro's bar pela discriminação praticada contra as lésbicas do Grupo Ação Lésbico-Feminista, e solidariedade ao referido grupo pela luta que corajosamente vem travando em todos os setores da sociedade contra o preconceito homossexual. - considerando que, no dia 23 de julho último, as integrantes do Grupo de Ação Lésbico-Feminista foram expulsas do Ferro's bar por estarem vendendo o jornal "ChanacomChana"; considerando que, discriminadamente, a venda do referido jornal foi proibida no recinto enquanto que outras publicações de outros grupos, não homossexuais, foi permitida; considerando que, na mesma semana da proibição, ocorreram vários incidentes no Ferro's bar, provocados por garçons e dirigentes do bar que hostilizaram as lésbicas, chegando mesmo à agressão corporal; considerando que no último dia 19 de agosto ocorreu expressiva manifestação de repúdio na porta do Ferro's bar, com a presença de significativos setores da sociedade Brasileira; considerando que o homossexualismo é uma opção livre e consciente que qualquer pessoa tem o direito de fazer, e não doença que deve ser discriminada; considerando que é dever de todo democrata lutar contra a repressão e o preconceito em todas as formas e em todos os setores em que eles se manifestarem, propomos ao egrégio plenário, com fundamento e na forma do artigo 233 e seguintes da resolução nº 3/68 (regimento interno), a deliberação desta casa no sentido de manifestar repúdio aos proprietários do Ferro's bar pela discriminação praticada contra as lésbicas do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e solidariedade ao referido grupo pela luta que corajosamente vem travando em todos os setores da sociedade contra o preconceito homossexual. Solicitamos ao Sr. Presidente desta casa enviar cópias desta moção ao Grupo de Ação Lésbico-Feminista - cx. Postal 62.618 - São Paulo, e aos proprietários do Ferro's bar. Sala das sessões, 23 de agosto de 1983. (aa) Irene Cardoso, Cláudio Barroso Gomes, Teresa Cristina Lajolo, Luisa Erundina de Sousa, Antônio Carlos Fernandes, Avanir Duran galhardo, Eurípedes Sales, João Carlos Alves, Jooji Hato, Gabriel Ortega e Mário Noda. Aprovada em 1º de dezembro de 1983. (a) Altino Lima." eu, (assinatura altino), extraí esta copia fielmente do original. São Paulo, 19 de março de 1984. Confere:-
visto:-


 SALDA MIGUEL MARCONDES
 chefe de Seção Técnica III

Cópia digitalizada. Acervo Rede de Informação Um Outro Olhar

14

Fonte: MARTINHO, op. cit., 2009, p. 14.

A moção foi feita pela Câmara Municipal de São Paulo, no dia 19 de março de 1984 e assinada por Salda Miguel Marcondes, chefe da Seção Técnica da época.

O poder exercido pelos donos do Ferro's Bar, que queriam evitar a presença de lesbianas no ambiente, ou melhor, excluir simbolicamente representatividades lesbianas, suscitou um diálogo com Michel Foucault¹⁴³ para quem o poder conduz a vida e, nesse

¹⁴³ FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978/1979). Edição estabelecida por Michel Senallart : sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução Eduardo Brandão : revisão da tradução Claudia Berliner. – São Paulo : Martins Fontes, 2008. – (Coleção tópicos).

sentido, os diversos grupos que constituem uma nação. Sendo assim, a biopolítica é a união do poder com o saber. Ela é um conjunto de mecanismos biológicos e estratégias políticas. Dentre estas temos: higienização, alimentação, sexualidade. A partir dessas estratégias, toda a dinâmica da população, seu corpo, sua sexualidade, sua subjetividade, passam a fazer parte de uma gestão disciplinar.

O biopoder passa a ser exercido pelas diferentes instituições e indivíduos, de modo a formatar corpos dóceis¹⁴⁴, necessários ao capitalismo. Utilizando-se a biopolítica, há a produção de um novo tipo de subjetividade, a do indivíduo que traz dentro de si uma inferioridade única, passível de ser disciplinada e apta a ser acessada pelos mecanismos que controlam as sexualidades diferentes da heteronormativa. Sendo assim, refletindo sobre a discussão acima, podemos perceber que os donos do Ferro's Bar utilizaram de mecanismos de biopoder e opressão para barrarem a entrada de lesbianas no local e a venda do boletim *ChanacomChana*.

A sexualidade lesbiana tornou-se não só um dispositivo de desvio, mas de administração das diferenças. Habitando entre a doença e a patologia, ela rompe com a imposição de micropoderes sobre os corpos, sejam os vindos de instituições médicas, farmacêuticas, sejam os vindos dos indivíduos que integram a sociedade no geral.

No episódio ocorrido no Ferro's Bar existiram mecanismos de controle do corpo lésbiano e de uma sexualidade que difere da heterossexual. A vitória das lesbianas no dia 19 de agosto de 1983 rompeu com dispositivos do biopoder na medida em que as integrantes do GALF decidiram não aceitar que suas existências fossem negadas e excluídas simplesmente por causa de sua sexualidade.

O *ChanacomChana* representou uma voz debochada e didática – a exemplo das HQs que estão presentes no corpo do texto – mas que falava diretamente para seus pares, a fim de lhes mostrar representatividade. Nas suas páginas encontramos marcas políticas¹⁴⁵ de luta contra a sociedade patriarcal, opressora e discriminatória.

¹⁴⁴ Termo utilizado por Michel Foucault para se referir a noção de corpo que foi inventada a partir do século XVIII. Um corpo concomitantemente dócil e frágil, fácil de manipular e passível de dominação. Diferente dos princípios de escravização e de domesticidade dos séculos anteriores, a disciplina agora criaria um corpo para fins predeterminados, com capacidade para desempenhar as mais variadas tarefas. Um corpo humilde, especializado e dócil. Esse corpo só pode ser usado como fonte econômica, necessária ao capitalismo, e como força útil, desde que seja, ao mesmo tempo, produtivo e submisso. Ver: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

¹⁴⁵ Vale ressaltar que o fazer político aqui colocado não se restringe às esferas institucionais ou à “grande política”, mas é um fazer que traz repercussões de cunho político para a sociedade.

A atuação do GALF não se deu somente dentro do grupo, com a produção, leitura e discussão de textos feministas e lesbianos para a construção de um pensamento emancipatório. Nem apenas pelas publicações do *ChanacomChana*, que concatenavam lutas feministas e lesbianas. Além disso, expandiu-se para parte da sociedade paulista e brasileira.

As ações políticas do GALF nos oferecem pistas para pensarmos o confronto dos discursos que constroem uma reação transformadora ao redor da diversidade e da multiplicidade, reivindicando liberdade em seus processos de subjetivação, criando imagens de representatividade para as lesbianas.

Os anos de 1980 e 1990 foram importantes pelo aumento da presença lesbiana em eventos feministas e feministas-lesbianos. Mesmo que a lesbiandade não estivesse pautada como temática central, O GALF aparecia nos eventos demarcando sua presença e reivindicando seus direitos, dando voz e visibilidade à existência desse grupo.

Durante os nove anos de funcionamento, o Grupo Lésbico-Feminista e o Grupo de Ação Lésbica Feminista editaram 13 edições do periódico *ChanacomChana*, participaram e organizaram reuniões, encontros e debates com movimentos feministas e homossexuais do Brasil e do exterior. A exemplo disso temos a participação no I Encontro de Homossexuais Militantes¹⁴⁶, que aconteceu no dia 16 de dezembro de 1979, no Rio de Janeiro; no I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), concomitantemente com o I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO), ambos em 1980; nos II e III Congresso da Mulher Paulista, 1980 e 1981, respectivamente; do I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados de SP (I EGHOSP), em 1980; e do Segundo Encontro Nacional de Feministas, em 1982. Da campanha contra o código 302.0¹⁴⁷ do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), a partir de 1983 – que rotulava a homossexualidade como desvio e transtorno sexual –, como também, do III Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, em 1985; da VIII Conferência do

¹⁴⁶ Ver BOLETIM GRUPO GAY DA BAHIA, Bahia, ano 13, n. 27, 1993, p. 475.

¹⁴⁷ A moção contra o código foi uma iniciativa do Grupo Gay da Bahia (GGB). Em 1984 eles haviam conseguido mais de 16 mil assinaturas contra o código, incluindo 354 de políticos de todo o Brasil. Além disso, as assembleias legislativas do estado de SP e RJ expuseram o repúdio à discriminação homossexual, como também, as câmaras municipais dos municípios de Salvador, Maceió, Olinda, Florianópolis e Porto Alegre. A campanha visava obter do governo a não observância do código 302.0 em território nacional. A iniciativa sobre o tema na assembleia de SP partiu da deputada Ruth Escobar, que defendia os direitos dos homossexuais na época. Neste mesmo ano a Associação Brasileira de Psiquiatria aprovou e considerou crime a discriminação contra pessoas homossexuais. Ver: BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, Bahia, GGB, ano 4, n. 10, p. 172, 1985. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/nossas-publicacoes/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

Serviço Internacional de Informação Lésbica (ILIS)¹⁴⁸, em Genebra, em 1986. Rosely Roth, uma das integrantes do GALF, esteve no programa da Hebe Camargo em 1985 e na TV Bandeirantes, dentre outros eventos e aparições.

Ao final dos anos de 1980, com o avanço da redemocratização no Brasil, algumas das antigas ativistas do GALF criaram a Rede de Informação Um Outro Olhar e publicaram as edições do Boletim *Um Outro Olhar* (UOO). Segundo Míriam Martinho¹⁴⁹, as edições do UOO do número 1 ao 12 foram publicadas até 1990; do 12 ao 25 até 1995. A Rede de Informação Um Outro Olhar também publicou a *Revista Um Outro Olhar* (1995-2002), com 38 edições.

Patrícia Lessa¹⁵⁰ afirma que o boletim UOO foi produzido na cidade de São Paulo e possuiu uma linha editorial voltada para a política do cotidiano das lesbianas. Em setembro de 1987 o GALF mudou o título do boletim que passou a ser Boletim *Um Outro Olhar*.

Em 2001 a Rede de Informação Um Outro Olhar (UOO) – da qual Míriam Martinho, a mesma que participava do GALF desde seu surgimento, também faz parte – em homenagem a ativista Rosely Roth, decidiu propor o dia 19 de agosto como Dia do Orgulho Lésbico.

Para entendermos o porquê Rosely Roth foi homenageada postumamente com a data do dia do Orgulho Lésbico, precisamos falar quem foi essa militante. Rosely nasceu no dia 21 de agosto de 1959 e iniciou seu ativismo em fevereiro de 1981, quando se uniu ao LF. Neste mesmo ano, ela formou-se em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde também iniciou sua pós-graduação em antropologia (1985-1987). Em outubro de 1981 fundou, juntamente com Míriam Martinho, o GALF, onde atuou até 1987. Sua participação no “*happening* político” no Ferro’s bar, em 1983, contribuiu para iniciar sua trajetória de visibilidade junto a imprensa escrita e aos meios de comunicação da época. Rosely escreveu diversos textos para o *ChanacomChana* e para outros jornais, a exemplo temos:

1.O Sexo do Brasil, resenha do livro História e Sexualidade no Brasil, para o jornal Mulherio, n. 30, julho de 1987. 2. Entrevista ao Pasquim,

¹⁴⁸ O ILIS surgiu a partir de um encontro da Internation Gay Association (IGA) que aconteceu em Barcelona, na Espanha, em 1980. Deste evento, 45 mulheres decidiram estabelecer um secretariado da organização em Amsterdam, na Holanda. Elas tinham como objetivo contatar grupos lesbianos por todo o mundo e organizar a primeira conferência internacional de mulheres homossexuais. Para saber mais sobre o ILIS ver Boletim *ChanacomChana*, n. 1, 1982, p. 1.

¹⁴⁹ MARTINHO, op. cit., 2012, p. 3.

¹⁵⁰ LESSA, op. cit., 2007, p. 122.

Lesbianismo é um estilo de vida mais criativo (27.11.85). 3. Entrevista à Club dos Homens, n. 17. 4. Depoimento: Desenrusta-se! Para Big Men Internacional (1984). 5. Adotar filhos, desafio para os homossexuais. Folha de São Paulo (02/6/85). 6. Homossexuais disfarçam na hora de adotar. Notícias Populares (4/06/85). 7. Lesbianismo na TV: polêmica aumenta. Folha de São Paulo, 01/06/86. 8. Depoimento, para o Jornal da Tarde, sobre a expulsão do GALF, efetuada pelo grupo Centro de Informação Mulher (Cim) [sic], da sede que ambos os grupos dividiam no bairro da luz, São Paulo. 24/12/84. 9. Só Tabu. Folha da Tarde, 1987¹⁵¹.

Além desses, Rosely também participou de entrevistas e programas de TV, foram eles: “Dois programas da apresentadora de TV, Hebe Camargo, sobre homossexualidade feminina em 25/05/85 e 29/04/86; Em Julgamento, Bandeirantes, Homossexualismo É [sic] Doença? (s.d.); Programa Blota Júnior [...] Homossexualidade X Constituinte (03/86)”¹⁵².

Os exemplos comprovam a participação ativa de Rosely na cena militante brasileira. Segundo Míriam Martinho¹⁵³, ao final de 1987, a integrante do GALF apresentava alterações perceptivas que foram associadas à esquizofrenia. Após 2 anos e meio lutando contra a doença, Rosely suicidou-se no apartamento de sua namorada, Vera Lúcia S. de Barros, no subúrbio do Rio de Janeiro, em 28 de agosto de 1990.

Sua morte provocou um grande choque e uma espécie de tabu foi formado sobre o suicídio. “[...] Tal tabu inclusive não combina com a memória de uma mulher que se destacou exatamente pela quebra dos silêncios e dos tabus em relação à lesbianidade e cuja trajetória de ativista foi um exemplo de luta contra a insanidade do preconceito”¹⁵⁴.

Deste modo, a data 19 de agosto contribuiu para desfazer o tabu ao redor da morte de Rosely, homenageando-a e associando-a à uma evento que marcou uma vitória contra o preconceito dentro da luta do movimento lésbico brasileiro.

Míriam Martinho¹⁵⁵ escreveu que no dia 11 de junho de 2003, as ativistas Luiza Granado e Neusa Maria de Jesus, da UOO e da Associação da Parada do Orgulho LGBT, que trabalhavam na formação de uma secretaria de lésbicas dentro da associação, organizaram um debate específico sobre a questão das lésbicas e dentro do debate lançaram publicamente o dia 19 de agosto como Dia do Orgulho Lésbico.

¹⁵¹ MARTINHO, op. cit., 2009, p. 17.

¹⁵² Id.

¹⁵³ Ibid., pp. 15-17.

¹⁵⁴ Ibid., p. 16.

¹⁵⁵ Ibid., pp. 35-36.

No dia 19 de Junho de 2008, a Assembleia Legislativa paulista aprovou o projeto e instituiu o Dia do Orgulho Lésbico no Estado de São Paulo. Mas desde 2003 a data vem sendo lembrada e comemorada em várias partes do Brasil.

Esse quadro de construção de novas estratégias sociais, com ações políticas tanto de Rosely, quanto das demais integrantes do GALF, implica em rupturas abertas pelos processos de singularização, que almejam novas formas de sensibilidade, propostas pelas aparições das militantes em vários eventos. Esses processos de singularização possibilitam a constituição de micropolíticas, como Félix Guattari e Suely Rolnik falam “[...] toda problemática micropolítica consistiria, exatamente, em tentar agenciar os processos de singularidade no próprio nível de onde emergem¹⁵⁶”.

Esses pequenos processos, como a ida aos eventos, o próprio periódico, a realização de congressos e a resistência no Ferro’s Bar apostaram numa pluralidade que rompeu com a proposta de uma identidade cultural homogênea e unificada. Enquanto atuaram como processos de singularização, de micropolítica, nas mais variadas maneiras e resistência molecular, essas ações do GALF e de tantos outros grupos de resistência supracitados, puderam manter em permanente questionamento o projeto de controle sociopolítico dos diversos indivíduos marcados como corpos sexuais.

Guattari e Rolnik¹⁵⁷ colocam que o Estado assistencial produz uma política de segregação que empurra os grupos vistos como minoritários e, em um segundo momento, ele próprio vem socorrê-los, com a condição de que estes passem a atuar dentro do sistema de controle. Os autores continuam dizendo que só haverá uma verdadeira autonomia quando os indivíduos, as famílias e os grupos sociais de base forem capazes de escolher por si próprio o que querem.

Essas ações políticas deixam de ser objeto cuja compreensão se justifica pela distância entre o tempo do pesquisador e o tempo do arquivo de estudo para se tornarem uma região cultural que possui construções de subjetividade de práticas políticas que se renovam.

A atuação das lesbianas, como exposto, foi bastante expressiva no Brasil. Pensar nesses momentos é pensar na história de resistência que o grupo criou ao longo dos 9 anos. É entender a trajetória histórica do movimento lésbico e sua relação com os movimentos feministas e homossexuais. Igualmente, perceber como essas mulheres se

¹⁵⁶ GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4. Ed, Petrópolis: Vozes, 1996, p. 130.

¹⁵⁷ *Ibid.*, p. 148.

viam fazendo política e fazendo resistência, como se representavam e autorrepresentavam.

Passado este primeiro momento, para o próximo capítulo, vamos nos ater a relação das lesbianas do GALF com os movimentos feministas, com o intuito de mapear os principais conflitos entre ambos e entender como foi se dando a aproximação de ambos os movimentos com o passar das décadas.

CAPÍTULO II: RELAÇÃO ENTRE O MOVIMENTO FEMINISTA E O MOVIMENTO LESBIANO NO BRASIL: (DES)ENTENDIMENTOS

O movimento lesbiano no Brasil surgiu no seio do movimento homossexual e do movimento feminista da segunda geração. Porém, no desenvolvimento destes movimentos e nas relações entre eles houve uma série de conflitos que marcaram o início de suas lutas. Deste modo, continuaremos neste capítulo a analisar as relações, conflituosas ou não, entre o movimento lesbiano e o movimento feminista, principalmente na década de 1980, no eixo São Paulo-Rio de Janeiro.

Antes de adentrarmos pontualmente na relação entre os movimentos, é interessante pontuar que, de acordo com Jussara Carneiro Costa e Gilberta Santos Soares¹⁵⁸, os feminismos que se constituíram no Brasil eram formados por mulheres de classe média, que vieram do exílio político, intelectualizadas, urbanas, que lutavam pela autonomia das mulheres e pela mudança de papéis sociais e sexuais opressores. As autoras ainda diferenciam os feminismos dos movimentos de mulheres, dizendo que estes últimos eram formados por mulheres de classes populares, com forte ligação da Igreja Católica e lutavam por melhores condições de vida.

Deste modo, tanto o movimento homossexual, quanto o movimento feminista tiveram grande participação da classe média brasileira e, por este motivo, faz-se necessário falar um pouco sobre ela durante a década de 1970.

Segundo Maria Hermínia Tavares de Almeida e Luiz Weis, a classe média intelectualizada da década de 1970 tinha como características semelhantes:

[...] a faixa de idade, perto dos trinta, o fato de exercer profissões de alguma forma aparentadas, como advocacia, jornalismo, publicidade, pesquisa de mercado, arquitetura, e terem ainda, regra geral, melhorado de vida nos anos recentes. Além disso, vários estavam no segundo casamento, e quase todos já haviam, pelo menos, fumado maconha. A maioria fez, fazia ou pretendia fazer 'terapia'. Gostavam de jazz, Nara Leão e Chico Buarque. Também gostavam de futebol e achavam que aquela seleção, de Pelé, Tostão, Gérson e Rivelino, merecia ganhar todas as copas em todos os tempos. [...] tinham igualmente outra coisa em comum: aninhados no confortável regaço da categoria que, talvez à falta de melhor, se convencionou chamar classe média intelectualizada, abominavam o golpe militar que seis anos antes havia deposto um

¹⁵⁸ COSTA, Jussara Carneiro; SOARES, Gilberta Santos. Movimento lésbico e movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. *Labrys, études féministes/estudos feministas*, v. 2, jan-jun. 2012, pp. 15-16.

presidente e amputado as liberdades democráticas da Constituição de 1946, vindo a implantar, lenta, gradual e seguramente, a ditadura.¹⁵⁹

Ou seja, a classe média intelectualizada do período da ditadura civil e militar brasileira era composta por pessoas empregadas em cargos de prestígio social, de certa influência, por conseguinte, com *status* suficiente para ajudar financeiramente movimentos contra a ditadura e até abrigar pessoas perseguidas.

Maria Hermínia Tavares de Almeida e Luiz Weis quando escrevem sobre o período entre 1969 e 1974, registram como sendo os piores momentos da ditadura (“O pau-de-arara”) para alguns, mas também, o tempo do “milagre econômico” (“carro-zero”) para outros.

Nesse fogo cruzado, os autores mencionam o “[...] desconforto bilioso e persistente [da ‘classe média intelectualizada’] com o cotidiano contaminado pela prepotência que descia do Planalto e se derramava pelas planícies”¹⁶⁰.

Os autores ainda afirmam que a modernização da sociedade acabou apressando mudanças nos padrões de conduta privada. “Para a geração da classe média de esquerda que chegou à idade adulta sob o autoritarismo, o peso das circunstâncias políticas sobre as relações afetivas e familiares [...] misturava-se à liberação sexual e ao consumo de drogas, em especial maconha e LSD”¹⁶¹. A “classe média intelectualizada” virou sinônimo “de esquerda” “[...] para afrontar o entranhado conservantismo do regime no plano dos costumes, para construir uma forma de ser oposição, de compor por vias transversas um perfil político de rejeição ao status quo”¹⁶².

Almeida e Weis quando falam sobre o período de 1975 a 1984 “a longa transição rumo ao governo civil”¹⁶³, apontam marcos importantes nesse intervalo de tempo, como: a valorização da democracia pela classe média; sua aproximação com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o partido de oposição legal; o movimento pela Anistia; as reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) que

¹⁵⁹ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea** / coordenador-geral da coleção Fernando A. Novais. São Paulo : Companhia das Letras, 1998. – (História da vida privada no Brasil ; 4), pp. 320-321. Uma observação, na obra, a ênfase que os autores dão à uma pequena fração da classe média, falando vagamente sobre as demais classes, pode levar o/a leitor/a a pensar que somente ela sofreu as graves consequências da ditadura militar e esquecer dos desdobramentos políticos, sociais, que foram intensamente danosos para a população mais pobre.

¹⁶⁰ Ibid., p. 333.

¹⁶¹ Ibid., pp. 333-334.

¹⁶² Ibid., p. 334.

¹⁶³ Ibid., p. 335.

tornaram-se instâncias de denúncia do regime; o restabelecimento das eleições diretas para governador; o movimento pelas Diretas já. Porém, não mencionam as greves que estavam acontecendo desde o final dos anos de 1970 – inclusive de professores e jornalistas –, nem o surgimento de novos partidos e seu primeiro ingresso na política – ou reingresso, no caso dos partidos pré-existentes.

Os autores identificaram como fontes de informação privilegiadas pela Imprensa aquelas que detinham conteúdo sobre pessoas que estavam no poder, influenciadas pela “miopia política da imprensa”¹⁶⁴ e pela boa relação com os “poderosos da hora”¹⁶⁵. A notícia divulgada pela grande imprensa, quando saía, vinha “desvitalizada, carregada de irrelevâncias, ironias e efeitos formais. O ceticismo cultivado com elegância comprazia-se especialmente em alfinetar o pensamento de esquerda”¹⁶⁶.

Ainda no mesmo ensaio, eles afirmam que “a cultura do protesto” tendo como exemplos as greves, leituras, passeatas e atos públicos, possuía forte ligação com a universidade, fazendo referência, principalmente, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Almeida e Weis pontuam que ela servia de ponto de encontro dos jovens politizados, reforçando a identidade e relação entre a “classe média intelectualizada” e a academia.

Dos grupos políticos mais atuantes, os que tiveram destaque foram: O Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Juventude Universitária Católica/Ação Popular (JUC/AP), a Política Operária (POLOP) e os trotskistas ligados à IV Internacional. “Depois do golpe, o número de organizações cresceu proporcionalmente mais que o número total de militantes, porque boa parte das novas siglas nascia dos ‘rachas’ nas organizações existentes, em especial no Partido Comunista”¹⁶⁷.

Segundo os autores, a única forma que os universitários enxergavam ser possível de participar do processo de mudança que a sociedade brasileira exigia e precisava, era militando em algum desses grupos supracitados. Sendo assim, surgiram diversos grupos políticos opostos à ditadura, disputando eleições para centros e diretórios acadêmicos já no início dos anos de 1970. É neste cenário político e social que se constituíram o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) e a segunda geração do Movimento Feminista¹⁶⁸.

¹⁶⁴ ALMEIDA; WEIS, op. cit., p. 359.

¹⁶⁵ Ibid., p. 359.

¹⁶⁶ Ibid., p. 358.

¹⁶⁷ Ibid., p. 367.

¹⁶⁸ Ver: SARTI, op. cit.

Sobre o MHB é importante salientar um aspecto de grande relevância de sua dinâmica interna, principalmente entre os anos de 1979 e 1981, que diz respeito a um processo ininterrupto de conflitos e divergências entre os grupos que naquele momento estavam se formando.

Conforme Tânia Pinafi¹⁶⁹ afirma, por um lado, muitos grupos se formaram a partir das cisões internas e isto acabou favorecendo a própria expansão do Movimento Homossexual Brasileiro, por outro, os novos grupos que vinham surgindo buscavam se diferenciar ideologicamente dos grupos anteriores.

Dentro do MHB surgiu o movimento lésbiano brasileiro. Jussara Carneiro Costa e Gilberta Santos Soares¹⁷⁰ afirmam que foi no calor das transformações políticas e culturais das décadas de 1960 e 1970 e numa estreita vinculação com os movimentos feminista e homossexual, além de outros movimentos sociais, que teve início a organização política lésbiana, no ocidente.

Porém, se o MHB e o movimento feminista da segunda geração tiveram como protagonistas identidades pertencentes à classe média brasileira, o mesmo não se pode afirmar sobre o movimento lésbiano.

Segundo Marisa Fernandes, ex-integrante do GALF, as mulheres do grupo eram:

[...] plurais, de etnias, credos, escolaridade e classes sociais diferentes, desde empregada doméstica até programadora de software, todas mulheres que não vinham da Academia, mas dos 'armários' e do gueto. O ponto comum entre elas era apenas a lésbiana. O LF possibilitava o encontro de mulheres fora dos ambientes de badalação dos guetos e era um lugar seguro para as garotas do 'armário', que ficavam sabendo do LF pela mídia.¹⁷¹

Em meio as suas pluralidades, encontravam a lésbiana em comum. Apesar de não haver uma nomeação à interseccionalidade, até pela época em que o *ChanacomChana* foi produzido, ela esteve presente nas discussões do periódico quando as lésbianas do GALF falavam de lésbiana das donas de casa, empregadas domésticas, ou seja, ela estava presente também no debate sobre a lésbiana branca.

Deste modo, a partir de uma leitura interseccional, percebemos que há uma inseparabilidade entre racismo, capitalismo, classismo, patriarcalismo, heteronormatividade e cisgeneridade, aspectos que são produtores de opressões

¹⁶⁹ PINAFI, op. cit., p. 81.

¹⁷⁰ COSTA; SOARES, op. cit., p. 27.

¹⁷¹ FERNANDES, op. cit., p. 94.

estruturais na sociedade brasileira. As várias formas de discriminações implicam em um sistema de opressão interligado. No GALF podíamos encontrar mulheres que sofriam vários tipos de opressões, seja pela cor, pela sexualidade, por serem mulheres, pela classe social, dentre outras.

A noção de interseccionalidade nos permite ter uma criticidade política a fim de compreendermos a fluidez das identidades subalternizadas que são expostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe, de raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem.

É importante reconhecermos as sequelas que o colonialismo europeu legou ao Brasil. As mulheres e grupos LGBTTTQIA+ são alvos de várias opressões que não podem ser vistas somente como uma sobreposição de camadas, pois não operam em singularidades, mas sim se entrecruzam. Afirmar que as opressões são hierárquicas e cumulativas seria o mesmo que dar um valor de importância a cada opressão, ao invés de reconhecê-las como produtos de uma sociedade que possui várias estruturas de dominação. O sexismo e o racismo, por exemplo, são ideologias dessa sociedade estruturante, que tem como alvo as mulheres e indivíduos/os racializadas/os/es.

A proximidade das lesbianas com as feministas só se deu quando o feminismo antes unitário, universalista, foi cedendo aos poucos, dando lugar aos “feminismos” que tentavam englobar as especificidades e variáveis que compunham as múltiplas experiências das mulheres no social. Porém essa relação tem sido historicamente marcada por tensões localizadas no campo epistêmico e no político.

Na edição número 12 do boletim *ChanacomChana*, há uma matéria intitulada *Feminismo e lesbianismo: qual a relação?*¹⁷², escrita por Míriam Martinho. A autora delimitou o espaço entre feministas e lesbianas na ordem social explicando que nem toda feminista era lésbica – por todo o descrédito que a palavra lésbica carregava – e nem toda lésbica era feminista – pois algumas que não tinham tanta informação acreditavam que as feministas queriam imitar os homens. Para explicar, ela escreveu:

[...] podemos dizer que ele [o quadro confuso envolvendo lesbianas e feministas] é produto – por um lado – da noção, imposta pela sociedade machista, de que ser mulher é igual a ser heterossexual, sendo a heterossexualidade o que define, de fato, se uma mulher é mulher ou não. [...] Diante disso, não é de estranhar que muitas lésbicas se identifiquem mais como homossexuais do que propriamente mulheres

¹⁷² Boletim *ChanacomChana*, n. 12, 1987, pp. 1-6.

e de que muitas feministas só abordem questões referentes à vida das mulheres que vivem com homens¹⁷³.

O questionamento do sexo biológico e das práticas sexuais podia ser um assunto comum entre o movimento feminista e o movimento lésbico, porém, os estudos sobre sexualidade no âmbito feminista eram hegemonicamente referenciados pela heterossexualidade, assente na divisão binária cisgênera.

É necessário falarmos sobre a abjeção ao que está fora do lugar, que implicou na construção de fronteiras entre feministas e lésbicas, colocando à margem aquilo que poluía, que era disforme.

Segundo Judith Butler:

La categoría de ‘sexo’ es, desde el comienzo, normativa [...] Én este sentido pues, el ‘sexo’ no sólo funciona como norma, sino que además es parte de una práctica reguladora que produce los cuerpos que gobierna, es decir, cuya fuerza reguladora se manifiesta como una especie de poder productivo, el poder de producir – demarcar, circunscribir, diferenciar – los cuerpos que controla¹⁷⁴.

Ao ultrapassar a condição de normatividade, habitando o *entre-lugares*, as lésbicas são designadas de forma negativa por não seguirem o padrão heterossexista e são traduzidas, muitas vezes, como imorais, anormais, desviantes, dentre outras formas de invisibilidade. A matriz por trás disso está ancorada na heterossexualidade normativa e em uma ordem discursiva patriarcal que a lésbicidade desequilibra.

Na edição número 2 do boletim *ChanacomChana*, numa entrevista intitulada *associação das donas de casa discute lésbicismo, aborto e...*¹⁷⁵, o GALF escreveu que:

O problema é que a palavra feminista tem um cunho muito pejorativo, as pessoas parecem que associam feminista com lésbica. O que é uma coisa engraçada porque as lésbicas em geral tem [sic] uma visão muito ruim das feministas. Uma vez eu estava falando com uma garota do grupo (quem frequenta o GALF é um conjunto muito heterogêneo, tem gente de várias classes sociais, o preconceito as vezes consegue cortar até as barreiras de classe) que trabalha na cozinha de um hospital, eu falava de feminismo com ela e daí eu perguntei: Você sabe o que é

¹⁷³ Boletim *ChanacomChana*, n. 12, 1987, p. 1.

¹⁷⁴ BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”**. 1ª ed. – Buenos Aires – Paidós, 2002, p. 18. Tradução nossa: “A categoria do ‘sexo’ é, desde o começo, normativa [...] Neste sentido pois, o ‘sexo’ não só funciona como norma, mas também faz parte de uma prática reguladora que produz corpos/órgãos que governa, isto é, cuja força reguladora se manifesta como uma espécie de poder productivo, o poder de produzir – demarcar, circunscrever, diferenciar – os corpos que controla”.

¹⁷⁵ Ver boletim *ChanacomChana*, n. 2, 1983, pp. 6-10.

feminista? Ela disse: Ah! Feminista não é mulher que quer imitar o homem? Isto mostra que também para as lésbicas a palavra não tem uma conotação positiva, muito pelo contrário, outras acham que feminista é aquela que sai queimando soutien [sic] na rua, tipo aquela imagem do início do feminismo americano. Acho que devemos romper lentamente com esta carga negativa sobre o feminismo¹⁷⁶.

Percebemos os estereótipos referentes às lesbianas e feministas. Ambos os grupos estavam associados à representação de um desejo de “imitar” os homens, seja por sentir interesse por mulheres, seja por querer os mesmos direitos, seja por ambos. Jussara Carneiro Costa e Gilberta Santos Soares¹⁷⁷ observaram que o fato das lesbianas serem vistas como “imitações de homem”, faz com que seus corpos sejam mais rechaçados e, tanto elas, quanto as feministas, quando tentam ascender ao campo da masculinidade¹⁷⁸, ameaçam o paradigma naturalista e ao *status quo* do masculino.

Tanto as sujeitas do feminismo, quanto as sujeitas do movimento lésbico, são reprimidas pela estrutura de poder da qual buscam emancipação. Contudo, o fato de haver um pensamento normativo a partir do qual a heterossexualidade era vista como padrão para todas as mulheres, fez com que as feministas negligenciassem por muito tempo as reivindicações das lesbianas.

Ainda na entrevista com a Associação das donas de Casa, o GALF escreveu:

GALF: A gente percebe que muitas feministas falam de vários tipos de discriminação: da mulher gorda, da míope, mas da lésbica normalmente se omite. Acabou virando a nossa “especialidade” falar da mulher homossexual, o que nós não queremos que seja uma especialidade nossa. As feministas em geral deveriam assumir a existência do preconceito e da discriminação sobre as lésbicas e lutar contra. A gente não acha que quando uma mulher é oprimida, só os grupos de mulheres devem denunciar e fazer algo em cima, deveria haver uma consciência maior. E fica estancado, de repente tudo que se refere ao homossexualismo fica só com a gente do GALF, ninguém mais assume, é uma coisa muito esquisita. Por exemplo: a Sandra Mara se suicidou

¹⁷⁶ Boletim *ChanacomChana*, n. 2, 1983, p. 7.

¹⁷⁷ COSTA; SOARES, op. cit., pp. 45-46.

¹⁷⁸ Conjunto de atributos construídos socialmente e culturalmente e que são relacionados aos homens. Vale ressaltar que masculinidade não necessariamente se polariza com feminilidade. Eles se complementam, sustentados na cumplicidade do polo dominado. A relação se baseia na diferença entre ambos. A masculinidade torna o feminino como polo de rejeição central. Porém, como observa o historiador Fernando Bagiotto Botton, a problematização sobre o conceito de masculinidade se deu a partir do momento que foi fixada a ideia da existência de uma única masculinidade hegemônica, baseada na dominação inquestionável do “patriarca”. O mesmo afirma que para se falar sobre as masculinidades é importante considerar etnia, classe social, nacionalidade, temporalidade, dentre outros fatores, pois ela não é uma entidade fixa, podendo se diferenciar de acordo com as relações de gênero. Ver: BOTTON, Fernando B. As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica. *Revista Vernáculo*, n. 19 e 20, 2007; CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 1, Florianópolis, jan./abr. 2013.

em 9/8/82 e nenhum grupo que se diz feminista, a não ser nós e o SOMOS (grupo homossexual de São Paulo) fomos as únicas entidades que nos pronunciamos¹⁷⁹.

O GALF fez uma crítica ferrenha à maneira como as feministas enxergavam as pautas lesbianas, afirmando que deveria haver uma consciência maior, em que as questões que as oprimiam fossem de todas e não uma responsabilidade específica.

Segundo Núbia Carla Campos¹⁸⁰, as lesbianas militantes passaram a se identificar cada vez menos com o movimento feminista, pois, enquanto àquelas contribuía-
ativamente com as pautas feministas, as mulheres heterossexuais não contribuía-
m com as pautas lesbianas, principalmente quando o assunto envolvia a heterossexualidade como sistema de opressão para as mulheres.

Tal cenário de divergências impulsionou as lesbianas a buscarem autonomia, tanto do movimento homossexual, quanto do movimento feminista. “[...] o lugar de fala social da lesbiana não definiria uma identidade, mais [sic] marcaria um espaço crítico fora do imaginário hegemônico da heterossexualidade”¹⁸¹. Nesta ótica, a lesbiana política foi uma categoria criada no seio do movimento feminista, marcando sua recusa ao sistema de dominação heterossexual.

Jussara Carneiro Costa e Gilberta Santos Soares¹⁸² pontuam que aos poucos os movimentos lesbianos foram adquirindo autonomia e fundando suas próprias organizações, produzindo críticas sobre a misoginia, patriarcado e a forma falocêntrica do movimento homossexual, dominado por homens. Segundo elas, as lesbianas apoiaram-se nas argumentações feministas para propagar e denunciar a insatisfação com a ausência de lugar, tanto no movimento homossexual, quanto no movimento feminista.

No Brasil, o Grupo Lésbico Feminista (LF), posteriormente, Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) obteve destaque dentro do movimento lésbico e feminista, tirando do comodismo as feministas que insistiam em não apoiar as questões lesbianas e sendo protagonista de vários conflitos envolvendo ambos os movimentos.

Percebemos isto em um trecho retirado da edição número 3 do boletim *ChanacomChana*, quando as integrantes do GALF relataram sobre sua participação no II

¹⁷⁹ Boletim *ChanacomChana*, n. 2, 1983, p. 7.

¹⁸⁰ CAMPOS, Núbia Carla. **A lesbianidade como resistência: a trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil – 1979-2001**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. 2014, p. 50.

¹⁸¹ NAVARRO-SWAIN, Tania. **Feminismo e lesbianismo: quais desafios?**. 2019, p. 19. Disponível em: <https://medium.com/@labrysrevista/feminismo-e-lesbianismo-quais-os-desafios-a12e3e012d68> Acesso em: 5 fev. 2020.

¹⁸² COSTA; SOARES, op. cit., p. 27.

Congresso da Mulher Paulista (CMP), que aconteceu nos dias 8 e 9 de março de 1980, no Teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

[...] No entanto, imbuídas do maior espírito de cara de pau, entramos de ‘sola’ no IIº Congresso da Mulher Paulista, entre arrepios, chiliques e a perplexidade irritada ou divertida das feministas heterossexuais (?), colocando a então ‘inusitada’ questão da sexualidade. Reinava um clima de grande confusão graças às tentativas de manipulação das ‘bases femininas’ por parte de grupos pretensamente populares que ameaçavam, e ainda ameaçam, a autonomia do movimento. De pronto, nos solidarizamos com as outras feministas pela independência de nossas reivindicações específicas, mas, mesmo assim, ainda parecíamos como OVNIS (objetos voadores não identificados), tanto que a jornalista Maria Carneiro da Cunha sentiu-se na obrigação de justificar nossa presença, naquele evento, através de uma longa carta para uma sua amiga pouco acostumada ao trato com a diversidade humana¹⁸³.

Segundo Núbia Carla Campos¹⁸⁴, apesar de ter sido compactuado que o II Congresso da Mulher Paulista não teria discussão envolvendo partidos políticos, mas apenas questões específicas das mulheres, diferentes grupos político-partidários recém-formados estavam presentes no evento, querendo conquistar força política. Dessa forma, o II CMP tornou-se um espaço de conflitos entre as chamadas lutas gerais e as lutas específicas. Dentre os grupos de esquerda pretensamente populares estavam o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) – parte do PMDB –, o PT, o PC, a Convergência Socialista (CS) e o PC do B que procuraram usar o espaço do II CMP para atrair o maior número de pessoas para sua causa, entendida, por eles, como a “luta maior”.

Tânia Pinafi¹⁸⁵ afirma que o grande número de participantes – cerca de mais de três mil mulheres – no II CMP, chamou a atenção de partidos políticos de esquerda. Dentro dessa conjuntura houve uma disputa em torno da hierarquia das bandeiras.

[...] Mas quem decreta o que é maior e o que é menor, o que deve ou não deve ser prioritário, senão os poderes e aparelhos políticos imperantes? Isto é uma atitude eminentemente antidemocrática, especialmente porque, como tantas outras, vem de cima para baixo. [...] Uma outra idéia [sic] equivocada nessa história de ‘luta maior’ é o fato de se colocar a política numa esfera à parte e privilegiada, totalmente calcada em princípios teóricos abstratos altamente manipuláveis em termos de uma ortodoxia [...] Tendo os manifestos mais recentes dos grupos homossexuais organizados (incluindo as lésbicas) apoiado as feministas, como também, os movimentos negros e as reivindicações de cunho social que se inserem na clássica luta de classes. Por que

¹⁸³ Boletim *ChanacomChana*, n. 3, 1983, p. 2.

¹⁸⁴ CAMPOS, op. cit., p. 75.

¹⁸⁵ PINAFI, op. cit., p. 67.

discriminá-los então? Eles também participam da ‘luta maior’. Se eles continuam discriminados é porque a própria imposição da ‘luta maior’ da forma como é feita, já é uma discriminação¹⁸⁶.

O LF, na citação, acima criticou os grupos que entendiam que suas lutas eram gerais e, portanto, prioritárias, se comparadas com as lutas de alguns grupos feministas e do movimento lésbico. Elas inclusive pontuaram que a própria imposição de uma “luta maior”, colocando as demais lutas no lugar de “lutas menores” já era um tipo de discriminação.

Elaine Marques Zanatta¹⁸⁷ reafirma isto quando diz que os grupos organizados consideravam os temas específicos como sexualidade, papéis sociais, dentre outros, inoportunos e divisionistas, o que resultou em um debate ideológico sobre lutas gerais e específicas, comprometendo o encaminhamento do II e do III CMP.

Sobre a participação das lésbicas no II Congresso da Mulher Paulista, Edward Macrae relatou que:

[...] a inclusão das lésbicas na comissão de preparação do II CMP não foi aceita tranquilamente pelas organizações envolvidas. Várias delas, mesmo as que se rotulavam como feministas, expressaram veladamente o receio de que sua inclusão poderia afugentar as mulheres da periferia, que ainda seriam muito preconceituosas. [...] O grupo insistiu em afirmar sua natureza lésbica e até chegou a comparecer a uma reunião de representantes de vários grupos feministas para exigir satisfações. As mulheres heterossexuais negaram que estivessem agindo com preconceito e a questão foi deixada de lado¹⁸⁸.

O jornal *Lampião da Esquina*, numa matéria chamada *Congresso das Genis: esquerda joga bosta nas feministas* noticiou o que aconteceu no II CMP:

[...] Nesse contexto, pode-se imaginar como transcorreu a discussão sobre homossexualismo, que as lésbicas teimosamente fizeram aflorar em alguns grupos. Num desses, vi que uma senhora católica da periferia estava em estado de choque, balbuciando horrorizada sem conseguir sequer encarar as lésbicas: ‘Deus do Céu, vocês são ainda tão mocinhas e não pensam em outra coisa que não seja sexo’¹⁸⁹.

O II Congresso da Mulher Paulista contou com mais de três mil mulheres, tanto de São Paulo, seja do centro da cidade ou da periferia, como de outros Estados. Para se

¹⁸⁶ Jornal *ChanacomChana*, n. 0, 1981, p. 3.

¹⁸⁷ ZANATTA, op. cit., p. 200.

¹⁸⁸ MACRAE, op. cit., 2018, p. 312.

¹⁸⁹ Jornal *Lampião da Esquina*, ano 2, n. 23. Rio de Janeiro, abr. 1980, p. 6.

ter uma ideia, havia 600 crianças abrigadas em doze creches e um berçário, com uma equipe somente para esse setor.

A quantidade de mulheres com bandeiras diferentes, sejam feministas, lésbicas, do Movimento de Mulheres da periferia, grupos partidários, dentre outros, influenciou os debates acirrados e discussões calorosas e turbulentas entre os grupos participantes. A defesa do aborto pelo movimento feminista, por exemplo, foi vista com maus olhos por algumas mulheres do movimento de mulheres que estavam ligadas à Igreja Católica – que como sabemos teve alguns setores que se colocaram abertamente contra o regime civil e militar da ditadura brasileira. Deste modo, quando as lésbicas se apresentaram como lésbicas e insistiram em discutir a questão da lesbiandade dentro do evento, foram (mal) recebidas de forma conflituosa.

Na matéria do jornal *Lampião da Esquina*, citada anteriormente, não havia menção se a senhora católica foi respondida ou não, acreditamos que sim, considerando que o GALF deixava bem explícito nos seus discursos a vontade de debater sempre que possível sobre a temática lésbica. De todo modo, a citação mostra a incredulidade por parte de alguns grupos para com questões lésbicas e até mesmo de pautas defendidas pelo movimento feminista.

O LF reivindicava a construção de outra realidade social, diferente da heterossexual, que excluísse o poder presente na figura do homem. A lésbica política estava engajada em uma luta sem tréguas e sem cumplicidade.

Queremos propor que o movimento feminista não reproduza o discurso politiquês machista das lutas gerais contra as lutas específicas e que todas as questões referentes a todas as mulheres sejam igualmente prioritárias. Igualmente prioritárias, mesmo porque a mulher homossexual também é negra, a mulher homossexual também é mãe, a mulher homossexual também é dona de casa, a mulher homossexual também é prostituta, a mulher homossexual também é operária, a mulher homossexual também está na periferia e calar a respeito dessas múltiplas opressões também nos torna cúmplices da violência¹⁹⁰.

As lésbicas queriam discutir seus temas específicos como papéis sexuais, sexualidade, dentre outros e haviam pedido ao movimento feminista que estas não se deixassem levar pelos discursos proferidos por alguns grupos político-partidários, que teriam levado para o evento – II CMP – a tese de que a luta pela libertação da classe

¹⁹⁰ Grupo Ação Lésbico-Feminista, 1982 apud ZANATTA, op. cit., p. 202.

operária atingiria toda a sociedade, devendo ser prioritária em relação às questões específicas de gênero.

Além disso, as lesbianas também alertaram para o fato de que as mulheres homossexuais também eram mães, donas de casa, prostitutas, operárias, periféricas, reafirmando o silenciamento, por parte do feminismo branco, e as múltiplas opressões que essas mulheres passaram diariamente, além da lesbofobia praticada por grupos feministas e grupos político-partidários.

É perceptível o quão difícil era tratar a questão da lesbiandade dentro dos congressos promovidos pelos movimentos feministas. Não só porque falar sobre lesbiandade ainda carregava uma carga muito pejorativa, como também, porque para os grupos partidários de esquerda patriarcal, a luta era uma só, “[...] não existe violência contra a mulher; o que há é violência ditatorial contra homens e mulheres da classe operária”¹⁹¹, o que dificultava ainda mais adentrar nas questões, à época, entendidas como específicas.

O jornal *Lampião da Esquina*, ainda na matéria *Congresso das Genis: esquerda joga bosta nas feministas*, relatou:

Para as lésbicas, acho que o diálogo foi difícil (até as fotos do seu painel “AMOR ENTRE MULHERES foram retiradas); mas também houve o saldo positivo: puderam medir melhor a solidariedade de que dispõem junto a certos grupos feministas, que pela primeira vez resolveram comprar sua briga, no Brasil. Esse Congresso parece ter marcado o encontro ainda tímido mas definitivo entre feministas homossexuais e heterossexuais. Para as bichas, acho que esses dois dias deram uma ideia clara de como temos muito a ver com as idéias [sic] feministas enquanto instrumento de análise e práxis de oposição¹⁹².

Edward Macrae¹⁹³ afirma que, apesar de todas as frustrações envolvendo o II CMP, a experiência para as lesbianas, de modo geral, foi muito proveitosa, pois elas puderam entender melhor as formas de atuação dos grupos partidários de esquerda, dialogaram com algumas feministas heterossexuais e tiveram um primeiro contato com donas de casa da periferia. Estas últimas, embora estivessem escandalizadas pelo fato das lesbianas se posicionarem enfaticamente sobre sua sexualidade, ouviram suas colocações com “indignação controlada”.

¹⁹¹ Jornal *ChanacomChana*, n. 0, 1980, p. 6.

¹⁹² Jornal *Lampião da Esquina*, ano 2, n. 23. Rio de Janeiro, abr. 1980, p. 7.

¹⁹³ MACRAE, op. cit., 2018, p. 314.

O autor continua falando que as reações mais agressivas foram de mulheres que falavam em nome de instituições que se diziam populares, “[...] como o PMDB [Partido do Movimento Democrático Brasileiro] e os sindicatos – apelidados por uma das lésbicas participantes de ‘cães de guarda do proletariado’”¹⁹⁴ – termo utilizado justamente pelo fato de que esses grupos colocavam a luta de classe operária como luta maior, defendendo ferrenhamente esta pauta.

De acordo com Tânia Pinafi¹⁹⁵, durante a realização da plenária final do II CMP, momento em que seriam definidas as bandeiras tiradas do congresso, houve violência física e verbal, inviabilizando o encerramento. A Coordenadoria do evento reuniu-se posteriormente para realizar a avaliação e a elaboração do documento final a ser encaminhado para todos os grupos que participaram. Nessa reunião ficou decidido que os grupos e entidades que tumultuaram seriam expulsos da coordenação.

Aproximadamente após três meses do II CMP, nos dias 21 e 22 de junho de 1980, ocorreu o I Encontro dos Grupos Feministas do Estado de São Paulo. Este evento aconteceu na cidade de Valinhos e foi pensado para a reflexão de tudo que tinha acontecido no II CMP, porém, as lesbianas, como já citado no capítulo 1 deste trabalho, alteraram a pauta preestabelecida com a discussão política das questões das sexualidades, para além das questões tradicionais.

O clima era de expectativa e efusividade; afinal, para as mulheres que ali estavam, esse evento marcava o 1º encontro do gênero em São Paulo e no Brasil. Participaram dele todos os grupos existentes no listado, naquela época, bem como dois grupos convidados do Rio: Nós Mulheres, Associação de Mulheres, Pró-Mulher, Brasil Mulher, Ação Lésbico-Feminista, Grupo Feminista 8 de Março, Coletivo Feminista de Campinas, Frente de Mulheres Feministas, Coletivo Feminista do Rio de Janeiro, Grupo Lésbico-Feminista-Auê (RJ). Além destes grupos, estiveram presentes integrantes do movimento de mulheres, como por exemplo, a presidente da Associação das Donas-de-casa¹⁹⁶.

A feminista Teresa Verardo, que participou do Encontro falou que:

Quando as homossexuais resolvem se inserir com a gente nessa luta no Movimento Feminista porque, até então, os grupos eram bem separados, né? Em alguns momentos pontuais a gente atuava juntas. Esse momento foi o momento do Encontro de Valinhos, em 1980, depois que nós já tínhamos [sic] feito dois encontros da Mulher Paulista. [...] E as militantes homossexuais foram para esse Encontro.

¹⁹⁴ MACRAE, op. cit., 2018, p. 314.

¹⁹⁵ PINAFI, op. cit., p. 68.

¹⁹⁶ PONTES, op. cit., p. 63.

Tinha uma pauta, né? Então, aquela coisa bem militante. Tinha uma pauta, nós íamos discutir objetivamente aquela pauta quando as lésbicas resolvem subverter tudo. Então não queriam discutir aquela pauta coisa nenhuma e queriam discutir a nossa relação enquanto mulheres. Queriam discutir a questão da sexualidade. E queriam discutir a militância feminista com prazer. E eu acho que essa discussão de Valinhos deu uma virada total em toda nossa militância. Nós descobrimos junto com as lésbicas que era possível fazer discussões sobre sexualidade, né? E essa discussão mexia com um monte de coisa internamente com a gente. Era assumir uma outra postura de vida e uma outra postura de militância. E, principalmente, que era possível fazer uma militância com prazer¹⁹⁷.

O Encontro tinha como intuito refletir sobre os atritos ocorridos no II CMP, contudo, a postura subversiva do Grupo Lésbico Feminista alterou a pauta preestabelecida e redirecionou o debate. Mesmo em minoria, as lesbianas feministas continuaram a levantar pautas necessárias a elas, desta forma, foram aos poucos conscientizando as demais feministas no sentido de reafirmarem que, assim como as heterossexuais, elas também eram mães, trabalhavam, sofriam por causa do machismo diário e, além disso, com o sexismo e a lesbofobia.

Em entrevista concedida ao GALF, uma das integrantes da Associação das Donas de Casa, Cida, respondeu se elas discutiam sobre “lesbianismo”¹⁹⁸ nos bairros:

A partir do 2º Congresso, quando o Grupo Ação Lésbico-Feminista (GALF) começou a participar, a gente discutiu sobre lesbianismo nos bairros. Às vezes a idéia [sic] que o pessoal tem das lésbicas é que vão agarrar as outras mulheres. Mas o jeito é através do papo com as feministas¹⁹⁹.

Pode-se dizer que apesar dos tumultos no II CMP, o discurso lesbiano serviu como disparador para várias questões que até aquele momento eram pouco exploradas pelas feministas heterossexuais e que as lesbianas estavam conseguindo quebrar estereótipos. Este Encontro em Valinhos também marcou o afrouxamento da resistência feminista à lesbiana. A respeito das novas possibilidades de atuação política, Tereza Verardo afirmou que:

¹⁹⁷ Mulheres Participando, 1991, apud PINAFI, op. cit., pp. 70-71.

¹⁹⁸ O termo “lesbianismo” era utilizado pela documentação do século XIX e por isso permaneceu no corpo do texto, porém, vale ressaltar que atualmente já é visto como incorreto e preconceituoso, pois o sufixo “ismo” relaciona-o à doença. Uma palavra que substitui e não carrega preconceitos pejorativos é a “lesbiandade”, utilizada para se referir à prática sexual entre lesbianas. Ver: LESSA, op. cit., 2007.

¹⁹⁹ Ver boletim *ChanacomChana*, n. 2, 1983, p. 8.

Com essa mexida toda, que a entrada das homossexuais colocaram pras feministas, né? Enquanto um todo. Essa discussão da sexualidade que eu acho que ela muda de enfoque, né? O que fica importante disso tudo é o seguinte: é a gente começar a perceber que a gente pode continuar junto com todas as mulheres, independente da sua opção sexual, e aprender a respeitar as diferenças. Mas, principalmente levar em conta que diferença não é desigualdade. Quer dizer, nós podemos respeitar o outro enquanto indivíduo com a sua cor, com a sua opção religiosa, com seus temores, com sua opção de sexualidade, com sua opção de vida, sem que nada disso signifique desigualdade. Eu acho que o fundamental que se tirou disso tudo, e que precisa ser levado sempre adiante, é esse respeito pelo outro. O respeito pelas diferenças²⁰⁰.

Um programa de ação foi definido neste evento, o qual deveria ser encaminhado e executado pelos grupos participantes entre os anos de 1980 e 1981. Segundo Heloisa Pontes²⁰¹, as ações previstas deliberavam sobre a criação de uma coordenação feminista, criação de uma imprensa feminista, campanha de luta contra o controle de natalidade proposto pelo governo e criação de uma “Comissão de Luta contra a Violência” sofrida pelas mulheres.

O Encontro de Valinhos foi um momento de grande tensão para o LF, pois foi deflagrada uma crise interna que causou a cisão do grupo, já colocado no capítulo 1 deste trabalho, como também, de forte emoção visto que o estabelecimento da Comissão foi uma grande conquista, pois contemplava uma vertente de trabalho que lhes era cara.

Porém, a edição número 3 do boletim *ChanacomChana*²⁰² afirmava que, apesar das propostas que foram aprovadas no encontro em Valinhos como, por exemplo, a criação de uma organização que englobasse mulheres lésbicas de diversos grupos, elas não foram levadas adiante.

Além disso, as tentativas de estruturar outro encontro das entidades feministas acabaram não acontecendo, pois as divergências político-partidárias da maioria das integrantes, impediram que se chegasse a um acordo acerca das questões prioritárias a serem colocadas em pauta.

No período que antecedeu o III Congresso da Mulher Paulista (III CMP), de acordo com Tânia Pinafi²⁰³, houve demarcações de territórios que eclodiram dentro do movimento feminista, paralelo a isto, os ataques sofridos pelas lésbicas. Por um lado, existia o preconceito das feministas em relação às lésbicas, por outro, havia uma parcela

²⁰⁰ Mulheres Participando, 1991, apud PINAFI, op. cit., p. 71.

²⁰¹ PONTES, op. cit., pp. 67-68.

²⁰² Ver boletim *ChanacomChana*, n. 3, 1983, p. 3.

²⁰³ PINAFI, op. cit., p. 76.

de grupos políticos que queriam desqualificar o trabalho das feministas, usando a generalização de que “toda feminista é sapatão”.

O jornal *Hora do Povo*²⁰⁴ dizia que:

No seu número 6 de fevereiro de 1981, um artigo atacava as ‘autonomistas’ do movimento feminista: grã-finas desorientadas, lideradas por lésbicas! Acima do artigo, uma charge assinada por Maringoni em que apareciam, entre outras mulheres, duas lésbicas, uma tendo um ataque histérico ao ver mulheres do povo, enquanto a outra, caricaturalmente ‘machona’, tenta leva-la para casa²⁰⁵.

As feministas “autonomistas” foram chamadas de “grã-finas desorientadas”, numa nítida associação a um estado de desequilíbrio mental, já que uma das personagens que foi retratada na charge estava tendo um ataque. Diante disto, podemos verificar que o cenário político não estava tão receptivo às lesbianas, já que elas foram usadas na charge para descredibilizar as feministas.

Ao longo do tempo o termo “lésbica” foi – ainda é – utilizado de forma pejorativa para desestabilizar e deslegitimar o movimento feminista, através de estereótipos como “machona”, “virago”, “feiosa”, “mal-amada”, “menos mulher”, dentre outros. Deste modo, os feminismos resistiam à ideia de incorporar as pautas lesbianas em suas produções teóricas, porque, além do preconceito sobre a figura lésbica, ainda estava muito intrínseco o heterossexismo dentro do movimento.

Se voltarmos o olhar, hoje, para os caminhos plurais do feminismo, detectamos movimentos de cruzamento, de oposição ou de imbricação com o lesbianismo. Classificadas como radicais, separatistas, recusando os homens, e a dominação masculina, as lesbianas sempre atemorizaram as feministas, num medo despertado pelas imagens forjadas no cadinho dos enunciados do senso comum, cuja repetição criava a realidade: machonas, viragos, feiosas, mal-amadas [...] Enquanto feminista, como se aproximar ou trabalhar em conjunto com estes seres marcados, sem se contaminar, sem partilhar as nódoas e os insultos contra ‘aberrações da natureza’, ‘imitações de macho’?²⁰⁶.

²⁰⁴ Ver: ZANATTA, op. cit., p. 201. Segundo a autora, o jornal era porta voz do grupo esquerdista Movimento Revolucionário 8 de Outubro, o MR-8. O grupo do jornal participou no encaminhamento das questões durante o II e III Congressos da Mulher Paulista.

²⁰⁵ MACRAE, Edward. Em defesa do gueto. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 53-60, 1983, p. 58.

²⁰⁶ NAVARRO-SWAIN, op. cit., 2019, p. 1.

Jussara Carneiro Costa e Gilberta Santos Soares²⁰⁷ afirmam que boa parte dos grupos feministas deixaram-se intimidar pela pressão social da conjuntura da época, que exigia o silenciamento da lesbiandade e sua invisibilidade, pensando que com isso seriam minimamente respeitados pelos partidos da esquerda brasileira, pela intelectualidade acadêmica, pela Igreja, pela sociedade em geral. As autoras afirmam ainda que em vários grupos feministas tinham mulheres que eram militantes de partidos políticos ou vinculadas a segmentos da Igreja Católica. Um feminismo composto por mulheres de classe média, que foi influenciado pela perspectiva marxista da luta contra a ditadura.

Audre Lorde faz uma crítica ao feminismo branco e heterossexista quando escreve que:

[...] é mais fácil para mulheres brancas acreditar na fantasia perigosa de que, se você for boa o suficiente, bonita o suficiente, doce o suficiente, quieta o suficiente, ensinar as crianças a se comportarem, odiar as pessoas certas, casar com os homens certos, você terá a permissão de coexistir com o patriarcado em relativa paz, pelo menos até que um homem precise do seu emprego ou o estuprador da vizinhança cruze o seu caminho. E é verdade: a menos que alguém viva e ame dentro das trincheiras, é difícil se lembrar que a guerra contra a desumanização é interminável²⁰⁸.

A autora utiliza dos seus afetos e da raiva enquanto linguagem de ação²⁰⁹ para denunciar as várias opressões que existem e das quais vivenciou. Era mais cômodo para o movimento feminista silenciar a temática sobre lesbiandade do que enfrentar grupos da sociedade (grupos de esquerda política, Igreja, instituições acadêmicas, dentre outros) que não estavam e talvez ainda não estejam prontos para problematizar a invisibilidade das mulheres lesbianas. Desse modo, as feministas negavam-nas para receberem mais reconhecimento, seriedade, valorização de suas bandeiras, como também, para não afastarem mulheres que receavam serem confundidas como lesbianas.

Vanilda Maria de Oliveira²¹⁰ afirma que o fato das feministas não aceitarem ou não defenderem as pautas lesbianas não significa dizer que em vários momentos não tenha havido apoio, oficinas, eventos, em que as mulheres lesbianas estivessem envolvidas, o que aconteceu, é que nesses momentos onde havia esta interação, a “diferença” era silenciada. Ou seja, as lesbianas não eram reconhecidas enquanto tais.

²⁰⁷ COSTA; SOARES, op. cit., pp. 13-14.

²⁰⁸ LORDE, op. cit., p. 147.

²⁰⁹ Ibid., pp. 155-168.

²¹⁰ OLIVEIRA, op. cit., 2007, pp. 395-396.

Quando as feministas começaram a dar indícios de uma reconfiguração das relações entre elas e as lesbianas, sofreram uma série de ataques por ousarem transgredir as normativas do poder masculino preestabelecido. Das inúmeras estratégias de descrédito que foram utilizadas para impedir uma representação positiva do movimento feminista, uma delas foi a associação da imagem da feminista à da lesbiana. Isto quer dizer que, quando a teorização feminista começou a inserir dimensões socioculturais que marcavam a construção das identidades de gênero, iniciou-se a associação entre feminismo, perda de feminilidade²¹¹ e lesbiandade.

Essa muralha usada pelo patriarcado quando sentia-se ameaçado pelas investidas das feministas e lesbianas por direitos políticos iguais, pode ser entendida pelo desejo de que “[...] as mulheres devem abandonar o feminino para ceder à Linguagem e desejar os homens para entrar na Cidade [entendida como espaço público]”²¹².

De forma agressiva, entre o II e o III Congressos da Mulher Paulista, as políticas dos grupos partidários de esquerda tornaram as lesbianas alvos prediletos no seu enfrentamento. No III CMP, que aconteceu nos dias 22 de fevereiro, 7 e 8 de março de 1981, em São Paulo, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) tentou impedir a participação das lesbianas, uma vez que “[...] a lésbica nega a sua própria condição de mulher, e não pode fazer parte de um movimento feminino”²¹³, conforme declarou Márcia Campos – uma das militantes do MR-8 – à *Folha de S. Paulo* em 11/02/1981.

Enquanto isto, o jornal *Lampião da Esquina*, noticiava o que estava acontecendo no III CMP. Na matéria intitulada sugestivamente *A hora da porrada*, comentou que:

De tímidas participantes o ano passado, as lésbicas emergiram a crista da onda neste 3º CMP, ao se tornarem alvo predileto do grupo HP [Hora do Povo], para quem a coisa se colocava assim: de um lado as lésbicas, de outro o povo brasileiro. Aliás, foram as militantes desse jornal que fizeram a significativa sugestão de que os homossexuais deviam ir para a Amazônia em regime de reeducação.²¹⁴

²¹¹ Utilizamos o conceito de feminilidade baseado em: NOVELINO, Aida. *Feminilidade: um perfil cultural*. **Tóp. Educ.**, Recife, v. 16, n. 1-3, pp. 19-31, 1998. Segundo a autora, as imagens de mulher, mesmo que sendo alteradas a cada época, parecem carregar a crença do “eterno feminino”, a ideia de uma natureza feminina, que é imutável e que percorre séculos. Essa natureza feminina carrega, portanto, especificidades biológicas como estrógenos, aparelho reprodutivo, responsabilidades por modos de sentir, pensar e agir, além disso, acredita-se que tudo que está relacionado à mulher pode ser explicado pelas particularidades do seu corpo. Deste modo, como a autora afirma, o feminino seria “um conjunto de características identificadas pela cultura como apropriadas e indispensáveis às mulheres” (p. 20).

²¹² BONNET, Marie-Jo. As relações entre mulheres: o impensável?. **Labrys, Estudos feministas**, n. 3, janeiro/julho 2003. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys3/web/bras/bonnet1.htm>. Acesso em: 9 set. 2020. p. 1.

²¹³ TELES, op. cit., p. 124.

²¹⁴ *Jornal Lampião da Esquina*, ano 3, n. 35. Rio de Janeiro, abr. 1981, p. 12.

É importante frisarmos o discurso de ódio proferido por integrantes do jornal *Hora do Povo*, numa nítida associação aos pensamentos de parte da sociedade do século XIX que acreditavam que as lesbianas precisavam ser curadas, como se sua sexualidade fosse uma doença.

Por sua vez, o boletim *ChanacomChana*, na edição número 3, divulgou que a participação do LF “[...] ficou marcada por muita insegurança e desestruturação, tendo como perspectiva maior somente a troca de experiências com outras mulheres sobre organização e feminismo”²¹⁵.

Apesar de uma participação menos ativa no III CMP, foi nele que o LF lançou o jornal *ChanacomChana*, que contou somente com uma edição, a de janeiro de 1981, mas que, juntamente com o boletim *ChanacomChana*, foram os primeiros periódicos que trataram exclusivamente²¹⁶ da questão lesbiana, no Brasil. As integrantes do GALF manifestaram também que:

[...] Aprendemos realmente muito sobre ‘organização’ neste Congresso, pois passada a euforia do nosso aparecimento no Movimento Feminista, tivemos que nos deparar não só com os insultos proferidos pelas militantes do jornal *Hora do Povo*, porta voz do proscrito MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) que procurou tumultuar no que pode a elaboração do evento, como também com a falta de solidariedade das outras feministas. Enquanto as ‘HPistas’ [militantes do jornal *Hora do Povo*] nos acusavam de imitar os homens no que eles têm de mais caricatural [referindo-se a atração por outras mulheres], de não assumirmos nossa ‘condição de mulheres’ e de comprometermos a representatividade do Movimento porque éramos ‘sapatões’, por outro lado, um dos mais conceituados e tradicionais dos grupos feministas de São Paulo ameaçava sair da organização do congresso por considerarem haver um excesso de lésbicas na ocasião²¹⁷.

Mesmo com a negligência das feministas heterossexuais para com as lesbianas, o GALF sempre procurava demonstrar a importância de uma luta vinculada ao feminismo. “Para nós, mulheres lésbicas, não é interessante lutar tão somente pelos mesmos direitos das mulheres heterossexuais, já que as mulheres de uma maneira geral não têm privilégios para dividir entre si”²¹⁸. É evidente que algumas mulheres como, por exemplo, de classe social alta, brancas, ricas, heterossexuais, têm mais privilégios quando comparadas as mulheres pretas da periferia, porém, na citação, o GALF quis referir-se de modo geral,

²¹⁵ Boletim *ChanacomChana*, n. 3, 1983, p. 3.

²¹⁶ MARTINHO, op. cit., 2012, p. 1.

²¹⁷ Boletim *ChanacomChana*, n. 3, 1983, p. 3.

²¹⁸ Boletim *ChanacomChana*, n. 2, 1983, p. 2.

colocando que em um sistema patriarcal, as mulheres têm poucos privilégios, se comparadas com os homens.

As lesbianas por diversos momentos tentaram fazer-se entender, procurando novas formas de viver suas realidades cotidianas, discutir as violências duplas que sofriam, sem serem alvos constantes dos grupos político-partidários de esquerda, porém, no debate acirrado desses últimos grupos, essas questões específicas não buscavam as mudanças radicais que a sociedade precisava.

O jornal *Lampião da Esquina*, em matéria intitulada *Um Congresso bem-pensante?*²¹⁹ fez uma entrevista sobre a organização do III CMP com Marisa Fernandes, que na época era integrante do LF e Teca, que era integrante do SOS Mulher. Segundo Teca, o MR-8 estava chamando o III CMP de um “congresso de sapatões” e propagava que queria fazer um congresso do povo e as feministas um congresso de lésbicas. Nesse momento, uma mulher da favela que estava participando, fez uma observação dizendo que não estava entendendo direito a situação, já que se tratava de um Congresso de Mulher, mas tinha gente participando que não era “nem mulher, nem homem”. Teca afirmou que neste momento ela fez uma intervenção comparando-as ao delegado Richetti²²⁰.

Teca contou também que na ocasião outras feministas falaram a favor das lésbicas, defendendo sua participação no III CMP, porém, a defesa da participação não significava que elas defendiam que as questões das lésbicas fossem incluídas no evento.

Audre Lorde escreve que “[...] para os defensores da heterossexualidade, lésbicas são tão poderosas que a presença de uma pode contaminar todo o sexo”²²¹. Deste modo, até a presença de poucas lesbianas nos eventos feministas gerava um desconforto tão grande que parecia que elas podiam chamar mais atenção que o grande número de mulheres heterossexuais.

Apesar das feministas examinarem a ordem social-patriarcal e seus impactos na vida das mulheres em sociedade, elas não estavam dispostas a problematizar a questão do heterossexismo dentro do movimento, tão caro às lesbianas. Ainda estava muito intrínseco no feminismo as construções de feminilidade e masculinidade que ditavam os

²¹⁹ Jornal *Lampião da Esquina*, ano 3, n. 35. Rio de Janeiro, abr. 1981, p. 13.

²²⁰ Delegado Wilson Richetti ficou conhecido por ter iniciado uma espécie de “Operação Limpeza”/ “Operação Sapatão” pela cidade de São Paulo, em 1980-1981. Nesta operação houve mortes, espancamentos e prisões de *gays*, lésbicas, travestis, prostitutas. Ver: OCANHA, Rafael Freitas. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In: GREEN, James N; QUINHALHA, Renan (org.) **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos : EdUFSCar, 2019, pp. 149-175.

²²¹ LORDE, op. cit., p. 65.

assuntos prioritários. E, com isto, não havia a compreensão da necessidade de existir uma luta interseccional entre os grupos. Por isso, a lesbiandade tinha um agenciamento voltado ao enfrentamento de suas questões quase que exclusivamente feito pelas lesbianas. Fazia-se necessário que os movimentos feministas adotassem uma posição que ultrapassasse totalmente ou, ao menos, parcialmente o quadro da heterossexualidade e do gênero binário, pois ainda estava muito presente no feminismo representações conjugadas ao masculino.

Sobre este último ponto, Edward Macrae ressalta:

[...] Para as homossexuais, questões como a legalização do aborto, o compartilhamento das tarefas domésticas com o marido, a questão do divórcio, etc., não pareciam diretamente relevantes. Além disso, muitas vezes, os grupos feministas procuravam apoio em outras instituições sociais, como a Igreja ou partidos políticos, nos quais a homossexualidade era vista com reprovação. Gerava-se, dessa forma, uma certa má vontade para com a questão lésbica, por causa de suas implicações embaraçosas na política geral²²².

Neste sentido, a lesbiana ao se colocar contra a hegemonia do sistema heterossexual, acabava sendo estigmatizada, já que excluía e recusava o homem em suas relações sexuais.

Tânia Navarro-Swain²²³ diz que “[...] no universo da hegemonia heterossexual, a desordem maior é o desinteresse das mulheres pelos homens. [...] As mulheres não podem ser homossexuais, não podem dispensar o masculino de suas vidas cotidianas. Logo, não podem existir”.

Marie-Jo Bonnet²²⁴ afirma que as relações entre mulheres são clandestinas, isoladas, não ultrapassando o quadro de vivências e experiências entre as subjetividades. A autora continua dizendo que ainda hoje há a desvalorização de movimentos feministas e lesbianos quando estes não possuem uma estrutura mista, dessa forma, isto traz consequências no sentido de desqualificar as relações mulher/mulher, sem sequer haver consciência de tal.

Vendo-se como sujeitos, as lesbianas descartam essas representações sociais, políticas, culturais, que são impostas pelo patriarcado e desestabilizam uma ordem para assegurar sua própria. “As lésbicas são perseguidas: porque se negam a encarnar os papéis

²²² MACRAE, op. cit., 2018, pp. 328-329.

²²³ NAVARRO-SWAIN, op. cit., 2004, p. 24.

²²⁴ BONNET, Marie-Jo, op. cit., p. 1.

que lhes destinam e os subvertem”²²⁵. As integrantes do GALF mesmo inseridas neste cenário de preconceito duplo – por serem mulheres e lesbianas – se articulavam sempre que possível e procuravam denunciar a falta de apoio dos movimentos feministas para com os grupos lesbianos.

O GALF possuía um espaço para falar – o periódico *ChanacomChana* – porém, o fato de suas editoras possuírem o lugar de fala não queria dizer que não estivessem na condição de “outro”. A condição de alteridade acaba sendo dada por aquele que ocupa um lugar de poder, que se considera “um” e institui o lugar do “outro”. Ou seja, o “outro” é colocado neste lugar, não por se considerar pertencente à ele, mas sim, porque foi colocado por este “um”, que possui o poder e demarca esses limites de identidades.

Segundo Grada Kilomba²²⁶, ser colocada/o/e como outra/o/e pode significar a “outra” indesejada, intrusa, perigosa, violenta, passional, suja, excitada, selvagem, natural, desejável, exótica, personificações que infantilizam, negam o direito da/o “outra/o” de serem vistas/os como sujeitas/os/es e não objetos, de despreverem suas histórias e não de vê-las sendo descritas.

Um exemplo de demarcação de lugar do “eu” e denúncia envolvendo o GALF, foi sua participação no debate sobre violência contra a mulher, no Auditório do Sindicato dos Jornalistas, em abril de 1982, no qual, elas compareceram usando máscaras e entregando um panfleto intitulado “Sobre Violência”.

As máscaras foram utilizadas como um símbolo, no sentido de protesto, para que as lesbianas não precisassem usar qualquer tipo de disfarce frente ao movimento feminista e que este último não reproduzisse discursos machistas. Denunciando o lugar de “outro” que as feministas queriam impor às lesbianas.

[...] O panfleto dirigia-se, em um aspecto, à posição conservadora de algumas mulheres do Movimento Feminista que, à nível dos seus grupos, impediam qualquer pronunciamento público contra a opressão das lésbicas ou qualquer manifestação de solidariedade com as mesmas sob o pretexto de que a ‘defesa do lesbianismo comprometeria a imagem do grupo ou de que esta não cabia na estratégia ou no horizonte político do movimento’²²⁷.

²²⁵ Jornal *ChanacomChana*, n. 0, 1981, p. 3.

²²⁶ KILOMBA, op. cit., p. 78.

²²⁷ Boletim *ChanacomChana*, n. 3, 1983, p. 4.

O GALF continuou dizendo que quem “vestiu a carapuça”, se identificando com as críticas que continham no panfleto, assumiu uma postura bastante hostil, que se estendeu por todo o ano de 1982 e que em 1983 elas ainda sentiram resquícios.

Esses conflitos envolvendo os movimentos lesbiano e feminista nos mostram como a figura lesbiana, esse ser visto como menos mulher, como mulher masculinizada, deixava as feministas, minimamente, desconfortáveis, ditas como defensoras das causas das mulheres. A questão que dividia os dois movimentos era, basicamente, sua relação sexual com homens e mulheres e o fato de que o desejo por pessoas do mesmo sexo era invisibilizado.

Segundo Núbia Carla Campos²²⁸ as tentativas de atuação conjunta com os movimentos feministas continuaram, porém estas últimas eram frequentemente contra quaisquer manifestações de solidariedade à opressão que as lesbianas sofriam, justificando que o assunto da lesbiandade não fazia parte da estratégia do movimento.

Jussara Carneiro Costa e Gilberta Santos Soares²²⁹ afirmam que o campo feminista foi marcado pela presença de mulheres que tinham vivências afetivas, sexuais com outras mulheres. Os encontros nacionais feministas, no auge dos anos de 1980 e 1990, tinham a presença lesbiana, demarcando sua existência, mesmo que a lesbiandade não fosse pautada como temática central.

As autoras continuam dizendo que muitas lesbianas integraram o movimento feminista desde o início, porém, a tendência do movimento feminista foi estabelecer uma relação com as feministas lesbianas sem atentar com a desconstrução da heteronormatividade na pauta política e teórica.

O periódico *ChanacomChana* em vários momentos apontou a necessidade de ligação entre o GALF e o movimento feminista, com indicações de leituras, debates, presença em eventos feministas, assim como questões pertinentes, tanto na vivência lesbiana, quanto na vivência heterossexual.

Para o GALF, não adiantava somente mostrar às mulheres lesbianas o papel importante do feminismo, principalmente no que tangia à busca pela autonomia e reivindicações de direitos, mas mostrar também as demais feministas que as pautas lesbianas eram tão importantes, quanto as de mulheres que se relacionavam apenas com homens, e que por serem importantes, deviam ser debatidas por todas.

²²⁸ CAMPOS, op. cit., p. 91.

²²⁹ COSTA; SOARES, op. cit., pp. 12-13.

O objetivo principal da vinculação entre o movimento lésbiano e feminista seria a transformação da sociedade, acabando com a dominação patriarcal que acomete tanto as mulheres, como também, acabando com a opressão dos papéis sexuais para, assim, fortalecer o respeito pela individualidade das subjetividades de cada pessoa.

[...] Existe a consciência de que a difusão das idéias [sic] feministas é importante para nós porque quanto mais espaços e direitos conquistarmos, enquanto sexo, mais mobilidade social teremos, em todos os aspectos, enquanto mulheres lésbicas. Daí a importância de apoiarmos a luta feminista. Entretanto, nossas questões específicas, as questões de nosso dia-a-dia, têm que ser igualmente encaminhadas não só em encontros feministas como também incorporadas às discussões do feminismo e da sociedade em geral²³⁰.

O GALF procurou lutar conjuntamente com as feministas contra uma sociedade dominada pelo masculino. Contudo, não aceitavam um modelo feminino único, elas queriam que as experiências lésbicas enriquecessem o modo de “ser mulher” para as demais feministas. Se a categoria “mulher” pode admitir a diversidade dos grupos de mulheres pretas, mulheres latinas, mulheres indígenas, é no domínio da prática sexual que se encontra o traço que as unem: a heterossexualidade. Lugar assegurado e que a lésbica desnatura.

Em primeiro lugar, se a maioria [das mulheres] fosse ‘naturalmente’ heterossexual, não haveria necessidade de tantas repressões para manter essa ‘naturalidade’. Segundo, levando em conta a própria realidade, tornada invisível pelo sistema, os seres humanos não estão divididos estritamente em homossexuais e heterossexuais. Existem solteiras, celibatárias, bissexuais, lésbicas, etc... [...] Enfim, a afirmação de que a maioria das mulheres ‘é’ heterossexual é, no mínimo, duvidosa e deveria ser incorporada às análises feministas para que seu questionamento tivesse, entre outras coisas, maior repercussão na sociedade²³¹.

Na mesma página da citação supracitada, o GALF colocou que era imprescindível a criação de grupos lésbicos, não só visando a garantia de direitos humanos elementares, como também, para que pudessem construir seu próprio feminismo, enquanto mulheres lésbicas. Além disso, sentiam a necessidade de existirem espaços para afirmarem-se a partir de suas capacidades individuais, sem discriminação, em benefício delas, mas também de todas as demais mulheres.

²³⁰ Boletim *ChanacomChana*, n.12, 1987, p. 5.

²³¹ *Ibid.*, p. 6.

Segundo Núbia Carla Campos “[...] nas lesbianidades há uma forte tendência à transgressão dos papéis sexuais e sociais atribuídos aos gêneros, o que certamente desafia muitas estruturas sociais tradicionais”²³². A figura lesbiana é reprimida porque foge ao papel designado à mulher em nossa sociedade, que é o de ser somente reprodutora e objeto sexual. A lesbiana também desmascara o mito falocêntrico de que a mulher para gozar, sentir prazer, necessariamente precisa de um pênis.

A violência exercida contra as lesbianas é individual, familiar, social e institucional e se apresenta através de três modalidades: pela negação da lesbiandade; pela intolerância à existência de mulheres lesbianas; por último, pela violência organizada da repressão policial, da discriminação no trabalho, na família e da prática da psicologia clínica que coloca/va as lesbianas como indivíduos anormais, pertencentes à um terceiro sexo.

Também conversando com elas [com as lesbianas], pude perceber que as barras que elas enfrentam é pesadíssima, especialmente se declaram abertamente sua escolha. O sistema só lhes impõe uma alternativa: a de se sentirem culpadas. Mais ou menos como nos processos contra as feiticeiras, onde a partir da acusação (que poderia ser até fortuita e não fundamentada), a condenação já se antepõe ao julgamento, que não passa de mera formalidade burocrática²³³.

Toda essa estrutura opressiva atua na construção de uma autoimagem das mulheres lesbianas que experimentam sentimentos de culpa, vergonha, medo, solidão e isolamento. A força que a heteronormatividade possuía e possui serviu/serve para fazermos o esquadrinhamento de como eram/são produzidos e legitimados os mecanismos de violência contra as mulheres com vivências heterossexuais e homossexuais.

Outro exemplo de atrito envolvendo os movimentos feminista e lesbiano foi o que aconteceu em 1984 entre o GALF e o Centro de Informação Mulher (CIM). Ambos os grupos dividiam a mesma sede na cidade de São Paulo. Ela havia sido cedida pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo para o uso de diferentes grupos feministas. Entretanto, em 21 de dezembro de 1984, o CIM despejou todo o material que o GALF utilizava em suas reuniões, como livros e artigos, alegando haver pouco espaço para os dois grupos.

²³² CAMPOS, op. cit., p. 38.

²³³ *Jornal ChanacomChana*, n. 0, 1981, p. 3.

As integrantes do GALF, numa matéria sugestivamente chamada *Uma história de heterror*²³⁴, afirmaram que na realidade não era falta de espaço, já que as reuniões ocorriam em dias e horários diferentes e o grupo só tinha uma estante com todos os materiais. Pelo contrário, o principal motivo apontado foi o heterossexismo, o preconceito contra as mulheres lésbicas, e um segundo motivo apontado foi em relação ao poder que as feministas queriam ter sobre às lésbicas.

Embasadas em Michel Foucault²³⁵, podemos afirmar que “[...] a ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que produzem e apóiam [sic], e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. [...] Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder [...] mas de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia”. É o caso da identificação presumida do gênero/sexo como um fato indiscutível, do qual a heterossexualidade é a marca da norma instituída socialmente.

O GALF contou que se impressionou com as contradições presentes nos grupos feministas quando foi pedir apoio e não recebeu. Escreveu que:

[...] Em primeiro lugar, o fato da maioria das pessoas considerar que o conflito só dizia respeito ao GALF e ao CIM, mesmo sabendo que o CIM recusava-se a ceder um milímetro que fosse, revela a reprodução daquela velha estória machista de que em briga de marido e mulher não se mete a colher. Em segundo lugar, o fato da maioria das pessoas também nos criticar por termos denunciado o ocorrido na imprensa, quando essa mesma maioria tinha se omitido tão descaradamente, revela uma enorme contradição em relação aos slogans feministas de que ‘o privado é político’ e de que ‘o silêncio é cúmplice da violência’²³⁶.

O GALF questionou alguns conceitos políticos que eram defendidos pelos movimentos feministas e que, neste caso específico, foram contraditórios. As integrantes denunciaram o heterossexismo ao qual foram expostas e a falta de apoio dos movimentos feministas de São Paulo.

Além do exposto, as militantes lesbianas continuaram narrando que houve quem as acusassem de vitimismo e dissessem que alguma coisa elas tinham que ter feito para que o CIM agisse daquela forma. Segundo elas: “[...] Nesse caso, o preconceito fedeu mesmo. O que espanta aqui é a reprodução de delegacia de polícia onde as mulheres

²³⁴ Ver Boletim *ChanacomChana*, n. 7, 1985, pp. 18-21.

²³⁵ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 14.

²³⁶ Boletim *ChanacomChana*, n. 7, 1985, p. 20.

estupradas ou espancadas que vão dar queixa são tidas, no final das contas, como responsáveis pelo que lhes aconteceu”²³⁷.

A violência e a crítica aos mecanismos de controle sobre os corpos das mulheres fazem parte das bandeiras de luta do movimento feminista. O GALF ao comparar os discursos das feministas do CIM com os das delegacias de polícia com vítimas de estupro ressaltou a invisibilidade e silenciamento do movimento lésbico dentro do movimento feminista.

Também fizeram outra analogia, agora com o racismo, utilizando como exemplo o jogador de futebol Pelé. Segundo elas, o fato de Pelé ter se tornado um jogador mundialmente famoso e ocupar um espaço privilegiado podendo frequentar qualquer ambiente da alta sociedade branca não alterava o *status* dos negros brasileiros. Pelo contrário, a imagem de Pelé reforçava e contribuía para o mito de que no Brasil não havia racismo.

Segundo Lélia Gonzalez²³⁸, a afirmação de que todos somos iguais perante a lei, assume um caráter meramente formalista em nossas sociedades. O racismo latino-americano é sofisticado ao ponto de manter pretos e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Esta ideologia tão bem transmitida pelos meios de comunicação tradicionais reproduz e perpetua a crença de que os signos e valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais.

A suposta igualdade de todos/as/es são iguais perante a lei só é existente sob o escudo do grupo branco dominante. O mito da superioridade branca e heterossexual comprova a eficácia e os efeitos de uma desintegração violenta da identidade étnica e o desejo daqueles de embranquecer e tornar heterossexual, internalizando a negação da própria raça e sexualidades tidas como dissidentes. O mito de que no Brasil não há racismo, ou de que ele é brando, não passa de um mito, considerando que o racismo no Brasil é estrutural.

Lélia Gonzalez²³⁹ destaca também que, tanto o racismo, quanto o feminismo partem de diferenças biológicas para estabelecerem-se como ideologias de dominação. A autora fala sobre a categoria de infante. Segundo ela, esta categoria é designada àquele que não é sujeito do seu próprio discurso, a medida em que é falado pelos outros. O

²³⁷ Boletim *ChanacomChana*, n. 7, 1985, p. 20.

²³⁸ GONZALEZ, op. cit., p. 15.

²³⁹ *Ibid.*, pp. 13-14.

conceito de infante parte da análise da formação psíquica da criança que ao ser falada pelos adultos na terceira pessoa, é, por conseguinte, ignorada, excluída, colocada como ausente apesar da sua presença. Lélia Gonzalez faz uma associação desse conceito com as mulheres brancas e mulheres não-brancas que foram – as vezes ainda são – faladas, definidas por um sistema ideológico de dominação (patriarcal-racista) que as/nos infantiliza. Sendo muitas vezes negadas dos seus próprios discursos, senão da própria história.

O GALF ao fazer essa relação entre a invisibilidade e silêncio ruidoso de lesbianas e heterossexuais pretas/os/es queria mostrar que o que permanece invisível mostra-se como inexistente, por conseguinte, não tem como haver um combate e representatividade desses grupos. Além disso, o GALF procurou mostrar que, o fato de Pelé ter frequentado qualquer ambiente que quisesse não refletia na realidade de que o Brasil foi/é racista, semelhante aos avanços envolvendo os grupos lesbianos que eram/são utilizados para mascarar um país que cometia/e atrocidades contra esses mesmos grupos diariamente, objetificando, infantilizando a população LGBTTQIA+ e violentando-a, seja verbalmente, fisicamente, psicologicamente, dentre outras formas.

Outra crítica feita pelo grupo foi direcionada às lesbianas que faziam parte de movimentos feministas. Segundo elas, “[...] o nível de consciência das feministas homossexuais é muito baixo e que elas nunca politizam – pelo que sabemos – suas próprias vivências, militando apenas em prol [...] dos problemas das mulheres heterossexuais.”²⁴⁰

Em outras palavras, as mulheres lésbicas que abrem uma publicação feminista, no Brasil, dificilmente se identificam com o que está escrito, pois não há nada que fale diretamente de seu cotidiano, acabando por ver reforçada a idéia [sic] de que o feminismo não lhes diz respeito. [...] Elas podem se identificar e mesmo batalhar pelos direitos das mulheres, já que são mulheres, mas suas vidas pessoais, a saber, sua sexualidade, sua afetividade, etc... devem ficar no terreno do privado, num flagrante contraditório com um dos grandes “slogans” do feminismo que diz que o privado é político²⁴¹.

Segundo Jussara Carneiro Costa e Gilberta Santos Soares²⁴², algumas lesbianas feministas construíram sua atuação política juntamente com os grupos feministas, mas, na prática, não romperem com sua invisibilidade. Sobre essas mulheres, o GALF levantou

²⁴⁰ Boletim *ChanacomChana*, n. 7, 1985, p. 20.

²⁴¹ Boletim *ChanacomChana*, n. 12, 1987, p. 1.

²⁴² COSTA; SOARES, op. cit., p. 13.

duas hipóteses: a primeira é que para essas feministas tornava-se mais fácil manter-se dentro de um grupo que não ameaçava as suas fachadas heterossexuais. Eram mulheres que lutaram muito para ocupar lugares de destaque na sociedade e defender questões lesbianas poderia ameaçar tudo que elas construíram. A segunda é que eram mulheres que não davam tanta importância a fachada heterossexual, mas que almejavam tanto serem aceitas socialmente que acabavam silenciando suas próprias vivências em prol das vivências das mulheres heterossexuais. Independente de qual hipótese as lesbianas feministas se encaixassem, o GALF acreditava que podia haver mais esforço por parte delas para marcarem presença dentro do movimento feminista.

Depois do episódio em que o CIM expulsou o GALF da sede oferecida pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e percebendo que o primeiro grupo não abria espaço para um diálogo, as integrantes do GALF, a partir de 1985, tiveram que se reunir na casa de uma delas e assim permaneceram até 1990.

Isso foi mais um episódio envolvendo as tensões entre o GALF e alguns grupos feministas, que mesmo com lutas semelhantes tinham o heterossexismo como um dos obstáculos que os separava.

Em suma, o Movimento Feminista é um movimento heterocentrista, ou seja, um movimento que trata exclusivamente dos problemas das mulheres de vivência heterossexual e, no máximo, admite algumas linhas contra a discriminação das lésbicas em algum documento sobre saúde²⁴³.

O tratamento dado as lesbianas, por parte das feministas, colaborou para a manutenção da invisibilidade daquelas, pois não abria espaço para o questionamento da heterossexualidade obrigatória, priorizando vivências relacionadas às mulheres heterossexuais – como aborto, contracepção, trabalho.

Marie-Jo Bonnet afirma que “De fato, trata-se de uma regressão do pensamento feminista [...] Valida-se, dessa forma, a idéia [sic] de que as mulheres não tem [sic] um lugar de direito, a não ser sob a condição de estar em relação com os homens e com eles exclusivamente”²⁴⁴.

Os movimentos feministas não viam maneiras de trabalharem com essas mulheres estigmatizadas, sem se contaminarem, sem serem tachadas como “imitações de macho”, “mulheres inacabadas”. Dessa forma, as lesbianas passaram a serem vistas como ameaça,

²⁴³ Boletim *ChanacomChana*, n. 7, 1985, p. 21.

²⁴⁴ BONNET, op. cit., p. 3.

mesmo possuindo pautas que se aproximavam muito das pautas feministas. Assim, as questões envolvendo a sexualidade dentro dos movimentos feministas só começaram a crescer, principalmente, por causa das lutas dos movimentos lesbianos.

Por causa das discordâncias entre lesbianas e feministas o periódico *ChanacomChana* acabou sendo uma alternativa de leitura para as mulheres lesbianas feministas que não se viam representadas na imprensa feminista. Os boletins *ChanacomChana* tiraram as lesbianas da clandestinidade, abordando temas específicos de suas vivências, confrontaram o imaginário popular baseado em estereótipos e o GALF lutou pela normalização da homossexualidade como uma das tantas sexualidades existentes.

O *ChanacomChana* pode ser considerado uma forma de representação social, um instrumento de visibilidade, para que outras mulheres pudessem buscar suporte, pois debatia sobre as necessidades das mulheres lesbianas, evidenciava uma forma de viver diferente da normativa heterossexual – por exemplo, falando sobre a questão da maternidade para mulheres lesbianas – e incluía debates e assuntos feministas. Foi um espaço que abriu a possibilidade de que lesbianas, de diferentes localidades, apesar de toda pressão, opressão e repressão moral e estatal, criassem laços, tanto afetivos – de amizades, namoros – quanto políticos e se percebessem em grupo.

A relação entre feministas e lesbianas com discursos de cunho político foram se configurando lentamente dentro da produção nacional de conhecimento lésbico-feminista e abriram caminhos para refletirmos sobre as diferentes opressões que fazem e fazem parte do cotidiano das mulheres.

Jussara Carneiro Costa e Gilberta Santos Soares²⁴⁵ destacam que no interior dos movimentos feministas começou-se a florescer a perspectiva da diferença, tornando-se visível as múltiplas formas de opressão, traduzindo-se em reivindicação política e em debates sobre sexualidade, gênero, raça, classe, geração e localidade. As mulheres pretas e lesbianas provocaram debates sobre a diferença de maneira insistente, apontando a centralidade das mulheres brancas e heterossexuais na formulação feminista.

Vale ressaltar que as denúncias mais frequentes em relação ao movimento feminista foram feitas nas primeiras edições do boletim *ChanacomChana*, nas últimas edições o conflito aparentava estar se tornando mais ameno. Na edição número 9 do boletim *ChanacomChana* há uma matéria intitulada *III Encontro feminista latino-*

²⁴⁵ COSTA; SOARES, op. cit., p. 25.

americano e do Caribe: Enfim, de volta, um feminismo de bom astral, escrita por Míriam Martinho. Segundo ela:

[...] Fui mais naquela perspectiva bem militante de marcar presença e vender o ChanacomChana e, se possível, fazer algum contato agradável com mulheres de outros países. Entretanto, para minha surpresa, o encontro me pegou pelo coração. [...] Acima de tudo, o encontro me tocou pelo visível empenho da maioria das pessoas em preservar o respeito pelas diferenças existentes entre nós, mulheres. Não que não tenha havido conflitos, o que seria inclusive impossível num evento com certa de 800 mulheres, mas é que a disposição geral era mesmo mais no sentido de garantir a troca de idéias [sic] do que no de se contrapor (ou de se impor) a qualquer custo. [...] Por fim, e principalmente, houve espaço para se discutir, por 3 vezes, a questão do lesbianismo²⁴⁶.

Percebemos que Míriam foi surpreendida por um evento feminista de forma bastante positiva. Ela continuou a narrativa dizendo que houve espaço para discutir sobre lesbiandade dentro do evento e que houve trocas de ganhos para todas. Esse depoimento exemplifica que as relações entre feministas e lesbianas estavam caminhando, mesmo que a curtos passos, para algo mais saudável e igualitário.

Sobre os encontros falando sobre lesbiandade, que inclusive levaram a mais de mil participantes a discutirem sobre o assunto, Míriam Martinho observou que:

Em relação às reuniões, houve uma só para lésbicas, com mulheres de diferentes países relatando suas experiências; outra em decorrência da comunicação individual de Hilda Rais, da Argentina, intitulada ‘Lesbianismo, Apuntes para uma Discusión Feminista’, e ainda outra que foi a discussão oficial do Encontro sobre o tema com a participação de mulheres lésbicas e heterossexuais²⁴⁷.

Apesar de ter sido surpreendida com o evento em geral, na reunião só com lesbianas houve:

Dois traços comuns nos discursos presentes: primeiro, a maioria das mulheres brasileiras e dos outros países, com exceção do México, relatou que, para seus respectivos Movimentos Feministas, a questão do lesbianismo ainda é um tabu, sendo ou simplesmente omitida ou abordada raramente e de forma superficial; segundo, a maioria das pessoas, com exceção de nós do GALF, declarou que tinha sérias dificuldades em tratar com lésbicas não-feministas [sic], principalmente as dos bares e boates, dada a reprodução dos papéis sexuais de

²⁴⁶ Boletim *ChanacomChana*, n. 9, 1985-6, p. 6.

²⁴⁷ *Ibid.*, p. 7.

masculino e feminino (ativa e passiva) existentes entre essas mulheres²⁴⁸.

Na última reunião envolvendo a temática lesbiana, também foram discutidos e denunciados os motivos que levavam os movimentos feministas a não aderirem às questões específicas dos movimentos lesbianos. Mas também: “[...] ficou claro também que várias mulheres de vivência heterossexual reconhecem a especificidade lésbica e tem interesse em discutir o assunto, ao contrário da estória de que elas se sentiam ameaçadas (sic) com a presença de grupos lésbicos”²⁴⁹.

Outro exemplo que reafirma que a relação entre feministas e lesbianas estava tornando-se mais saudável é encontrado na edição número 12 do boletim *ChanacomChana*. Nesta edição há uma matéria intitulada *Feminismo e lesbianismo: qual a relação?*, escrita por Míriam Martinho, segundo ela:

De qualquer maneira, apesar dos equívocos causados pela falta de informação e de discussão sobre vivências lésbicas, o feminismo e o lesbianismo têm uma relação muito íntima, a começar pelo fato, aparentemente óbvio, de que a condição fundamental para se estar lésbica é se ser mulher (não existe homem lésbica). Portanto, como o feminismo luta pelos direitos das mulheres e as lésbicas são mulheres, em primeiro lugar, seus objetivos mais gerais também são de nosso interesse²⁵⁰.

Para exemplificar essas semelhanças entre o movimento feminista e o movimento lesbiano, Míriam Martinho elencou uma série de pautas presentes em ambos os grupos. Falou que, tanto o feminismo, quanto o movimento lesbiano lutaram para extinguir a educação diferenciada – educação que ensinava as mulheres a serem submissas, inferiores aos homens – e pela inclusão de uma educação que incentivasse capacidades individuais, independentemente do sexo ou raça. Ambos os movimentos também lutaram pela igualdade salarial entre homens e mulheres; pelo fim da violência contra as mulheres; pela instalação de centros de saúde para mulheres, com profissionais e tratamentos que considerassem e respeitassem os corpos femininos, as sexualidades, dentre tantos outros pontos que aproximavam o movimento feminista do movimento lesbiano.

Em suma, seriam necessárias várias páginas para demonstrar o quanto a luta feminista tem a ver com a vida das lésbicas. [...] De fato, mesmo

²⁴⁸ Boletim *ChanacomChana*, n. 9, 1985-6, p. 8.

²⁴⁹ *Ibid.*, p. 11.

²⁵⁰ Boletim *ChanacomChana*, n. 12, 1987, p. 2.

algumas bandeiras feministas como a do aborto, do planejamento familiar, do espancamento de mulheres nos casamentos, etc..., que não estão diretamente ligadas às vivências lésbicas, sempre têm alguma interferência em nossas vidas visto que a mudança da situação das mulheres, em nossa sociedade, não se dá em separado para lésbicas e heterossexuais, mas sim de maneira conjunta. Nesse sentido, todos os avanços obtidos por lésbicas ou heterossexuais na melhoria de suas condições de vida interferem-se mutuamente, embora, à primeira vista, possa parecer que não²⁵¹.

Miriam Martinho na última edição do boletim *ChanacomChana* já informava que “Embora ser lésbica, no feminismo brasileiro não seja mais, pelo menos no eixo Rio-São Paulo, motivo de grande escândalo ou expulsão, a politização do lesbianismo, através de um processo de discussão que combata verdadeiramente o preconceito, ainda está por vir”²⁵². A autora já reconhecia que estava iniciando-se uma abertura maior por parte do movimento feminista para com o movimento lésbico, muito embora, reconhecia também que este processo tinha um longo caminho pela frente.

De acordo com Teresa de Lauretis, a teoria crítica feminista inicia “[...] when the feminist critique of sociocultural formations (discourses, forms of representation, ideologies) becomes conscious of itself and turns inward”²⁵³.

Sendo assim, para questionar sua própria relação com essas formações socioculturais e suas ideologias, a teoria crítica feminista volta-se para si e percebe-se heterogênea, transformando-se à medida que outros discursos e práticas emergem dentro dela.

Tania Navarro-Swain²⁵⁴ afirma que a raça, a classe, a sexualidade, o formato físico, enfim, todas essas variações se impõem e causam um impacto na teoria crítica feminista, trazendo uma diversidade de imagens e experiências de “mulheres”, após o longo processo de desconstrução do mito da natureza da “mulher”. Assim, a ideia de um feminismo unívoco, se dilui, face ao múltiplo.

Edward Macrae²⁵⁵ afirma que dentro do movimento feminista, passou-se a considerar que, enquanto as feministas heterossexuais tinham muito a ensinar às lésbicas

²⁵¹ Boletim *ChanacomChana*, n. 12, 1987, p. 4.

²⁵² *Ibid.*, pp. 1-2.

²⁵³ LAURETIS, Teresa de. *Eccentric Subjects: Feminist Theory and Historical Consciousness*. **Feminist Studies**, v. 16, n. 1 (Spring, 1990), p. 138. Tradução nossa: “quando a crítica feminista das formações socioculturais (discursos, formas de representação, ideologias) torna-se consciente de si e se transforma para dentro”.

²⁵⁴ NAVARRO-SWAIN, op. cit., 2019, p. 4.

²⁵⁵ MACRAE, op. cit., 2018, p. 328.

sobre a teoria política, estas últimas também contribuíam bastante, no sentido de ressaltar a importância da sexualidade feminina.

A proximidade entre as lesbianas e as feministas no campo político se faz na construção de categorias que questionam e problematizam a dominação do homem em relação à mulher. Dessa forma, a lesbiandade antes de ser uma categoria somente de cunho sexual se torna política e declara sua recusa à hierarquia entre os sexos e à dominação masculina.

A análise do movimento feminista e lésbiano não deve ser orientada visando vítimas ou vilãs, tampouco as soluções para as tensões. Os resultados de suas relações foram e são de extrema importância para lesbianas e feministas. A partir do momento que questões lésbicas foram inseridas dentro do movimento feminista, estas provocaram um agenciamento epistêmico de grande importância para este último.

Por outro lado, o movimento feminista contribuiu estrategicamente dentro do movimento lésbico, ao passo que sua experiência de luta contra a ditadura, suas estratégias políticas, sua aproximação da educação popular e sua metodologia própria criaram produções de conhecimento teórico e prático de grande importância para o movimento lésbico.

Feministas e lesbianas, ao longo de seus entendimentos e desentendimentos, marcaram posições de sujeitos críticos, que se opuseram aos códigos e representações que foram naturalizados e que sempre remetiam ao masculino. A abertura de lutas lésbicas dentro do campo feminista foi lenta e sua visibilidade ainda está atravessando uma linha muito tênue. Porém, colocar questões que impactam seus fundamentos mais profundos conduz a estratégias diversificadas que representam sua maior riqueza.

É importante destacar que, tanto o movimento feminista, quanto o movimento lésbico lograram sucessos na sua incidência sobre a realidade cultural, política e social do Brasil. Foram muitas as mudanças em relação ao reconhecimento das mulheres e da diversidade sexual relativas às vivências de lesbianas, bissexuais, *gays*, não somente no campo das sexualidades, mas no campo macro de gênero.

Por fim, o crescimento do movimento lésbico abriu caminhos para discutir sobre a saúde das mulheres lesbianas, como também, lutou para desmistificar a falácia que associava a figura lésbica somente ao sexo, inserindo esta sexualidade no campo político, discussão que será aprofundada no próximo capítulo.

CAPÍTULO III: SEXUALIDADE LESBIANA: UMA QUESTÃO POLÍTICA

Vamos começar falando da palavra lésbica. Taí [sic] um nome que ainda arrepiava frenchas, ladies, entendidas, sapatões, bichas, heterossexuais, feministas, etc... [...] Para nós, portanto, nos autodenominarmos lésbicas representa não só uma forma de afirmação de nossa sexualidade específica, mas, muito mais que isso, significa uma postura política de recusa ao papel submisso e dependente atribuído às mulheres e uma proposta de desobediência e autonomia na busca de novas formas de ver o mundo²⁵⁶.

Para as integrantes do GALF, assumir-se enquanto lésbicas significava algo maior que somente a autoafirmação de sua sexualidade. Representava uma postura política, que recusava a submissão e a dependência que eram atribuídas às mulheres e difundiam a proposta de desobediência e autonomia em busca de novas formas de enxergar e experimentar o mundo. Significava também uma vida de maior prazer, integridade, alegria, sem mentiras e autopunição. Era uma maneira de criar novas propostas de independência feminina, pois colocavam que ser lesbiana era tão feminino quanto ser mãe.

As vivências lesbianas negavam os aspectos impostos às mulheres e abriam novos caminhos para a expressão social da libido. Sua visibilidade visava à destruição do conceito de uma única sexualidade normal, saudável e correta – a heterossexualidade – e de suas estruturas opressoras.

Apesar de nos capítulos anteriores termos discutido de modo introdutório a questão da sexualidade para o GALF, neste capítulo iremos trabalhar mais pontualmente essa temática, com destaque para os discursos inseridos nas edições dos periódicos *ChanacomChana*, objetivando entender como as lesbianas do GALF se entendiam enquanto tal e como discutiam as demais identidades.

Porém, achamos necessário antes de adentrarmos nessa questão, falarmos brevemente acerca do desenvolvimento do preconceito que há tantos anos caminha junto das relações entre mulheres, pois como vimos no capítulo anterior, a sexualidade lesbiana foi um grande empecilho para que o movimento feminista brasileiro inserisse pautas lesbianas em sua agenda política.

É importante salientar que o preconceito contra lesbianas é anterior ao surgimento do movimento feminista no Brasil; para justificarmos tal afirmação faremos uma

²⁵⁶ Boletim *ChanacomChana*, n. 3, 1983, p. 1.

explicação geral de como os discursos sobre a homossexualidade foram sendo moldados desde o século XVI até o século XX.

A homossexualidade enquanto prática criminosa²⁵⁷ e doentia tem um histórico que data desde a chegada dos primeiros europeus no Brasil. Segundo Luiz Mott²⁵⁸, com o fim da Inquisição Portuguesa, os tribunais do Santo Ofício foram extintos e, com a independência do Brasil, aconteceu também a descriminalização da sodomia, deixando de constar nos novos Códigos Penais. Entretanto, apesar disto, muitos pederastas foram chantageados e torturados pelos agentes da nova ordem policial, alegando que as práticas atentavam ao pudor. Muitos médicos e cientistas do período trabalharam para retirar os “invertidos sexuais” das delegacias, com o intuito de curá-los.

Segundo Cláudia Freitas de Oliveira²⁵⁹, apesar das dificuldades de encontrar dados relacionados às práticas homossexuais masculinas, essas se tornam mais complicadas quando o interesse é voltado para a reconstituição da historicidade da homossexualidade feminina, sobretudo em períodos mais longínquos como os séculos XVI, XVII e XVIII, o que evidencia o silenciamento e condição de invisibilidade.

Luiz Mott defende que a partir de 1646 as práticas sexuais entre mulheres deixaram de ser consideradas crime pelo Santo Ofício, sendo excluídas da categoria de “sodomia”, passando a serem vistas apenas como pecado, ainda que mortal. Para o autor, a inquisição “[...] só considerava crime perfeito de sodomia quando havia ‘penetração do membro viril desonesto no vaso traseiro com derramação de semente’, todos os outros jogos eróticos, embora constituíssem pecado mortal, não eram ‘crime’”²⁶⁰.

Conforme analisa Ronaldo Vainfas:

[...] E nos meados do século XVII, reconhecendo sua inexperiência nesses casos, o Santo ofício decidiria que julgar nefandices entre mulheres não era tarefa de sua jurisdição. Por mais que reprovassem a

²⁵⁷ Mesmo que a homossexualidade enquanto doença date do final do século XIX, enquanto crime ela tem um histórico mais antigo. O historiador e antropólogo Luiz Mott em seu trabalho “**Meu menino lindo: Cartas de amor de um frade sodomita, Lisboa (1690)**”, 2001, fala que em suas pesquisas na Torre do Tombo, em Portugal, coletando documentos sobre a atuação do Tribunal da Santa Inquisição na repressão aos praticantes do “amor que não ousava dizer o nome” encontrou que as primeiras referências à homossexualidade no reino de Portugal datam do século XIII, nos famosos *Cancioneiros*. Aqui, os diversos homens do povo e da nobreza são referidos como amantes da cópula *per annum*, definindo dois papéis sexuais: o ativo *fodincu* e o passivo *fodidincu*. Insultar um confrade de *fodidincu* chegava a ser penalizado com um castigo de cinco açoites, o que nos mostra o quão negativa era considerada a passividade sexual.

²⁵⁸ MOTT, Luiz. **Etno-História da homossexualidade na América Latina**. 1994, p. 10. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/viewFile/12016/7631>. Acesso em: 31 mar. 2020.

²⁵⁹ OLIVEIRA, op. cit., 2015, p. 3.

²⁶⁰ MOTT, Luiz. A inquisição no Ceará. **Revista Ciências Sociais**. Fortaleza, v. 16/17, n. 1/2. 1985/6, p. 95.

sodomia feminina, os inquisidores nunca estiveram bem certos de como as mulheres poderiam praticá-la sem o pênis... E, se eram incapazes de perpetrar o supremo ato nefando, dificilmente poderiam cair no terreno da heresia, que, no tocante à sodomia, sempre fora vista como erro de homens. As nefandices femininas seriam doravante equiparadas às molícias, tornando-se objeto de confessores ou, no máximo, das Justiças eclesiástica e civil – e não da Inquisição, tribunal de fé²⁶¹.

Podemos perceber que as práticas sexuais entre mulheres não deixaram de ser julgadas pelos inquisidores pelo ato em si, mas por esses não saberem como funcionava um sexo sem um pênis. Refletindo sobre isso, parece-nos que a imagem passada era de que a mulher sem um homem e seu pênis não seria capaz de sentir prazer, de ser erótica. Logo, o sexo sem um pênis perdia valor, tal qual o valor que davam as mulheres, seus desejos e sexualidades.

Tânia Navarro-Swain afirma que a Inquisição durante o século XVII não dispunha de uma palavra para julgar as mulheres que eram acusadas de práticas homossexuais, deste modo, eram chamadas de “sodomitas”. “Isso é extremamente significativo, pois ao nomear cria-se uma imagem, cria-se um personagem no imaginário social. As mulheres homossexuais não tinham direito a um nome, logo, à existência”²⁶².

É importante observarmos que na tradição misógina da Igreja cristã não havia a abertura de muitos processos contra as mulheres lesbianas – para usar o termo contemporâneo –, porque seus atos não eram considerados a altura e não representavam a mesma gravidade dos crimes e pecados cometidos por homens. Essa invisibilidade para com as lesbianas acentuou-se quando a inquisição retirou a condição sodomítica às mulheres. A falta de interesse relativa as práticas sexuais realizadas entre elas resultaram em indefinições quanto à conceituação de seus atos ou mesmo de suas próprias identidades e definições enquanto pessoas.

Convém observar que a Igreja e outras instituições, como o Santo Ofício, pareciam resistir à ideia de que a relação entre as mulheres acontecia pelo simples desejo que elas sentiam umas pelas outras, procurando outros fatores que não a do desejo homoerótico como motivador para explicar as experiências lesbianas.

Cláudia Freitas de Oliveira²⁶³ afirma que durante o século XIX o discurso da Igreja católica, na sociedade brasileira, já não possuía o mesmo peso institucional que tinha nos séculos anteriores, seu poder diminuía de modo inversamente proporcional ao

²⁶¹VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. Coleção Histórias do Brasil. Editora: Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 2013, pp. 1288-1289.

²⁶² NAVARRO-SWAIN, op. cit., 2004, p. 19.

²⁶³ OLIVEIRA, op. cit., 2015, p. 8.

aumento da influência de outros campos da ciência, como o da medicina e o do direito, que ditavam normas de conduta e comportamentos aos corpos femininos. Com a influência desses outros campos de saber na sociedade brasileira, a homossexualidade acabou saindo da ótica do discurso do pecado ou crime, como fora nomeada em séculos anteriores, e passou a ser concebida como doença, uma degeneração sexual. Em outras palavras, a homossexualidade era vista, entendida e estudada como uma doença mental e, portanto, submetida a tratamentos como hidroterapia e eletricidade. Ao psiquiatra, médico responsável por cuidar desses pacientes, cabia a missão de curar essas pessoas degeneradas.

De acordo com Michel Foucault²⁶⁴, a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade data da publicação do artigo *Archiv fur Neurologie* de K. F. O. Westphal em 1870, que refere-se as “sensações sexuais contrárias”. Este artigo fala sobre “uma certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de inverter, em si mesmo, o masculino e o feminino”²⁶⁵, que era contrária ao sentimento correto de procriação. Segundo Foucault, a homossexualidade começou a aparecer dentro do campo da sexualidade quando foi transferida da prática da sodomia para uma espécie de androgenia interior. O sodomita era um reincidente, já o homossexual fazia parte de uma espécie.

Dessa forma, a homossexualidade deixava de ser uma preocupação apenas de ordem religiosa e se configurava como um problema social a ser diagnosticado e tratado. As relações sexuais entre as mulheres, que eram chamadas de sodomia feminina, tomaram outro caráter e passaram a serem tratadas de maneira mais específica.

A sodomia feminina no século XIX era denominada de safismo, tribadismo²⁶⁶ e, posteriormente, *lesbianismo*. Vale ressaltar que este último termo era utilizado pelos médicos para classificar as práticas lesbianas enquanto doença e carregava – ainda carrega – julgamentos de valor e condenação moral e subjetiva.

²⁶⁴ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 42.

²⁶⁵ Id.

²⁶⁶ Ver: NAPOLITANO, Minisa Nogueira. **O médico e a mulher: O discurso médico sobre os vícios femininos na sociedade carioca oitocentista**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca – UNESP, 2005. Segundo a autora, o termo safismo está relacionado ao nome da poeta Sapho, remetendo-se à Grécia, mais especificamente a ilha de Lesbos, onde Sapho vivia. O termo tribadismo já era usado na época do Brasil colonial.

A historiadora Minisa Nogueira Napolitano²⁶⁷ traz algumas teorias de médicos da época que falavam sobre a lesbiandade. Segundo o médico Luiz de Paula, a lesbiandade estava relacionada à histeria, pois nela a imaginação é desregrada e superexcitada, como em todos os degenerados. Já para o médico Pires de Almeida, a masturbação ou clitorismo era praticado por duas mulheres que procuravam satisfazer seus desejos através do *safhismo* e do tribadismo, sem que houvesse a perda da virgindade. O médico inclusive fez um estudo detalhado acerca das relações sexuais entre duas mulheres e mapeou os comportamentos sexuais vistos como desviantes: “[...] masculinismo, erotismo, safismo, tribadismo, ninfomania, clitorismo [...] e lesbianismo”²⁶⁸.

Para Pires de Almeida havia duas formas de tratamento para as práticas sexuais entre mulheres: a educação e a sugestão mental por meio da hipnose. Na primeira, a educadora tinha que utilizar do poder de retórica para convencer a sua educanda das vantagens sociais da vida em família, de ser mãe, esposa e do lar. Já na segunda, era utilizada a técnica de hipnose e, uma vez em estado de transe, buscava-se “curar” a mulher em tratamento.

Assim, o século XIX caracterizou a homossexualidade como uma desviante da sexualidade. Nos séculos anteriores as lesbianas foram tratadas como criminosas e no século XIX como doentes. As mulheres “desviantes” estiveram à margem da sociedade exatamente por não se enquadrarem no protótipo que os estudiosos do século XIX entendiam ser o caminho de todo indivíduo sadio: o matrimônio voltado para a procriação.

A lesbiandade ganhou ares de patologia e transgressão justamente por excluir de suas relações o poderio masculino. As lesbianas mancham, enquanto habitantes do *entre-lugares*, o modo universal da heteronormatividade, transgredindo-o.

Minisa Nogueira Napolitano²⁶⁹ ainda afirma que as tribades, safistas, sobretudo na segunda metade do século XIX, foram vistas como impossibilitadas de gerarem filhos e de terem um comportamento sexual de acordo com os padrões aceitos. Desse modo, tornaram-se alvo de discussões médicas e jurídicas, sempre na tentativa de mapear um comportamento comum entre elas e controlar seus corpos.

Vale salientar que esses pensamentos acerca da homossexualidade feminina não eram unânimes em todas as sociedades. O boletim *ChanacomChana*, na edição número

²⁶⁷ NAPOLITANO, op. cit., p. 68.

²⁶⁸ Ibid., p. 76.

²⁶⁹ Ibid., p. 83.

10, em uma matéria intitulada *O mito da opção sexual e a organização lésbica*²⁷⁰, escrita por Míriam Martinho – integrante do GALF – trazia uma perspectiva diferente da visão portuguesa e brasileira sobre as práticas lesbianas.

A matéria falava sobre uma pesquisa realizada pela historiadora estadunidense Lillian Faderman, que estudou as relações entre mulheres na Inglaterra e nos Estados Unidos do século XVI ao XX. Nesta pesquisa a historiadora afirmou que o “*lesbianismo*” só passou a ser visto e condenado como anormalidade a partir de meados do século XIX, precisamente quando as mulheres ingressaram cada vez mais no mercado de trabalho, vislumbrando a possibilidade de maior independência.

Lillian Faderman defendeu que antes disso as relações íntimas entre as mulheres não só eram toleradas, como incentivadas pela sociedade. Porém, essas relações eram tidas como não-genitais, já que as mulheres se beijavam, se abraçavam, dormiam juntas, mas não havia a presença de um pênis em nenhuma delas, como também, essas mulheres não podiam sobreviver sem a ajuda e o sustento de um homem.

Isto é, em uma sociedade patriarcal e falocêntrica, a prática sexual sem o ato de penetração não era sequer vista como sexo, mas sim, como uma relação cordial, amigável. Por conseguinte, ao passo que o número de mulheres no mercado de trabalho foi aumentando, devido ao crescimento e a expansão do capitalismo e da indústria, e elas começaram a lutar pelos seus direitos e independência, começaram a desafiar a dominação e controle masculinos.

Quando esta dominação foi contestada criou-se outra forma de controle e, a partir daí as relações íntimas entre mulheres, que até o começo do século XIX eram incentivadas como modelo de virtuosismo, passaram a ser encaradas como “invertidas, anormais e doentias”, caracterizando uma espécie de 3º sexo. A lesbiandade ao longo do tempo passou de uma prática sodomítica para um pecado, de uma prática incentivada pela sociedade como forma de manter a honra da virgindade, para uma anormalidade, doença.

No Brasil, o quadro começou a mudar principalmente a partir das décadas de 1940 e 1950, quando a medicina dava indícios de mudanças lentas, mas gradativas, acerca da lesbiandade. Nos fins dos anos de 1960, a homossexualidade feminina estava inserida sob a ótica de abordagens mais humanistas, psicológicas, sociológicas, históricas e antropológicas.

²⁷⁰ Ver boletim *ChanacomChana*, n. 10, 1986, pp. 1-2.

No final da década de 1970 e nos anos de 1980, a forte presença do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), impulsionado, sobretudo, pela fundação e atuação do Grupo de Afirmação Homossexual (SOMOS), de São Paulo, contribuiu significativamente na representatividade e defesa das bandeiras homossexuais. Dentre uma das principais pautas desse movimento estava a campanha pela despatologização da homossexualidade no Brasil. Foi dentro deste cenário de luta que o Grupo Gay da Bahia (GGB)²⁷¹, fundado em 29 de fevereiro de 1980, liderou uma campanha nacional pedindo a revogação do parágrafo 302.0 do Código de Saúde do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), que rotulava a homossexualidade como “desvio e transtorno sexual”.

Ruy Laurenti²⁷² afirma que o “*homossexualismo*” passou a fazer parte da Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde (OMS) a partir de sua 6ª Revisão, em 1948, na categoria 320 “Personalidade patológica”, como um dos termos de inclusão da subcategoria 320.6 “Desvio sexual”. Segundo o autor, esta categorização foi alterada na 8ª Revisão, em 1965, quando o “*homossexualismo*” saiu da categoria “Personalidade patológica” e foi transferido para a categoria “Desvio e Transtornos sexuais”, do código 302, mais especificamente na subcategoria 302.0 “Homossexualismo”. A partir desta revisão, médicas/os e psiquiatras, que concebiam a homossexualidade como doença passaram a sofrer diversos ataques dentro do próprio campo da medicina e, também, da psicologia.

Paralelo a isto, ativistas homossexuais passaram a reivindicar a revogação do código 302.0 por entenderem que essa patologização reforçava uma série de discursos preconceituosos direcionados a eles e que era responsável por conferir a essas identidades uma categoria inferior dentro da estruturação social. Foi a partir desta concepção que as primeiras organizações homossexuais brasileiras iniciaram uma campanha pela despatologização da homossexualidade no Brasil e no mundo, no final da década de 1970 e nos anos de 1980.

Em abril de 1980 ocorreu o I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), realizado em São Paulo. Entre as deliberações oriundas deste evento, ficou decidido que todos os grupos presentes se comprometiam pela alteração do Código Internacional de

²⁷¹ Entre os membros fundadores destacam-se: Luiz Mott, Ricardo Líper, Antônio Pacheco, Alexandre Ferraz, Hédimo Santana, Wilson Santana, Aroldo Assunção, Huides Cunha, Davi Aranha, entre outros.

²⁷² LAURENTI, Ruy. Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças. **Revista: Saúde Pública**, vol. 18, nº 5, São Paulo, out. 1984, p. 2.

Doenças referente a transtornos sexuais. Na edição nº 24, de maio de 1980, o jornal *Lampião da Esquina* destacou as decisões tomadas referentes à essa proposta:

3. Entrar em contato com médicos, psicólogos, psiquiatras e interessados, dentro dos grupos e fora deles, para confeccionar trabalhos sobre homossexualismo, a fim de criar discussão dentro do Congresso Anual do SBPC. 4. Criação, em cada grupo, de uma comissão encarregada de estudar medidas para viabilizar: 1) a alteração da Constituição Brasileira no que diz respeito à opção sexual, incluindo esse termo nos direitos individuais do cidadão; 2) alteração no Código Internacional de Doenças – OMS – 302.0, código esse seguido pelo INPS, que inclui o homossexualismo como desvio mental. [...] 6. Elaboração de uma carta, a ser lida na parte aberta do Encontro, destinada à Associação de Psiquiatria e de Psicologia do Brasil, denunciando o tratamento dado aos homossexuais. 7. Denunciar junto ao Conselho de Psicologia a discriminação feita durante o recrutamento e a seleção de candidatos a empregos. 8. Apuração, até as últimas consequências, de todos os fatos discriminatórios e arbitrários contra homossexuais, quando levados à delegacia, com o respaldo [sic] dos grupos organizados²⁷³.

Entretanto, essas deliberações não foram concretizadas pelo SOMOS/SP devido as constantes divergências internas que levaram à cisão do grupo, provocando a formação de duas novas organizações: Outra Coisa de Ação Homossexualista e Grupo Lésbico-Feminista (LF).

Na edição número 1 do boletim *ChanacomChana* encontramos na seção dos “Informes” um trecho que se referia ao código 302.0: “O GALF, no encontro das entidades civis de São Paulo com o governador Franco Montoro, reivindicou, entre outras coisas: a) a extinção do parágrafo 302.0 do Código de Saúde do INAMPS que rotula o homossexualismo como desvio e transtorno mental”²⁷⁴. Na edição número 3 do mesmo boletim também há menção ao código 302.0:

Como dados positivos de 1981, podemos citar [...] nossa atuação, também em julho, na SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). [...] Nesta ocasião, discutiu-se muito sobre a homossexualidade e o Grupo Gay da Bahia lançou seu abaixo-assinado contra o parágrafo 302.0 do INAMPS que rotula o homossexualismo como desvio e transtorno sexual, conseguindo, inclusive, que a moção ao repúdio contra o mesmo parágrafo fosse aprovada pela SBPC. A imprensa local registrou amplamente o acontecimento e, sem dúvida, nós podemos considerá-lo uma vitória do Movimento Homossexual contra o preconceito²⁷⁵.

²⁷³ Jornal *Lampião da Esquina*, ano 2, n. 24, Rio de Janeiro, mai. 1980, p. 7.

²⁷⁴ Boletim *ChanacomChana*, n. 1, 1982, p. 10.

²⁷⁵ Boletim *ChanacomChana*, n. 3, 1983, p. 3.

Dessa forma, percebemos que alguns grupos, como o GGB – este com uma participação mais direta e sem tréguas – e o GALF permaneceram divulgando e lutando contra o código 302.0 na medida do possível, a fim de combater mais um preconceito contra homossexuais.

Em sua edição número 10 de janeiro de 1985, o boletim do *Grupo Gay da Bahia*²⁷⁶ trazia a notícia que haviam conseguido mais de 16 mil assinaturas de norte a sul do país, 354 políticos tinham assinado o documento contra a discriminação homossexual e que muitas associações científicas apoiavam a causa, como: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Associação Brasileira de Antropologia, Associação Brasileira de Psiquiatria e Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Diante de toda esta mobilização, sob a égide do GGB, no dia 9 de fevereiro de 1985 foi celebrada uma vitória do Movimento Homossexual Brasileiro e, consequentemente, do Grupo Gay da Bahia. A homossexualidade deixava de ser enquadrada no código 302.0 e passava para o código 2062.9.

[...] A homossexualidade deixou de ser enquadrada como desvio e transtorno sexual, passando a integrar o código 2062-9 da CID. Inserida no 2062-9, a homossexualidade é agora, no Brasil, classificada enquanto outras circunstâncias psicossociais ao lado do desemprego, desajustamento social e tensões psicológicas, que podem levar alguém a ir a um consultório médico. Hoje no Brasil, pelo menos em termos de leis, não há mais nenhuma lei ou código em que alguns possam se apoiar para nos discriminar. Se algum médico (a) o fizer, não permita, lute pelos seus direitos²⁷⁷.

Para o Movimento Homossexual Brasileiro, a despatologização da homossexualidade em 1985, além de representar a primeira vitória efetiva dos/das militantes homossexuais, foi um grande passo na luta contra a discriminação e “subcidadania” homossexual. No mesmo ano, em abril, o boletim *ChanacomChana* trazia na edição número 7 o texto da moção aprovada pela Associação Brasileira de Psiquiatria:

Considerando que a homossexualidade em si não implica em prejuízo do raciocínio, estabilidade, confiabilidade ou aptidões sociais ou vocacionais, a Associação Brasileira de Psiquiatria e suas filiadas se

²⁷⁶Ver: BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, n. 10, janeiro de 1985, p. 172. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/nossas-publicacoes/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

²⁷⁷ Boletim *ChanacomChana*, n. 8, 1985, p. 17.

opõem a toda discriminação e preconceito, tanto no setor público quanto privado, contra os homossexuais de ambos os sexos²⁷⁸.

Vale pontuar que, conforme afirma James N. Green²⁷⁹, em 1830, D. Pedro I promulgou o Código Penal Imperial que, entre outras provisões, eliminava toda e qualquer referência à sodomia. A nova legislação havia sido influenciada pelas ideias de Jeremy Bentham, pelo Código Penal francês de 1791, pelo Código Napolitano de 1819 e pelo Código Napoleônico de 1810, que descriminou/absolveu as relações sexuais entre maiores de idade. Entretanto, o artigo 280 do Código brasileiro punia atos públicos de indecência com dez a quarenta dias de prisão e multa correspondente à metade do tempo de reclusão. Essa provisão deu margem para que a polícia atuasse dentro do que ela considerava ser um ato de indecência. Deu-lhe também poder para extorquir dinheiro daquelas/es ameaçadas/os/es de detenção ou reclusão.

A ausência de leis contrárias às relações homoafetivas não anulava, nem atenuava o preconceito, entretanto, o fato de não existir tal legislação fazia com que os *gays* e as *lesbianas*, no Brasil, não tivessem um alvo na luta pelo fim da inferiorização. Com a organização do MHB, os grupos se voltaram contra o Código de Classificação de Doenças da OMS, estando, pela primeira vez, numa luta com trincheiras estabelecidas de ambos os lados. A conquista em relação à extinção do parágrafo 302.0 no Brasil se antecipou em muito a despatologização da homossexualidade no plano internacional, que só aconteceu no dia 17 de maio de 1990.

Passado este momento mais introdutório, de como a visão sobre a homossexualidade feminina foi se configurando ao longo do tempo, voltaremos nosso olhar para a questão da sexualidade tratada nos periódicos *ChanacomChana*.

Os periódicos *ChanacomChana* foram espaços de grande debate sobre a homossexualidade, mais especificamente a feminina. Para as mulheres do GALF, que tornaram-se identidades particularizadas por via de uma identificação com o “sexo”, a principal estratégia foi apropriar-se antecipadamente da posição de sujeita falante e tentar desafiar a hegemonia epistemológica da heterossexualidade compulsória²⁸⁰, visando

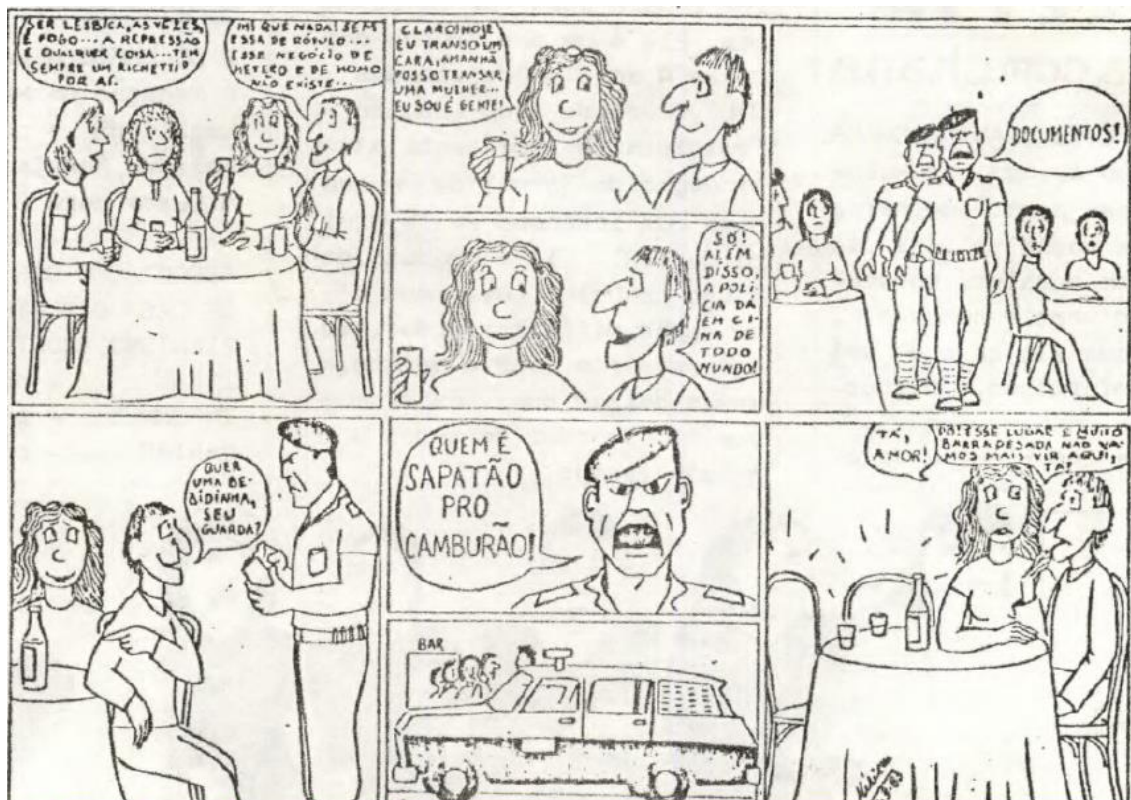
²⁷⁸ Boletim *ChanacomChana*, n. 7, 1985, p. 16.

²⁷⁹ GREEN, James N. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. Tradução: Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. – São Paulo: Editora UNESP, 2000, pp. 56-57.

²⁸⁰ Vista aqui como o que Adrienne Rich coloca ser uma instituição política que retira o poder das mulheres, afirmando que estas são propriedade emocional e sexual dos homens e que sua autonomia ameaça a família, religião e o Estado, instituições nas quais as mulheres são tradicionalmente controladas. A heterossexualidade compulsória seria uma das responsáveis pela invisibilidade e apagamento da existência lesbiana no pensamento feminista e também no entendimento geral das relações de gênero na sociedade. A autora critica a ideologia que supervaloriza a heterocentricidade até dentro dos movimentos feministas.

encaixar a heterossexualidade no campo das sexualidades e não como obrigatória e absoluta.

Um dos debates trazidos pelo GALF foi em relação à negação da homossexualidade, presente na edição número 2 do boletim *ChanacomChana*.



Fonte: Boletim *ChanacomChana*, n. 2, 1983, p. 2.

A história em quadrinhos (HQ) começava com 4 pessoas sentadas à mesa, o desenrolar das imagens nos sugere que temos um casal lésbico e um heterossexual. Uma das mulheres lésbicas falava sobre a repressão à homossexualidade feminina feita pela polícia, neste momento, o homem que estava com elas falou que o rótulo devia ser deixado de lado e a companheira dele confirmou dizendo que “Claro! Hoje eu transo um cara, amanhã posso transar uma mulher... Eu sou é gente!”. A polícia logo apareceu pedindo os documentos e falando “Quem é sapatão pro camburão!”. No quadrinho seguinte, as mulheres lésbicas já apareceram dentro do carro da polícia, enquanto que o

Além disso, a heterossexualidade é tida enquanto compulsória pelas suas investidas de poder que desqualificam, vulnerabilizam e oprimem toda e qualquer outra forma de expressão das sexualidades. Ver: RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Tradução Carlos Guilherme do Valle. Editora Antelope Publications, n. 5, 2010, pp. 17-44.

casal heterossexual termina a historinha dizendo “Pô! Esse lugar é muito barra pesada não vamos mais vir aqui, tá!”.

As imagens representavam a perseguição que as mulheres, propositalmente chamadas de “sapatão”, sofriam durante a ditadura civil-militar brasileira. Na HQ, uma das lesbianas falou “ser lésbica, as vezes, é fogo... A repressão é qualquer coisa... Tem sempre um Richetti por aí.”. Na continuação da charge, podemos perceber que o casal heterossexual não concordou com a afirmação, porém, no final da história, o casal lésbico foi para o camburão, enquanto o heterossexual, reconhecido como a verdadeira e única possibilidade afetivo-sexual, permaneceu no bar, incrédulo ao episódio.

Esses discursos de repressões levou-nos a dialogar com Michel Foucault que afirma:

Em todo caso, a hipótese de um poder de repressão que nossa sociedade exerceria sobre o sexo e por motivos econômicos, revela-se insuficiente se for preciso considerar toda uma série de reforços e de intensificações que uma primeira abordagem manifesta: proliferação de discursos, e discursos cuidadosamente inscritos em exigências de poder. [...] Muito mais do que um mecanismo negativo de exclusão ou de rejeição, trata-se da colocação em funcionamento de uma rede sutil de discursos, saberes, prazeres e poderes²⁸¹.

Para o autor, a finalidade desses discursos era a de instaurar modos hegemônicos de sexualidade, de prazeres, de condutas sexuais, na tentativa de “normalizar” algumas sexualidades em detrimento de outras vistas como “anormais”. Esses discursos proferidos principalmente pelos grupos que exercem poder político, econômico, jurídico e social acabam se espalhando e sendo vistos como verdades por várias camadas sociais da sociedade e são responsáveis pela exclusão e tentativa de normalização de grupos que são colocados à margem – LGBTTQ+²⁸² – e que são mortos diariamente.

Além disso, são discursos embasados na ideia de proteger a moral e os bons costumes de uma sociedade. Na charge, o policial provavelmente representava o delegado José Wilson Richetti, que no final de maio de 1980 foi transferido para Terceira Seccional (centro), em São Paulo e iniciou as operações Limpeza e Rondão. Richetti:

²⁸¹ FOUCAULT, op. cit., 1999, p. 70.

²⁸² Sabemos que há outros grupos marginalizados em nossa sociedade ocidental, como pessoas pretas, indígenas, porém preferimos nos atentar somente à comunidade LGBTTQIA+, não por pensarmos que as causas destas últimas sejam mais importantes que as dos outros citados, mas sim para restringirmos nossa pesquisa.

[...] Com uma bem montada equipe interpolicial, sai [sic] pela cidade disposto a limpar não apenas as zonas residenciais mas sobretudo o centro da cidade, atacando as Bocas do Lixo, a Rego Freitas, Av. Ipiranga, Largo do Arouche e Vieira de Carvalho, áreas frequentadas por prostitutas, travestis, michês, lésbicas e bichas em geral. Portandose como um herói, ele convida um fotógrafo para documentar a operação e alega apoio total de seus superiores²⁸³.

O delegado Richetti possuía um discurso segregacionista muito semelhante aos do início do século XIX. Para ele, a restrição da circulação dos grupos supracitados no espaço público fazia parte do trabalho policial. Além disso, esses grupos eram descritos como imorais, que deveriam ser combatidos pela polícia. Apoiando-se na vontade de instaurar a moral e limpar o centro de São Paulo desses indivíduos, Richetti abusou de seu poder de delegado e recebeu apoio de seus superiores, como dito acima.

Segundo Larissa Pinto Martins²⁸⁴, a HQ abordava a “Operação Sapatão”, iniciada em 15 de novembro de 1980 e que tinha por objetivo prender lesbianas que se encontrassem na cidade. A polícia invadiu espaços comerciais de sociabilidade homossexual como, por exemplo, Ferro’s Bar, Cachação, Bexiguinha, e quem fosse, ou até mesmo aparentasse ser “sapatão”, ia para o camburão. A autora ainda afirma que a situação foi tão autoritária que até quem portava documentos ou estava com carteira profissional assinada, condições elencadas como pré-requisitos para o respeito e reconhecimento à cidadania, foram presas. Aproximadamente 200 mulheres foram detidas nesta operação, sendo liberadas após suborno aos agentes de segurança pública.

Deste modo, a HQ fez uma crítica ferrenha aos policiais que atuavam juntamente com o delegado Richetti. Demonstrando muita coragem, apesar de toda repressão, as lesbianas do GALF ousaram discutir e denunciar a dificuldade que se tinha ao assumir-se ou não lesbiana. Segundo elas:

Muitas pessoas vem [sic] colocando, há algum tempo, a questão dos riscos em que a afirmação da homossexualidade pode implicar. Existem-dizem-o [sic] grande perigo de, ao se afirmar a homossexualidade, cair-se num esquema de normatização, modelização, padronização que apenas reforçaria as tão famigeradas categorias sexuais de nossa sociedade. [...] Nós que trabalhamos com nossa realidade objetiva, com a realidade objetiva das mulheres lésbicas que nos procuram por carta ou pessoalmente, sabemos que a nível do cotidiano, do dia a dia, a homossexualidade existe sim. [...] Concluindo, acreditamos que, se por um lado, ao afirmarmos a homossexualidade, corremos o risco de

²⁸³ Jornal *Lampião da Esquina*, ano 3, n. 26, Rio de Janeiro, 1980, p. 18.

²⁸⁴ MARTINS, Larissa Pinto *et al.* ChanacomChana também é bacana! Imprensa lésbica e suas pedagogias culturais. *Revista Digital do LAV*, Santa Maria, v. 13, n. 2, 2020, p. 64.

normalizá-la, por outro, ao negarmos a homossexualidade, corremos o risco igual ou maior de diluir uma importante luta contra o preconceito que atinge inúmeras pessoas em todas as partes do mundo. [...] Negar estes fatos e suas implicações significa fechar os olhos a própria realidade²⁸⁵.

A edição número 7 do boletim *ChanacomChana*, tinha como um dos primeiros questionamentos o “Por que as lésbicas se enrustem?”, numa matéria intitulada *enrustecimento e solidariedade* e que foi respondido logo em seguida com “Basicamente, por medo da sociedade, do julgamento social”²⁸⁶.

As citações supracitadas foram um protesto das lesbianas que se viam oprimidas e acuadas pelo medo, pelo estigma e pelo preconceito social. Porém, apesar disso, o GALF reafirmava categoricamente que ficar em silêncio, em uma sociedade que já silenciava as lesbianas, não era o melhor a se fazer, pois a luta deveria ser iniciada, pautando a liberdade de amar outras mulheres e de serem respeitadas.

As integrantes do GALF mesmo sabendo que havia medo e repressão continuavam reforçando a necessidade de assumir a sexualidade lesbiana. Segundo elas:

As lésbicas que alimentam constantemente seu enrustecimento, esquecem-se de que isto apenas torna sua vida ainda mais difícil. E não percebem que à medida que criticam as demais lésbicas, afastam de si a possibilidade de sentirem-se menos solitárias, já que, relacionando-se com pessoas de sexualidade semelhante à sua, sentir-se-iam mais à vontade para exporem-se tais como são, serem elas mesma [sic]²⁸⁷.

A questão da negação da sexualidade leva-nos a refletir que secularmente as mulheres têm sido sexualmente reprimidas e silenciadas. Para as lesbianas do GALF, permanecerem se autoanulando corroborava a visão de sexualidade mais branda, inexistente e ilegítima entre as mulheres.

Deste modo, para o GALF estava fora de cogitação negar a lesbiandade, além disso, o grupo via-se no dever de afirmar suas sexualidades lesbianas para colocar-se enquanto representatividade e para mostrar as múltiplas sexualidades. Podemos perceber isso numa matéria chamada *Nós estamos aí* presente no jornal *Lampião da Esquina*, que foi escrita pelo LF. Segundo elas:

²⁸⁵ Boletim *ChanacomChana*, n. 2, 1983, pp. 2-3.

²⁸⁶ Boletim *ChanacomChana*, n. 7, 1985, p. 2.

²⁸⁷ Id.

Aquela matéria do jornal Repórter leva alguém desavisado a acreditar que homossexualismo feminino é aquilo ali. É uma matéria que reforça toda a ideologia machista (que algumas mulheres, evidentemente, também assumem) ao apresentar a divisão dos papéis sexuais. Sempre tem alguém que quer ser o machão e sempre tem alguém que quer ser a mulherzinha-bonequinha-submissa-dona-de-casa-chefe de fogão. O que é visível na matéria é a relação de poder; a relação de dominação e subordinação. Reduzir o homossexualismo feminino àquela ‘amostragem ilustrativa’ revela, na melhor das hipóteses, um conhecimento superficial do assunto. [...] o que percebemos, nesses nossos primeiros papos, foi que existem maneiras, as mais diversas, de sentir, praticar, viver a homossexualidade. Quase poderíamos dizer (se não fosse exagerar um pouco) que existem tantos homossexualismos quantas mulheres homossexuais²⁸⁸.

Nota-se a contraposição à ideia de que nas relações lesbianas há a reprodução dos papéis sexuais socialmente preestabelecidos em relação a dominação e subordinação. Além disso, o LF enfatizou o repúdio acerca da tentativa de conceituação da lesbiandade enquanto algo rígido, singular, afirmando, inclusive “que existem tantos homossexualismos quantas mulheres homossexuais”.

Discutir sobre sexualidades, principalmente as que não se encaixam no padrão heteronormativo, simboliza a pluralização cada vez maior da vida social e a expansão da escolha individual. Dá oportunidade aos indivíduos para explorarem suas necessidades e desejos que ainda são vistos, por alguns, como inimagináveis.

As identidades que não se reconhecem nos papéis sociais impostos ao sexo biológico que nasceram, vestem seus corpos através de suas subjetividades – travestis, *drags queens* e *kings*, transgêneros, dentre outros – e escapam do sexo como definidor de identidades e sexualidades.

Ainda na edição número 2 do *ChanacomChana* havia uma matéria chamada *A queda para o alto*²⁸⁹, que referia-se ao livro do transexual Anderson Herzer. No livro, Herzer denunciou os autoritarismos de algumas instituições, inclusive a familiar, que não aceitavam como ele era. Ele utilizou pronomes masculinos para se identificar durante todo o livro, confirmando sua identificação com a transexualidade masculina, mesmo que não utilizasse exatamente esse termo para se colocar. O boletim se referiu a Anderson da seguinte forma:

Às vezes, supervalorizava o corpo das mulheres [...] Percebe-se uma assimilação interna e externa de valores machistas embora se vestir como homem possa não significar necessariamente a reprodução destes

²⁸⁸ Jornal *Lampião da Esquina*, ano 1, n. 12, Rio de Janeiro, 1979, pp. 7-8.

²⁸⁹ Ver boletim *ChanacomChana*, n. 2, 1983, pp. 4-5.

mesmos valores nem o seu não questionamento. Parece que Sandra (só Sandra?), educada e acostumada com apenas dois modelos, o da mulher chamado de feminino, caracterizado como passivo, fraco, submisso, sentimental etc. e o do homem chamado de masculino caracterizado como forte, ativo, dinâmico, frio, etc. [...] Talvez pensasse que para ser lésbica teria que optar: ou ser o ‘homem’ e seguir seu ‘consequente modelo’ ou ser a ‘mulher’ e seguir o outro também ‘consequente modelo’²⁹⁰.

Notamos aqui uma crítica ao comportamento de Anderson Herzer não porque ele foi um transexual, e sim, porque, segundo as lesbianas do *ChanacomChana*, reproduzia os padrões machistas da época. O GALF traçou uma narrativa em relação que, de certo modo, respeitou sua vivência. Porém, o criticou por ter adotado atitudes de desrespeito por algumas mulheres, reproduzindo uma transexualidade heteronormativa que feria as múltiplas dinamicidades de masculinidade e feminilidade.

Sobre este assunto podemos dialogar com Berenice Bento quando esta coloca que talvez seja equivocado exigir que pessoas transgêneras sejam naturalmente subversivas/os/es, quando compartilham os mesmos sistemas simbólicos socialmente significativos para toda a sociedade. Deste modo, a autora questiona-se “Será que a própria experiência já não contém em si um componente subversivo, à medida que desnaturaliza as expressões de gênero?”²⁹¹

Poderíamos considerá-lo *queer*. Segundo Guacira Lopes Louro:

[...] Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transsexuais, travestis, *drags*. É o excêntrico que não deseja ser ‘integrado’ e muito menos ‘tolerado’. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do ‘entre-lugares’, do indecível [sic]. Queer é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina²⁹².

Anderson Herzer foi um exemplo de identidade plural que, como supracitado, incomodava, era um corpo estranho para uma sociedade que enxergava os indivíduos

²⁹⁰ Boletim *ChanacomChana*, n. 2, 1983, p. 5.

²⁹¹ BENTO, Berenice. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. **Florestan**, ano 1, n. 2, 2014, p. 54. Disponível em: http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/64/pdf_25. Acesso em: 30 jul. 2021.

²⁹² LOURO, Guacira, Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, pp. 7-8.

dentro de um sistema binário cisgênero. O *queer* neste caso seria o transexual. Aquele que habita o *entre-lugares*, que provoca e fascina.

Berenice Bento nos questiona sobre onde estão os sujeitos que transitam entre os gêneros. Ela afirma que paulatinamente eles começam a desaparecer da vida pública para serem encontrados nos espaços de clínicas e compêndios de medicina. O sistema masculino *versus* feminino produz e reproduz a ideia de que gênero “reflete, espelha o sexo e todas as outras esferas constitutivas dos sujeitos estão amarradas a essa determinação inicial: a natureza constrói a sexualidade e posiciona os corpos de acordo com supostas disposições naturais”²⁹³.

A transexualidade foi e, em alguns casos, ainda é considerada uma patologia. Diversos profissionais de medicina e das ciências *psi* (psicologia, psiquiatria e psicanálise) defenderam que ela era uma anormalidade, um desvio a ser corrigido. A ruptura de Anderson Herzer proposta pela simples troca de polaridade criou representações sociais que não estavam somente na adoção de uma identidade masculina, mas foi justamente o fato de ter recusado um modelo imposto socialmente que gerou uma microrrevolução.

Além deste pequeno debate sobre a transexualidade utilizando como protagonista Anderson Herzer, a edição 2 do boletim *ChanacomChana*, na sessão dos “informes” trazia um debate sobre o silicone aplicado em corpos travestis e o impacto nestes.

Sabe-se, até agora, que 3 travestis morreram, no eixo Rio-São Paulo, vítimas da aplicação de silicone industrial misturado ao laxante Nujol. [...] Do dia 3 ao dia 5 de fevereiro, os investigadores responsáveis pelo caso, descobriram que 40 travestis receberam aplicação de silicone industrial. Ouvidos como testemunhas, declararam ter hematomas no lugar das aplicações e que estão sentindo tonturas, dores nos olhos, nas costas e na altura dos rins, além de apresentarem deformações nas nádegas, pernas e rosto. [...] Como poderemos ajuda-los [sic]? Que assistência médica eles poderão obter se a aplicação de silicone é ilegal? Como evitar a venda do silicone industrial misturado ao laxante Nujol? Perguntas para nós todos²⁹⁴.

Na notícia não havia menção das falas dessas travestis, o espaço foi utilizado somente para denunciar o que havia acontecido com seus corpos, mas não trazia seus depoimentos, ou seja, o GALF quem descreveu sobre essas mulheres, não havia narrativas delas. De todo modo, as militantes lesbianas já refletiam sobre a urgência de

²⁹³ BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo : Brasiliense (Coleção Primeiros Passos), 2008, p. 17.

²⁹⁴ Boletim *ChanacomChana*, n.2, 1983, p. 11.

políticas públicas que dessem assistências a corpos travestis, denunciando os mecanismos de controle que, sem precisar de um olhar mais atento, encontrava-se rapidamente a grande e conhecida mecânica da repressão, evidenciada através de suas mortes.

Na edição número 3 do *ChanacomChana*, o GALF historicizou a origem da palavra “lésbica”.

De sua coragem e seu amor pelas mulheres, na ilha de Lesbos, surgiu esta palavra tão ‘mal-dita’ que o sistema patriarcal constantemente procura deturpar. [...] Nós a utilizamos como um predicado a que podem ser acrescidos inúmeros outros adjetivos perfeitamente intercambiáveis, não estanques, e possíveis de mudança no correr do tempo e a partir das alterações que vieram a ocorrer nas estruturas da sociedade²⁹⁵.

De acordo com Jules Falquet²⁹⁶, utilizar a palavra “lésbica” ao invés de homossexual ou *gay* para designar mulheres que se relacionam sexual e afetivamente com outras mulheres, marca a diferença com a situação dos homens que se relacionam sexual e afetivamente com outros, isto porque, como o feminismo já demonstrou, a opressão patriarcal em relação às mulheres é diferente, se comparada à opressão em relação aos homens homossexuais. A autora continua afirmando que os termos lésbica e homossexual não têm o mesmo significado, as mesmas condições de possibilidades, nem o mesmo alcance político, considerando o sexo de quem as praticam.

As militantes do GALF inserem-se nessa discussão ao afirmarem sua identidade lesbiana como frente de luta pela sua autonomia, direitos e pela autodeterminação das mulheres. Sua autorrepresentação inclui o ser mulher, mas este ser sendo transformado, tornando a sexualidade uma resistência política contra o sistema patriarcal. No boletim *ChanacomChana* de número 12 encontramos o GALF fazendo a discussão entre lesbianas e homens *gays*. Elas escreveram que:

Temos, em comum com os homens homossexuais, o fato de que o sistema patriarcal discrimina as pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo, porém essa discriminação não se dá da mesma maneira para lésbicas e gays, pelo simples fato de que mulheres e homens não são iguais, em nossa sociedade. Assim os homens homossexuais, embora discriminados por suas vivências gays, não sofrem preconceitos por serem homens ao contrário das lésbicas que já são discriminadas a priori por serem mulheres. Exemplificando, os homens homossexuais,

²⁹⁵ Boletim *ChanacomChana*, n. 3, 1983, p. 1.

²⁹⁶ FALQUET, Jules. **Breve resenha de algumas teorias lésbicas**. 2013, pp. 7-8. Disponível em: <https://apoiamutua.milharal.org/files/2014/04/breve-resenha-teorias-lesbicas.pdf>. Acesso em: 3 out. 2020.

assim como os heterossexuais, recebem uma educação, desde o berço, que valoriza tudo que é considerado ‘masculino’ e são criados com uma série de privilégios que as mulheres, lésbicas ou heterossexuais, não têm²⁹⁷.

Marie-Jo Bonnet²⁹⁸, pontua que a homossexualidade masculina funciona como a heterossexualidade masculina, pois reduz o “Outro” ao específico, modelando-o como uma norma. Assim, a homossexualidade masculina, em um quadro jurídico, não muda nada quanto à posição das mulheres, pois coloca-as em uma ordem simbólica em que o masculino reina como “Senhor”.

Igualar os homens homossexuais aos heterossexuais acaba sendo um equívoco, a quantidade de *gays* que são discriminados por adotarem práticas e comportamentos que são naturalizados como femininos, é enorme. Inclusive, na sociedade brasileira em que o machismo é estrutural, ser homem *gay* acaba sendo uma afronta aos valores de uma heterossexualidade compulsória.

O fato dos *gays* afeminados sofrerem mais preconceito por adotarem símbolos e signos feminilizados, comprova como a sociedade sente ódio de indivíduos que aderem a características feminilizadas. Assim, como sabemos, as mulheres lésbicas sofriam opressões duplas, como o boletim *ChanacomChana* narrava, porém, isto não diminui o fato de que o homem homossexual também sofria e sofre opressões diárias, mesmo inserido numa sociedade que enaltece o homem masculinizado e branco.

Michel Foucault²⁹⁹ afirma que na sociedade sabemos que nem tudo pode ser dito, porém, existem duas regiões em que “os buracos negros” se multiplicam, que são as regiões da política e sexualidade. “[...] como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes”.

Sabemos que os discursos podem conter em si palavras verdadeiras e palavras falsas, que carregam intencionalidades. Os enunciados discursivos são questionados a partir dos sujeitos que falam e de onde falam – “pertença de classe, de status social ou de raça, de nacionalidade ou de interesse, de luta, de revolta, de resistência ou de aceitação.

²⁹⁷ Boletim *ChanacomChana*, n. 12, 1987, p. 7.

²⁹⁸ BONNET, op. cit., p. 4.

²⁹⁹ FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996, pp. 9-10.

A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros”³⁰⁰.

Esse poder presente nos discursos lesbianos causa impactos nos sistemas de dominação por romper com a hegemonia heterossexual assentada na divisão binária dos indivíduos. Refletir sobre a identidade lesbiana é entender que “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos apoderar”³⁰¹.

Pensando sobre esses discursos lesbianos, a edição número 3 do boletim *ChanacomChana* trouxe depoimentos de duas das integrantes do GALF, Rosely e Célia, que são de suma importância para exemplificar um pouco o impacto que o grupo teve no plano individual dessas duas mulheres.

O primeiro depoimento é de Rosely Roth, que entrou para o GALF no final de fevereiro de 1981 e logo falou que se chocou com a palavra “lésbica”. Segundo ela:

[...] Eu, uma lésbica... A palavra pesava muito, homossexual parecia mais leve. Com o tempo, de tanto ouvir a palavra, sem a carga pesada, preconceituosa e pejorativa normalmente dada a ela, eu comecei a gostar de pronunciar e enunciar o termo, uma das formas de esvaziar este seu caráter ‘maldito’ [...] Para entrar no grupo, eu percorri um longo processo: teoricamente, eu era contra o preconceito à homossexualidade, combatia as manifestações homofóbicas, mas ao mesmo tempo sentia vergonha de ser lésbica. Era uma contradição vivida internamente e um dos passos para a superação desta contradição foi meu ingresso no GALF³⁰².

Rosely continuou seu depoimento relatando que nas reuniões semanais, as integrantes procuravam unir teoria e prática e a partir de tais reflexões começaram a analisar como as instituições vigentes – família, Estado, escola, casamento – ditavam normas autoritárias como, por exemplo, a heterossexualidade e o domínio dos homens sobre as mulheres. Munidas desses pensamentos “[...] noções quanto a homossexualidade ser doença, desvio, anormalidade ou imaturidade sexual também foram sendo cada vez mais desmistificadas e percebidas como um dos frutos da heterossexualidade ‘obrigatória’”³⁰³.

³⁰⁰ FOUCAULT, op. cit., 1996, p. 43.

³⁰¹ Ibid., p. 10.

³⁰² Boletim *ChanacomChana*, n. 3, 1983, p. 8.

³⁰³ Id.

Para Rosely, o assumir-se lésbica, foi como se sua vida tivesse se reiniciado, ou mesmo iniciado, porque a partir dali ela foi desenvolvendo um pensamento crítico em relação à heterossexualidade compulsória, questionando as verdades ditadas pelas instituições supracitadas. Além disso, as discussões dentro do GALF ajudaram-na a enxergar a palavra lésbica como algo bom e não “mal-dito”. Numa época em que havia menos lesbianas assumidas do que na clandestinidade³⁰⁴, como afirma Patrícia Lessa, Rosely assumiu-se como lésbica e não somente como homossexual, criando formas de expressão que contrariavam a família, a escola, o Estado, a Igreja e o casamento.

O segundo depoimento foi de Célia, que ingressou no GALF entre junho/julho de 1982. Ela narrou que a afinidade de objetivos e a necessidade de estar com pessoas que tivessem pensamentos semelhantes aos dela, a levou ao GALF.

[...] E não parei [de ir as reuniões do GALF] porque, além de encontrar pessoas como eu com que posso falar, posso fazer – ou ao menos tentar – com que essa sociedade preconceituosa em que vivemos vá gradativamente perdendo sua força repressora sobre nós homossexuais; sobre nós, lésbicas; sobre nós, mulheres. [...] [O GALF] É antes de tudo um grupo que tem por objetivo lutar contra o duplo preconceito que nós sofremos por sermos mulheres e por sermos homossexuais³⁰⁵.

“[...] Agora de volta ao grupo, descobri que ser lésbica está em mim. É minha forma de ser e não pretendo mudar. Isto é mais forte que tudo que senti na vida”³⁰⁶. Esses depoimentos lesbianos formam linguagens em ação e produzem efeitos de representações sociais que têm poder de atribuir sentido e significado aos seres, construindo uma imagem da realidade das relações homoafetivas que têm o masculino excluído e, por conseguinte, quebra a representação da mulher submissa à heterossexualidade.

O corpo lesbiano acaba transgredindo uma sexualidade genitalmente organizada *per se* e evoca uma alternativa dos prazeres, contestando a construção da subjetividade feminina que ainda é marcada pela função reprodutiva que supostamente distingue e define as mulheres.

Esta alternativa de prazeres especificamente feminina sugere uma difusão erótica, compreendida como contra-estratégia em relação à construção reprodutiva da genitalidade e evoca o pensamento de uma relação sexual que oferece prazer às mulheres e que não tem como finalidade a reprodução, quebrando tanto com a ideia de que a mulher

³⁰⁴ LESSA, op. cit., 2007, p. 93.

³⁰⁵ Boletim *ChanacomChana*, n. 3, 1983, p. 10.

³⁰⁶ Id.

não sente ou não precisa sentir prazer, quanto com a ideia de que a mulher só precisa transar para procriar.

Na edição número 4 do boletim *ChanacomChana*, havia uma seção intitulada “Recado para as mães lésbicas”, que noticiava sobre um grupo de mães lésbicas da Califórnia, Estados Unidos, que estavam criando uma antologia de obras escritas por mães lésbicas, suas companheiras, seus filhos e estavam recolhendo material de várias partes do mundo. Pediram ajuda do GALF para ajudar na divulgação.

Essas mulheres acreditavam que a antologia representava “[...] uma oportunidade vital para que as vozes das mães lésbicas possam ser ouvidas, uma oportunidade para amenizar o isolamento em que vivem e uma forma de desmentir o mito de que as mães lésbicas não existem”³⁰⁷. Na mesma edição número 4 do boletim *ChanacomChana*, as integrantes do GALF entrevistaram Tom Santos, o diretor da peça “Fim de caso”³⁰⁸. Nesta entrevista foi comentada a relação entre mulher e maternidade:

Tom Santos – [...] a mulher entendida, coloca muito da sua fantasia, por exemplo, quando bate o instinto materno. Porque uma das coisas que mais perturba [sic] o homossexual, tanto o masculino como o feminino, é a não possibilidade de ver a continuidade, e eu conheço casos de mulheres que permitiram que a mulher dela transasse com um homem para ter um filho. [...]

GALF – A questão que eu coloco é a dos filhos. Transpareceu que a mulher ficava incompleta se não fosse mãe. A personagem Ilda estava tão obcecada com o desejo de ser mãe que faz quase dançar a relação, ela prefere trepar com homens com o consentimento da outra, do que adotar uma criança por um preconceito tolo³⁰⁹.

As mulheres recebem socialmente o símbolo cristão de Marias, que tem por destino a procriação, como algo nato, sem direito ao prazer, ou como objeto do prazer masculino. De acordo com Tânia Navarro-Swain³¹⁰, a imagem da *mãe* resgatando um “pecado original” do feminino percorreu um longo caminho no seio do cristianismo desde o paraíso. Assim, a reprodução é um dos signos que criam as mulheres e o feminino, marcando-a em um sistema de poder e hierarquia, subordinado ao masculino.

³⁰⁷ Boletim *ChanacomChana*, n. 4, 1983, p. 10.

³⁰⁸ Texto de Aziz Bajur. Elenco: Inês Maria, Kátia Spencer, Maristela Moreno, Mariza Marrone e Gea Sampaio. De 24 de novembro de 1981 a 11 de novembro de 1985, com intervalos entre as temporadas.

³⁰⁹ Boletim *ChanacomChana*, n. 4, 1983, pp. 11-12.

³¹⁰ NAVARRO-SWAIN, Tânia. A invenção do corpo feminino ou “a hora e a vez do nomadismo identitário?” In. **Textos de História. Revista do Programa de Pós-Graduação em História: Feminismos, teorias e perspectivas**. Brasília: UnB, v. 8, n. 1/2, 2000, pp. 49-50.

Para manter o controle sobre suas sexualidades, sempre direcionando-as à reprodução e aos dispositivos heteronormativos, foi necessário haver um monitoramento pelas instituições sociais e religiosas e por vários “[...] mecanismos de disciplinamento dos corpos das mulheres, como a castidade e o tabu da virgindade, a proibição da masturbação, a medicalização dos sintomas da insatisfação com a opressão de gênero”³¹¹.

Dentro do código patriarcal cabe à mulher uma existência subordinada às necessidades masculinas. Este código coloca-as, independentemente de suas sexualidades, em redomas delineadas de normas comportamentais que devem ser seguidas à risca. Com regras tão bem delimitadas sobre os corpos das mulheres, fica difícil desmistificar a falácia de que toda mulher necessariamente desejaria e teria que ser mãe, como também, que a maternidade seria uma característica intrínseca à figura feminina, independentemente da sexualidade. Quem fugisse desta *essência* frequentemente era/é vista como “menos mulher” no imaginário social.

Nas relações lesbianas a procriação pode se dar através da inseminação artificial, adoção, “barrigas de aluguel”, dentre outras. Todavia, esse campo sobre a maternidade lesbiana acaba sendo invisibilizado por causa:

[...] da tentativa de ocultar a existência destas experiências, que rompem com o (falso) pressuposto de que ser mãe é igual a ser heterossexual, mostrando ser possível o exercício da maternidade além dos limites da heterossexualidade nuclear (casamento, família) [...] É dentro deste contexto, que ser mãe lésbica é qualitativamente diferente de ser mãe heterossexual. Como já foi dito acima, a mãe lésbica será discriminada, entre outras coisas (dependendo da cor, classe social), por romper com os padrões impostos em relação a uma sexualidade e maternidade heterossexual”³¹².

De acordo com Maria Clara Guimarães Souza e Priscilla Melo Ribeiro de Lima, a mãe lesbiana constrói um discurso de resistência que rompe com a ideia de que uma mulher deve ser mãe e ser heterossexual, “como se a maternidade só fosse possível para mulheres não-lésbicas”³¹³.

Apesar de, aos olhos de muitos, ter um filho/a era sinônimo de heterossexualidade, a maternidade lesbiana não era, nem é, algo impossível. Com efeito, tal questão pode ser angustiante para estas mulheres que desejam/necessitam se afirmarem sexualmente e

³¹¹ SOARES, Gilberta S. Experiências reprodutivas e desejos de maternidade em lésbicas e bissexuais. **Fazendo Gênero 9: Diásporas, diversidades, deslocamentos**, 2010, p. 2.

³¹² Boletim *ChanacomChana*, n. 6, 1984-5, p. 7.

³¹³ SOUZA, Maria Clara G.; LIMA, Priscilla M. R. de. Mulheres e heteronormatividade: o papel social da maternidade frente à lesbianidade. **VI Congresso Internacional de História**, 2018, p. 4.

maternalmente, de forma simultânea, sem que nenhuma destas experiências sejam subjulgadas ou invisibilizadas.

Segundo Érica Renata de Souza, a maternidade lesbiana como instituição foi criada a partir de uma perspectiva eurocêntrica branca e de classe média. Deste modo, as demais lesbianas que diferem deste rótulo são desvinculadas da reprodução e ligadas somente ao desejo sexual e afetivo. “Enquanto a maternidade está associada ao cuidado, à dedicação e renúncia pessoal em função do ‘outro’, a lesbianidade tem, ao longo da história, sua imagem associada à masculinização, à perversão e à violência”³¹⁴, o que tornaria a lesbiandade socialmente incompatível com a maternidade.

Na cartografia patriarcal, a reprodução ganha importância por determinar o sexo biológico. Isto traz consequências para a mulher ao ligarem-na à maternidade, associando-a aos estereótipos de que nascer com uma genitália feminina implica em ser mãe, ser submissa, se relacionar sexual e afetivamente somente com homens. É importante superar a ideia de corpo biológico e binário e chegar ao corpo social e cultural. Com base nesse paradigma, observamos a construção do ser lesbiana enquanto parte do feminino, porém, que não se enquadra dentro dos padrões de heteronormatividade.

Continuando a entrevista com Tom Santos, outras questões também foram discutidas como, por exemplo, a presença de uma identidade masculina numa relação lesbiana.

GALF – Na peça os casais são estereotipados, quer dizer, tem a mulher que faz o ‘marido’ e a outra que faz a ‘mulher’. Há um estereótipo inclusive pelo que se fala: ‘ela tem dona’, ‘você não me penetra’.

Tom Santos – [...] E sei de umas que querem ser o homem do par, a tal ponto, que ela quer desviar a possibilidade da outra perceber que ela tem seios, (!) não permite que a outra toque no seio dela. [...] E isso acontece: A mulher se sente agredida quando uma diz para a outra: você não tem um pau para me penetrar. (!)

GALF – Essa é uma visão masculina. [...] Não estamos dizendo que é a sua visão do masculino e feminino. É que numa transa de duas mulheres existe penetração. Na peça se coloca: ‘Você não pode me penetrar por isso transei com um homem’. Isso é uma visão masculina e também de falta de informação da sexualidade lésbica, porque uma mulher pode penetrar a outra com a mão. [...] Você assumiu que está colocando apenas determinado tipo de comportamento homossexual, que é aquilo que classificamos como estereotipado, quer dizer, a mulher que assume o papel de ativo e a outra que assume o papel de passivo³¹⁵.

³¹⁴SOUZA, Érica R. **Necessidade de filhos: maternidade, família e (homo)sexualidade**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo, 2005, pp. 126-127.

³¹⁵ Boletim *ChanacomChana*, n. 4, 1983, p. 11.

É importante frisar o tom de crítica do boletim ao discurso do diretor. O GALF desmontou a visão patriarcalista e estereotipada dele sobre as relações afetivo-sexuais das lesbianas. A adoção da dicotomia homem/mulher, ativo/passivo nos casais lesbianos, enxergadas como reprodutoras das relações de dominação dos homens sobre os corpos das mulheres, foi duramente criticada pelas militantes do GALF, porque, em seu entender, propagava o machismo.

Tradicionalmente, em se tratando de papéis sexuais, a sociedade divide os indivíduos em dois: homem e a mulher, o ativo e o passivo. Essa divisão em dois tipos é extremamente arraigada na cultura e não surpreende que se encontre reproduzida nas relações homossexuais, os homens classificando-se como ‘bofe’ e ‘bicha’ e as mulheres como ‘fanchona’ e ‘lady’. Em ambos os casos, os primeiros seriam ‘ativos’ e os segundos ‘passivos’, reproduzindo-se relações de dominação vigentes entre homens e mulheres³¹⁶.

Segundo Jussara Carneiro Costa e Gilberta Santos Soares³¹⁷, o arquétipo da *butch*³¹⁸ se popularizou na década de 1950 entre jovens de subculturas lesbianas da classe operária. Em contraposição a este arquétipo havia a figura da *femme*, mulher feminina, que nem sempre se identificava como lesbiana. Ambas as expressões surgiram nos Estados Unidos, mas possuem equivalentes em outras línguas como, por exemplo, “caminhoneira”, “bofe”, “fanchona” *versus* “lady”, comumente empregadas no Brasil.

O pensamento/preconceito de que na relação lesbiana existe necessariamente uma *butch* e uma *femme* reproduz a reorganização do binário heterossexual, e pretende inserir características de casais heterossexuais nas relações homossexuais. A edição número 9 do boletim *ChanacomChana*, trazia uma discussão que reivindicava a ressignificação desses conceitos:

Nas relações entre mulheres, a existência dos papéis de fancha e lady não significa necessariamente que essas relações sejam opressivas, quer dizer, não determina, em si, que uma das parceiras tenha mais privilégios ou controle da situação que a outra. [...] Resumindo, na minha opinião, a utilização dos papéis de fanchona e lady tem a ver também com a criação de uma linguagem erótica entre mulheres, tem a ver também com a fantasia e abusca [sic] do prazer e não pode ser

³¹⁶ MACRAE, op. cit., 1983, p. 57.

³¹⁷ COSTA; SOARES, op. cit., p. 26.

³¹⁸ É uma expressão de origem francesa e diz respeito a uma mulher que tem trejeitos considerados masculinizados. Para conhecer mais sobre as expressões *butch* e *femme*, ver: FALQUET, Jules. **De la cama a la calle: perspectivas teóricas lésbico-feministas**. Bogotá: Brecha Lésbica, 2006; COSTA; SOARES, op. cit., pp. 26-27.

definida sumariamente como reprodução das relações heterossexuais³¹⁹.

O GALF estava tentando explicar que, se numa relação entre mulheres havia a existência da “fancha” e da “lady”, não necessariamente nessa relação havia a reprodução de símbolos heterossexuais. Elas enxergavam esses papéis sob a ótica do prazer, do erótico, da fantasia sexual, tentando combater a ideia de construção de uma identidade lesbiana somente com a incorporação do rompimento da díade fanchona/lady.

É comum percebermos no imaginário social o pensamento de que dentro do universo homossexual feminino existem dois tipos de lesbianas – as que adotam características de feminilidade e as que adotam características de masculinidade – porém essa categorização se dá pela necessidade que a sociedade tem de encaixar a figura masculina ou masculinizada numa relação entre duas mulheres, para, assim, tornar a relação mais legítima.

Tânia Navarro-Swain³²⁰ questiona o pensamento aceito por grande parte da sociedade acerca da necessidade imposta de existir um homem em qualquer relação para que, dessa forma, tenha a quem seduzir, caso contrário, uma relação entre duas mulheres estaria fadada a falta de emoção e prazer.

O pensamento de que em uma relação lesbiana há alguém cumprindo o papel masculino mostra o quão a sociedade era (e ainda é) heteronormativa, visto que muitos entendem que todo relacionamento afetivo é formado por um homem e uma mulher. Além disso, existe o machismo presente neste pensamento, no sentido de pressupor que, em uma relação, há papéis desempenhados somente pelos homens.

Muitas lesbianas não sentem-se completamente a vontade para exibirem partes de seus corpos a suas companheiras, como Tom Santos falou quando uma das personagens não queria mostrar os seios para a outra, porém, a ausência ou a presença de seios não torna uma mulher mais “mulher” ou mais “homem”. O exemplo expõe mais sobre a própria aceitação do corpo, que sobre o “grau” de feminilidade que ela possuiria.

As integrantes do GALF ainda acrescentaram que:

[...] Acho que precisamos tentar trabalhar também alguma coisa mais positiva, mostrando que uma relação homossexual pode não ser só de exploração, pode ser alguma coisa que faça crescer, pode não ser tão estereotipada. Quando criticamos o que acontece, não é que não exista esse tipo de relacionamento. Existe. É que só há como referência os

³¹⁹ Boletim *ChanacomChana*, n. 9, 1985/6, p. 10.

³²⁰ NAVARRO-SWAIN, op. cit., 2004, p. 11.

aspectos negativos do lesbianismo. [...] A ideologia tenta não mostrar, porque vivemos numa sociedade heterossexual, mas também há relações lésbicas que podem fazer crescer³²¹.

Quando as mulheres não se interessam por homens, em uma sociedade em que o sexo, ou melhor, o falo é o rei, elas simplesmente não podem existir. “Desvio, anormalidade, exclusão, [...], feiura, falta de atrativos [...]: o desejo e a atração de uma mulher por outra são transformados em válvula de escape para um corpo desgraçado e desprezado pelos homens”³²².

A ausência da figura masculina nas relações lesbianas já era vista como motivo suficiente para deslegitimar, discriminar, negar essas relações. O GALF colocava-se como porta-voz de outras realidades lesbianas, realidades mais positivas, plurais, autênticas. Inserindo as práticas lesbianas como uma das tantas práticas exercidas nas demais sexualidades. A lesbiana surgiu como uma espécie que não se adaptaria aos parâmetros sociais vigentes da heteronormatividade. Transitando como formação de um terceiro sexo, esta não se encaixaria completamente nem dentro do campo da feminilidade, nem do campo da masculinidade.

Na edição número 4 do boletim *ChanacomChana*³²³, as integrantes do GALF ao comentarem sobre as possibilidades de criação de um mundo melhor, sem preconceito, lançaram como propostas a desmistificação da crença popular que ligava à homossexualidade a um terceiro sexo e o questionamento profundo acerca dos comportamentos masculinos e femininos exigidos para homens e mulheres.

Na edição número 8 do mesmo boletim, de agosto de 1985, o GALF falou que preferiam não utilizar a expressão homossexual para se definirem, porque ela remetia à uma visão de mulheres lésbicas e homens *gays* como um grupo que formava outra espécie, com características distintas das demais pessoas.

Segundo o boletim, elas afirmaram:

[...] Na verdade, essa visão foi instituída apenas na segunda metade do século passado (1869), na Europa, como produto do trabalho de vários sexólogos tais como Havellock, Ellis, Kraft-Ebing, etc... e serviu, a princípio para a classificação de uma patologia, ou seja, de uma doença. [...] os homens que se relacionavam sexualmente com outros homens passaram a ser chamados de invertidos ou homossexuais. [...] No caso das mulheres, a criação da categoria homossexual surgiu como necessidade de explicar porque algumas mulheres sentiam um desejo

³²¹ Boletim *ChanacomChana*, n. 4, 1983, p. 14.

³²² NAVARRO-SWAIN, op. cit., 2004, p. 26.

³²³ Ver boletim *ChanacomChana*, n. 4, 1983, p. 4.

tão grande de serem independentes dos homens e do papel que eles haviam imposto. Para os sexólogos, a homossexual rejeitava o papel de passividade, domesticidade, feminilidade, etc... porque ela não era realmente uma mulher, ela era membro de um 3º sexo, ela era anormal³²⁴.

Havia a tentativa de controlar os corpos femininos, deste modo, os sexólogos da época procuravam associar o desejo de independência e de afeto entre mulheres à uma anormalidade, objetivando a criação de um imaginário de mulher ideal, perfeita, como sendo mãe, esposa e dona de casa.

Para Michel Foucault³²⁵ a nova caça às sexualidades periféricas acabou provocando perversões e especificando os indivíduos. O homossexual do século XIX tornou-se um personagem, ele tinha um passado, uma história, uma forma de vida. Ele possuiu até uma fisiologia misteriosa, com uma anatomia indiscreta. Nada do que ele foi escapava à sua sexualidade, era algo intrínseco. Ela era o princípio insidioso, inscrita na sua face e no seu corpo, era um segredo que sempre o traía.

Segundo Line Chamberland³²⁶, a categoria do terceiro sexo “[...] repousa sobre uma visão rígida e essencialista das diferenças ligadas ao gênero e hoje é considerada ultrapassada”. Essa categoria de terceiro sexo é importante para mostrar-nos a própria construção de sexo e de diferença. Ela foi criada com o intuito de desvalorizar e invisibilizar uma sexualidade diferente da heterossexualidade padrão. Esses casos destoantes recebem rótulos de homossexuais, de terceiro sexo, pois fogem do imaginário acerca dos comportamentos sociais exigidos para homens e mulheres, como o matrimônio, o relacionar-se com o sexo oposto e a procriação.

Criar uma categoria de terceiro sexo para colocar à margem esses indivíduos é uma tentativa de controlar esses sujeitos históricos que são vistos como desviantes, anormais no discurso social. “[...] Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados da maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias”³²⁷.

Destarte, o GALF, na edição 4 do boletim, evidenciou a importância das experiências lesbianas, quando destacaram que estas negam aspectos constitutivos do

³²⁴ Boletim *ChanacomChana*, n. 8, 1985, p. 2.

³²⁵ FOUCAULT, op. cit., 1999, p. 42.

³²⁶ CHAMBERLAND, Line. O lugar das lesbianas no movimento das mulheres. **Labrys, Estudos Feministas**, n. 1-2, jul./dez., 2002, p. 1. Disponível em: https://www.labrys.net.br/labrys1_2/chamberland1.html. Acesso em: 16 out. 2020.

³²⁷ FOUCAULT, *ibid.*, 1999, p. 99.

sistema, questionando inclusive o papel da mulher na sociedade. Além disso, a visibilidade lesbiana objetivava a destruição do poder institucional que o sistema heteronormativo possuía e possui, por conseguinte, rompia com a visão equivocada sobre homossexualidade enquanto um terceiro sexo.

Na edição 6 do boletim *ChanacomChana* havia uma matéria intitulada *Roberta Close: homem ou mulher*, escrita por Miriam Martinho. Ela começou a discussão informando que apesar de Roberta Close ter passado uma imagem de delicada, ingênuo-sexy, um símbolo sexual brasileiro, na realidade, ela era um homem – no sentido de possuir a genitália masculina. Porém, o fato dela possuir um pênis não necessariamente fazia dela um homem, já que nem todos os indivíduos se encaixam nos conceitos e pré-conceitos que são impostos a partir da genitália. Roberta Close foi um exemplo disso. Apesar de ter nascido com um pênis, ela não se identificava com os papéis masculinizados que foram exigidos desde o berço e preferiu mostrar-se como uma pessoa mais feminilizada.

A professora Leticia Nascimento faz uma discussão interessante sobre mulheres transexuais e travestis. Segundo ela:

[...] A interrogação de se nós, mulheres transexuais e travestis, somos ou não mulheres, é um martelar constante, dúvida produzida pelo enquadramento de nossas experiências dentro do CISTema colonial moderno de gênero [...] Quando resgato a provocação de Sojourner, ‘E eu não sou uma mulher?’, quero reelabora-la inserindo o verbo ‘poder’ – ‘E não posso ser eu uma mulher?’ – exatamente para enfatizar a existência de discursos que circulam socialmente, inclusive dentro do próprio feminismo, que pretendem determinar quem pode e quem não pode ser uma mulher. Discursos que insistem em considerar a ‘mulher’ numa condição universal como única sujeita do feminismo³²⁸.

A autora utiliza a pergunta emblemática que Sojourner Truth fez em 1851, na cidade de Ohio, nos Estados Unidos, para iniciar a discussão sobre transfeminismo. O discurso histórico feito por Sojourner desestabilizou a concepção universal de mulher quando trouxe à tona o fato de que mulheres pretas viviam/vivem suas feminilidades de forma diferente das mulheres brancas. Pegando um gancho nessa discussão, Leticia questiona se as mulheres transexuais e travestis também podem ser mulheres, vivenciar experiências de feminilidades, legitimadas enquanto tal.

³²⁸ NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro) São Paulo, Jandaíra, 2021, pp. 17 e 20.

A descrição sobre Roberta Close feita por Míriam Martinho negou à primeira o direito de ser uma mulher, quando a autora afirmou “Roberta Close é um homem. Bom, pelo menos é o que dizem”³²⁹. É importante ressaltar que no contexto em que Míriam escreveu a matéria, ou seja, dos anos de 1980, não havia as discussões que temos dos últimos tempos para cá acerca da transgeneridade. Então, ela acabou reproduzindo preconceitos sobre outras sexualidades dissidentes, como as identidades transexuais, travestis, dentre outros. Mas isso não deve apagar a forma como a militante lesbiana abordou o assunto. Míriam também reproduziu o conceito de mulher universal, projetando em cima de Roberta Close um ideal de mulher cisgênera, que a transexual feminina desestabiliza.

Berenice Bento³³⁰ discute sobre pessoas trans também como “reprodutores dos estereótipos de gênero”. A autora afirma que as identidades transgêneras/os/es foram socializadas/os/es de acordo com o gênero que lhes foi atribuído e só com o tempo, depois de um longo período de impedimentos, começaram a vivenciar experiências do gênero com o qual se identificam. Como não tiveram acesso a socialização de uma menina (para as trans femininas) ou de um menino (para os trans masculinos), tiveram de aprendê-las. Deste modo, acabam encontrando pontos de apego socialmente aceitos para o gênero identificado. Não bastam dizer “eu sou mulher” ou “eu sou homem”, esta evocação linguística deve ser acompanhada de um conjunto de atos performáticos que a linguagem não alcança.

Para ser mulher, uma pessoa precisa, acima de tudo, ser feminina. E é muito mais através do aprendizado da feminilidade que uma pessoa acaba tornando-se mulher. [...] Geralmente, nossos pais e mães vão nos impor comportamentos diferentes daqueles que exigirão dos meninos e, a partir daí, criarão as tais diferenças entre homens e mulheres tidas como naturais. Na verdade, muitas das características vistas como comuns a todas as mulheres são apenas produto de muita ‘educação’³³¹.

Assim, a menina desde cedo entende que o “ser feminina” é ser dócil, dependente, ter cuidado com a maneira de falar, brincar de casinha e mãe para ser uma boa esposa e boa mãe quando crescer, reprimir sua raiva e sua opinião. Já dos meninos é exigido que eles sejam ágeis, independentes, agressivos, reprimam seus sentimentos “frágeis” e passem a imagem de fortes. Tudo isto são características de feminilidade e masculinidade,

³²⁹ Boletim *ChanacomChana*, n. 6, 1984/5, p. 2.

³³⁰ BENTO, op. cit., 2014, pp. 57-58.

³³¹ Boletim *ChanacomChana*, n. 6, 1984/5, p. 2.

conceitos construídos social e culturalmente, que podem mudar de uma sociedade para outra.

Alguém já disse que ‘o corpo é o produto da educação’. Em se tratando de Brasil, essa educação sempre foi sinônimo de ocultação, de repressão. Por isso, até hoje há um número enorme de mulheres que têm vergonha do próprio corpo, de falar sobre ele, de conhece-lo, de conhecer sua sexualidade, etc³³².

Posto isto, para ser uma mulher ou um homem não basta nascer com vagina ou pênis, precisa-se adotar os estereótipos de feminilidade e masculinidade para ajustar-se a uma das duas realidades dicotômicas.

Roberta Close, mesmo nascendo com um pênis não se sentiu representada pelos estereótipos masculinos e se identificava mais com o feminino, performando os marcadores simbólicos deste. Míriam Martinho propôs que ela era uma transexual, alguém que incomodava homens e mulheres de sua época por causar tesão nos homens, mesmo eles sabendo que ela possuía um pênis e por causar raiva nas mulheres, por ter atraído tais homens mesmo sem possuir uma vagina. É válido pontuar que Míriam justificou o fato de Roberta Close ter sido odiada pelas mulheres utilizando argumentos que giraram em torno do homem. Como se a mulher cisgênera, ou seja, a mulher que nasce com a genitália feminina e se identifica com os estereótipos de feminilidade, odiasse a mulher transexual somente porque esta última atraía/atrai homens que as demais mulheres queriam atrair.

Ainda na matéria, Míriam Martinho relatou que, segundo os especialistas, os transexuais eram diferentes dos homossexuais e dos travestis por nascerem com uma “conformação cerebral feminina” e que esses mesmos especialistas defendiam que eles não apresentavam problemas em seus caracteres físicos, mas que a questão residia em um conflito entre mente e corpo. A autora se questionou como era possível que somente uma configuração cerebral feminina resultasse em um comportamento feminino, se o que é visto como comportamento feminino não é algo inato, mas sim uma construção social e cultural.

Berenice Bento sugere a transexualidade como “uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero”³³³. Afirma ainda que essa definição confronta a aceita pela medicina e ciências *psi* que a qualificam como uma “doença

³³² Boletim *ChanacomChana*, n. 12, 1987, p. 14.

³³³ BENTO, op. cit., 2008, p. 18.

mental”. A autora coloca que definir uma pessoa transexual como doente é o mesmo que aprisioná-la em uma posição existencial, a “transexualidade é um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros no corpo”³³⁴.

Como resultado desta reflexão podemos concluir que esses discursos dos profissionais da área da saúde foram e ainda são utilizados para vigiar e controlar biologicamente aspectos da homossexualidade, travestilidade e transexualidade, colocando-as como patologia.

Nos estudos transviados, Berenice Bento³³⁵ escreve que os discursos médicos passam a ser analisados numa perspectiva de serem engrenagens discursivas que limitam a existência da diversidade dos desejos, dos gêneros, das sexualidades ao âmbito das estruturas fixas corpóreas. Ao passo que estabelecem uma disputa epistemológica onde o corpo torna-se um significante com múltiplos significados e em permanente processo de transformação.

Deste modo, as “diferenças naturais” entre homens e mulheres são inseridas dentro de um contexto social e político onde a própria noção de corpo natural é problematizada. “Questões como: O que diferencia o homem da mulher? São recolocadas em outros termos: O que é um homem e uma mulher? Para que serve este lugar de gênero? Só é mulher quem tem útero?”³³⁶ O que é ser feminino e masculino? Indivíduos transexuais buscam viver as masculinidades e feminilidades para além dos marcadores biológicos (pênis, vagina, seios, testosterona) e a naturalização de suas identidades torna-se o elemento discursivo fundamental.

Berenice Bento afirma que o corpo-sexuado que dá sentido aos gêneros, encontra nas existências transgêneras seus próprios limites discursivos, uma vez que:

o gênero significará o corpo, revertendo assim um dos pilares de sustentação das normas de gênero. Ao realizar tal inversão, depara-se com outra ‘revelação’: a de que o corpo tem sido desde sempre gênero e que, portanto, não existe uma essência interior e anterior aos gêneros. Quando se problematiza a relação dicotômica e determinista entre corpo e gênero, outros níveis constitutivos da identidade se liberam para comporem arranjos múltiplos fora do referente binário dos corpos³³⁷.

³³⁴ BENTO, op. cit., 2008, p. 19.

³³⁵ BENTO, op. cit., 2014, p. 49.

³³⁶ Id.

³³⁷ Ibid., p. 52.

As lesbianas, os *gays*, as/os travestis, as/os/es transgêneros, as/os *drags queens/kings*, dentre outras identidades têm sido há muitos anos objetos de estudos de um saber que se orienta pela medicalização das condutas. No momento em que transgridem essas condutas, também colocam em xeque o olhar que analisa essas identidades enquanto pervertidas, transtornadas, psicóticas. Assumir as múltiplas identidades que existem implica na quebra de padrões de feminilidade, masculinidade e heterossexualidade, tendo por consequência a desestruturação de dominação do homem sobre a mulher e da própria heteronormatividade. Roberta Close subverteu os papéis de gênero e “[...] sua construção de mulher parece lhe dar bastante prazer e independência e não dor ou opressão”³³⁸.

Simone de Beauvoir³³⁹ nos diz que o homem considera o epíteto “mulher” como vergonhoso, enquanto que o epíteto “macho” que carrega uma animalidade é visto pelo mesmo homem como motivo de orgulho. O termo “fêmea” não é pejorativo porque enraíza a mulher na natureza, mas porque confina ela no seu sexo e se esse sexo parece desprezível ao homem, é evidente que a hostilidade que a mulher suscita neste, o incomoda.

É interessante analisarmos como a categoria “mulher” vem sendo alterada ao longo do tempo. Beauvoir nos escreve que “[...] Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade”³⁴⁰.

No Brasil, o GALF se configurou como primeira organização lesbiana. Essas mulheres foram um exemplo de mulher que fugia da equação “nascer com uma chana + ser feminina + ser heterossexual é = a ser mulher”³⁴¹.

As muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente (e hoje possivelmente de formas mais explícitas do que antes). Elas são também, renovadamente, reguladas, condenadas ou negadas³⁴².

Dessa forma, o significado atribuído à “mulher” não diz respeito somente a existência de um útero ou a maternidade. Ao longo do tempo foram sendo inseridas outras

³³⁸ Boletim *ChanacomChana*, n. 6, 1984/5, p. 5.

³³⁹ BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, p. 25.

³⁴⁰ *Ibid.*, p. 7.

³⁴¹ Boletim *ChanacomChana*, n. 6, 1984/5, p. 4.

³⁴² LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva – Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 4.

variáveis para que o indivíduo pudesse encaixar-se nesta categoria, visando mais as subjetividades, que o físico, biológico e social.

Na edição número 7 do boletim *ChanacomChana*, havia uma entrevista³⁴³ com as próprias integrantes do GALF que falaram sobre sua relação com a família. É um conteúdo importante até para entendermos como foi o processo de aceitação para a família dessas mulheres quando se assumiram lesbianas. Procuraremos recortar partes que julgamos importantes dessa entrevista, para somar a este trabalho.

Uma das perguntas mais interessantes foi para saber se a família tinha conhecimento da sexualidade das mulheres entrevistadas e como era a relação. Dulce respondeu dizendo:

Sim. Há mais ou menos 3 anos, tive uma briga com minha mãe e contei a ela. [...] Isto não significa que as coisas sejam muito tranquilas para mim. No começo, tinha medo de ser rejeitada por minha mãe, mas depois achei que ela iria gostar de mim de qualquer jeito, sendo ou não lésbica. Eu gostaria de poder conversar com minha família sobre questões relacionadas à minha homossexualidade³⁴⁴.

A família é o grupo social base da sociedade. As relações dentro deste espaço possuem uma grande influência na saúde e desenvolvimento dos seus membros. Deste modo, a aceitação e acolhimento da família acabam sendo de grande importância, isso porque, geralmente, a realidade envolve muito preconceito. Para a lesbiana, os quadros de rejeição e violência, aliados a constrangimentos públicos começam dentro do próprio lar e se a família é fonte de crueldade, onde refugiar-se?

Luiz Mott declara que por todo o país existem pais e mães que proclamam sem pejo “antes uma filha prostituta do que lésbica”³⁴⁵. Com discursos pautados no ódio, podemos afirmar que na maioria das vezes, quando há revelação de sua sexualidade, a família não atua como protetora e promotora de saúde para com suas filhas, pelo contrário, atua como um dispositivo de reiteração de formas de violência pautadas na inferiorização, rejeição, além de outras.

De maneira geral, as relações entre lesbianas e família são baseadas na violência, que prejudica a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito de ser membra daquele grupo. O medo faz com que as lesbianas se fechem e sejam fechadas em redomas

³⁴³ Para ver a entrevista completa, consultar o boletim *ChanacomChana*, n. 7, 1985, pp. 9-15.

³⁴⁴ Boletim *ChanacomChana*, n. 7, 1985, p. 9.

³⁴⁵ MOTT, Luiz. A revolução Homossexual: o poder de um mito. **Revista USP**, São Paulo, n. 49, 2001, p. 41. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32907/35477>. Acesso em: 6 ago. 2021.

em que suas vivências sexuais não podem ser compartilhadas, correndo o risco de verem um parente que ama se afastando completamente

Dando continuidade as respostas das integrantes do GALF, Eliza respondeu com:

Não [...] Minha mãe cobra, por exemplo, aquele namorado que nunca aparece. Digo a ela, então, que não tenho tempo para assumir um compromisso mais sério com um homem a ponto de apresentá-lo [sic]. [...] Não conto porque tenho medo da reação deles. Tenho uma ligação afetiva muito forte com minha mãe e meu irmão e receio perder isso³⁴⁶.

Segundo Patrícia Lessa³⁴⁷, a nossa sociedade produziu, a partir do século XIX, a *scientia sexualis*, que guarda como núcleo o singular rito da confissão, que se desvincula do rito da penitência da Igreja e emigra para a pedagogia, para as relações familiares. Pela primeira vez, de acordo com Michel Foucault, “uma sociedade se inclinou a solicitar e a ouvir a própria confidência dos prazeres individuais”³⁴⁸.

Provavelmente, para Eliza, a esquiva da cobrança pelo namorado tornava-se menos dolorosa do que o assumir-se lesbiana, paralelo a isto, a família inseria-se cada vez mais na sua vida sexual-afetiva, ao passo que questionava o porquê da inexistência de um namorado, abusando de um discurso de cobrança que desestruturava, já que o medo de ver a família se afastando era grande.

De acordo com Daniel Cerdeira de Souza e Iolete Ribeiro da Silva³⁴⁹, a família cria mecanismos subjetivos que mantêm o silêncio e a impotência diante da violência, seja física, seja simbólica, que por meio da norma heterossexual submete jovens *gays* e lesbianas a estratégias biopolíticas de controle de seus corpos. O fingir não ver e não saber torna-se uma forma de silêncio que os familiares utilizam na tentativa de calar ou invisibilizar tais práticas homoeróticas.

Já no depoimento de Leda encontramos:

Sim. Minha família descobriu quando tive problemas na escola. Eu me apaixonei pela diretora para quem mandava cartas e telefonava. Ela me encaminhou para a psicanálise e fiquei em ‘tratamento’ durante um ano e meio, mais ou menos. Tinha 12 anos na época e minha família, então,

³⁴⁶ Boletim *ChanacomChana*, n. 7, 1985, p. 9.

³⁴⁷ LESSA, op. cit., 2007, p. 47.

³⁴⁸ FOUCAULT, op. cit., 1999, p. 62.

³⁴⁹ SOUZA, Daniel Cerdeira de; SILVA, Iolete Ribeiro da. Reflexões sobre relações familiares em que há a presença de filhos homossexuais. **Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional do Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade**. Universidade Federal do Rio Grande, 2018, pp. 3-4. Disponível em: <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/217.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2021.

começou a me forçar a namorar, dizendo que eu era normal. [...] Continuaram a me pressionar e, aí [sic], tentei suicídio. Fracassada a tentativa, decidi que, se eu era assim, a família deveria me aceitar ou, caso contrário, que me colocassem para fora³⁵⁰.

Daniel Cerdeira de Souza e Iolete Ribeiro da Silva³⁵¹ afirmam ainda que é muito comum que a família tente encontrar uma razão para a sexualidade fora dos padrões heterossexuais, procurando formular explicações lineares, culpabilizando pessoas externas ou a si por acreditarem que não deram uma educação de qualidade a/ao filha/o, de modo que pudessem livrá-la/o da tão rejeitada homossexualidade. Os autores ainda pontuam que os quadros de violência dentro da família não são enxergados como privação dos direitos, mas sim como uma correção, que levaria a/o filha/o “de volta a heterossexualidade”, considerada a conduta “normal”.

Essas experiências negativas com a família traumatizam a lesbiana. Os pais/responsáveis, ao assumirem uma postura de culpa, seja sobre si, seja culpabilizando a filha, dão margem para convencer a lesbiana, ou a namorar com um homem (contra sua vontade), ou a procurar tratamentos psiquiátricos, que quando não surtem efeito, podem levá-la a prática do suicídio, como o que aconteceu com Leda.

Míriam Martinho contou que a família sabia e que não havia mais conflito, porém:

Quando me assumi como lésbica, a reação foi péssima. Mandaram-me para o psicólogo, houve muita repressão, eles não aceitavam. Passaram a aceitar apenas a partir da minha segunda relação, ainda dizendo que era uma coisa patológica, mas aceitando mais ou menos, por causa da posição social de minha namorada da época³⁵².

Segundo Daniel de Souza e Iolete da Silva³⁵³, as famílias estão preocupadas em “tolerar” os homossexuais, isto é, conviver sem conflitos e puni-los/as no interior de sua estrutura familiar. No geral, na melhor das hipóteses, o que acontece é a “homofobia liberal”, apoiada sobre o pensamento da “escolha da vida privada” em que a vivência homoerótica não é vista como legítima, mas tolerada, já que está silenciada.

No caso de Míriam Martinho a situação ficou amena devido a posição social da sua segunda namorada. Em virtude da dominação patriarcalista, são os homens brancos quem ganham mais dinheiro, sendo considerados os chefes de família. Isto nos faz

³⁵⁰ Boletim *ChanacomChana*, n. 7, 1985, p. 10.

³⁵¹ SOUZA; SILVA, op. cit., pp. 2-3.

³⁵² Boletim *ChanacomChana*, n. 7, 1985, p. 10.

³⁵³ SOUZA; SILVA, *ibid.*, p. 3.

indagar: será que a posição da namorada de Míriam fez com que sua família a visse dentro de uma relação heteronormativa, no sentido de associarem boa posição social ao homem? De certo, não saberemos, mas é importante questionarmos isso.

Por fim, Rosely também afirmou que a família sabia e que na época da entrevista ela e a família possuíam uma relação tranquila. Segundo ela:

[...] Ficou mais tranquila principalmente depois que saí de casa para morar com minha namorada. Eu sempre senti mais atração por mulheres do que por homens. Lembro-me de que, desde criança, lamentava não ser menino, porque sentia vontade de tocar as meninas, namorá-las, e não podia, pois já sabia que era algo proibido e que tinha que ser controlado³⁵⁴.

Outras integrantes do GALF participaram da entrevista, porém, trazer todas as vivências para este trabalho o tornaria muito extenso. Desse modo, procuramos escolher depoimentos mais significativos e que exemplificam a realidade de muitas lesbianas ainda nos dias atuais.

De acordo com Geysa Cristina Nascimento e Fabio Scorsolini-Comin³⁵⁵, o “*coming out*”, ou seja, a “saída do armário” ou sua permanência nele pode ser baseada de acordo com o ambiente em que esses indivíduos estão inseridos, por exemplo, se o ambiente for acolhedor e receptivo, a revelação pode acontecer, já se for hostil, o “armário” pode permanecer fechado. Os grupos homoafetivos buscam apoio na sociedade, enxergando a família como uma possível fonte de acolhimento, o que nem sempre ocorre.

Os sentimentos de medo, incerteza e dúvida acabam fazendo parte da vida de muitas lesbianas quando decidem assumir-se para a família ou quando pensam na possibilidade. De todo modo, há uma infinidade de caracteres que estão inseridos dentro do imaginário social em torno da prática da sexualidade, que se prolifera, segundo Michel Foucault, pela ação de um “dispositivo da sexualidade”.

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os

³⁵⁴ Boletim *ChanacomChana*, n. 7, 1985, p. 11.

³⁵⁵ NASCIMENTO, Geysa C. M.; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. A revelação da homossexualidade na família: revisão integrativa da literatura científica. **Temas em Psicologia**, v. 26, n. 3, Ribeirão Preto, jul./set. 2018, p. 5.

elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos³⁵⁶.

Esse dispositivo cria uma sexualidade polimorfa que é fixada nos corpos disciplinados pela norma da heterossexualidade, modelados por um desejo sexual que os constitui enquanto indivíduos e que determinam sua identidade. Dessa forma, a ênfase dada ao aspecto anatômico, fixador de gêneros, compõe a heteronormatividade.

Assim, a heteronormatividade utiliza-se da sexualidade, uma categoria construída historicamente, para consolidar dispositivos de poder como a instituição familiar, com o objetivo de “formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e ‘natural’ da heterossexualidade”³⁵⁷.

Assumir a lesbiandade é também questionar a heterossexualidade, o que torna-se problemático tendo em vista que as forças das representações sociais sobre gênero e sexo fazem com que a multiplicidade do desejo seja obscurecida e, sobretudo, domesticada.

Uma das tantas formas de assumir a lesbiandade é justamente resignificando o conceito de lésbica, tirando-o da conotação estereotipada. Na edição número 8 do boletim *ChanacomChana*, o GALF trazia novamente o significado que elas atribuíam a palavra “lésbica”:

[...] a palavra lésbica significa não a afirmação de uma nova categoria sexual, as lésbicas, mas sim a designação de uma postura política que vê nas relações afetivas e sexuais entre mulheres um caminho na busca de uma nova maneira de ser mulher neste mundo. [...] Para nós, a lesbianidade (ou lesbianismo) é mais do que uma simples questão de cama, pois ela tem uma série de implicações sociais e políticas que, geralmente, são escamoteadas pelo discurso da ‘preferência sexual’ ou da ‘opção sexual’³⁵⁸.

Ser lesbiana não se restringia, nem se restringe, à sexualidade. No horizonte do possível, as lesbianas do GALF escreveram suas histórias e tramaram novas práticas no discurso social, práticas não mais justificadas pela “preferência sexual” ou “opção sexual”, mas sim com uma postura política, criando dispositivos de sexualidade que denunciavam a heterossexualidade obrigatória.

[...] Quer dizer, para nós, a palavra lésbica significa mais do que simplesmente mulher que transa com mulher. Ela designa também uma

³⁵⁶FOUCAULT, op. cit., 1979, p. 244.

³⁵⁷ MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun., 2009, p. 157.

³⁵⁸ Boletim *ChanacomChana*, n. 8, 1985, p. 3.

mulher comprometida com a luta das mulheres por seus direitos, sua autonomia e auto-determinação [sic]³⁵⁹.

De acordo com Norma Mogrovejo Aquise³⁶⁰, a lesbiandade é uma opção política, tornando-se mais do que uma preferência sexual, pois desafia o sistema político que força as relações entre homens e mulheres a serem relações de dominação, baseadas na imposição da sexualidade reprodutiva e na divisão de trabalho com base no sexo.

Deste modo, a lesbiana política recusa a ideia de ter sua identidade somente ligada ao sexo. Reivindica não apenas uma aceitação social, mas uma mudança radical das representações binárias dos sujeitos sociais. Age querendo que a diversidade substitua a diferença, esta última enquanto referência instituidora de preconceito e hierarquia.

Uma possibilidade para burlar estratégias de poder, quebrar tabus e fantasias sobre relações homoafetivas é informando sobre essas vivências. Deste modo, na edição número 9 do boletim *ChanacomChana*³⁶¹ havia uma entrevista intitulada *Lésbicas e Sexualidade*, escrita por Maria Luiza e Selma, ambas integrantes do GALF. A entrevista foi realizada entre algumas mulheres que tiveram seus nomes alterados, para manter o sigilo, porém as entrevistadoras afirmaram que não foi possível publicar todas as respostas porque ocuparia muito espaço dentro do boletim.

É importante destacar que ao todo foram feitas 23 perguntas envolvendo a sexualidade lesbiana e as integrantes do GALF escolheram duas respostas para cada pergunta, porém, para este trabalho foi feito um recorte tentando abarcar ao máximo os temas abordados, sem que para isso ficassem páginas tão cheias de citações.

Maria Luiza e Selma começaram a entrevista explicando que pensaram muito antes de promover uma pesquisa sobre sexualidade lésbica, principalmente por causa dos tabus e “fantasmas” ao redor desse tema, mas, ao mesmo tempo, acharam necessário debater e expor mais sobre as sexualidades lesbianas como forma de informar e desmistificar falácias envolvendo o sexo entre mulheres.

Quando perguntaram sobre sexualidade enquanto tabu, Marilene – uma das entrevistadas que recebeu esse nome fictício – respondeu:

É um assunto extremamente tabu ainda. [...] Em SP, a liberação é pouco maior, mas ainda existe muito tabu. A lésbica é reprimida desde criança,

³⁵⁹ Boletim *ChanacomChana*, n. 8, 1985, p. 4.

³⁶⁰ AQUISE, Norma M. **Algumas contribuições do lesbofeminismo ao feminismo latino-americano**. 2016, p. 3. Disponível em: <http://www.la-critica.org/algunos-aportes-del-lesbofeminismo-al-feminismo-latinoamericano/>. Acesso em: 16 out. 2020.

³⁶¹ Ver a entrevista completa no boletim *ChanacomChana*, n. 9, 1985/6, p. 22-26.

e como toda mulher é criada para casar, lavar, passar e ter um belo príncipe encantado. Essa criação é carregada de tabus em termos de sexualidade heterossexual: é só o ‘papai e mamãe’ e pronto. Sexo oral, anal, nem pensar; tem que se descobrir na prática e muitas vezes se traumatizando. E apesar da pseudo-liberação que ‘anda’ por aí, o sexo ainda é o maior tabu da sociedade. Ele move o mundo, só que por baixo dos panos³⁶².

A sexualidade feminina, em geral, tem sido negada pela sociedade patriarcal. A invisibilidade da prática sexual entre mulheres, e mais, a repressão a esta prática não é apenas decorrente da homofobia, mas, em especial, de um lugar em que a sexualidade feminina é colocada. A criação que a mulher recebe é carregada de tabus, como Marilene respondeu na entrevista. A mulher é criada para satisfazer os desejos masculinos e ensinada a reprimir os seus. Quando esta mulher sente interesse por outra e não por um homem, a sociedade responde com repressão e outras formas de violência – física, psicológica, mental.

Outra questão levantada foi sobre se algumas das entrevistadas tiveram problemas em relação a sua sexualidade lesbiana e Marta respondeu:

Sim, na adolescência. Eu me achava um bicho raro em virtude do maldito espelho dos outros que me refletiam como tal. Foi um tempo de grande sofrimento. Não me adaptava a ‘turmas’ e grupos de nenhuma espécie pois não gostava das conversas ocas que deles jorravam, e as contestava veementemente. Todas possuíam uma definição: as ‘purinhas’ tinham o seu namorado para melhor servi-lo; as ‘putinhas’ eram estepes para o ‘debut’ fálico dos machinhos. E eu não pendia para nenhuma das hastes, mas tinha consciência de que algo diferente se passava comigo³⁶³.

Há muitos casos em que as lesbianas abandonam o núcleo escolar e familiar por não suportarem a violência e a discriminação a que eram submetidas. Há também situações que denunciam a dificuldade em seguir uma trajetória profissional sem muitos percalços. São vidas marcadas por interrupções nos estudos, no trabalho, nos círculos sociais, na família, nas relações afetivo-sexuais. É evidente que também existem situações que a experiência de “sair do armário”, ou seja, de se assumir para as outras pessoas como lesbianas, são muito positivas e repletas de solidariedade, respeito e amor, mas, infelizmente, isto ainda é raro.

³⁶² Boletim *ChanacomChana*, n. 9, 1985/6, p. 22.

³⁶³ *Ibid.*, p. 23.

Duas questões abordadas foram sobre a relação com a “chana”, se achavam ela bonita ou feia e sobre as preferências sexuais, na primeira Magali falou: “Olhe, sem gozação, eu acho minha chana uma gracinha. Quanto ao cheiro, gosto do meu cheiro e gosto muito do cheiro de mulher”. Já para a segunda pergunta, ela afirmou: “Gosto de todas as ‘formas’ de sexo e minhas preferências sobre determinadas ‘formas’ depende com quem eu esteja: se tem dedos ágeis, mãos macias, língua atrevida, pernas firmes, pele macia e assim por diante”³⁶⁴.

Perguntaram sobre o que as entrevistadas pensavam das noções que rotulavam a sexualidade lésbica como doente, anormal, imatura. Marilene respondeu da seguinte forma:

As pessoas querem normalmente que todas sejam enquadradas dentro dos seus estreitos limites. É muito mais fácil para alguém puxar para baixo um diferente do que subir até ele. A humanidade, em geral, nivela por baixo. O lesbianismo é então pecado. Boa dose desse conceito – sabemos – vem do cristianismo. Imagine só se pode prazer por prazer, sem qualquer intuito reprodutivo. Nossa, que horror! Prazer por prazer, amor, deixa a gente livre, mais solta, de bem com o mundo: um perigo para os reacionários, não? O amor se imperasse, revolucionaria o mundo verdadeiramente. O amor, o prazer, a entrega total, são mais perigosos do que a bomba atômica³⁶⁵.

Dentro do recorte que fizemos da entrevista do boletim, a penúltima pergunta foi sobre o significado dos termos passiva e ativa. E Margareth expôs que:

Os termos ativa/passiva se mesclam no contexto de dominação senhora e escrava. O ‘macho’ e a ‘fêmea’. Terrível! Eu não aceito uma relação em que os papéis ativa/passiva são definidos. Para mim nem deveriam existir tais termos ou atitudes. Já que existem, creio que devem ser flutuantes, de acordo com o momento de cada uma dentro da relação³⁶⁶.

Nesta discussão é importante percebermos que ainda hoje se utiliza muito os termos ativa/passiva justamente para tentar penetrar nas relações lesbianas uma figura de poder, que supostamente seria a ativa e sob ela uma figura passiva. Isto expressa muito a necessidade que a sociedade patriarcal tem em encaixar o masculino em qualquer relação para que ela seja respeitada ou reconhecida.

³⁶⁴ Boletim *ChanacomChana*, n. 9, 1985/6, p. 23

³⁶⁵ *Ibid.*, p. 25.

³⁶⁶ *Id.*

Tem-se como referência de relacionamento aqueles que são heterossexuais. A ideia de que na relação lesbiana uma mulher tem que performar feminilidade e a outra masculinidade para que assim se forme um casal em que haja a figura feminina e passiva, e a figura masculina e ativa, é extremamente excludente e errônea.

É fato que em algumas relações lesbianas uma das mulheres prefere ter mais controle na hora do sexo, mas isto não faz dela uma ativa, nem uma espécie de “homem”, pois as pessoas envolvidas no sexo agem de forma fluida e estas denominações não traduzem de fato o sexo entre mulheres, pelo contrário, limita-o, tentando compará-lo ao sexo entre pessoas heterossexuais.

Na edição número 8 do boletim *ChanacomChana*, na matéria: *Algumas idéias particulares sobre os papéis sexuais dentro do homossexualismo feminino*, Roxana Herrera Alvarez fala que:

Particularmente, tenho me defrontado com pessoas que me têm classificado como ‘passiva’, quando o meu comportamento era ‘meigo, paciente, tranquilo’, e outras, como ‘ativa’, quando me mostrei mais rude, agressiva, ou quando defendi minhas idéias [sic] com mal disfarçada raiva. [...] Estaria incorrendo no mesmo erro que os relacionamentos heterossexuais cometem, e que constitui a sua base: a delimitação de papéis dentro de um relacionamento, para que cada qual ‘conheça’ sua parte e não tente assumir a do parceiro³⁶⁷.

Delimitar pessoas e práticas sexuais dentro de dois papeis restritos por uma série de atributos ditos complementares por serem opostos é equivalente a fazê-las renunciar a sua espontaneidade, mais que isso, é continuar repetindo um pensamento padrão de uma cultura heterossexual dentro de qualquer outra relação, sem respeitar as singularidades que existem.

Dialogando com Patrícia Lessa³⁶⁸, podemos afirmar que a questão do binário causa muito incômodo pelo fato de ser exigido que a depoente da citação acima se autorrepresentasse como mais masculina ou feminina, reproduzindo papeis sociais que o movimento lesbiano questiona/va.

As pessoas têm atributos que tanto se encaixam no que o social dita ser feminino, como também, masculino. O que acontece é que desde cedo há uma série de regras que precisam ser seguidas para que o indivíduo se encaixe em um rótulo binário de gênero e sexualidade e estas regras acabam reprimindo certos atributos e evidenciando outros,

³⁶⁷ Boletim *ChanacomChana*, n. 8, 1985, p. 14.

³⁶⁸ LESSA, op. cit., 2007, p. 120.

dependendo de qual órgão sexual o indivíduo possua. Esses papéis impostos de passiva e ativa só servem para limitar a fluidez que pode haver numa relação com o outro. Não há necessidade de reafirmar repetidas vezes o lugar de cada pessoa dentro de uma relação, pois os indivíduos são mutáveis e os papéis que cada um assume também o são.

Por fim, a última pergunta foi sobre acreditar que a sociedade estava passando por uma fase de transição ou mudança em relação à sexualidade e Márcia respondeu: “Não, de maneira alguma. O que está acontecendo é que na época atual, todo mundo tem vergonha de ser preconceituosa. Não caiam nessa não. O tabu anda solto”³⁶⁹.

Quando nos deparamos com líderes e representantes de poder que fazem apologias a violências e preconceitos, percebemos que esses discursos recebem muitos/as seguidores/as. Isso nos mostra que parte da sociedade só precisa de um incentivo para continuar espalhando ódio e violentando pessoas que não se encaixam em um padrão que talvez seja inalcançável.

É preciso ter cuidado, pois quando demandamos que um indivíduo molde até suas ações mais corriqueiras e humanas para se encaixar em determinado rótulo social, estamos de fato idealizando uma identidade que não existe. Não é possível uma identidade ser tão neutra ao ponto de se encaixar em rótulos de uma sociedade que busca um padrão sempre no outro, até tornar-se um círculo vicioso doentio.

Como já citado acima, as perguntas e respostas escolhidas tiveram como objetivo desmistificar um pouco algumas falácias envolvendo o sexo entre mulheres. É importante percebermos que assumir-se enquanto lesbiana ainda é uma tarefa muito fragilizada, pois a sociedade carrega preconceitos muito pontuais em relação as pessoas homossexuais.

Um dos tantos preconceitos é a representação da lesbiana como uma pessoa assexuada, uma categoria que, a rigor, recusa a sexualidade, porém, esta representação expõe a defesa contra a homossexualidade feminina como sexualidade. Se há presunção de que a homossexualidade feminina advém de uma heterossexualidade desapontada, reprimida, por que não poderíamos pensar que a heterossexualidade provém de uma homossexualidade desapontada?

Quais provas se tem de que a identidade homossexual feminina expressa “desapontamentos” ou mesmo “orientação”? Colocar a homossexualidade feminina em meio a esses questionamentos é crer no *status* dessexualizado da lesbiana, como se esta, ao recusar a heterossexualidade, incorporasse uma ausência de desejo.

³⁶⁹ Boletim *ChanacomChana*, n. 9, 1985/6, p. 26.

Podemos perceber que tais conclusões partem de um ponto de vista masculino e heterossexualizado, que toma a sexualidade lesbiana como recusa da sexualidade *per se*, somente porque a sexualidade naturalmente é presumida como heterossexual e o observador, aqui visto como heterossexual masculino, é recusado.

Segundo Minisa Nogueira Napolitano³⁷⁰, os discursos hegemônicos querem fazer crer que a sexualidade feminina seja uma anomalia tipológica, que não pode ser reduzida a uma homossexualidade ou heterossexualidade feminina recalcada, porém, o que esses discursos realmente ocultam não é a sexualidade, mas sim o ódio.

Tânia Navarro-Swain³⁷¹ afirma que no imaginário social as representações das lesbianas se fazem a partir de um desvio de conduta, invertidas. São vistas, por um lado, como um perigo à inocência das jovens e, por outro, como seres assexuados, que querem tomar um lugar que não lhes é próprio.

Existem uma fantasia entre as mulheres heterossexuais que a proximidade de uma lésbica representa uma certa aventura, pois acreditam que necessariamente serão objeto de assédio, projetando-se assim sobre o lesbianismo um comportamento socialmente aceito como masculino: se o homem não tenta, não é macho; para uma lésbica que se preze, também³⁷².

Essas análises carregam uma conotação negativa de seres quase assexuados – quando o discurso coloca as lesbianas como se estas quisessem ocupar um espaço que não é delas, mas somente dos homens –, e de seres sem controle – quando são vistas como perigosas ou assediadoras para as jovens.

Se a sexualidade e poder são coextensivos, podemos identificar que a sexualidade lesbiana não é nem mais, nem menos construída do que as outras formas de sexualidade. Mesmo que haja uma presença estruturadora de construtos heterossexuais no interior da homossexualidade, isso não significa que esses construtos determinem as homossexualidades, nem que estas últimas sejam deriváveis ou redutíveis a eles. A presença de outros tipos de sexualidades, mesmo que estas habitem à margem da sociedade, mostra que a heterossexualidade compulsória não é a única sexualidade original e natural, todas são.

³⁷⁰ NAPOLITANO, op. cit., p. 33.

³⁷¹ NAVARRO-SWAIN, op. cit., 2004, p. 81.

³⁷² Ibid., p. 82.

O sexo torna-se chave da nossa individualidade e identidade e, neste caso, se o sexo sente desejo por um igual, então ele tende a ser perseguido, excluído e violentado. De forma similar, a mulher sentiu e sente na pele as violações da sociedade. Como vimos, o conceito do que era ser mulher e homem foi – em muitos casos ainda é – definido pela heterossexualidade.

Isso era um pensamento tão coerente que em março de 1986³⁷³, em um programa da TV Bandeirantes, apresentado por Blota Júnior, o radialista e político Afanásio Jazadji falou que uma mulher que tem relações sexuais com outra mulher deixa de ser mulher e passa a ser “homem” e que um homem que tem relações sexuais com outro homem deixa de ser homem e passa a ser “mulher”. Para este radialista era como se ser homem ou ser mulher fosse uma condição intrínseca e exclusiva da heterossexualidade.

Isto reflete notadamente as cristalizações e engessamentos do sexismo que impõem a supremacia de um sexo sobre outro, justificada, na grande maioria das vezes, pela dicotomia biológica homem/mulher e na rígida fronteira entre os sexos. Gayatri Chákravorty Spivak vem nos falar que “[...] essa assimetria legalmente programada do status do sujeito, que efetivamente define a mulher como objeto de um marido, obviamente opera no interesse do sujeito-status legalmente simétrico do homem”³⁷⁴.

As questões relacionadas a construção identitária das lesbianas fazem parte de um processo formalizador decorrente das engrenagens conceituais do patriarcado e, por conseguinte, da heteronormatividade. Sendo, desta forma, uma variável que está relacionada à subjetivação do indivíduo e que possui forte influência da ambivalência social.

Esses discursos que oprimem a homossexualidade tomam como certo que a base de qualquer sociedade é a heterossexualidade. São discursos que falam sobre o outro e se colocam como verdadeiros em um campo “apolítico”. É como se quando o assunto é a homossexualidade pudessem existir signos politicamente insignificantes. Eles impedem os grupos homossexuais de falar, ao menos que estes falem a língua da heterossexualidade. Combatem os símbolos da homossexualidade querendo impossibilitar a criação de suas próprias categorias. Além disso tudo, a ação mais feroz é

³⁷³O programa queria discutir sobre a homossexualidade e a Constituinte e convidou Rosely Roth (integrante do GALF) e Paulo Bonfim (do Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS). Porém, o radialista Afanásio Jazadji não permitiu que os convidados conseguissem criar um diálogo sério e acabou gerando desconforto e sendo muito preconceituoso. Ver Boletim *ChanacomChana*, 1986, n. 10, p. 17. Vale ressaltar que não tivemos acesso ao programa, a narrativa construída aqui teve como base o boletim *ChanacomChana*.

³⁷⁴ SPIVAK, op. cit., p. 108.

a implacável tirania que exercem sobre os indivíduos, seja de forma física, seja de forma mental, ou ambas.

Para desmobilizar a importância que as vivências homossexuais tinham – e ainda têm – existia o mito da “opção sexual” debatido pelo GALF.

[...] artifício do sistema bastante em moda nos círculos da classe média, que nos leva tanto a acreditar que temos livre escolha, ou seja, de que não há coações nem mesmo pressões relevantes para ‘decidirmos’ entre uma mulher e um homem, quanto a ver o lesbianismo em termos [sic] puramente sexuais, quer dizer, privados, quer dizer, individuais³⁷⁵.

De acordo com Mariana de Oliveira Farias³⁷⁶, muitos indivíduos acreditam que a homossexualidade é uma opção, porém, a opção reside em escolher assumir-se ou não para a sociedade. Não há escolha em sentir ou não atração por pessoas do mesmo sexo ou sexo oposto.

Pressupõe-se a heterossexualidade como normal e normativa diante de outras vivências das sexualidades e requer que o casal seja formado por um homem e uma mulher, que se complementam afetivamente e que sejam opostos em seus papéis sexuais e sociais. Como também, que sejam monogâmicos e, preferencialmente, atuem dentro da instituição do casamento.

Todas as demais vivências sexuais que divergem dessa norma são então classificadas, desde séculos anteriores, como pecado, crime, imoralidade, doença e desvio, ao passo que os discursos hegemônicos utilizam das ferramentas históricas para invisibilizar e silenciar essas identidades que existem há tantos séculos.

A pior história sobre a “opção sexual” é quando ela restringe somente ao aspecto puramente sexual, escondendo e amenizando os aspectos sociais do preconceito e, conseqüentemente, a desmobilização política.

É por essas e mais outras que prefiro falar em vivência lésbica do que em ‘opção sexual’ já que vivência dá uma visão mais global de nossas pessoas, incluindo não só a nossa sexualidade como também as nossas experiências com o trabalho, com a família, com os amigos, com a sociedade e a cultura onde vivemos³⁷⁷.

³⁷⁵ Boletim *ChanacomChana*, n. 10, 1986, p. 1.

³⁷⁶ FARIAS, Mariana de O. Mitos atribuídos às pessoas homossexuais e o preconceito em relação à conjugalidade homossexual e a homoparentalidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 9, n. 1, 2010, p. 108.

³⁷⁷ Boletim *ChanacomChana*, n. 10, 1986, pp. 3-4.

No geral, se pensarmos que a homossexualidade é somente uma questão sexual e que a sexualidade ainda é vista por muitos como um campo para permanecer no espaço privado, então quer dizer que a homossexualidade só deveria existir dentro do espaço privado, sem incomodar, sem cobrar direitos e sem ser objeto de uma ação coletiva. Ao pontuar isto, percebemos que a temática sobre a homossexualidade ainda não recebe a devida importância, pois a reduzem ao sexo, a transa. No entanto, o preconceito contra homossexuais continua sendo motivo de mortes e violências diárias na sociedade.

O boletim *ChanacomChana* também abordou questões envolvendo a saúde da mulher. Na edição número 6³⁷⁸, por exemplo, havia uma pequena notícia informando que do dia 15 ao dia 18 de novembro de 1984, aconteceu um encontro sobre saúde da mulher, onde houve debates, exposições de filmes e apresentações de trabalhos de mulheres na área da saúde e sexualidade.

A saúde feminina também está ligada à sua sexualidade, deste modo, é importante pontuarmos esse tipo de notícia tendo em vista que os interesses voltados à saúde e sexualidade feminina que vinham, principalmente, da Igreja e depois da medicina, tinham como objetivo a manutenção e controle dos corpos e não o compartilhamento de informações acerca dos desejos e vontades das mulheres e de como se cuidarem livremente.

Segundo Aline Maia Diniz³⁷⁹, os discursos sobre a saúde das lesbianas estão cercados por vários tipos de silêncios e silenciamentos que alteram as formas discursivas acerca da produção de sentidos. O silenciamento envolvendo a saúde da lesbiana pode ser justificado pelo pensamento equivocado de que em uma relação entre duas vaginas não há risco de transmitir infecções³⁸⁰. Talvez este seja um dos tantos motivos pelos quais não existe a produção de outros métodos eficazes para um sexo seguro entre mulheres.

Outro motivo para isto é que as relações entre mulheres ainda são enxergadas, dentro do pensamento machista e patriarcal, para a satisfação do homem heterossexual. Sendo assim, não haveria necessidade de produzir conteúdo e maneiras de prevenção, já que, de fato, a relação entre elas seria mais para o prazer alheio, que para o próprio.

³⁷⁸ Ver boletim *ChanacomChana*, n. 6, 1984/5, p. 12.

³⁷⁹ DINIZ, Aline M. **Saúde das Mulheres lésbicas: uma análise de discursos e invisibilidades**. Fundação Oswald Cruz, 2019, p. 14. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/35878/2/aline_diniz_icict_espec_2019.pdf. Acesso em: 7 nov. 2020.

³⁸⁰ As Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) mais frequentes em lesbianas são a sífilis, Human Papiloma Virus (HPV) e herpes genital. Utilizamos a expressão ISTs ao invés de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), porque as vezes a pessoa poder ser infectada, mas não manifestar a doença.

A medicina e a indústria não existem fora da sociedade, são produtores e produtos dela, e numa sociedade machista não deixam de ser também. Machismo na medicina é algo estrutural, basta olharmos os livros didáticos de ciências³⁸¹ básicas para percebermos quantas páginas estão dedicadas à anatomia do pênis, à fisiologia do orgasmo masculino, as fisiopatologias de disfunções sexuais masculinas e comparar a quantidade de páginas que estão dedicadas ao clitóris, à fisiologia do orgasmo feminino, ou às questões sexuais femininas. O quadro torna-se pior quando este feminino não se relaciona sexualmente com um homem.

No momento em que os profissionais de saúde não reconhecem as mulheres lésbicas em suas práticas médicas, eles deixam de conhecer também suas demandas, suas doenças e o que elas trazem de questão das suas próprias vivências. De acordo com uma pesquisa realizada por Danilo Borges Paulino³⁸² com identidades LGBT's sobre os serviços de saúde, em muitas narrativas encontrou-se abuso verbal por parte dos profissionais de saúde, como barreiras ao cuidado, recusa de tratamento. Como resultado, muitos dos indivíduos evitam o tratamento médico, mesmo em situações de emergência. O autor continua afirmando que dentro deste cenário, o discurso médico ainda associa identidades e práticas sexuais socialmente discordantes da norma, como patologias, reproduzindo processos discriminatórios.

É primordial aprofundar no imaginário social que a mulher também sente prazer e precisa ter seu corpo tratado pela medicina com respeito. Criar novos parâmetros, novas formas de pensamentos e de expressão garantiria um esforço teórico, prático poético e afetivo para com suas subjetividades. Dentro desta abordagem, na edição número 12³⁸³ do boletim *ChanacomChana*, na matéria *Sexualidade e saúde*, as integrantes do GALF fizeram uma entrevista com o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, em que abordaram questões importantes sobre a saúde da mulher.

³⁸¹ Exemplos de livros de ciências básicas que foram consultados: **Aprender juntos ciências, 5º ano : ensino fundamental** / organizadora obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida por Edições SM ; editor responsável Robson Rocha. – 6. Ed. – São Paulo : Edições SM, 2017. – (aprender juntos); CANTO, Eduardo Leite do. **Ciências Naturais: aprendendo o cotidiano**. 4. ed. – São Paulo. Moderna, 2012.; CANTO, Eduardo Leite do. **Ciências Naturais: aprendendo o cotidiano** / Eduardo Leite do Canto, Laura Celloto Canto. – 6. ed. – São Paulo. Moderna, 2017.

³⁸² PAULINO, Danilo B. et. al. Discursos sobre o cuidado em saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT) entre médicas(os) da Estratégia Saúde da Família. **Interface (Botucatu)**, v. 23, Botucatu, jul, 2019, p. 3.

³⁸³ Ver a entrevista completa no boletim *ChanacomChana*, n. 12, 1987, pp. 25-35. O Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde surgiu nos anos de 1980 e tinha 16 pessoas trabalhando. Nove trabalhavam no ambulatório e três ficavam para discutir questões burocráticas e questões políticas.

[...] O trabalho do Sexualidade e Saúde faz parte de um movimento internacional de mulheres no sentido de recuperar uma arte que sempre foi nossa e que séculos de repressão conseguiram quase apagar: a arte de curar, com plantas, ervas e com carinho, em um sentimento de amor e respeito por nossos corpos e nossa integridade³⁸⁴.

O Coletivo Sexualidade e Política, posteriormente, Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde, criado em 1980, surgiu da vontade de discutir a questão da sexualidade feminina. Em 1984 abriram um ambulatório na cidade de São Paulo e se destacaram pelo atendimento e consulta ginecológica de forma mais humanizada.

Segundo as integrantes do Coletivo, a primeira consulta era uma prática de autoconhecimento do corpo feminino, entender como ele funcionava. Essa metodologia de consulta em que há espaço para a mulher se conhecer mais é extremamente rara dentro das consultas ginecológicas, isso porque tem-se o pensamento de que a mulher não precisa entender a raiz do que está acontecendo com ela, mas sim, somente ser medicada.

É evidente que nem o Estado, nem a medicina, nem a indústria farmacêutica, dentre outros que estão envolvidos, vão incentivar essa prática entre as mulheres, pois o dinheiro que ganham na venda de produtos que causam e que neutralizam – mas não curam – as doenças é mais importante e mais interessante que a saúde dos corpos femininos.

Sobre a forma como as integrantes do coletivo enxergavam o campo da saúde, elas falaram:

Nós temos toda uma concepção de saúde totalmente diferente de quase tudo que existe por aí, com exceção das medicinas alternativas, como a homeopatia, naturopatia... Uma mulher que tenha um mioma (tumor benigno no útero), nós o vemos como fazendo parte de uma coisa maior do que simplesmente o útero em si. Essa dificuldade dos médicos alopatas (medicina oficial, tradicional, que utiliza produtos químicos) de não verem a mulher enquanto uma integralidade leva a alopacia, por exemplo, a querer tirar o útero de uma mulher que tem mioma, fibroma, [...] Para eles, tirar o útero não é nada: – ‘Se a senhora não pode ficar mais grávida, então acabou, tira isso de uma vez’³⁸⁵.

De acordo com Cintia Sousa Carvalho³⁸⁶, a atuação violenta e de poder que certos campos da Medicina têm sobre os corpos femininos é só um dos tantos motivos pelos

³⁸⁴ Boletim *ChanacomChana*, n. 12, 1987, p. 25.

³⁸⁵ *Ibid.*, pp. 28-29.

³⁸⁶ CARVALHO, Cintia Sousa; CALDERARO, Fernanda; SOUZA, Solange Jobin e. O dispositivo “saúde de mulheres lésbicas”: (in)visibilidade e direitos. **Revista Psicologia Política**. v. 13, n. 26. São Paulo, abr. 2013, p. 7. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2013000100008 Acesso em: 13 ago. 2020.

quais as mulheres, independentemente da sexualidade, procuram outras alternativas de tratar suas doenças. Aline Maia Diniz³⁸⁷ reafirma isto quando pontua que muitos profissionais de saúde demonstram o despreparo para atender mulheres lésbicas, seguindo o padrão heteronormativo nos atendimentos.

A investigação mais afetiva sobre o corpo da mulher demanda mais tempo, mas com certeza traz benefícios mais duradouros e efetivos. Na consulta com o pessoal do Coletivo a mulher podia falar, discutir sobre sexualidade, como também:

Ela coloca o espéculo nela mesma, ela vê o colo do útero, ela vê a vagina, ela aprende a fazer o exame do seio, ela aprende a ter um certo domínio do seu corpo e sai daqui sabendo o que ela tem, o nome da doença, entendendo o porquê do remédio, para que será usado, tudo lhe é explicado³⁸⁸.

A preocupação do Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde para com as mulheres vinha de uma abordagem nova, considerando que, geralmente, o atendimento feito por profissionais da saúde girava em torno das relações naturalizadas na heteronormatividade, em que a saúde sexual era vista como saúde reprodutiva.

Ainda na entrevista, o GALF perguntou quais doenças uma mulher poderia passar para a outra na relação sexual e o coletivo respondeu que são várias. Elas destacaram a gonorreia, tricomonas, gardenerella, cândida e clamídia. Falaram ainda que podia ser transmitida, seja pelo dedo, no caso da penetração, seja pelo atrito de uma vagina com a outra.

A gonorreia passa também através do sexo oral [...] Em todos estes casos, temos que tratar também a companheira. O Tricomonas é um parasita, um bichinho que parece uma coruja. Ele mexe, quando você coloca a secreção vaginal no microscópio, ele fica andando loucamente. Pode passar através da relação sexual e também numa piscina. O sintoma é um corrimento, muito mal cheiroso, meio esverdeado. Pode dar coceira e arder o canal urinário. [...] A Cândida também pode passar de uma mulher para outra. É um fungos [sic] que vive na vagina. Dependendo de certas condições como o uso de anti biótico [sic], pílula anti-concepcional [sic], alimentação deficiente, stress, ansiedade, todo esse tipo de coisa que baixa a resistência, ela se desenvolve e passa a dar sintomas: uma coceira intensíssima, deixa a xoxota toda vermelha, tem um corrimento branco, tipo nata de leite. A Gardenerella [sic] é uma bactéria que normalmente vive na vagina e, quando ela se junta com outras bactérias, ela dá um tipo de corrimento cinzento, com cheiro de peixe podre. [...] A Gonorréia também é uma infecção grave,

³⁸⁷ DINIZ, op. cit., p. 7.

³⁸⁸ Boletim *ChanacomChana*, n. 12, 1987, p. 30.

altamente contagiosa, dá mais sintomas em homem. Na mulher dá dor no canal urinário, um corrimento purulento, e é muito grave porque pode subir rapidamente para as trompas, ocasionando esterilidade. Tem a Clamidyia [sic], que é super moderna, essa a gente pega na relação sexual. Quanto a AIDS não tivemos nenhuma experiência, até agora³⁸⁹.

A penetração do pênis, não sendo o eixo fundante dos relacionamentos entre mulheres, destrói a evidência do atendimento ginecológico voltado para a sanitização dos corpos femininos para a procriação e relacionamento heterossexual. Deste modo, mapear tantas infecções que podem ser transmitidas durante o sexo lesbiano mostra-nos a importância que devíamos dar à saúde do corpo feminino, independentemente da sexualidade. Além disso, desmistifica a falácia de que ISTs só acometem relações sexuais em que há penetração do pênis.

Aline Maia Diniz³⁹⁰ afirma que os cuidados em relação à saúde dos homens homossexuais começaram a ocorrer com maior frequência a partir da década de 1980, com a associação direta ao HIV/Aids. No entanto, quando fala-se sobre as lesbianas, a própria Política Nacional Integral de Saúde LGBT explicita que estas ficaram invisibilizadas nas campanhas e cuidados de prevenção da AIDS no Brasil.

A medicina e a sociedade de forma geral ainda vão muito ao encontro com a filosofia da invisibilidade quando propõem tratar indivíduos de forma geral, sem atentar para o gênero, a sexualidade, ou seja, as singularidades de cada um. Isso também está presente nos serviços de saúde e é necessário reconhecer para pensar no tipo de inclusão que está sendo discutida e ofertada.

Dessa forma, membros de subculturas sexuais, que habitam os *entre-lugares*, são fundamentais na organização de movimentos de base, modelando as maneiras como as sexualidades são vistas, configuradas e preconcebidas. Esses grupos, envoltos de uma nova política acerca da sexualidade, trazem questionamentos centrais em relação às certezas de nossas tradições sexuais, oferecendo novas compreensões sobre as formas de poder e dominação que modelam as vidas sexuais de todos os indivíduos.

Por que a sexualidade feminina, por exemplo, é vista tão frequentemente como submissa à sexualidade do homem? Por que a heterossexualidade é tão endêmica em nossa cultura a ponto de ser um tipo de sexualidade que discrimina a homossexualidade, que anula as demais existentes? Além desses, precisamos nos perguntar: o que fazemos

³⁸⁹ Boletim *ChanacomChana*, n. 12, 1987, p. 33.

³⁹⁰ DINIZ, op. cit., p. 22.

com os privilégios que a heterossexualidade nos oferece? Como usufruímos dela? Tais questionamentos podem ajudar não somente a ter consciência da heteronormatividade estrutural em nossa sociedade, mas também, e principalmente, como superá-la, colocando em movimento o seu fim.

Por fim, encontramos na edição número 9 do boletim *ChanacomChana*³⁹¹ um dos significados poéticos referentes ao ser lesbiana. As integrantes do GALF falaram que se autodenominavam enquanto lésbicas porque a palavra tem uma origem bonita³⁹², que remete a imagens de prazer, beleza, liberdade, mulher.

Imagens totalmente às avessas daquelas do estereótipo, da feiura, da violência. São imagens que apontam para o múltiplo, para a diversidade de expressões e emoções, sem fixar-se somente no sexo e na sexualidade. Aqui encontramos movimentos coloridos, porém com força contestatória de suas precursoras, tal como Rosely Roth que é lembrada todo ano por suas companheiras do antigo GALF. Um movimento que é múltiplo, comemorado em duas datas: 19 e 29 de agosto³⁹³, que simboliza a ânsia por uma representação social positiva e propositiva.

³⁹¹ Ver boletim *ChanacomChana*, n. 9, 1985/6, p. 2.

³⁹² Referindo-se à Safo, que viveu no século VI a.C, na ilha de Lesbos, Grécia. Ela foi uma poeta lírica que produziu obras de grande valor literário. Nos seus poemas ela falava sobre o amor entre duas mulheres e ainda hoje é vista como um símbolo entre as lesbianas.

³⁹³ A data foi escolhida em razão de ter acontecido o primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), em 1996, organizado pelo Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (COLERJ), que existia na época. Por causa do importante marco para a história e avanço nos direitos das mulheres lesbianas, a data representa a importância do combate a lesbofobia tão presente em várias sociedades, como também, a visibilidade à comunidade lesbiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] tentando eliminar pouco a pouco esses nossos temores, ao mesmo tempo que procuramos ser mais solidárias entre nós, lésbicas, poderemos, num futuro bem próximo, conquistar mais e mais um espaço próximo. Desse modo, poderemos ser completamente ‘assumidas’, mais livres e mais soltas, sem medo algum da sociedade.³⁹⁴

A construção do conceito de lésbica difundida pelo GALF através do jornal e boletim *ChanacomChana*, além de assumir um sentido político – desnaturalizando a heterossexualidade como norma, falando sobre maternidade lesbiana, discutindo sobre outras identidades para além da dicotomia mulher/homem, abordando questões envolvendo a saúde lesbiana – criava zonas de obscuridade e tensão ao passo em que falavam sobre como a identidade lesbiana não é somente sexo, mas, acima de tudo, resistência.

Quando voltamos nosso olhar para relações envolvendo mulheres também estamos criando microrresistências, ao passo que somente nos dias atuais a História das Mulheres está tendo mais espaço dentro da historiografia brasileira. Segundo Tânia Navarro-Swain:

A História, esta narrativa que recorta a vida e o passado em textos produzidos segundo a percepção da realidade dos historiadores, esconde e ignora imensos períodos do viver humano. Ilumina e descreve, analisa e proclama uma ordem, uma lógica, nos eventos que, por serem escolhidos, se tornam importantes. Assim, as relações sociais que escapam aos modelos concebidos são marginalizadas, esquecidas ou eliminadas da historiografia, este grande conjunto de histórias que compõe a memória do vivido³⁹⁵.

A autora continua afirmando que na História, “os olhos vêem o que querem e podem ver através de uma ‘política de esquecimento’: apaga-se ou se destrói o que não interessa à moral, às convicções, aos costumes, à permanência de tradições e valores que são dominantes em determinada época”³⁹⁶. Neste sentido, problematizar os discursos urdidos com o passar das décadas está relacionado ao desejo de questionar as dicotomias hierárquicas que estiveram presentes no imaginário androcêntrico de alguns/mas pesquisadores/as contemporâneos/as. Em um universo dominado por modelos

³⁹⁴ Boletim *ChanacomChana*, n. 7, 1985, p. 2.

³⁹⁵ NAVARRO-SWAIN, op. cit., 2004, p. 12.

³⁹⁶ Ibid., p. 15.

padronizados, binários, cuja referência e parâmetro de suas medidas é o homem branco, cisgênero, heterossexual, cristão e ocidental, entende-se que as demais identidades que não se encaixam e/ou se conformam com isso terão seus discursos silenciados.

Deste modo, procuramos auscultar o possível na história, o múltiplo, o plural nas relações sociais. A necessidade de escrever uma história que descortine novos horizontes e traga outras possibilidades além das prescritas e naturalizadas nos discursos homofóbicos reproduzidos ao longo do tempo, levou-nos a pesquisar sobre a participação ativa das lesbianas no cenário social e político do Brasil.

A trajetória de luta do movimento lesbiano foi iniciada dentro do SOMOS, com o Grupo Lésbico-Feminista e, posteriormente, com o GALF. Devido ao cenário político da ditadura civil militar brasileira, houve grande preocupação por parte dessas militantes no combate ao autoritarismo, na preocupação de não hierarquização de poder entre as pessoas do grupo, na libertação dos corpos, na luta pela naturalização das expressões de sexualidades e um profundo tom questionador da ordem social como imposta. Destacamos ainda os impasses ocorridos na convivência conjunta entre *gays* e lesbianas e os combates do GALF com as feministas e com outros grupos esquerdistas devido a opressões e disputas de poder, espaço e visibilidade e as dificuldades nas relações interpessoais, no final da década de 1970 e década de 1980. Já em meados da década de 1980 podemos perceber que a relação com o MHB e com o movimento feminista estava mais tranquila, isto se deu principalmente com a revolução feminista de conhecimento e a produção de novos valores sociais que alavancou uma série de proposições que foram reestruturadas nos movimentos lesbianos e contribuiu para que as lesbianas saíssem do lugar de marginalizadas e tivessem mais voz e espaço, dialogando com outros movimentos.

Com este estudo procuramos, não voltar ao passado e retirar de lá uma verdade que estava guardada e pronta para ser resgatada, mas sim, interpretar e reconstruir algumas redes de sentido que tornaram invisível a existência lesbiana ao longo da História, utilizando, principalmente, da mediação de discursos impressos e visuais.

Através dos indícios encontrados em nossas fontes, apontamos três momentos do movimento lesbiano brasileiro: no primeiro, as lesbianas começaram a se reestruturar em torno de uma reivindicação identitária, pautada numa política de visibilidade e ação social, muito bem colocadas nos periódicos *ChanacomChana*, que foram um exemplo significativo de força contestatória no Brasil, no início da década de 1980. Em um segundo momento, se deu a apropriação de lugares de poder nas políticas públicas, na

abertura de pautas lesbianas dentro dos movimentos feministas, nos trabalhos por direitos humanos, na contestação de uma saúde lesbiana apoiada pela medicina, como também, na problematização de uma maternidade obrigatória e uma maternidade lesbiana. Por fim, o terceiro momento, como afirma Patrícia Lessa³⁹⁷, foi expresso na midiaticização das lesbianas e proliferação de imagens e representações, à exemplo, o programa da Hebe em que Rosely Roth participou, em 1985.

Os três momentos são móveis, sem uma data fixa e inaugural, mas servem para pensarmos que o movimento lésbico não era e não é uniforme, uníssono ou mesmo estagnado. Ele passou por inúmeras transformações ao longo dos anos, bem expressas nos periódicos *ChanacomChana*. Após o fim do GALF, outros grupos lésbicos foram surgindo como, por exemplo, a Rede de Informação Um Outro Olhar (RIUOO), em que Míriam Martinho, uma das ativistas do GALF, também faz parte. A RIUOO produziu um boletim de mesmo nome, que circulou de 1989 a 2003. A partir de 2004 começaram a trabalhar com uma magazine virtual, que se estende até o ano de 2021. Além deste grupo, houve a fundação do Coletivo de Feministas Lésbicas (CFL), em 1990, de São Paulo; a Articulação e Movimento Homossexual do Recife, de 1991, em Pernambuco; do grupo D'Ellas, em 1993, do Rio de Janeiro; do Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (COLERJ), em 1995; da Associação Lésbica Mineira (ALEM), em 1997; do Coletivo Sapato Preto – Lésbicas Negras Amazonidas, de 2018, no Pará, dentre tantos outros.

Segundo Núbia Carla Campos³⁹⁸, na década de 1990, os grupos lésbicos, assim como os grupos LGBTTTQ+ passaram por processos de institucionalização, com tendências a defesa das sexualidades, da tolerância e dos direitos civis. Além disso, a teoria *queer* também influenciou a forma de entendimento dos grupos lésbicos, bem como de todo o movimento LGBTTTQIA+.

Na década de 1990 também surgiram os Seminários Nacionais de Lésbicas (SENALEs), que foram criados com a finalidade de ter um espaço que fomentasse a organização nacional dos grupos lésbicos brasileiros, contribuindo para a construção e fortalecimento das lesbianas enquanto sujeitos políticos. O I SENALE aconteceu em 1996, na cidade do Rio de Janeiro. Ao todo foram organizados 8 SENALEs: o II (1997) em Salvador-BA; o III (1998) em Betim-MG; o IV (2001) em Aquiráz-CE; o V (2003)

³⁹⁷ LESSA, op. cit., 2007, pp. 229-230.

³⁹⁸ CAMPOS, op. cit., p. 163.

na cidade de São Paulo; o VI (2006) em Recife-PE; o VII (2010) em Porto Velho-RO e o VIII (2014) em Porto Alegre-RS³⁹⁹.

Se pensarmos na definição do ser lesbiana não vinculado à prática sexual, mas como um lugar social diferente do ocupado pela heterossexualidade hegemônica, podemos concluir que o movimento lesbiano, assim como o feminista, se organizou com o intuito de obter mais espaço na sociedade civil, na vida política e na defesa pelos direitos garantidos.

O GALF, em seu tempo de vida, procurou a garantia e reconhecimento de seus direitos e a liberdade de amar livremente, sem medo algum da sociedade. A união com o movimento feminista e todo o percurso de suas lutas deram, a ambos os movimentos, experiências. O GALF cobrou do movimento feminista a inclusão de pautas diversas, de mulheridades⁴⁰⁰ e uma luta interseccional. Já o movimento feminista colaborou com o GALF em suas vivências e experiências políticas. A trajetória das militantes lesbianas serviu de experiência para os grupos atuais. Patrícia Lessa⁴⁰¹ pontua que a visibilidade e o protagonismo social foram uma das frentes de trabalho do GALF. Este grupo foi às ruas de São Paulo, apareceu na TV, virou manchete (como o caso no Ferro's Bar) brigou contra a lesbofobia na sociedade e dentro de outros movimentos sociais, como os homossexuais masculinos e as feministas e criou o periódico *ChanacomChana*, que circulou com sua voz debochada por vários estados do Brasil e até em outros países.

A subversão, desconstrução do falocratismo, a multiplicidade e a visibilidade foram as formas de ação política das militantes do GALF, bem como a construção de autoimagens mais positivas. Enfim, as matrizes encontradas em seus discursos e no *ChanacomChana*, apontavam para uma luta contra o assujeitamento e o isolamento social, e para a tentativa de reinventar a história das mulheres a partir de suas vozes.

Por fim, nos questionamos: Se o GALF foi o precursor do movimento lesbiano brasileiro, será que sua trajetória influenciou a vida de lesbianas, da década de 1980-1990, em regiões distantes do eixo São Paulo-Rio de Janeiro? Se sim, há relatos sobre essas mulheres em periódicos?

³⁹⁹ SENALE. Disponível em: <https://senale.wordpress.com/historia/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

⁴⁰⁰ NASCIMENTO, op. cit., 2021.

⁴⁰¹ LESSA, op. cit., 2007, p. 231.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea** / coordenador-geral da coleção Fernando A. Novais. São Paulo : Companhia das Letras, 1998. – (História da vida privada no Brasil ; 4).
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- AQUISE, Norma M. **Algumas contribuições do lesbofeminismo ao feminismo latino-americano**. 2016. Disponível em: <http://www.la-critica.org/algunos-aportes-del-lesbofeminismo-al-feminismo-latinoamericano/>. Acesso em: 16 out. 2020.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo : Brasiliense, 2008. -- (Coleção Primeiros Passos : 328).
- BENTO, Berenice. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. **Florestan**, ano 1, n. 2, 2014, p. 46-66. Disponível em: http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/64/pdf_25. Acesso em: 30 jul. 2021.
- BOLETIM *CHANACOMCHANA*, São Paulo, GALF, n. 1, 1982.
- BOLETIM *CHANACOMCHANA*, São Paulo, GALF, n. 2, 1983.
- BOLETIM *CHANACOMCHANA*, São Paulo, GALF, n. 3, 1983.
- BOLETIM *CHANACOMCHANA*, São Paulo, GALF, n. 4, 1983.
- BOLETIM *CHANACOMCHANA*, São Paulo, GALF, n. 5, 1984.
- BOLETIM *CHANACOMCHANA*, São Paulo, GALF, n. 6, 1984-5.
- BOLETIM *CHANACOMCHANA*, São Paulo, GALF, n. 7, 1985.
- BOLETIM *CHANACOMCHANA*, São Paulo, GALF, n. 8, 1985.
- BOLETIM *CHANACOMCHANA*, São Paulo, GALF, n. 9, 1985-6.
- BOLETIM *CHANACOMCHANA*, São Paulo, GALF, n. 10, 1986.
- BOLETIM *CHANACOMCHANA*, São Paulo, GALF, n. 11, 1986-7.
- BOLETIM *CHANACOMCHANA*, São Paulo, GALF, n. 12, 1987.
- BOLETIM DO *GRUPO GAY DA BAHIA*, Bahia, GGB, ano 4, n. 10, 1985. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/nossas-publicacoes/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BOLETIM DO *GRUPO GAY DA BAHIA*, Bahia, GGB, ano 13, n. 27, 1993. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/nossas-publicacoes/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BONNET, Marie-Jo. As relações entre mulheres: o impensável?. **Labrys, Estudos feministas**, n. 3, janeiro/julho 2003. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys3/web/bras/bonnet1.htm>. Acesso em: 9 set. 2020.

BOTTON, Fernando B. As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica. **Revista Vernáculo**, n. 19 e 20, 2007.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *In. Cadernos Pagu*, n. 26, janeiro-junho de 2016, pp. 329-376.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”**. 1ª ed. – Buenos Aires – Paidós, 2002.

CAMPOS, Núbia Carla. **A lesbianidade como resistência: a trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil – 1979-2001**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. 2014.

CARDOSO, Elizabeth da P. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

CARVALHO, Cintia Sousa; CALDERARO, Fernanda; SOUZA, Solange Jobin e. O dispositivo “saúde de mulheres lésbicas”: (in)visibilidade e direitos. **Revista Psicologia Política**. v. 13, n. 26. São Paulo, abr. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2013000100008. Acesso em: 13 ago. 2020.

Centro de Documentação de Literatura de Autoria Feminina Paranaense. Universidade Estadual de Maringá, 2020. Disponível em: <http://sites.uem.br/cedoc-lafep/indice-de-escriptoras/letra-s/sandra-mara-herzer>. Acesso em: 1 nov. 2021.

CHAMBERLAND, Line. O lugar das lesbianas no movimento das mulheres. **Labrys, Estudos Feministas**, n. 1-2, jul./dez., 2002. Disponível em: https://www.labrys.net.br/labrys1_2/chamberland1.html. Acesso em: 16 out. 2020.

CHAVES, Aparecida Leocádia. A queda para o alto: a experiência de Anderson Herzer na construção de seu corpo, de seu gênero, de sua sexualidade. **Letras Escreve**, Macapá, v. 7, n. 4, 2007.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, Florianópolis, jan./abr. 2013.

COSTA, Jussara Carneiro; SOARES, Gilberta Santos. Movimento lésbico e movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. **Labrys, études féministes/estudos feministas**, v. 2, p. 1-64, jan-jun. 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, 2002, pp. 171-188.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo, 2016.

DINIZ, Aline M. **Saúde das Mulheres lésbicas: uma análise de discursos e invisibilidades**. Fundação Oswald Cruz, 2019. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/35878/2/aline_diniz_icict_espec_2019.pdf. Acesso em: 7 nov. 2020.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Escala, 1995.

FALQUET, Jules. **Breve resenha de algumas teorias lésbicas**. 2013. Disponível em: <https://apoiamutua.milharal.org/files/2014/04/breve-resenha-teorias-lesbicas.pdf>. Acesso em: 3 out. 2020.

_____. **De la cama a la calle: perspectivas teóricas lésbico-feministas**. Bogotá: Brecha Lésbica, 2006.

FARIAS, Mariana de O. Mitos atribuídos às pessoas homossexuais e o preconceito em relação à conjugalidade homossexual e a homoparentalidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 9, n. 1, 2010, pp. 104-115.

FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. In: GREEN, James N; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (orgs). **História do Movimento LGBT no Brasil**. – 1 ed. – São Paulo: Alameda, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978/1979). Edição estabelecida por Michel Senallart : sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução Eduardo Brandão : revisão da tradução Claudia Berliner. – São Paulo : Martins Fontes, 2008. – (Coleção tópicos).

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era “pós-socialista”**. Tradução: Julio Assis Simões. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 14/15, pp. 231-239, 2006.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A educação física e a construção de imagens de feminilidade no Brasil dos anos 30 e 40. **Movimento**. Ano VII, n. 13, p. 61-70, 2000/2. Disponível em: file:///C:/Users/Ja%C3%ADne%20Chianca/Downloads/A_educacao_fisica_e_a_construcao_de_imagens_de_fem.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 2004. Disponível em: <http://www.aberta.senad.gov.br/medias/original/201702/20170214-114707-001.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: **Caderno de formação política do Círculo Palmarino: Batalha de ideias**. 2011, pp. 12-20. Disponível em:

https://www.academia.edu/44883062/L%C3%A9lia_Gonzalez_Por_um_feminismo_afro_latino_americano. Acesso em: 11 mai. 2021.

GREEN, James N. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. Tradução: Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. – São Paulo: Editora UNESP, 2000

_____. O grupo SOMOS, a esquerda e a resistência à ditadura. *In*: _____; QUINALHA, Renan (org). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos : EdUFSCar, 2019, pp. 177-200.

_____. **Homossexualidades e a história: recuperando e entendendo o passado**. Niterói, v.12, n.2, 2012, pp. 65-76.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4. Ed, Petrópolis: Vozes, 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2006.

JORNAL *CHANACOMCHANA*, São Paulo, LF, n. 0, 1981.

JORNAL *LAMPIÃO DA ESQUINA*, ano 1, Rio de Janeiro, n. 12, 1979.

JORNAL *LAMPIÃO DA ESQUINA*, ano 2, Rio de Janeiro, n. 22, 1980.

JORNAL *LAMPIÃO DA ESQUINA*, ano 2, Rio de Janeiro, n. 23, 1980.

JORNAL *LAMPIÃO DA ESQUINA*, ano 2, Rio de Janeiro, n. 24, 1980.

JORNAL *LAMPIÃO DA ESQUINA*, ano 3, Rio de Janeiro, n. 25, 1980.

JORNAL *LAMPIÃO DA ESQUINA*, ano 3, Rio de Janeiro, n. 26, 1980.

JORNAL *LAMPIÃO DA ESQUINA*, ano 3, Rio de Janeiro, n. 33, 1981.

JORNAL *LAMPIÃO DA ESQUINA*, ano 3, Rio de Janeiro, n. 35, 1981.

JORNAL *MULHERIO*, São Paulo, ano 1, n. 0, 1981.

JORNAL *MULHERIO*, São Paulo, ano 3, n. 15, 1983.

JORNAL *NÓS MULHERES*, São Paulo, n. 1, 1976.

JORNAL *NÓS MULHERES*, São Paulo, n. 3, 1976.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução: Jess Oliveira. 1ª ed. – Rio de Janeiro : Cobogó, 2019.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. 2ª ed. São Paulo : EDUSP, 2001.

LAURENTI, Ruy. Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças. **Revista: Saúde Pública**, vol. 18, nº 5, São Paulo, out. 1984. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101984000500002. Acesso em: 19 mar. 2020.

LAURETIS, Teresa de. Eccentric Subjects: Feminist Theory and Historical Consciousness. **Feminist Studies**, v. 16, n. 1 (Spring, 1990), pp. 115-150.

LEONEL, V. Lesbofobia. In. VENTURI, G, BOKANY, V. (orgs). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento: a criação de subjetividade (Brasil, 1979 – 2006)**. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília. Programa de pós-graduação em História, Brasília, 2007.

_____. Mulheres, corpo e esportes em uma perspectiva feminista. **Motrivência**. Florianópolis: Editora da UFSC, n. 24, ano XVII, p. 157-172, jun. 2005.

LINO, Tayane Rogeria. Nas fissuras da história: o movimento lésbico no Brasil. **Revista Movimentação**, Dourados, MS, v.5, n.10, jan./jun. 2019.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Tradução: Stephanie Borges. – 1. ed. Belo Horizonte : Autêntica, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva – Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: EDUFBA, 2018. 377 p.:il.

_____. Em defesa do gueto. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 53-60, 1983.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução: Freda Indursky. Campinas, SP : Pontes : Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MARTINHO, Míriam. **Agosto com orgulho: os primórdios da organização lesbiana no Brasil**. 2012. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2012/08/agosto-com-orgulho-os-primordios-da.html> Acesso em: 16 jan. 2020.

_____. Lésbicas brasileiras: saúde, educação, trabalho, família, questão legal, política e religiosa. In. **Rede de Informação Um Outro Olhar**. São Paulo, 1995, p. 7. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4283261/mod_resource/content/1/Breve%20Hist%C3%B3rico%20sobre%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20L%C3%A9sbica%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 16 jul. 2020.

_____. 19 de Agosto dia do Orgulho das lésbicas no Brasil. In. **Um outro olhar on-line**. São Paulo, 2009.

MARTINS, Larissa Pinto *et al.* ChanacomChana também é bacana! Imprensa lésbica e suas pedagogias culturais. **Revista Digital do LAV**, Santa Maria, v. 13, n. 2, p. 50-75, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/43257/pdf>. Acesso em: 28 jul. 2021.

MESQUITA, Marylucia. Lesbianidades e feminismos: diálogos e confrontos no 10º Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho. **Centro Feminista de Estudos e Assessoria**. 2007. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/index.php/colecao-femea-e-publicacoes/colecao-femea/131-numero-147-agostoseptembro-de-2005/1154-lesbianidades-e-feminismos-dialogos-e-confrontos-no-10-encontro-feminista-latino-americano-e-caribenho>. Acesso em: 21 jul. 2020.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun., pp. 150-182, 2009.

MORAIS, Maria Lygia Quartim de. **Vinte anos de feminismo**. Tese (Livre-docência) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 1996.

MOTT, Luiz. A inquisição no Ceará. **Revista Ciências Sociais**. Fortaleza, v. 16/17, n. 1/2. 1985/6.

_____. A revolução Homossexual: o poder de um mito. **Revista USP**, São Paulo, n. 49, pp. 40-59, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32907/35477>. Acesso em: 6 ago. 2021.

_____. **Etno-História da homossexualidade na América Latina**. 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/viewFile/12016/7631>. Acesso em: 31 mar. 2020.

_____. Meu menino lindo: Cartas de amor de um frade sodomita, Lisboa (1690). **LuzoBrazilian Review**, v. 38, n. 2, pp. 97-115, 2001. Disponível em: <https://luizmottblog.wordpress.com/artigos/meu-menino-lindo-cartas-de-amor-de-um-frade-sodomita-lisboa-1690/> Acesso em: 24 mar. 2020.

NAPOLITANO, Minisa Nogueira. **O médico e a mulher: O discurso médico sobre os vícios femininos na sociedade carioca oitocentista**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social de França – UNESP, 2005.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set/dez. 2006.

NASCIMENTO, Geysa C. M.; Scorsolini-Comin, Fabio. A revelação da homossexualidade na família: revisão integrativa da literatura científica. **Temas em Psicologia**, v. 26, n. 3, Ribeirão Preto, jul./set. 2018.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro) São Paulo, Jandaíra, 2021.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. A invenção do corpo feminino ou “a hora e a vez do nomadismo identitário?” In. Textos de História. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História: Feminismos, teorias e perspectivas**. Brasília: UnB, v. 8, n. 1/2, 2000.

_____. **Feminismo e lesbianismo: quais desafios?**. 2019. Disponível em: <https://medium.com/@labrysrevista/feminismo-e-lesbianismo-quais-os-desafios-a12e3e012d68> Acesso em: 5 fev. 2020.

_____. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção primeiros passos ; 313).

NOVELINO, Aida. Feminilidade: um perfil cultural. **Tóp. Educ.**, Recife, v. 16, n. 1-3, pp. 19-31, 1998.

OCANHA, Rafael Freitas. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). *In*: GREEN, James N; QUINHALHA, Renan (org.) **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos : EdUFSCar, 2019, pp.149-175.

OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. A Homossexualidade feminina na História do Brasil: Do esforço de construção de um objeto histórico ao desdobramento na construção da cidadania. **Les Online**, [Lisboa], v. 7, n. 2, p. 2-19, 2015.

OLIVEIRA, Vanilda Maria de. Identidades interseccionais e militâncias políticas. *In*. GROSSI, Miriam; UZIEL, Ana Paula; MELLO, Luiz (orgs). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. – Rio de Janeiro : Garamond, 2007.

PASSOS, Carla Christina. A primeira geração do feminismo: um diálogo crítico com o pensamento neoliberal. **Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. 2010.

PAULINO, Danilo B. et. al. Discursos sobre o cuidado em saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT) entre médicas(os) da Estratégia Saúde da Família. **Interface (Botucatu)**, v. 23, Botucatu, jul., 2019.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 52, pp. 249-272, 2006.

PINAFI, Tânia. **Militante... Já viu, né? A homofobia nos processos de subjetivação dos militantes do movimento LGBT**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PONTES, Heloisa André. **Do palco aos bastidores: o SOS-Mulher (SP) e as Práticas Feministas Contemporâneas**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1986.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Tradução Carlos Guilherme do Valle. Editora Antelope Publications, n. 5, 2010.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, maio-agosto/2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. pp. 71-99, 1995.

SENALE. Disponível em: <https://senale.wordpress.com/historia/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

SOARES, Gilberta S. Experiências reprodutivas e desejos de maternidade em lésbicas e bissexuais. **Fazendo Gênero 9: Diásporas, diversidades, deslocamentos**, 2010.

SOIHET, Raquel. **Encontros e desencontros no centro da mulher brasileira (CMB) anos 1970-1980**. Niterói, v. 7, n. 2, p. 237-254, 1. Sem. 2007.

SOUZA, Daniel Cerdeira de; SILVA, Iolete Ribeiro da. Reflexões sobre relações familiares em que há a presença de filhos homossexuais. **Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional do Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade**. Universidade Federal do Rio Grande, 2018. Disponível em: <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/217.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2021.

SOUZA, Érica R. **Necessidade de filhos: maternidade, família e (homo)sexualidade**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo, 2005.

SOUZA, Maria Clara G.; LIMA, Priscilla M. R. de. Mulheres e heteronormatividade: o papel social da maternidade frente à lesbianidade. **VI Congresso Internacional de História**, 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013. (Coleção Entregêneros).

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. Coleção Histórias do Brasil. Editora: Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 2013.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Barcelona. Editorial Egales, 2006.

_____. **O Pensamento Hétero**. 1980, p. 6. Disponível em: https://we.riseup.net/assets/162603/Wittig,%20Monique%20O%20pensamento%20Hetero_pdf.pdf. Acesso em: 17 jul. 2020.

ZANATTA, Elaine Marques. Documento e identidade: O Movimento Homossexual no Brasil na década de 80. **Cadernos AEL**, n. 5/6, 1996/1997.